

BONAPARTISMO HISTÓRIA E REVOLUÇÃO

Reflexões sobre O 18 de brumário de Luís Bonaparte de Karl Marx

Jadir Antunes, Ricardo Pereira de Melo, Carlos Prado (Orgs.)




NAVEGANDO

BONAPARTISMO, HISTÓRIA E REVOLUÇÃO:
REFLEXÕES SOBRE O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS
BONAPARTE DE KARL MARX

Jadir Antunes
Ricardo Pereira de Melo
Carlos Prado
(Orgs.)

**BONAPARTISMO, HISTÓRIA E REVOLUÇÃO:
REFLEXÕES SOBRE O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS
BONAPARTE DE KARL MARX**
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2022



NAVEGANDO

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG,
Brasil

Direção Editorial: Navegando

Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena

Arte da Capa: Emanuelle Teixeira Vida

Ilustração da capa: Evandro Prado – Série Desmonumentos

Copyright © by autor, 2022.

B698 – ANTUNES, J.; MELO, R. P.; PRADO, C. (Orgs). Bonapartismo, história e revolução: reflexões sobre o 18 de brumário de Luís Bonaparte de Karl Marx. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

ISBN: 978-65-81417-52-9

Vários Autores

1. Karl Marx 2. Filosofia 3. Revolução Social I. Jadir Antunes. Ricardo Pereira de Melo. Carlos Prado II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 121
CDU – 10

Índice para catálogo sistemático

Filosofia 100



Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFITM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cilson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucidia Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alicina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martinez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto Gonzáles Aranas -Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de Historia de Cuba y Cuba

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
Os organizadores	
Parte 1 - Bonapartismo	15
1. MARX E O CONCEITO DE BONAPARTISMO	17
Jadir Antunes	
2. <i>O 18 DE BRUMÁRIO</i> E AS LIÇÕES SOBRE A SUBVERSÃO CONSTITUCIONAL: A CONTRIBUIÇÃO DE MARX E DE LOSURDO À COMPREENSÃO DAS EXPERIÊNCIAS CONSTITUCIONAIS MODERNAS	43
Adamo Dias Alves	
3. AS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES DE <i>O 18 DE BRUMÁRIO</i> NO BRASIL: OS TROTSKISTAS E O CONCEITO DE BONAPARTISMO NA DÉCADA DE 1930	65
Carlos Prado	
Parte 2 - História	91
4. MARX E A DINÂMICA DAS CLASSES SOCIAIS EM <i>O 18 DE BRUMÁRIO</i>: A HISTORICIDADE CONTRA O REDUCIONISMO	93
Júlia Lemos Vieira	
5. <i>O 18 DE BRUMÁRIO</i> SOB AS LENTES DE ENGELS: A LENDA DE UMA TEORIA GERAL DA HISTÓRIA	107
Gustavo Machado	
Parte 3 - Revolução	131
6 - AQUI O CONTEÚDO TRANSCENDE A FRASE: <i>O 18 DE BRUMÁRIO</i> COMO CHAVE PARA COMPREENDER A CRÍTICA DE MARX AO SOCIALISMO UTÓPICO	133
Darren Webb	
7. O LUGAR DE <i>O 18 DE BRUMÁRIO</i> NO BALANÇO DA REVOLUÇÃO DE 1848	149
Rafael de Almeida Padial	

8. A NOÇÃO DE “REVOLUÇÃO PERMANENTE” EM MARX E SUA PRESENÇA EM <i>O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE</i>	175
Marcio Lauria Monteiro	
9. O PAPEL DA OBRA <i>O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE</i> DE MARX NOS RUMOS DA REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917	199
Jadir Antunes	
SOBRE OS AUTORES	215

APRESENTAÇÃO

Em 1848, a aparente harmonia social proclamada pelos ideólogos da Filosofia do Progresso foi interrompida de maneira devastadora por diversas insurreições. As revoluções que se iniciaram na França, logo se arrasaram por quase todo o continente europeu e também fora dele. Estes movimentos, bastante heterogêneos, reacenderam a chama revolucionária e derrubaram tradicionais monarquias. Na França, a queda de Luís Felipe, o rei burguês, abriu caminho para a construção da II República. Não obstante, em poucos meses ou anos, todas estas revoluções fracassaram e o caso francês se tornou um dos mais emblemáticos.

Marx permaneceu atento e acompanhou todo esse processo, produzindo análises sobre todo o desenrolar da luta de classes em todos os países onde a revolução se anunciava, em especial, na Alemanha e na França. Suas considerações sobre o processo de ascensão e queda da II República Francesa foram registradas, inicialmente, nas páginas da *Nova Gazeta Renana*¹, jornal em que era editor-chefe e, posteriormente, em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*². Especialmente nesta última obra, Marx apresenta uma análise histórica minuciosa e extremamente rica que se mostra ainda hoje, relevante e necessária.

Por conseguinte, a presente coletânea de textos, organizada por iniciativa do Grupo de Pesquisa Marx e a Filosofia Clássica, reuniu capítulos de diversos autores que discutem *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. A presente obra conta com nove capítulos e está dividida em três partes. Na primeira, apresenta-se capítulos que abordam o conceito de Bonapartismo. O capítulo de Jadir Antunes, *Marx e o conceito de bonapartismo*, evidencia que a queda da II República Francesa significou o triunfo da contrarrevolução ou, em outras palavras, o fim das ilusões filosóficas da república bur-

¹ Em 1850, Marx escreveu quatro artigos sobre o desenrolar da luta política na França. Anos mais tarde, em 1895, esses artigos foram publicados em um livro com o título, *As lutas de classes na França*.

² *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* foi escrito em 1852, a partir de vários artigos que haviam sido encomendados por Joseph Weydemeyer, para a apresentação de um seminário político em Nova York. Todavia, o seminário nunca se realizou, mas, surgiu então, na primavera daquele mesmo ano uma publicação mensal, *Die Revolution*, cujo primeiro número consistia na publicação integral dos artigos de Marx sobre o *Coup d'Etat* do sobrinho de Napoleão Bonaparte.

guesa. Nesse sentido, Antunes destaca que, para Marx, o golpe de Luís Bonaparte representava uma caricatura da história política antiga, na qual, a forma democrática e republicana caía e dava lugar a um regime baseado numa autoridade militar.

O segundo capítulo assinado por Adamo Dias Alves, *O 18 de brumário e as lições sobre a subversão constitucional*, traz uma reflexão sobre o bonapartismo enquanto fenômeno da subversão da Constituição moderna a partir das análises de Marx e de Domenico Losurdo. Alves apresenta o movimento constitucional francês e sua subversão a partir do golpe de Luís Bonaparte e, complementa a investigação de Marx com a análise do chamado bonapartismo *soft* de Losurdo, que destaca as particularidades do bonapartismo no século XX.

Na sequência, o capítulo de Carlos Prado, *As primeiras interpretações de O 18 de brumário no Brasil*, busca apresentar uma importante contribuição teórica da primeira geração de trotskistas brasileiros. Destaca que foram os militantes da Oposição de Esquerda, entre os quais Mario Pedrosa e Lívio Xavier, que introduziram no Brasil o conceito de bonapartismo e o utilizaram para compreender as complexas e dinâmicas relações de classes estabelecidas no Brasil, da Revolução de 1930 até o período do Estado Novo.

A segunda parte da coletânea reúne capítulos que investigam a relação entre Marx e a História a partir da obra *O 18 de brumário*. O texto de Júlia Lemos Vieira, *Marx e a dinâmica das classes sociais em O 18 de brumário*, busca combater a concepção de que Marx pensa as relações sociais e as classes de forma estanque e mecânica. Ao contrário, evidencia-se que a investigação de Marx sobre a história da II República Francesa demonstra a complexidade e a historicidade das classes e suas facções, de forma que tais relações não podem ser estabelecidas *a priori*, mas apenas a partir da análise de relações específicas.

O capítulo de Gustavo Machado, *O 18 de brumário sob as lentes de Engels*, também tem a proposta de combater versões reducionistas da relação entre Marx e a História. Nesse texto, Machado discute o Prefácio de Engels, onde Engels aponta a existência de *leis históricas* que indicariam a existência de uma teoria geral da história em Marx. Tal concepção é questionada e analisada a partir de *O 18 de brumário* e de outras obras de Marx, nas quais, destaca-se sempre uma perspicaz historicidade, o que contraria certas formulações gerais pré-estabelecidas.

Por fim, na terceira parte desta coletânea, encontram-se mais quatro capítulos que discutem o problema da Revolução. O primeiro texto é uma tradução do filósofo inglês Darren Webb. No capítulo *Aqui o conteúdo transcende a frase*, Webb demonstra que ao lançar críticas à incapacidade política do proletariado, Marx evidencia a imaturidade teórica da classe operária, destacando suas concepções utópicas que perpassavam pela ilusão de se planejar, *a priori*, as estruturas morais e culturais de uma sociedade futura.

O texto de Rafael Padial, *O lugar de O 18 de brumário no balanço da revolução de 1848*, apresenta uma análise sobre o desenvolvimento político de Marx. Partindo de obras imediatamente anteriores, em meio e posteriores ao referido processo revolucionário, Padial reflete sobre o problema da estratégia revolucionária, destacando que os avanços de Marx nessa avaliação são concluídos em *O 18 de brumário*. Dessa forma, evidencia-se que as reflexões de Marx sobre as lutas de 1848 tiveram grande impacto em suas concepções políticas, precisamente na forma como compreendia a luta revolucionária da classe operária.

Na sequência, o capítulo de Marcio Lauria Monteiro, *A noção de “Revolução Permanente” em Marx e sua presença em O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, apresenta uma pertinente discussão sobre o conceito de *revolução em permanência* que, apesar de ter se tornado, muitas vezes, associado à Trotski, remonta às obras de Marx e Engels, especialmente suas análises sobre as revoluções de 1848. Monteiro destaca que as análises de Marx evidenciam que com o desenvolvimento do proletariado, a burguesia passava ao terreno da contrarrevolução e que, portanto, a revolução social deveria ser conduzida pelas forças proletárias de forma independente, cumprindo as tarefas burguesas e avançando às propriamente socialistas.

Fechando a presente coletânea, temos mais um texto apresentado por Jadir Antunes, *O papel da obra O 18 de brumário de Luís Bonaparte de Marx nos rumos da revolução russa de 1917*. Este capítulo discute o caráter do campesinato e a influência desta caracterização sobre a Revolução Russa. Antunes aponta que Marx, ao analisar o camponês francês, o considera como massa dependente e subordinada às classes sociais da cidade. Tal problemática acerca do caráter do campesinato esteve no centro do debate sobre a fórmula revolucionária e programática da Revolução Russa, especialmente nos textos de Lênin e Trotski.

Os organizadores

Parte 1

Bonapartismo

1

MARX E O CONCEITO DE BONAPARTISMO

Jadir Antunes¹

Do ponto de vista de Marx, a história da democracia burguesa e das ilusões filosóficas da modernidade teria sido encerrada com o golpe militar de Luís Bonaparte sobre a república francesa em 2 de dezembro de 1851. Luís Bonaparte, inspirado na velha tirania dos *césares*, teria posto um fim definitivo aos ideais filosóficos de se fundar uma república democrática no interior de uma sociedade contraditória e dividida em classes. Segundo Marx, a própria lógica da luta de classes na França de 1848-50 teria posto um fim aos sonhos filosóficos e republicanos modernos. De acordo com Marx, porém, não haveria nada de novo no golpe de Bonaparte, pois, segundo ele, a história política do capitalismo não passaria de uma mera repetição, de uma caricatura ou paródia, da história antiga e suas contradições.

O 18 de brumário de Luís Bonaparte, obra em que Marx analisa as origens e fundamentos do golpe, foi redigido entre dezembro de 1851 e março de 1852, ou seja, imediatamente após o golpe militar, e como Marx mesmo diz, sob a pressão imediata dos acontecimentos. A compreensão clara do golpe e da obra de Marx pressupunha em sua época, como pressupõe ainda hoje, leitores minimamente esclarecidos sobre a história política francesa do século XIX. Pensamos, porém, que para além do conhecimento dessa história, uma compreensão mais clara do sentido geral da obra *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* exige-nos ainda uma compreensão sobre a origem da república e da democracia europeia na Grécia e Roma antigas. Por isso, tomamos a liberdade de começar nossa exposição por uma breve descrição dessa origem e do posterior desenvolvimento e decadência das repúblicas antigas, para em seguida

¹ Jadir Antunes é Graduado em Economia pela Unioeste, Mestre, Doutor e Pós-doutor em Filosofia pela Unicamp e Professor de Filosofia dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Filosofia da Unioeste; é autor do livro *Marx e o Fetiche da Mercadoria: contribuição à crítica da Metafísica* [Paco Editorial, 2019] e co-autor com Hector Benoit do livro *O Problema da Crise Capitalista em Marx* [Paco Editorial, 2016].

compará-las com a república parlamentar moderna e suas contradições e tendências.

1. As origens históricas da democracia e da república

Segundo a concepção filosófica republicana, um Estado, ou governo, constituído legitimamente e adequado aos ideais da razão seria aquele fundado sobre os seguintes princípios: 1) que fosse produto do acordo e do consentimento espontâneo dos cidadãos; 2) que os magistrados governassem a nação sempre submetidos à lei e nunca acima ou separados dela; 3) que houvesse alternância no poder e que todo cidadão pudesse não apenas ser governado mas, ainda, ser governante; 4) que os magistrados fossem escolhidos livremente entre a massa dos cidadãos; 5) que o poder acumulado pelos magistrados fosse investido na promoção do bem público e nunca na promoção de seus caprichos e interesses pessoais; 6) que os poderes governativo, legislativo e judiciário não estivessem concentrados em uma única pessoa, mas distribuídos entre pessoas distintas; 7) que a soberania fosse propriedade do poder legislativo e dos cidadãos – independentemente da classe social a qual pertencessem – reunidos em assembleia e nunca de um magistrado superior;

A primeira forma histórica de Estado relativamente adequada a estes princípios foi a forma ateniense. A história da democracia ateniense teria começado com as reformas de Drácon (621 a.C), Sólon (594 a.C) e Clístenes (508 a.C), que implantaram um novo esquema de representação de poder. A consolidação da democracia no século V a.C em Atenas pode ser concebida como a vitória da cidade sobre o campo. A primeira grande vitória teria sido a implantação de um código de leis escritas por Drácon. Até este, as leis eram determinadas pelo costume e pela tradição e transmitidas oralmente de geração em geração sendo monopolizadas pelos *eupátridas* – os chamados *bem nascidos* pertencentes à aristocracia fundiária – que as interpretavam livremente e as aplicavam sobre a população. As leis de Drácon, agora escritas e protegidas da livre interpretação dos *eupátridas*, eram afixadas na Ágora para conhecimento de todos. Acima dos costumes e tradições rurais se impunha agora um código de leis gerais e impessoais protegendo o cidadão – literalmente: o homem da cidade – da arbitrariedade dos proprietários fundiários.

Posteriormente, com Sólon foi conquistada a abolição da escravidão por dívidas de cidadãos atenienses e, mais uma vez, foi enfraquecido o poder do campo com um novo sistema de representação no poder da cidade. Até Sólon, Atenas era dominada por um sistema monárquico tradicional onde o direito de alguém assumir a soberania da cidade era determinado por sua origem de sangue ou tribal. Neste esquema, apenas os *eupátridas* – que reivindicavam para si direitos de sangue, divinos e hereditários – poderiam legitimamente dirigir a cidade. As reformas de Sólon enfraqueceram o poder *gentílico* ao promoverem uma classificação censitária da população livre, que passou a ser dividida em três grandes classes sociais segundo o critério da riqueza: *Pentacosímedinas*, *Hypeis* e *Zeugitas*.

Com Clístenes foi desferido um novo golpe contra a aristocracia de nascimento ao se dividir o conjunto da população ateniense em 10 grandes circunscrições administrativas segundo território e lugar de moradia. Estas comunidades por origem de lugar eram chamadas de *demos*. O poder, deste modo, seria dividido entre estes diferentes *demos*, e não mais entre as tribos ou famílias – os *genos*. Daí o surgimento da democracia: governo dos *demos*. Ou seja, governo das classes e não mais das famílias e de seus supostos direitos naturais ou de sangue, míticos ou divinos. A democracia grega se fundava, por isso, na igualdade de todos os cidadãos perante a lei (*isonomia*) e na igualdade de poder para se pronunciar oralmente na assembleia (*isagoria*). Esse conjunto de reformas representou uma verdadeira revolução na história humana, pois foi a primeira vitória da cidade sobre o campo.

As reformas de Sólon e Clístenes permitiram o exercício direto do poder pela massa da população e todo cidadão que se negasse a doar seu tempo ao exercício desse poder, em nome de suas paixões privadas, era severamente condenado pelas leis da cidade. Todos os *demos* tinham direito a indicar quinhentos cidadãos para se apresentarem no Conselho da Cidade (a *boulê*) que a governariam em caráter permanente durante um ano. Entre os quinhentos membros do conselho, cinquenta deles assumiriam, por sorteio, sua presidência e dirigiriam diretamente a cidade por certo tempo – geralmente 35 dias e não mais, quando eram sorteados novos presidentes.

Na base desse conselho estavam as assembleias populares (as *eclesias*). Os cidadãos livres – livres da fadiga do trabalho que havia sido confiado aos escravos e às mulheres – eram obrigados a participar dessas assembleias sob pena de serem condenados por *idiotia*, ou seja, por pensarem apenas em si próprios e não na cidade.

As magistraturas superiores eram todas escolhidas entre a *ecclesia*. O cargo de *estratego*, o mais cobiçado na cidade, era ocupado por um cidadão indicado pelos *demos*, mas eleito diretamente pela massa dos cidadãos. O *estratego* era o chefe supremo da cidade e tinha como principal tarefa a de comandá-la militarmente em tempos de guerra. O direito de ocupar esse cargo era renovado, ou não, anualmente. Péricles foi o mais notável dos *estrategos* gregos e por mais de 30 anos, entre 460 e 429 a.C., foi sucessivamente reconduzido ao cargo pelas assembleias populares. Abaixo do *estratego* estavam os chefes militares menores e os magistrados da justiça, todos escolhidos diretamente pelas assembleias populares.

Aos representantes das antigas famílias aristocráticas que conspiravam constantemente contra a democracia havia a prática do *ostracismo*. Para se evitar a condenação à morte dos opositores, escolhiam-se anualmente em assembleia quais os membros do partido monárquico deveriam ser expulsos da cidade, por um período de dez anos, por terem conspirado contra ela. Com esse esquema de poder a Grécia se construiu como a mais moderna nação do mundo em sua época.

Evidentemente, nem todos os moradores da cidade eram cidadãos e poderiam participar das assembleias e dos cargos públicos. Fora da cidadania estavam os escravos, as mulheres e os estrangeiros. Mas, de modo geral, a cidadania era um direito inalienável de todo homem adulto livre e suas inúmeras contradições só se explicam pelo seu caráter de classe e pelas contradições entre a cidade e o campo.

Segundo o pensamento grego, a tirania, o governo de um homem só que governava a cidade a partir de sua própria lei e que tomava o poder para si mediante emprego da violência, seria um governo corrompido – corrompido pelas paixões privadas do tirano – e por isso ilegítimo do ponto de vista da razão, devendo, por esse motivo, ser condenada pelos cidadãos.

A segunda forma de Estado também relativamente adequada aos princípios da filosofia republicana foi a romana. Como a grega, a democracia romana reconhecia a existência de diferentes classes sociais em seu interior – classificação baseada nas diferenças de riqueza e propriedade – e procurava construir um sistema político onde todas essas diferentes classes pudessem ser representadas.

A república romana teria sido fundada em 509 a.C após a deposição do último rei etrusco e teria durado até 27 a.C, com a ascensão do imperador Otávio Augusto. A crise da democracia romana teria se iniciado em cerca de 104 a.C, com as frequentes reeleições do general Caio Mário

para cônsul da nação, que, a pretexto de salvar Roma da destruição, ampliou os poderes do exército, reformando-o e profissionalizando-o. Uma das reformas mais importantes teria sido a criação da primeira legião militar profissional e a aceitação da plebe proletária em seus quadros, que, a partir daí, passara a existir como massa assalariada do Estado, vivendo de suas rendas e de sua expansão imperial. O exército popular, formado de cidadãos e proprietários fundiários, começaria então, a ser paulatinamente substituído por uma camada de profissionais da guerra, que só defenderiam a nação mediante pagamento – em terras ou dinheiro.

A partir de Caio Mário a democracia senatorial passaria a competir seguidamente com os poderes, cada vez maiores, dos generais e seus subordinados, sendo definitivamente enterrada pelo general Otávio Augusto, tornado imperador vitalício. Otávio Augusto e os imperadores que o sucederam não eliminaram absolutamente o Senado. Sob o domínio dos imperadores, o Senado passou a existir como mera figura decorativa e oposição civil ao poder militar e ditatorial do imperador.

Vem do historiador romano Políbio (200 a 118 a.C) uma das descrições mais fiéis da estrutura republicana romana em sua época mais florescente. Segundo ele, Roma não era uma república verdadeiramente democrática, mas, sim, uma combinação de três formas distintas de poder: a monárquica, a oligárquica e a democrática (Políbio, 1981).

O poder monárquico, poder das famílias mais antigas que haviam fundado a cidade, estava representado na Roma republicana pelo consulado. O cônsul era o senhor dos negócios públicos e, exceto os tribunos, todos os magistrados lhes eram submissos e deviam obediência. Nas questões relativas à guerra, o cônsul possuía uma autoridade quase absoluta. Era ele quem dirigia o exército e o conduzia nas guerras. O poder oligárquico pertencia ao patriciado e aos senadores. A eles pertencia principalmente o direito de cuidar dos cofres da república – de enchê-lo ou esvaziá-lo. Nada entrava ou saía do tesouro sem suas ordens. Aos senadores pertencia, ainda, o direito de julgar os crimes políticos, como as traições e conspirações, e todos os crimes que merecessem uma condenação pública. Enquanto ao cônsul pertencia o poder militar e aos senadores o poder civil, ao povo pertencia o poder de julgar os crimes comuns entre a massa da população. À plebe pertencia, ainda, o direito de ser consultada quando da elaboração de uma nova lei, da declaração da guerra ou da paz ou de algum tratado importante. Ao povo pertencia, enfim, o direito de ser consultado pelos dois poderes superiores.

Neste esquema, os cônsules só acumulavam poderes excepcionais em tempos de guerra. Em tempos de paz eles estavam submetidos ao senado, e este ao poder que vinha da praça pública – dos comícios. Suas funções estavam rigidamente determinadas pela lei elaborada no senado e aprovada nas assembleias populares. Apesar disso, porém, o poder de fato, ainda que não completamente, pertencia aos cônsules e senadores. Com esse esquema, Roma se construiu como uma grande potência econômica e cultural frente ao mundo não-ocidental. Como dissemos acima, a partir de Caio Mário e a formação de um exército regular e profissional, o consulado passaria paulatinamente a assumir poderes ditatoriais e absolutos sobre os outros dois poderes e a minar lentamente a república.

A Idade Média, como sabemos, por se fundar numa vida isolada no campo, não conseguiu desenvolver, como os antigos, o sistema democrático e republicano. Este, contudo, reviveu com a série de revoluções burguesas que se iniciaram a partir da crise do regime feudal, inicialmente nas cidades-estados italianas dos séculos XV-XVI, e mais tarde no restante da Europa que se desenvolvia no sentido moderno capitalista. A forma republicana e moderna de governo iniciou seu processo de desenvolvimento ainda no interior do Terceiro Estado e mais tarde se expandiu – mediante os sistemas partidário e parlamentar e o sufrágio universal – para a totalidade da sociedade moderna.

Diferente das democracias antigas, porém, a democracia burguesa não se fundaria na participação direta do cidadão na gestão dos negócios públicos, mas, sim, na participação indireta e representativa. Apesar disso, no esquema clássico burguês todas as magistraturas e cargos parlamentares, como no mundo antigo, deveriam ter sua base no consentimento e na escolha, ainda que indireta, dos cidadãos. O poder supremo, ou soberania, a partir de Locke e Rousseau especialmente, deveria pertencer exclusivamente às assembleias do povo ou ao parlamento.

Aos parlamentares, eleitos diretamente pelos cidadãos, caberia a elaboração da lei e a fiscalização dos atos do primeiro homem da nação – um igual escolhido dentre eles, com mandato revogável e temporário. Aos magistrados da justiça caberia a aplicação imparcial da lei. Neste esquema, apesar da distância com o mundo antigo, todos os poderes pertenceriam, em última instância, à sociedade e às diferentes classes sociais representadas no parlamento por seus partidos e políticos profissionais. Evidentemente, como nas democracias antigas, este esquema é apenas geral e formal, nunca correspondendo diretamente à realidade enquanto tal, realidade

esta sempre contraditória, pois dividida em classes sociais. No fundo, como já nos ensinou Marx, essas diversas democracias nunca passaram de um governo das classes dominantes sobre a classe trabalhadora da sociedade.

Apesar de sua superioridade em relação a todas as outras formas de poder – monárquica, oligárquica etc. – todas essas diferentes repúblicas foram, contudo, derrotadas historicamente pelo que podemos chamar genericamente de tirania. A república grega sucumbiu após a guerra perdida para Esparta – a Guerra do Peloponeso entre 431 e 404 a.C –, que impôs o chamado governo dos trinta tiranos, sendo soterrada completamente a partir do domínio macedônio – 338 a.C.

O episódio mais dramático da queda da democracia grega, e de suas contradições, talvez seja o episódio protagonizado pelo sofista e demagogo Alcebiades em 414 a.C. Alcebiades era um jovem general e aristocrata grego que conseguira convencer irresponsavelmente seus compatriotas atenienses a travarem guerra contra Siracusa. Atenas saiu derrotada dessa guerra e o resultado foi devastador para a cidade. Desmoralizado, Alcebiades desertou e foi servir como mercenário no exército de Esparta, principal inimiga de Atenas. Desejoso de poder a todo preço, Alcebiades ainda se uniu às forças do exército persa, o maior de todos os inimigos da nação grega, que invadiu Atenas e definiu a derrota da cidade para Esparta na Guerra do Peloponeso.

Um segundo episódio na história da democracia grega, também de consequências trágicas, teria sido a condenação à morte de Sócrates por um júri popular neste mesmo período. Sócrates era um severo crítico das contradições da democracia grega. Segundo ele, a democracia era o governo dos sofistas e demagogos, como Alcebiades – paradoxalmente seu antigo amante e discípulo –, que não tinham nenhum compromisso em defender a verdade em praça pública, mas apenas o de conquistar a simpatia do povo através de seus discursos retóricos.

Um exemplo das contradições da democracia grega clássica pode ser encontrado na comédia *As Vespas*, de Aristófanes. *As Vespas* (1996) foi uma comédia representada pela primeira vez em 422 a.C e nela Aristófanes retrata as contradições do sistema jurídico ateniense e critica o sistema da *mistoforia*. Esta era uma remuneração de três óbolos pagos aos magistrados da justiça criada durante o governo de Péricles para estimular a participação dos juizes nos tribunais populares. O personagem principal desta comédia é Filoclêon, um juiz dos tribunais populares que via no cargo que ocupava não um meio de servir à cidade e cumprir com seus deveres cívicos.

cos, mas, sim, um meio de obter poder e riquezas pessoais. Filoclêon era um fanático apaixonado pela prática da condenação e gabava-se de nunca ter absolvido ninguém e de ser temido na cidade por isso. Antes mesmo de saber os motivos da acusação e ouvir as testemunhas no tribunal, Filoclêon já havia decidido pela condenação do réu. Esta personagem gabava-se, ainda, de viver uma vida de ócio e prazeres com os três óbolos diários que recebia. Assim, Aristófanes procurou criticar os falsos amantes da justiça e da verdade que abundavam na Atenas democrática e que ocupavam os cargos públicos apenas para tirar proveito próprio.

Por sua vez, a república romana foi soterrada pelo chamado *cesarismo*². O general Otávio Augusto (27 a.C) teria sido o primeiro grande tirano a solapar a democracia, ainda que imperfeita e contraditória e já bastante corrompida desde Caio Mário. Ao contrário de Júlio Cezar (40 a.C), que se negara a transformar em normalidade o caráter excepcional da concentração de poderes em tempos de guerra nas mãos do consulado, Otávio Augusto assumiu o cargo de imperador vitalício e passou a concentrar em suas mãos todos os poderes da cidade, fazendo da excepcionalidade jurídica a regra de governo. Inspirado na monarquia teológica egípcia, Otávio se tornou Otávio Augusto, ou seja: Otávio Divino.

Com Roma atravessada por guerras civis e rebeliões de escravos e incapaz de governar o Império a partir de suas próprias forças, as classes dominantes romanas preferiram afastar-se da vida pública, entregando os negócios da cidade aos novos demagogos e dedicar-se exclusivamente àquilo que mais lhes agradava: às suas paixões e negócios privados. Segundo o historiador Suetônio (2003), no reinado de Cláudio (de 41 a 54 a.C), já não havia mais nenhum homem oriundo da classe dos grandes proprietários fundiários disposto a assumir com ele a administração do Império. Segundo ele, Cláudio viu-se obrigado a preencher grande parte dos cargos públicos com membros oriundos de sua própria criadagem e soldados de baixa patente de seu exército particular. Com a falta de generais romanos, até mesmo a condução do exército teria sido entregue a mercenários estrangeiros. Com Cláudio, o mundo romano entraria definitivamente na fase da política do pão e circo, acompanhado de uma época de sangue, perseguições, cen-

² É importante observar que apesar de suas semelhanças, Marx se negara a equiparar o chamado cesarismo romano com o bonapartismo, porque, segundo ele, a luta de classes em Roma se desenvolvia somente dentro de uma restrita minoria privilegiada, entre ricos e pobres livres, enquanto o proletariado romano formava uma base meramente passiva nesta luta, sem jamais intervir ativa e decisivamente nela [Prefácio de 1869].

sura e matanças de seus inimigos políticos. Calígula, um dos mais sanguinários imperadores, chegara a roubar para si as mulheres dos senadores e à loucura de nomear *Incitatus*, seu cavalo, como membro do senado. O Império se expandia, assim, na mesma medida em que ridicularizava, desmoralizava, amordaçava, perseguia e calava a vitalidade política da sociedade civil.

Nas palavras de Hegel (1974, pp. 541-542), no fim do Império todas as potências do interesse privado e da cobiça se desataram assustadoramente entre as classes superiores de Roma. O conjunto da sociedade romana era nesse período algo sem vida e sem espírito, uma aparência sem essência, um organismo atomizado pelos interesses privados. Segundo ainda Hegel, fragmentada e dividida internamente pelas potências das paixões individuais, por guerras civis cruéis e disputas permanentes pelo poder, Roma só pode se manter unida e se desenvolver como Império governada violentamente pela força dos imperadores e das legiões militares.

Como procuramos mostrar, a república senatorial romana teria sido muito inferior à democracia direta grega. Nesta as assembleias populares detinham o poder de fato. Os poderes militares dos *estrategos* sempre estiveram submetidos ao poder da *Ágora*. Na democracia romana, ao contrário, como atesta Políbio, as assembleias populares funcionavam como órgãos meramente consultivos e nunca deliberativos. Nela, o poder de fato estava concentrado nas mãos do consulado.

Já na democracia burguesa a distância entre a forma grega original e suas versões históricas se aprofundou ainda mais. Com ela, a massa de cidadãos, como na democracia romana, detém um poder meramente consultivo e esporádico. A atividade política não é mais uma atividade dos cidadãos livremente associados, mas, sim, dos partidos e profissionais da política. Com a emergência do *bonapartismo* a partir da metade do século XIX, porém, nem mesmo os parlamentares governarão a sociedade, que será entregue ao *lumpem-proletariado*, ao *campesinato*, à burocracia militar e aos diversos e sucessivos tiranos como Luís Bonaparte.

Na Grécia antiga, o Estado ainda não existia como uma máquina burocrática acima dos cidadãos e da sociedade. Na democracia romana, porém, especialmente a partir do Império, o Estado se erguia acima da sociedade, se profissionalizando e se burocratizando cada vez mais. Na democracia burguesa ele atinge seu ápice. Acima da vontade livre dos cidadãos e das forças vivas da sociedade civil se encontra a vontade superior da burocracia estatal, cada vez mais ampla, permanente e profissionalizada. Com a emergência da burocracia estatal, a sociedade será definitivamente afasta-

da do comando do Estado. Com Luís Bonaparte, por isso, acima de todos os poderes civis se erguerá o poder executivo burocrático e militar, separado e livre do controle da sociedade.

A democracia senatorial romana não teria passado, por esses aspectos, de uma mera paródia da democracia originada na Grécia. Segundo Hegel (1974, p. 524), o governo de Roma nunca passara de uma aristocracia. O mesmo raciocínio poderia ser aplicado à análise da democracia burguesa. Comparada com a democracia romana, ela também não passaria de mera paródia. Comparada duplamente com as democracias grega e romana, ela não passaria, então, de uma mera paródia da paródia. Por isso, a ironia de Marx contra a república francesa e Luís Bonaparte, considerados por ele como meras caricaturas grotescas do passado romano especialmente. Diante do passado, Luís Bonaparte, segundo Marx, nunca teria passado, por esses motivos, de um farsante e *herói de piquenique* (Marx, 1988, p. 47).

O *bonapartismo*, como procuraremos mostrar, seria, então, a consequência necessária do fim da modernidade capitalista, do esgotamento de suas energias revolucionárias e da necessidade de salvá-la a qualquer preço de suas contradições insolúveis – das que existem entre o campo e a cidade –, mas principalmente, da revolução socialista. Esgotada historicamente, a modernidade burguesa buscará nas supostas glórias do passado europeu a sua inspiração reacionária. O *bonapartismo*, como tentaremos mostrar, deve ser concebido, por isso, como uma vitória do campo sobre a cidade – o oposto direto da modernidade.

Mas, mais importante que uma vitória do campo sobre a cidade, a vitória de Bonaparte representa, sobretudo, a passagem da Modernidade para a decadência contemporânea e a vitória da barbárie capitalista com suas camadas sociais intermediárias e parasitárias sobre as forças do futuro: as forças do proletariado revolucionário. Marx demonstra esse argumento da decadência e regressão ao passado mostrando que desde 1789 até 1848 a revolução na França seguiu um curso progressista, onde cada classe posta no poder era logo em seguida derrubada por uma classe mais avançada. Seguindo esse curso, o domínio dos constitucionalistas foi seguido pelo dos girondinos, e o domínio destes pelo dos jacobinos. Assim, a revolução moderna francesa se desenvolvia até 1848 “ao longo de uma linha ascensional” (Marx, 1988, p. 23).

A partir de 1848, porém, o curso da revolução seguirá uma linha inversa. O partido proletário, o mais avançado de todos, tornar-se-ia agora mero apêndice do partido pequeno-burguês democrático, sendo traído e

abandonado por ele ao longo das lutas. O partido pequeno-burguês democrático, por sua vez, atuaria agora como mera extensão do partido republicano burguês, que logo que alcançava seu triunfo o abandonava e se apoiava sobre os ombros do partido da ordem. Este, por sua vez, desbancaria de seus ombros o partido republicano para em seguida se apoiar sobre os ombros das Forças Armadas, quando, então, ver-se-ia sacudido pelas baionetas de Bonaparte. Nesse movimento inverso “cada partido ataca por trás aquele que procura empurrá-lo para a frente e apóia-se pela frente naquele que o empurra para trás”, diz Marx (1988, pp. 23 e 24). A revolução permanente de 1789 converter-se-ia assim, em contrarrevolução permanente, movendo-se desse modo em linha descendente e regressiva (Marx, 1988, p. 24).

2. O golpe de Luís Bonaparte e o fim da Modernidade burguesa

2.1. As raízes do golpe e as contradições da luta contra o socialismo

Marx explica em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* que de fevereiro de 1848 a dezembro de 1851, as principais classes da sociedade francesa haviam se posto em luta aberta pelo controle do Estado. Ao final do processo, tanto a burguesia quanto o proletariado urbano estavam derrotados e em seu lugar governava o estrato mais baixo da grande e ilustrada sociedade francesa: o *lumpem-proletariado* organizado na *Sociedade de 10 de dezembro* de Luís Bonaparte.

Marx descreve o golpe de Estado desferido por Bonaparte em dezembro de 1851 como o resultado necessário da incapacidade demonstrada tanto pela burguesia quanto pelo proletariado para controlar o poder de Estado e governar a França a partir de seus próprios interesses de classe. Em meio ao vazio e à instabilidade de poder que se criaram durante o período de crise política, crise que se inicia em 1848 e se desenvolve até 1851, surgiram, por isso, as baionetas e as botas de Luís Bonaparte.

A *Sociedade de 10 de dezembro* era, segundo Marx, uma associação supostamente beneficente, surgida em 1849, dirigida por Luís Bonaparte e formada pela escória mais baixa da sociedade francesa. Participavam dela, segundo Marx, arruinados e aventureiros, rebentos da burguesia, vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragi-

dos das galés, chantagistas, saltimbancos, trapaceiros, jogadores, donos de bordéis, trapeiros, mendigos e etc. Enfim, a sociedade beneficente de Bonaparte era composta pela “ralé” da sociedade francesa. “Sociedade beneficente no sentido de que todos os seus membros, como Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às expensas da nação laboriosa”, diz ironicamente Marx (1988, p. 44).

Para Marx, o golpe militar de Bonaparte teria posto definitivamente um fim nas pretensões da burguesia iluminista francesa em organizar a sociedade segundo os princípios da democracia representativa, dos partidos políticos e da república parlamentar. Bonaparte, por isso, não teria feito – ao vestir as máscaras e vestes romanas e ao tentar dar ao seu domínio uma face grandiosa e revolucionária – mais do que parodiar a história antiga e lançar a sociedade francesa no retrocesso do domínio puro e simples do sabre e da violência direta.

Como diz Marx (1988, p. 8), com Bonaparte, um trapaceiro e aventureiro:

[...] todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta... surgem novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos, que já se haviam tornado assunto de erudição de antiquário, e os velhos esbirros da lei que há muito pareciam desfeitos na poeira dos tempos.

O golpe, contudo, não teria surgido do nada. Ele possuía raízes nas próprias contradições da sociedade francesa e, especialmente, de seu regime político: a democracia republicana. Segundo Marx, a própria Constituição republicana teria aplainado o caminho e preparado a ascensão e golpe de Bonaparte.

A história do golpe é dividida por Marx em três períodos: o período de fevereiro de 1848, data da queda da monarquia de Luís Felipe por uma onda revolucionária e da instalação da Assembleia Constituinte; o período da Assembleia Nacional Constituinte; e o período da Assembleia Nacional Legislativa. O período de fevereiro foi o das guerras de barricadas e da luta contra o passado monárquico. Seu resultado natural foi a instauração da Assembleia Nacional Constituinte, eleita para reformar o sistema político do país e instaurar a república parlamentar. Como diz Marx, à monarquia burguesa só poderia suceder a república burguesa. Esta, contudo, só poderia se consolidar plenamente com a derrota do proletariado revolucionário de Pa-

ris, derrota que de fato ocorre no mês de junho de 1848, na chamada Insurreiçã de Junho, uma tentativa frustrada por parte do proletariado de transformar a república parlamentar burguesa numa república socialista.

Com o proletariado derrotado, dirá Marx, a burguesia teria preparado o terreno para sua própria derrota para Bonaparte. Os republicanos tinham salvado a república do proletariado e do socialismo empunhando as palavras de ordem de defesa da propriedade, da família, da religião e da ordem. Com estas palavras os republicanos teriam, ainda segundo Marx, ensinado Bonaparte em como derrotá-los mais tarde defendendo a sociedade da anarquia do parlamento. Foi assim, com as mesmas palavras de ordem levantadas para derrotar o proletariado, que Bonaparte teria destruído a república, instaurado sua ditadura e assassinado a sangue frio milhares de republicanos franceses. Com o proletariado derrotado em guerra pelos republicanos, foi fácil, então, para Bonaparte derrotar a burguesia republicana. Isolada, ela já não tinha mais onde buscar socorro. Ela mesma havia destruído seu aliado natural contra as pretensões bonapartistas.

2.2. As contradições da república constitucional

Em sua luta contra o proletariado revolucionário, os republicanos franceses teriam, também, aplainado o terreno para a corja de Bonaparte ao tornarem nulas as conquistas práticas da revolução de fevereiro, especialmente a conquista das liberdades pessoais e da defesa do indivíduo diante da violência e arbítrio do Estado. Marx cita diversos exemplos de paradoxos da nova Constituição Francesa que permitiram a Bonaparte desmoralizar a república parlamentar e instaurar seu regime de terror e violência.

Entre vários, cita a questão da liberdade individual e a do ensino. A liberdade absoluta do cidadão francês era afirmada para logo em seguida ser limitada e mesmo suprimida pela nova lei. Os cidadãos franceses gozam do direito de associação, de reunir-se pacificamente e desarmados, de formular petições e de expressar livremente suas opiniões. Contudo, dizia a mesma lei, o gozo desses direitos pode sofrer as restrições “impostas pelos direitos iguais dos outros e pela segurança pública” (MARX, 1988, p. 16). A mesma situação ocorria com o ensino. O ensino, dizia a nova lei, a princípio é livre, mas, “a liberdade de ensino será exercida dentro das condições estabelecidas pela lei e sob o supremo controle do Estado” (MARX, 1988, p. 16). A sociedade civil seria, a princípio, livre, dizia a nova Constituição, contudo, caberia ao Estado, em última instância, regular os movimentos

dessa mesma sociedade. Desse modo, diz Marx (1988, pp. 16-17), “cada parágrafo da Constituição encerra sua própria antítese... isto é, liberdade na frase geral, ab-rogação da liberdade na nota à margem”.

Uma nova antítese era encontrada na divisão de poderes entre a Assembleia Legislativa e o Presidente. Essa divisão permitiria a Bonaparte, que já governava a França como presidente eleito desde 1849, disputar periodicamente com o parlamento o direito supremo de dirigir o Estado e o conjunto da nação. A constituição, desse modo, “não só consagra a divisão de poderes... como a amplia a ponto de transformá-la em uma contradição insolúvel”, diz Marx (1988, p. 17).

De um lado está o poder legislativo, com seus setecentos e cinquenta representantes do povo, eleitos por sufrágio universal, que detém, entre outros, a onipotência do direito de elaborar a lei. De outro, está o poder de fato, com o presidente e seus ministros. O presidente detém, paradoxalmente, diz Marx (1988, p. 17), no interior de uma república parlamentar burguesa, “todos os atributos do poder real”, todos os recursos do poder executivo e a autoridade absoluta para nomear e demitir ministros. O presidente, no interior de uma república parlamentar, tem atrás de si “todo o poder das Forças Armadas” (MARX, 1988, p. 18). Enquanto a Assembleia Nacional, esvaziada de poder real e de fato, estava constantemente exposta às críticas da opinião pública, o presidente levava uma vida oculta e intocada em sua residência presidencial.

Desse modo, diz ironicamente Marx (1988, p. 18), “enquanto a Constituição [Constituição elaborada por uma assembleia de deputados parlamentares] outorga poderes efetivos ao presidente, procura garantir para a Assembleia Nacional o poder moral”. Assim, diz Marx (1988, p. 18), “ela mesma [a Constituição republicana] provoca, portanto, a sua violenta destruição”. A fraqueza da Constituição republicana francesa se resumia, assim, no fato de ela não romper absolutamente com o passado monárquico do país e no fato de conservar instituições políticas inteiramente em desacordo com os princípios de uma verdadeira república parlamentar burguesa. Sua fraqueza foi a de conservar uma divisão de poderes que esvaziava completamente a assembleia parlamentar da posse do poder real transferindo-o para a presidência do país – um anacronismo do passado e herança tardia do consulado romano. Assim, diz Marx (1988, p. 72), “a França de hoje já estava contida, em sua forma completa, na república parlamentar. Faltava apenas um golpe de baioneta para que a bolha arrebentasse e o monstro saltasse diante dos nossos olhos”.

A burguesia republicana teria sido deposta do parlamento por Bonaparte por conta de seu próprio cretinismo parlamentar, diz Marx, por conta de sua própria tagarelice vazia e de sua incapacidade para tomar verdadeiramente a direção do país e organizá-lo como uma nação burguesa no sentido pleno da palavra. Enredada em suas próprias contradições, amedrontada pela possibilidade da revolução proletária e do socialismo, e mais preocupada com seus negócios privados do que com os negócios públicos, a burguesia francesa aceitou a derrota da república e se curvou vergonhosamente ao domínio tirânico de Bonaparte.

Ansiosa por ordem e paz na sociedade, intranquila com as constantes brigas entre seus representantes parlamentares na assembleia e Bonaparte, “a aristocracia financeira tornou-se bonapartista”, diz Marx (1988, p. 62). Do mesmo modo, agiria a burguesia industrial. Em seu fanatismo pela ordem, a burguesia industrial também se irritava com as disputas em que seu partido, o partido da ordem, se empenhava no parlamento com o poder executivo e o aventureiro e chefe do *lumpem-proletariado* francês. Ao aderir à Bonaparte, a burguesia industrial teria demonstrado, diz Marx (1988, p. 63), “que a luta para manter seus interesses públicos, seus próprios interesses de classe, seu poder político, só lhe trazia embaraço e desgostos, pois constituía uma perturbação dos seus negócios privados”.

A classe burguesa em geral teria abdicado de seu próprio domínio e entregue o país à massa parasitária da sociedade para poder “entregar-se então a seus negócios particulares com plena confiança, sob a proteção de um governo forte e absoluto” (MARX, 1988, p. 64). Bonaparte, diz Marx, conhecia a mente e a vontade geral da burguesia pela alta constante da bolsa de valores. Segundo Marx, a cada vitória de Bonaparte sobre o parlamento, e da ordem sobre a anarquia republicana, sucedia uma valorização dos títulos públicos franceses e das ações capitalistas na bolsa.

Uma vez que a burguesia francesa se tornara bonapartista ainda antes do golpe, que ela abandonara seus parlamentares na assembleia, que ela virara as costas para o poder e a administração pública, que ela cuspiam ferozmente sua cólera contra seus ideólogos da imprensa acusando-os de anarquistas e inimigos da ordem, Bonaparte se lançava, então, com toda força ao golpe e à destruição da república parlamentar. A burguesia nada faz para proteger seus representantes republicanos e o país, então, é entregue a uma corja de aventureiros e trapaceiros liderados por Bonaparte. Abandonados por sua classe, os parlamentares e ideólogos burgueses serão

então caçados em suas próprias casas pela Guarda Nacional bonapartista, assassinados, encarcerados e deportados para fora do país.

2.3. As contradições entre a cidade e o campo

Marx se perguntava em nome de quem Luís Bonaparte aplicou sobre o país o golpe de Estado que pôs fim à Segunda República? Em nome de que interesses a França ilustrada cedeu o poder de Estado para uma soldadesca ignorante que se deixava corromper com festas animadas por vinho e salsichões? Segundo Marx, foi assim que Bonaparte conquistou a simpatia dos soldados da Guarda Nacional: distribuindo bebida barata e salsichas nos quartéis!

Com Bonaparte teria subido ao poder, segundo Marx, uma série de camadas intermediárias da sociedade que não possuíam nenhuma relação com as forças produtivas da riqueza capitalista. Entre elas, podemos citar, em primeiro lugar, o camponês enriquecido e atrasado do interior do país. Em segundo lugar teria ascendido a massa apodrecida do proletariado, o *lumpem-proletariado*, composto pela camada da classe trabalhadora afastada do processo de produção e que vive à custa da caridade pública, do crime e de todo tipo de atividade espúria. Junto deles teria ascendido a massa da burocracia estatal, especialmente a massa dos militares, os milhões de funcionários a serviço do Estado, sempre ávidos em acumular poder e benefícios particulares. Por isso, com Bonaparte no poder e a destruição do parlamento como canal de comunicação da sociedade civil com o Estado, “tudo se torna parte da instituição do suborno” (MARX, 1988, p. 81). Com o domínio militar da sociedade, “todo posto do exército ou na máquina do Estado converte-se em meio de suborno” (MARX, 1988, p. 81). Ao lado dessas camadas estaria ainda o dejetos da Idade Média, a Igreja e os padres católicos, agora responsáveis pela “educação pública” e pela formação intelectual da França fundadora da Filosofia Moderna e do Esclarecimento.

Se não fora posto no poder nem pelo proletariado revolucionário e nem pela burguesia republicana, que classe da sociedade francesa Luís Bonaparte pretenderia, dali em diante, representar no Estado? De acordo com tese clássica de Marx e Engels exposta em *O Manifesto Comunista*, de 1848, todos os fenômenos políticos expressam sempre, mesmo que mediados por muitas formas e interferências externas, determinadas correlações de forças entre as diferentes classes da sociedade em luta pela

defesa de seus interesses econômicos. De acordo com essa tese, todos os partidos e agrupamentos políticos com certa representatividade e programa definido representam sempre, em última instância, certos interesses de classes. Os partidos e agrupamentos políticos, assim como os governos que estes dirigem, de acordo com essa tese, não pairam no ar, acima das classes. O governo de Bonaparte, contudo, por ser um governo composto por quadros militares oriundos do próprio aparelho de Estado, por ser avesso à democracia representativa e às diversas formações partidárias, por não possuir uma relação direta com as diferentes classes da sociedade francesa, por aparecer representando “o povo”, parecia negar essa tese.

Marx respondia esta questão, aparentemente contraditória, demonstrando que o golpe de Luís Bonaparte e seu governo ditatorial, apesar de aparentar flutuar acima de todos os interesses de classe da sociedade francesa, na verdade possuía raízes na estrutura econômica e social do país. Segundo Marx, Bonaparte não flutuava no ar. Ele representava a massa dos camponeses ricos surgida com as leis de terras de Napoleão Bonaparte, mas que agora se encontrava em rápido processo de empobrecimento e que, ainda na metade do século XIX, compunha a maioria da nação francesa. Bonaparte e a *Sociedade de 10 de dezembro* representavam, diz Marx (1988, p. 74), “a dinastia dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês”.

Que relação, contudo, poderia ter Bonaparte e a *Sociedade de 10 de dezembro* com a massa dos camponeses? Como poderia uma massa inteira de produtores, a maioria da nação francesa, que possuía na época em torno de 25 milhões de habitantes, se deixar dirigir politicamente pela camada mais baixa e deteriorada da população representada por Bonaparte, o príncipe do *lumpem-proletariado*, como lhe chamava Marx?

Marx respondia dizendo que esta contradição deveria ser encontrada analisando-se a natureza dúbia do campesinato. O camponês, por sua própria natureza, dizia Marx, é incapaz de se auto-representar politicamente. Como massa atrasada, o campesinato necessita sempre ser representado por forças políticas exteriores ao seu meio. Sua dispersão pelo interior do território, seu isolamento econômico e sua vida puramente individual o incapacitavam para transformar-se numa força histórica capaz de representar-se a si mesmo na luta política com um partido e programa próprios e independentes das outras classes.

No inacabado capítulo 52 do Livro Terceiro de *O Capital*, Marx deixa claro quais os setores da sociedade capitalista cabem dentro do conceito de classe social. Segundo ele, o proletário, o capitalista e o proprietário de terras formam as três grandes classes sociais da sociedade capitalista. Cada um destes agrupamentos forma uma classe social porque seus diferentes indivíduos comungam a característica de viver das mesmas fontes de renda; respectivamente: da exploração de sua força de trabalho, do capital e da renda da terra. Marx explica em várias passagens do Livro Terceiro, especialmente naquelas que tratam da renda da terra, que os camponeses se caracterizam pela circunstância de existirem como proprietários independentes, isto é: independentes da relação capitalista de produção. Como tais, eles vivem à margem da sociedade capitalista e são continuamente arruinados por ela. Os camponeses não são um produto do desenvolvimento capitalista, mas, sim, um resíduo da decomposição da Idade Média europeia especialmente, formando uma camada social transitória e intermediária entre o servo-de-gleba e o proletariado.

A massa dos camponeses, por isso, segundo Marx, forma uma classe social apenas num sentido muito fraco e genérico, porque, por suas características e heterogeneidade, não cabe nem na classe do proletariado, nem na classe da burguesia, e nem mesmo entre a classe dos grandes proprietários de terras. Os camponeses formam uma classe social, desse modo, apenas no sentido de que pertencem a uma massa de homens com um modo de vida e cultura distintos da massa de operários, capitalistas e proprietários fundiários.

Enquanto o proletariado vive da venda de uma única mercadoria, a força de trabalho e, por isso, seus diferentes indivíduos partilham as mesmas relações com a burguesia, os camponeses se caracterizam por formarem uma massa de proprietários mais ou menos independentes que vive da venda das mais diferentes mercadorias e alimenta diferentes perspectivas em relação ao capitalismo. Enquanto o conjunto do proletariado tem sua vida regulada pelas oscilações no mercado de compra e venda de força de trabalho e do nível geral de salários, os camponeses têm suas vidas reguladas pelas oscilações nos mais diferentes mercados de mercadorias, especialmente no mercado de meios de subsistência. Enquanto o proletariado vive geralmente aglomerado em bairros da periferia dos grandes centros industriais e pratica um trabalho coletivo no interior das grandes fábricas, os camponeses vivem dispersos pelo interior do país e isolados uns dos outros pela propriedade privada, e praticam um regime de trabalho individual.

Entre os pequenos proprietários impera uma miríade de relações com a terra que vão desde a propriedade plena até a ausência completa de propriedade – como no caso dos sistemas de arrendamento. Entre os camponeses existem desde pequenos proprietários que trabalham exclusivamente com força de trabalho familiar até médios e grandes proprietários que empregam trabalho assalariado – seja regular ou sazonalmente. Muitos camponeses empobrecidos ainda dividem sua vida em trabalho na própria propriedade e trabalho sazonal assalariado para os médios e grandes proprietários da região.

Assim, entre os camponeses impera muito mais a dispersão, o isolamento, a heterogeneidade e a fragmentação. Marx (1988, p. 75) os comparava a uma grande massa da sociedade formada pela mera adição de grandezas homólogas, “da mesma maneira pela qual batatas em um saco constituem um saco de batatas”. Os camponeses, por estarem isolados e dispersos pelo interior do país, estão fora da política. Como para os gregos, Marx entende que a política é uma atividade de homens já reunidos pela cidade e não uma atividade isolada e dispersa como a do homem do campo. Por isso, os camponeses formam uma massa social que precisa ser dirigida pela cidade e suas classes sociais. Os camponeses em geral, por este motivo, “são incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome” (MARX, 1988, p. 75). Os camponeses em geral, deste modo, “não podem representar-se, têm que ser representados” (MARX, 1988, p. 75).

Por isso, na concepção de Marx, o campesinato foi representado na França de Luís Bonaparte por um estrato social que em nada se assemelhava ao seu modo de vida e de trabalho. O que havia de irônico na história política dos camponeses franceses da metade do século XIX era o fato de terem sido representados pelos amigos de Luís Bonaparte: o *lumpem-proletariado* e os soldados beberrões e comedores de salsicha da Guarda Nacional.

O camponês representado por Luís Bonaparte no governo do Estado francês, contudo, não era mais o camponês revolucionário da época da revolução, mas, sim, o camponês conservador dono de um pequeno lote de terra recebido do Imperador Napoleão. Este camponês-proprietário, mais do que mudar o estado de coisas exigido pelas novas condições históricas do capitalismo, pretendia apenas conservá-lo em seu benefício. A França das luzes, da filosofia e da grande revolução de 1789 foi, assim, através do golpe de Bonaparte, lançada ironicamente nas mãos da massa economicamente mais atrasada do país, nas mãos do camponês em processo de empobrecimento que pretendia somente deter o desenvolvimento capitalista

a seu favor. Por isso, dizia Marx (1988, p. 76), “Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado”.

Teria Luís Bonaparte, porém, por representar o camponês decadente, realmente governado em nome dos interesses do campo? Teria ele instituído uma república democrática camponesa na França e resolvido o problema da histórica decadência da pequena propriedade? Marx afirma categoricamente que não! Apesar de representar os camponeses ricos em processo de empobrecimento, Bonaparte não governou para eles. Segundo Marx, não havia na França, nem poderia haver em qualquer outra parte do mundo, a possibilidade de se construir regimes de governos híbridos ou intermediários entre os governos da burguesia e da classe operária. Os camponeses, como camada atrasada e intermediária, e os partidos e organizações que lhes representam, só podem subordinar-se à classe capitalista ou ao proletariado. Bonaparte, por isso, apesar de apoiar-se nos camponeses e ser seu senhor e representante acabava governando para a grande burguesia.

Segundo Marx, a burguesia francesa – a alta aristocracia financeira, os industriais e os comerciantes – como já dissemos, cansara-se da longa e monótona disputa entre seus partidos e Bonaparte na virada da primeira para a segunda metade do século XIX. Desejosa de ordem para poder enriquecer, a burguesia rapidamente rompeu com seus principais partidos instalados no Parlamento e aliou-se à Bonaparte em sua luta contra o proletariado. A burguesia francesa, assim, segundo Marx, ao apoiar a ditadura de Bonaparte e o fim da República, trocara seus interesses políticos e gerais de classe pelos mais sórdidos e mesquinhos interesses particulares. Bonaparte, apesar da retórica anticapitalista e de combater os partidos burgueses no Parlamento, apesar de prometer salvar os camponeses da falência e governar para toda a França, acabou sendo, no fundo, um governo burguês e contrarrevolucionário.

O governo ditatorial e violento de Bonaparte teria, então, sido uma “reação dos camponeses... uma reação do campo contra a cidade” (MARX, 1988, p. 20), que teria encontrado um grande apoio entre os mais diversos segmentos da sociedade. Em primeiro lugar, teria encontrado apoio no exército e nas glórias que ele alcançaria ao tomar o poder. Em segundo lugar, teria encontrado apoio entre a alta burguesia, a financeira e industrial especialmente, que saudou Bonaparte como o verdadeiro defensor da ordem e do país contra o proletariado e o socialismo. Em terceiro lugar, teria

encontrado apoio entre a massa do *lumpem-proletariado*, que via em Bonaparte a salvação de sua miséria e flagelo social.

O bonapartismo se explicaria, então, segundo a teoria política de Marx, por uma combinação de interesses das mais diversas camadas intermediárias da sociedade – e ainda, obviamente, da grande burguesia financeira e industrial, que se encontra no ápice da divisão social – que não alimentam nenhum interesse em desenvolver as forças produtivas e espirituais do país, mas, ao contrário, alimentam exclusivamente – exceto os próprios camponeses, que lutam apenas por sua auto-conservação – o interesse em saqueá-lo a seu favor. De modo geral, o bonapartismo é uma forma de governo absolutamente inimiga do socialismo e do liberalismo republicano.

O regime bonapartista se explica, por isso, pela existência de um vazio de poder na sociedade, pela incapacidade, por um lado, da burguesia afirmar seu próprio regime de poder – o parlamentar e republicano – e, por outro lado, pela incapacidade da classe operária impor o seu próprio regime – a ditadura revolucionária. Em meio a esse vazio, surge, assim, o tirano Bonaparte – a paródia moderna do cesarismo – e sua massa de camponeses, soldados e esfomeados pondo fim ao republicanismo e inaugurando uma nova era na vida civil moderna: a era do imperialismo e do domínio do poder militar, da corrupção das instituições políticas modernas e do domínio das tiranias decadentes.

Conclusão

Conforme procuramos demonstrar, na concepção de Marx o bonapartismo, como regime de governo, se opõe radicalmente aos princípios do regime republicano. Em lugar do acordo e do consentimento espontâneo dos cidadãos são postos a corrupção, o medo e a coação violenta; em lugar da magistratura submetida à lei e de magistrados escolhidos livremente entre a massa dos cidadãos surge o tirano imposto pela força e a violência e governando acima da sociedade e da lei; em lugar da alternância do poder vem a perpetuação do tirano e seus pares; em lugar da promoção do bem público e das forças produtivas e espirituais da sociedade surge o governo interessado mera e puramente no saque do Estado e da sociedade.

Em lugar dos representantes dos cidadãos reunidos em assembleia surge o tirano e seus partidários como detentores absolutos da soberania;

em lugar de uma república de iguais surge o domínio exclusivo do grande capital e dos monopólios sobre o conjunto da sociedade; em lugar de representantes parlamentares diretamente eleitos pela sociedade para representar seus diferentes interesses diante da esfera pública surgem os lobistas contratados a peso de ouro pelo monopólio das finanças e da grande indústria, além da corrupção da alta magistratura; em lugar do aparato profissional dos partidos políticos surgem os aparatos militares e violentos – legais ou ilegais – dos aventureiros e mercenários profissionais sustentados pelos cofres do Estado.

Em lugar das classes sociais, da luta de classes e do debate político acerca de seus projetos e interesses surgem a burocracia estatal – e não só, mas ainda a burocracia sindical, o *lumpem-proletariado*, o campesinato e, ainda, os chamados “movimentos sociais” – como atores políticos centrais; em lugar da consulta ao parlamento e às assembleias nas questões mais importantes para a nação surgem os plebiscitos e a “democracia” da consulta popular; em lugar de leis elaboradas pelo parlamento surgem as “leis” editadas diretamente pela vontade do tirano; em vez da segurança e da liberdade individual surgem o terror estatal, o medo e a paralisia da sociedade civil.

Todos os novos agentes políticos postos pelo bonapartismo – como a burocracia estatal, o *lumpem-proletariado*, os camponeses, os movimentos sociais e populares, e “o povo” – aparecem, na verdade, como formas de bloquear a roda da história fundada na luta entre as classes diretamente vinculadas à produção da riqueza. Nenhum destes novos agentes possui capacidade para representar os interesses gerais da sociedade e fundar uma nova forma de produção superior à forma capitalista. Nenhum destes agentes está ligado diretamente à produção material da riqueza capitalista – a maior parte está na verdade interessada apenas em sua destruição pelo consumo.

A burocracia estatal está interessada apenas na expansão do Estado e no aumento da arrecadação de riquezas pelo tesouro nacional. O *lumpem-proletariado* é resultado da decomposição da classe trabalhadora pela brutalidade da acumulação capitalista e sobrevive somente à custa do Estado. Os camponeses formam uma massa de homens dispersos e fragmentados que é resultado da decomposição de diversas formas pré-capitalistas de produção – e como já mostramos, são incapazes de apresentarem-se à sociedade como uma classe organizada em si e para si mesma. Além disso, os camponeses mais ricos só estão interessados em conseguir crédito estatal

barato, perdão de dívidas impagáveis, seguro contra acidentes climáticos para seus negócios e preços convenientes para seus produtos garantidos pela força do Estado contra as forças do mercado. Os chamados movimentos sociais – uma mistura gelatinosa de todas estas camadas sociais intermediárias e decadentes – são, por isso, absolutamente incapazes de apresentarem-se à sociedade como sua direção política e intelectual. A única classe capaz de representar o futuro de modo original e verdadeiro, por isso, segundo Marx, seria o proletariado industrial organizado em torno de um partido e programa comuns.

O bonapartismo se funda, em última instância, portanto, como mostrou Marx, na crise de direção do proletariado e na sua incapacidade para se constituir como classe verdadeiramente revolucionária. O bonapartismo não é, por isso, um regime oposto em suas raízes ao regime burguês. Ele se opõe apenas formalmente ao nível da superestrutura jurídica e política. Ele se opõe apenas à forma republicana de governo, mas não aos fundamentos econômicos do capitalismo. Diante da crise das instituições políticas clássicas da burguesia, o bonapartismo converte-se, deste modo, na principal tábua de salvação do regime capitalista em sua fase de agonia. Diante de Estados e Parlamentos cada vez mais corrompidos e decadentes, o bonapartismo surge como o único regime político capaz de garantir certa ordem política ao capitalismo em crise.

Não existem, por isso, bonapartismos de esquerda ou de direita. Todo regime bonapartista é um regime anti-socialista e anti-operário em suas raízes. Não existem bonapartismos progressistas – que mereçam certo apoio do movimento operário, mesmo que um apoio crítico –, em oposição aos bonapartismos reacionários e de extrema-direita. O bonapartismo não representa o futuro socialista e os interesses históricos do proletariado, mas, sim, os interesses parasitários e conservadores de uma série de camadas intermediárias e decadentes da sociedade capitalista que não possuem nenhum interesse em revolucioná-la. De acordo com Marx, apenas a massa dos camponeses pequeno-proprietários poderia alimentar sonhos revolucionários como os sonhos do proletariado. Mas, como já mostramos, essa massa só poderá ser revolucionária caso existir uma direção proletária revolucionária que a dirija. Caso contrário, essa massa servirá de base ao bonapartismo e à contra-revolução permanente fundada a partir da crise da modernidade.

Não cabe, por isso, ao movimento revolucionário dos trabalhadores prestar qualquer apoio aos regimes de governo bonapartistas – tanto

quanto aos republicanos, cada vez mais raros – mas, cabe sim, de acordo com as concepções de Marx, criar e desenvolver seu próprio partido e seu próprio programa contra o programa e os partidos da burguesia: o programa da ditadura revolucionária. Contra o avanço do bonapartismo só uma questão poderia interessar ao movimento revolucionário dos trabalhadores: a construção de seu próprio partido, de seu próprio programa e de seu próprio governo. Por isso, como dizia poeticamente Marx (1988, p. 09) criticando a nostalgia retrógrada do passado saudada como moderna e original por Luís Bonaparte e seus apoiadores:

A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mãos de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos.

Referências

ARISTÓFANES. **As vespas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

DENIS, Henri. **História do Pensamento Econômico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

FINLEY, Moses. **Economia e Sociedade na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GARLAN, Yvon. **Guerra e Economia na Grécia Antiga**. Campinas: Papirus, 1991.

GLOTZ, Gustave. **História Econômica da Grécia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1946.

HEGEL, G. W. F. **Lecciones sobre la filosofía de la historia universal**. 4. Ed. Madrid: Revista de Occidente, 1974.

MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. In: **Karl Marx – Os Pensadores**. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

POLIBIO. **Historias**: Libros V a XV. Espanha: Gredos, 1981.

SUETONIUS. **Lives of the Twelve Caesars**. USA: Penguin Classics, 2003.

VERNANT, Jean Pierre & NAQUET, Pierre-Vidal. **Trabalho e escravidão na Grécia antiga**. Campinas: Papyrus, 1989.

2

O 18 DE BRUMÁRIO E AS LIÇÕES SOBRE A SUBVERSÃO CONSTITUCIONAL: A CONTRIBUIÇÃO DE MARX E DE LOSURDO À COMPREENSÃO DAS EXPERIÊNCIAS CONSTITUCIONAIS MODERNAS

Adamo Dias Alves¹

Passados quase cento de cinquenta anos da tríade de obras de Karl Marx sobre as experiências políticas francesas no século XIX, as reflexões do filósofo alemão, que tinha por objetivo mudar o mundo, permanecem atuais auxiliando o processo de esclarecimento humano e autocompreensão do mundo. As obras *As lutas de classes na França* (2012), *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2008) e *A guerra civil na França* (2011) formam a base da reflexão de Marx sobre as características da sociedade francesa, suas instituições, seu processo histórico e, sobretudo, as limitações do Estado Liberal.

Partindo da obra *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, pretende-se confirmar que as análises apresentadas por Marx, em 1852, ainda são úteis para se pensar um fenômeno atual que ressurgiu de tempos em tempos, que é a subversão da Constituição moderna gerada pelo bonapartismo, fenômeno percebido por Marx na obra que versa sobre o golpe de Luís Bonaparte.

Por outro lado, não é possível tratar do aprendizado político gerado pelo golpe de Napoleão III, seus desdobramentos em outros contextos, após a morte de Marx, sem fazer referência a um importante filósofo italiano, que há mais de duas décadas retomou a interpretação histórica sobre o processo de luta pelo sufrágio universal, com seus processos des-emancipatórios e o risco do bonapartismo que é o pensador Domenico Losurdo com sua obra *Democracia ou Bonapartismo* (1993; 2004).

¹ Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor Adjunto de Direito Constitucional do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG. adamodias@ufmg.br

Pretendemos neste breve texto recuperar não somente a obra de Marx, mas também a contribuição de Losurdo sobre os golpes de estado que emergem com frequência na modernidade quanto a estrutura da sociedade liberal enfrenta suas limitações e vivencia seu esgotamento. Com este processo pretendemos reafirmar mais uma vez que o paradigma liberal encontra-se superado, apesar da última incursão neoliberal de vários governos ocidentais, e mais do que isso, como o socialismo democrático que orienta as reflexões em torno de um paradigma procedimental do Direito, da sociedade e do Estado se faz necessário para que possamos nos contrapor ao maior desafio do constitucionalismo contemporâneo, que é o bonapartismo.

1. O movimento constitucional francês e sua compreensão por Marx

Ao se estudar o movimento constitucional francês do século XIX, é comum que os pesquisadores se deparem com um conjunto das mais variadas referências que tradicionalmente apontam para a leitura das obras de Rousseau (2011), Sièyes (2001), passe pelos discursos de Robespierre (1999), conheça as biografias e os escritos de Constant (1991; 1998) e Stäel (2009)², e as contribuições de Guizot (1849; 2008) e Tocqueville (2009a; 2009b; 2014), bem como de seus comentadores³.

Apesar da importância destes grandes pensadores para se compreender o movimento constitucional desencadeado na França no século XIX, entendemos que esta análise ficaria muito comprometida se não passasse pela crítica marxiana ao processo histórico francês. Marx ao analisar a política francesa de sua época, desenvolve uma reflexão marcada pela análise arguta das tensões constitutivas deste processo histórico, das aporias das instituições liberais (MARCUSE, 2011), do momento em que o modelo representativo burguês é questionado diante da reivindicação de maior participação política e efetivação dos direitos fundamentais, consagrados nas declarações de Direitos e nos textos constitucionais, enfim a tensão en-

² Um bom estudo sobre Stäel e Constant a partir da contribuição de autores do contextualismo linguístico e da escola francesa do político ver (FRELLER, 2019).

³ Sobre a forma como Guizot, Tocqueville e Montesquieu contribuem para a formação de sentido dos conceitos-fundamentais referentes às formas de governo na modernidade, remetemos à pesquisa de história conceitual desenvolvida por M. Richter, ver (RICHTER; BA-EHR, 2004; RICHTER, 2005).

tre os textos como promessas e uma realidade trágica e desigual de fruição de bens e direitos.

Portanto, estudar o constitucionalismo sem Marx é conceber um processo sem as tensões e contradições existentes na realidade. Significa desenvolver uma leitura tradicional e dual de mundo composta por uma idealidade expressa nos textos constitucionais, nas declarações e discursos e, do outro lado, uma realidade a qual estes textos não correspondem, incorrendo em uma conclusão que meramente atesta um abismo, um hiato entre ideal e real, entre os textos constitucionais e a realidade social, com um déficit interpretativo gigantesco conforme a análise de Cattoni de Oliveira (2017).

Cattoni de Oliveira e sua teoria crítica da constituição (2017) explica que tratar o texto constitucional separado da realidade social é o mesmo que cindir uma realidade que só pode ser compreendida adequadamente se tivermos presente na leitura desta realidade os ideais que a nortearam, que foram objeto de disputa política, que frustrados quase a todo momento, atropelados pela sociedade burguesa, representam a dimensão de luta e a história não contada de luta pela emancipação social e por uma constituição como processo de luta e aprendizado social com o Direito, um Direito realmente pela e para a sociedade.

O constitucionalismo moderno é definido no meio jurídico, como a técnica de organização e limitação dos poderes, com fins garantísticos (CANOTILHO, 2003). Desta forma, quando falamos de constitucionalismo, ou melhor, em movimentos constitucionais modernos, fazemos referência à forma ou processo histórico de uma sociedade que busca se organizar para evitar o arbítrio, a opressão e exploração humanas, separando e limitando seus poderes políticos, com a finalidade de garantir a todos, aqueles bens considerados pela própria sociedade, essenciais para uma existência digna, os intitulados direitos universais do homem ou simplesmente os direitos fundamentais (FIORAVANTI, 2001; 2016).

Analisando o processo histórico de criação das constituições percebe-se que as primeiras eram compostas por uma descrição objetiva e clara da organização dos poderes e suas competências e, numa segunda parte, eram compostas por uma declaração de direitos, que em algumas experiências históricas vieram como um documento à parte. Os Direitos fundamentais, neste primeiro momento, representam a sentido negativo da liberdade, um espaço de atuação do cidadão e de não ingerência do Estado, sendo concebidos como direitos de defesa do indivíduo frente a ação do Estado,

direitos particularmente caros à classe burguesa, que são os direitos individuais e políticos (CATTONI DE OLIVEIRA, 2012).

O processo constitucional francês é descrito como a expressão de um grande experimentalismo político (BODINEAU; VERPEAUX, 2004). A França experimentou na modernidade nada menos que quinze constituições em que diversas formas de organizações do poder foram implementadas no todo ou ao menos em parte. Algumas explicações sobre a instabilidade das instituições francesas e de suas experiências constitucionais residem para alguns autores na ruptura de seu modelo constitucional com a tradição, o que ocorre como resultado do processo revolucionário francês e sua contraposição ao Antigo Regime (FIORAVANTI, 2016; CANOTILHO, 2003).

A ruptura com as experiências políticas do passado e a construção de um novo contrato social, resultado direto da ação de uma vontade geral (ROUSSEAU, 2011), vontade soberana e indivisível de uma nação para os franceses, compõem o que os constitucionalistas apontam como o legado do movimento constitucional francês para o constitucionalismo moderno: a teoria do poder constituinte e a experiência da soberania nacional ilimitada (FIORAVANTI, 2016; CANOTILHO, 2003; CATTONI DE OLIVEIRA, 2012).

O que se pretende trazendo a discussão de *O 18 de brumário* de Marx para esta problematização é asseverar que a experiência do movimento constitucional francês nos lega muito mais que o ideário da liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução francesa ou da teoria do poder constituinte ou a primeira experiência moderna da soberania nacional. Com Marx percebermos que a história política francesa nos lega uma experiência complexa marcada pela tensão entre projeto político e realização social, entre interesses da burguesia e dos trabalhadores, entre as formas republicanas e monárquicas de governo, entre revolução e restauração, emancipação e des-emancipação, constituição e golpes de estado.

O importante de recuperarmos essa discussão reside no fato de que é Marx, mais uma vez, quem evidencia as contradições da burguesia, que alçada ao poder no Estado Liberal (burguesia que num primeiro momento defende as constituições contra o Antigo Regime, redige as Primeiras Declarações de Direitos, que se afirma como parte do terceiro estado e se autoproclama poder constituinte) é justamente a classe social que negou a efetivação dos direitos por ela proclamados, à maioria da população, negando a participação política ao povo despossuído de bens e renda no exato momento em que ascende ao poder.

De forma sarcástica Marx (2008, p. 46-47) apontou este período marcado pelas contradições:

O período que temos diante de nós abrange a mais heterogênea mistura de clamorosas contradições: constitucionalistas que conspiram abertamente contra a constituição; revolucionários declaradamente constitucionalistas; uma Assembleia Nacional que quer ser onipotente e permanece sempre parlamentar; [...] um Poder Executivo que encontra sua força na sua própria debilidade e sua respeitabilidade no desprezo que inspira; uma república que nada mais é do que a infâmia combinada de duas monarquias [...], paixões sem verdade, verdades sem paixões, heróis sem feitos heroicos, história sem acontecimentos [...] o gênio coletivo oficial da França reduzido a zero pela estupidéz astuciosa de um único indivíduo.

Marx contribui para a compreensão da dinâmica histórica do processo de constitucionalização porque acentua na referida obra, como as condições materiais impactam o processo histórico (MARTIN; COWLING, 2002). As formas de processar a des-emancipação social do povo se dá de diversas formas e Marx no seu *O 18 de brumário* vai detalhar como que se deu este processo nos anos que antecedem o golpe de estado de Luís Bonaparte.

Analisando o processo de des-emancipação, Marx percebe na subversão constitucional, no golpe de Estado uma ação política que dissimula suas reais intenções e objetivos. Esta ação política se afirma republicana, emancipatória e participativa, mas na realidade mascara a implementação de um governo autoritário, centralizador, militarista, conservador dos grupos políticos burgueses que acossados veem numa liderança carismática, a manutenção de seus interesses.

Como vai destacar Engels (*Apud* Marx, 2008, p. 11), é uma situação tão inusitada que quase ninguém compreendeu:

Imediatamente depois do acontecimento que surpreendeu todo o mundo político como um raio caído de um céu sereno, e que foi condenado por uns gritos de indignação moral e acolhido por outros, como tábua de salvação contra a revolução e como castigo pelos seus erros, mas que apenas provocava o assombro de todos e não era compreendido por ninguém.

A experiência do golpe de Estado é registrada em outras obras daquele período. Dignas de nota temos: *Napoleão, o pequeno*, de Victor Hugo, e *Coup d'État*, de Proudhon. Porém as duas descrições acabavam por

engrandecer Luís Bonaparte. Marx (2008, p. 7-8) desenvolveu uma postura contrária. Tinha a preocupação em demonstrar como a luta de classes criou, na França, circunstâncias e condições que permitiriam a um “personagem medíocre e grotesco representar um papel de herói”. Marx despreza o salvador da ordem liberal, e critica com frequência a figura dos ditadores. Logo no início de seu texto destaca que:

Hegel observou certa vez, que todos os fatos e personagens de grande importância na história universal ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luis Blanc por Robespierre, a Montagne de 1845-1851 pela Montagne de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do 18 de Brumário (MARX, 2008, p. 16).

Marx percebe nos dois brumários a ocorrência de uma forma de governo em que é desautorizado o poder legislativo (o parlamento, que no Estado democrático representativo criado pela burguesia constitui o poder primário e central da organização dos poderes no séc. XIX), e em que se efetua a subordinação de todo o poder ao chefe do poder executivo, dirigido por um grande personagem carismático, que se apresenta como representante direto da nação, como garantidor da ordem pública e como árbitro imparcial diante dos interesses contrastantes das classes.

Contrariando Hegel que entende que os fatos importantes se repetem apenas duas vezes, Marx percebeu a ocorrência de outras tragédias e farsas de ditaduras bonapartistas ou de ditaduras com elementos bonapartistas, em um tempo descrito como de crise das instituições burguesas. Marx se preocupa com a maneira pela qual estava sendo descrita esta nova forma de governo, como ela estava sendo conceituada. Isto é percebido pelo prefácio à 2ª edição de *O 18 de brumário*, em que Marx afirma que espera com seu trabalho, contribuir para afastar o termo em voga no momento da edição do livro, que é cesarismo.

Para Marx, não se tratava no que diz respeito ao golpe de Luís Bonaparte de cesarismo. Cesarismo seria uma analogia superficial que se esquece o mais importante, que na antiga Roma a luta de classes se processava apenas entre uma minoria privilegiada, entre ricos cidadãos e os pobres cidadãos livres, enquanto a grande massa produtiva composta pelos escri-

vos estava excluída. Portanto, a diferença entre as condições materiais, econômicas, da luta entre as classes antiga e moderna é muito grande.

Para descrever a situação francesa, Marx utilizou o termo bonapartismo. Apesar de que raramente empregava o termo em suas obras, ele é muito empregado em sua correspondência com Engels. Segundo Pistone, para Engels e Marx:

[...] o bonapartismo é a forma de governo em que é desautorizado o poder legislativo, ou seja, o parlamento, que no Estado democrático representativo, criado pela burguesia, constitui o poder primário, e em que se efetua a subordinação de todo o poder ao executivo, dirigido por um grande personagem carismático, que se apresenta como representante direto da nação, como garante da ordem pública e como árbitro imparcial diante dos interesses contrastantes das classes” (PISTONE, 1994, p. 118).

Ainda segundo Pistone, para Marx e Engels a autonomia do poder bonapartista com relação à classe dominante seria pura aparência se o conteúdo concreto da política desenvolvido fosse coincidente com os interesses da classe dominante. A autonomia seria real ao nível de superestrutura política, em que foi desautorizado o parlamento, através do qual se exprime o poder político da classe dominante (PISTONE, 1994, p. 118).

Esta forma de governo surge numa situação crítica da sociedade civil que tem duas características fundamentais. Em primeiro lugar, a situação de conflito de classe com o proletariado extremamente agudo em que a classe dominante, para garantir a sobrevivência da classe burguesa, se vê obrigada a ceder seu poder político a um ditador que, com seu “carisma” e com os instrumentos de um despotismo não mais tradicional, ou seja, não fundado na sucessão legítima, seja capaz de reconduzir à disciplina a classe dominada (PISTONE, 1994, p. 118).

Em segundo lugar, a ditadura bonapartista pode se sustentar, desde que conte com o apoio direto de uma classe que não coincide nem com a burguesia dominante, nem com o proletariado, e que, no caso exemplo de Napoleão III foi a classe dos pequenos proprietários rurais cujos interesses não eram contrários aos da classe dominante (PISTONE, 1994, p. 118).

A partir das interpretações marxistas, podem-se perceber dois sentidos para o conceito de bonapartismo. O primeiro uso do termo é para designar a forma de governo, em que há a subordinação da sociedade civil e das instituições políticas representativas a um líder. Este líder carismático instala seu regime através de um golpe de Estado e afirma expressar direta-

mente a indivisível soberania do povo, usando de plebiscitos para legitimar excepcionalmente algumas medidas tomadas (BAEHR *Apud* Outwaite, 2006, p. 50).

Para Baehr, Marx compreende que a forma de governo bonapartista se tornou possível graças a duas condições: a burocratização generalizada da sociedade francesa e a existência de uma conjuntura específica que foi o equilíbrio das forças de classe, o que possibilitou ao Executivo uma margem substancial de manobra política. O bonapartismo reside na sua capacidade de promover o vigoroso desenvolvimento capitalista em condições onde a burguesia necessita da maciça intervenção do Estado em seu nome (BAEHR *Apud* Outwaite, 2006, p. 50).

O segundo uso do termo é para designar uma política externa expansionista que tem como objetivo a consolidação de um regime contra contestações radicais de que é objeto dentro do respectivo Estado, robustecendo os grupos dominantes com os prestígios no plano internacional, e enfraquecendo os adversários internos, fazendo com que as suas reivindicações sejam interpretadas como fatores de debilidade da segurança do Estado no plano internacional (PISTONE, 1994, p. 118).

Pistone afirma que há um nexo entre as duas acepções de bonapartismo já em Engels e Marx. O despotismo que caracteriza o poder bonapartista não só torna mais fácil uma política expansionista, por não ser contido pelos mecanismos internos de controle liberal e democrático, como é levado, por natureza, a uma política desse gênero, porque um sistema despótico produz inevitavelmente fortes tensões internas, por via das quais se tende a buscar uma válvula de escape exterior, numa política de prestígio e de aventuras militares (PISTONE, 1994, p. 118).

Os plebiscitos têm importância basilar para a implementação do bonapartismo. Foi por meio de um plebiscito realizado para a aprovação da constituição de 22 de brumário do ano VIII, que Napoleão I iniciou seu golpe de Estado. Também foi por meio dos plebiscitos que Luís Bonaparte arregimentou seu poder. Gemma adverte que, apesar de o plebiscito se constituir em uma votação popular sobre assuntos de relevância constitucional e um instrumento de democracia direta, assim como o referendo, ambos os institutos foram, ao longo da história, usados por correntes autoritárias e totalitárias para legitimar o seu poder autocrático (GEMMA, 1994, p. 927).

Marx lembra que a constituição liberal que precede o golpe de Estado de Luís Bonaparte tinha em seu próprio texto, seu gérmen de destruição ou nos termos empregados por Marx, seu “calcanhar de Aquiles”. O

problema da constituição residia na forma de separação dos poderes adotada pela burguesia da época. De um lado estariam setecentos e cinquenta representantes do povo, eleitos por sufrágio universal e reelegíveis; constituindo uma Assembleia Nacional incontrolável, indissolúvel, indivisível. Uma Assembleia Nacional que desfrutaria de onipotência legislativa, decidiria em última instância sobre as questões de guerra, de paz e tratados comerciais. Ela também possuiria, só ela, o direito de anistia e, por seu caráter permanente, ocuparia perpetuamente o prosclênio, a vitrine do governo para a opinião pública (MARX, 2008, p. 34).

Do outro lado estaria o Presidente, com todos os atributos do poder real, com autoridade para nomear e exonerar seus ministros independentemente da Assembleia Nacional, com todos os recursos do Poder Executivo em suas mãos, distribuindo todos os postos e dispondo, assim, na França, da existência de, pelo menos, um milhão e meio de pessoas, pois tantos são os que dependem das 500 mil autoridades e funcionários de todas as categorias. Tem atrás de si todo o poder das forças armadas. Goza do privilégio de conceder indulto individual aos criminosos, suspender a Guarda Nacional, destruir, com o consentimento do Conselho de Estado, os conselhos gerais, municipais eleitos pelos próprios cidadãos. Tem a iniciativa e a direção de todos os tratados com países estrangeiros como faculdades exclusivas.

Marx (2008, p. 34) compreende que esta disposição de prerrogativas entre os poderes faria com que enquanto a Assembleia permaneceria constantemente em cena exposta às críticas da opinião pública, o Presidente levaria uma vida oculta nos Campos Elísios. O grave erro da constituição liberal francesa é que ela gerava uma distorção na repartição das atribuições entre os poderes e na representação política no que tangencia a figura do presidente.

Para Marx (2008, p. 35), enquanto a Constituição outorga poderes efetivos ao Presidente, procura garantir para a Assembleia Nacional o poder moral. Além do fato de que é impossível criar um poder moral mediante os parágrafos de uma lei, a Constituição mais uma vez se anula, segundo o autor alemão, ao dispor que o Presidente seja eleito por todos os franceses, através do sufrágio direto que possibilitaria uma relação pessoal do presidente com a população. Assim, de acordo com Marx, o bonapartismo surge novamente na França porque, enquanto os votos são divididos entre os 750 membros da Assembleia Nacional, no caso do Presidente esses votos são concentrados em um único indivíduo:

Enquanto cada representante do povo representa apenas este ou aquele partido, esta ou aquela cidade esta ou aquela cabeça de ponte, ou até mesmo a mera necessidade de eleger algum dos 750 candidatos, sem levar na devida consideração nem a causa nem o homem, ele é o eleito da nação e o ato de sua eleição é o trunfo que o povo soberano lança uma vez em cada quatro anos. A Assembleia Nacional eleita está em relação metafísica com a Nação ao passo que o Presidente eleito está em relação pessoal com ela. A Assembleia Nacional exhibe realmente, em seus representantes individuais, os múltiplos aspectos do espírito nacional, enquanto no Presidente esse espírito nacional encontra a sua encarnação. Em comparação com a Assembleia ele possui uma espécie de direito divino; é Presidente pela graça do povo (MARX, 2008, p. 35).

A constituição francesa, assim, tivera uma vida curta porque não se havia percebido que o bonapartismo tinha se inserido justamente na falha liberal de negar a participação política às classes populares, por medo do terror ou de um novo Bonaparte. Ao despotismo legislativo teria se seguido, mais uma vez, o despotismo de um só homem, que se afirmava agora como farsa, ser o representante único e legítimo defensor dos interesses do povo.

2. Losurdo e a subversão constitucional em *O 18 de brumário* de Marx

Em 1993, o tema do bonapartismo e seu impacto no pensamento político moderno e, em especial, nos movimentos constitucionais foi retomado por Losurdo, na obra *Democracia ou Bonapartismo*. Neste livro, o filósofo italiano problematiza o processo de constitucionalização do sufrágio universal e as tentativas constantes de seu esvaziamento. Losurdo demonstra que os processos des-emancipatórios, como descritos por Marx no século XIX, podem apresentar variações e ocorrerem em outros contextos e épocas porque representam igualmente o esgotamento da ordem liberal e de seu paradigma.

Losurdo é preciso em demonstrar como a tradição liberal pouco a pouco implementou seu processo des-emancipatório e, diante de impasses, buscou na alternativa bonapartista a salvaguarda de seus interesses. O filósofo italiano afirma que analisando a história do sufrágio universal e o movimento de emancipação social sempre se seguiu às tentativas de des-

emancipação, desencadeadas por golpes de estado ou por revoluções. Dando sustentação a estes processos foi desenvolvido pelo liberalismo clássico uma série de mitos e construções teóricas discriminatórias que tinham por objetivo subjugar as classes trabalhadoras.

Losurdo (2004, p. 9) afirma que no centro da ideologia liberal há um mito. “É o mito segundo o qual o liberalismo teria gradualmente se transformado, por um impulso puramente interno, em democracia, e numa democracia cada vez mais ampla e mais rica”. Não obstante, da democracia como hoje se entende, faz parte, em qualquer caso, o sufrágio universal, cujo advento foi por muito tempo impossibilitado pelas cláusulas de exclusão estabelecidas pela tradição liberal em detrimento dos povos coloniais e de origem colonial, das mulheres e dos não-proprietários. A tradição liberal burguesa justificou durante todo o século XIX e parte considerável do século XX a restrição da participação política, o direito de votar e ser eleito, por assimilar os trabalhadores e as demais classes subalternas a “bestas de carga”, a “instrumentos de trabalho”, a “máquinas bípedes”, ou, na melhor das hipóteses, a “crianças”(LOSURDO, 2004, p.09).

Além disso, para Losurdo, este mito quer fazer crer que democracia e livre mercado capitalista se identificam. Na realidade, durante séculos, o mercado do ocidente liberal comportou a presença da escravidão-mercado-ria. Os antepassados dos atuais cidadãos negros foram no passado mercadorias a serem vendidas e compradas, e não consumidores autônomos. E, é precisamente na história dos dois países em que a tradição liberal está mais enraizada, os EUA e a Inglaterra, é onde se percebe mais evidente e inextricavelmente entrelaçadas a história do liberalismo com a história da escravidão. A Inglaterra com a paz de *Utrecht*, arrancou o monopólio do tráfico negreiro em 1688. Do mesmo modo, só em 1865, nos Estados Unidos, foi abolida a escravidão dos negros, os quais, por outro lado, mesmo depois de tal data, continuaram por muito tempo a ser submetidos a formas de servidão ou semisservidão (LOSURDO, 2004, p.09).

O bonapartismo, lembra Losurdo, teve apoio dos pensadores liberais. Constant, por exemplo, contribuiu apoiando o golpe de Napoleão Bonaparte, seguido por Tocqueville (*Apud* LOSURDO, 2004, p. 79) que se expressa nestas palavras: “às vezes penso que a única possibilidade de ver renascer na França o gosto da liberdade consiste no estabelecimento tranquilo, aparentemente definitivo, do despotismo”. Losurdo (2004, p.16) cita, por exemplo, que Constant entendia que o exercício dos direitos políticos

devia constituir privilégio das classes ricas, caso contrário, expor-se-ia a ordem social a riscos intoleráveis. Esta é uma defesa clara da restrição censitária, muito comum nas primeiras constituições liberais. Assim, para Losurdo (2004, p.17), Tocqueville é erroneamente apresentado hoje como teórico da democracia. Antes disso, deveria figurar como um de seus críticos, pois ele era contrário ao sufrágio universal direto, à intervenção do poder no domínio econômico e à hipótese de redistribuição de renda, bem como era contrário a um sistema eleitoral capaz de prejudicar tudo isto.

A crítica do filósofo italiano alcança inclusive Sieyès, que segundo Losurdo (2004, p. 45), teoriza a distinção entre cidadãos ativos e cidadãos passivos, considerando como um fato pacífico que a multidão sem instrução seja obrigada aos trabalhos forçados e, portanto, seja privada de sua liberdade. Sieyès também propõe introduzir na França o trabalho servil ou semisservil, a que deveriam ser submetidos os cidadãos passivos, denominados de máquinas de trabalho.

Sobre as origens do bonapartismo nos Estados Unidos, Losurdo (2004, p. 96-99) aponta que a constituição estadunidense buscava um Estado forte. Os fundadores da República estadunidense eram em sua maioria conservadores, escravocratas e proprietários preocupados com a manutenção de suas posses contra possíveis revoltas do povo, como a revolta de Shays. Por este motivo, o texto constitucional estadunidense prevê um Poder Executivo forte capaz de enfrentar, se preciso for, seu próprio povo, podendo, inclusive, dispor das forças armadas. Para o filósofo italiano, a história constitucional estadunidense é a vitória de Hobbes e seu *Leviatã*,

Losurdo (2004, p.108) lembra que tanto nos Estados Unidos como na França, diante de uma crise social ascendeu ao poder um general coberto de glória. De um lado do atlântico Bonaparte, do outro Washington. Na obra clássica *O Federalista* é teorizada uma espécie de ditadura, que seria lícita e obrigatória toda vez que estivesse em perigo a manutenção da paz pública, seja ela ameaçada por ataques externos, seja por possíveis revoltas internas.

Neste sentido, Losurdo (2004, 108-109) ainda ressalta que é previsto o instituto do recurso à ditadura mesmo no republicanismo de Rousseau. Este defende o recurso à ditadura em situações de crise particularmente aguda, tendo como referência histórica os eventos da Roma antiga. Entretanto, no republicanismo de Rousseau, se faz referência à ditadura comissária, caracterizada por apresentar tempo delimitado, motivação clara e para objetivos pré-definidos. Losurdo faz toda esta reflexão para ressaltar que a

previsão do Estado de Exceção é teorizada e concebida justamente pelos liberais que tanto defenderam o seu oposto nos movimentos constitucionais contra o Antigo Regime.

Losurdo (2004, p. 52) afirma também que o mito do desenvolvimento espontâneo do liberalismo em direção à democracia, defendido também por Bobbio, não resiste à investigação histórica. Assim, destaca que é um fato incontestável que precisamente os países com uma tradição liberal mais consolidada acumularam um considerável atraso histórico no terreno da emancipação política. Um exemplo disto seria os EUA que até o século XX não tinham se tornado uma democracia no sentido elementar de um efetivo sufrágio universal, uma vez que, até o ano de 1948, os índios americanos não podiam votar nos estados do Arizona e do Novo México, além do fato de que negros e brancos-pobres sofreram restrições censitárias até os anos de 1970.

Retornando à análise da experiência constitucional francesa e a *O 18 de brumário* de Marx, Losurdo (2004, p.61) destaca a importância da reflexão de Marx sobre o fenômeno moderno do bonapartismo. Marx compreende, à frente dos demais políticos de sua época, que o sufrágio universal já constitui o princípio de legitimidade. Sua violação alimenta, exaspera a oposição e, longe de consolidar a ordem social existente, termina por fazê-la correr graves perigos.

As características do bonapartismo ficam claras com Luís Napoleão. Segundo Losurdo (2004, p.62-63), ele enxerga na massa a fonte de poder. A força de um regime estaria no fato dele ser popular. A estratégia seria simples: Napoleão se dizia representante da nação e não dos partidos porque não devia haver entre o soberano e os súditos um intermediário que se arrogasse no direito de substituir um e outro. Depois, ele compara os partidos, grupos políticos organizados e os órgãos de imprensa a ele ligados com os instrumentos de coerção e de sufocamento da espontaneidade do eleitorado, o qual deve ser “libertado” de tudo isto para se entregar à relação direta e, subalterna, com o líder local e, em nível nacional, com o líder carismático e indiscutido da nação:

Se havia algo que podia fazer sombra a um presidente decidido a se comportar como único intérprete direto da nação e como líder carismático claramente acima dos mesquinhos conflitos e rivalidades pessoais que dividiam os deputados e aspirantes a uma cadeira parlamentar, se havia algo que podia dificultar tal projeto, isto era constituído pela existência de partidos organizados nacionalmente capazes

de se dirigir ao povo para convidá-lo a votar não nesta ou naquela pessoa, mas numa precisa plataforma programática, colocada no centro de um debate que fosse bastante além de cada colégio eleitoral, rompendo assim o monopólio presidencial do apelo ao povo (LOSURDO, 2004, p. 64).

Assim, o sucesso e a consolidação do projeto bonapartista pressupunham a dissolução e marginalização dos partidos, bem como a liquidação de um sistema eleitoral que se baseava neles e que introduziam um incômodo diafragma entre o presidente, por um lado, uma investidura e aclamação popular, por outro. Luis Napoleão reintroduziu o sufrágio universal apenas no âmbito de um regime em que o momento “democrático” se limita a aclamação plebiscitária de um líder carismático e incontestado, que desvencilhado de partidos, sindicatos e de qualquer obstáculo, fala diretamente ao povo e pretende ser seu intérprete exclusivo. Este é o bonapartismo que tomara novas formas no presente (LOSURDO, 2004, p.11).

Schmitt (*Apud* LOSURDO, 2004, p. 64) ao atacar a democracia representativa e a existência dos parlamentos no século XX, observou que “o voto uninominal torna possível uma relação pessoal do eleitor com um líder reconhecido” e “aclamado pela eleição” enquanto o voto em lista, ainda mais se proporcional, “abole a relação pessoal”, reforçando “o poder da organização de partido”. Mas este reforço do poder dos partidos é inconciliável com a natureza e as modalidades de funcionamento do regime bonapartista, o qual, uma vez que se sinta seguro, pode bem admitir um certo espaço de liberdade individual, mas em nenhum caso pode tolerar organizações políticas e sociais autônomas e bem consolidadas.

Desse ponto de vista, o colégio uninominal apresenta três vantagens para o bonapartismo: 1) personaliza a luta eleitoral, enfraquecendo e dissolvendo o partido em indivíduos; 2) reproduz, em cada colégio, a relação entre o líder carismático, por um lado e a massa amorfa e desarticulada por outro; 3) por fazer de cada deputado efetivamente o representante apenas de um colégio local ou somente dos interesses nele predominantes, mas não um representante da nação, ou o expoente de um programa político que pretende ter um significado nacional, o colégio uninominal permite ao presidente-imperador, ao líder propriamente dito, destacar-se nitidamente acima de todos como único intérprete da nação, que só a ela responde.

É necessário destacar que o bonapartismo usa os preceitos tanto dos liberais como dos republicanos para manter o poder do líder carismáti-

co. É a (ir)racionalidade do ditador que argumenta objetivando a continuidade do seu poder a qualquer custo. Nisto ele instrumentaliza o Direito, a constituição e busca apoio na multidão usando os meios plebiscitários, como pode também desconsiderar o apelo de uma classe social que seja contrária aos seus interesses, negando-lhe a participação ou a representação.

A multidão no bonapartismo é vista pela metáfora de uma “criança”, não sendo capaz de articular um discurso e uma representação política autônoma. Vai dizer Napoleão III (*Apud* LOSURDO, 2004, p. 65) que na multidão, “o coração sente antes que a mente possa conceber”, “os sentimentos precedem [...] a razão” e desenvolvem um papel claramente superior a esta última. Por isto que as “massas”, os “povos” podem ser arrastados e guiados pela “influência de um grande gênio, nisto semelhante à influência da Divindade, é um fluido que se expande como a eletricidade, exalta as imaginações, faz palpitar os corações e arrebatá, porque toca a alma antes de persuadir!”.

Tal influência é um elemento de estabilização, serve não mais para abalar a sociedade, mas, ao contrário, para reordená-la e reorganizá-la: as “massas” são como que subjugadas e domesticamente por uma personalidade e um fascínio superiores. Claramente, a tarefa de tutor da multidão “criança” é assumida agora não mais pelos proprietários e notáveis, mas pelo representante único e supremo da nação, que, precisamente por se colocar nitidamente acima das classes e do conflito social, pode bem escutar e acolher - ou pode bem assumir ares de quem é o único disposto e é capaz de escutar - acolher as vozes e as exigências até das camadas mais humildes da população. Por isso, segundo Luís Napoleão (*Apud* LOSURDO, 2004, p. 65): “a aristocracia não tem necessidade de um líder, enquanto a natureza da democracia é a de personificar-se num homem”; “num governo cuja base é democrática, só o líder tem o poder governativo” e responde por este poder à nação, dado que “ tudo remonta diretamente a ele, seja o ódio, o amor”.

Losurdo (2004, p.131-133) vai chamar a atenção de que a atitude dos Estados Unidos atualmente é basicamente esta, quando o que está em jogo são seus interesses. O presidente se acha o mensageiro da nação, nação esta que foi escolhida por Deus para defender a democracia e os direitos humanos na concepção exclusiva deles ao redor do mundo. O bonapartismo como se observa pode ser implantado graças ao desvirtuamento dos instrumentos de democracia direta, mas não é só isso. Losurdo (2004, p. 66)

o compreende ainda como um modelo de controle político e social das massas, no qual o sufrágio universal é neutralizado pela posição absolutamente eminente do presidente da república que concede obras públicas de forma limitada e é capaz de exteriorizar os conflitos e crises sociais, jogando a culpa do descontentamento social para um fator externo ao país e eximindo a sua responsabilidade.

Bismarck e Luís Napoleão, por exemplo, tem traços muito comuns. Ignorando a burguesia liberal, todos os dois se dirigem diretamente às massas, à qual concedem o sufrágio em medida mais ou menos ampla e da qual obtêm ou buscam apoio, fazendo concessões no plano da política econômica e social, estimulando a excitação nacional e chauvinista e fomentando, nesta base, o culto ao líder carismático, acima das partes, intérprete e líder indiscutível da nação (LOSURDO, 2004, p.77).

3. Losurdo e o bonapartismo *soft*

Losurdo (2004, p. 91-92) inova em sua análise ao apontar que as subversões constitucionais no século XX são implementadas por novas formas de restrições dos direitos políticos dos cidadãos, diferentes daquelas existentes ao tempo da redação de *O 18 de brumário*. Uma arma utilizada para controlar as massas e obter grande sucesso é a propaganda que cria a imagem do líder e dos seus adversários. Aqui o líder não prova os fatos, a questão é repetir, reafirmar até que a massa absorva um posicionamento e se engaje como ocorre na primeira.⁴ Por conseguinte, para o filósofo italiano, o fim dos partidos rígidos culmina, ao contrário do que pensa, na despolitização das massas, na perda do debate político.

De acordo com Losurdo (2004), a ação do bonapartismo no século XX, encontra exemplos em Wilson e Roosevelt, que em períodos de guerra assumiram o controle da economia, da cultura e da informação, montando um aparato para criar entusiasmo na população para guerrear; em Mussolini que afirma, por outro lado, que para guerrear deve-se fechar o parlamento; e no terceiro Reich com Hitler e seu bonapartismo de guerra.

Sorel, segundo Losurdo (2004, p. 204), é o autor que talvez tenha ido mais longe ao definir as características do Bonapartismo *soft*, que progressivamente se afirma a partir do início do século XX:

⁴ Ocorrência semelhante pode ser observada em algumas eleições recentes ao redor do mundo em que lideranças autoritárias manipulam as redes sociais para se consolidarem frente ao seu eleitorado.

- 1) ele se baseia no “poder pessoal exercido por um grande político”, uma espécie de “rei sem coroa”, investido e legitimado pela “vontade popular;
- 2) não se trata de uma ditadura militar, mas de um regime em cujo âmbito “o princípio da ditadura está implícito;
- 3) este regime, caracterizado pela personalização do poder e pela facilidade com que consegue passar da normalidade ao estado de exceção e vice-versa, encontra na “Constituição americana” e na tradição política dos Estados Unidos seu principal ponto de referência”.

Muitos autores entendem que a democracia está triunfando em nível planetário. No entanto, Losurdo (2004, p.10-11) se contrapõe a esta afirmação ressaltando que em países de tradição liberal mais consolidada, como, por exemplo, os Estados Unidos da América e a Inglaterra, firmou-se um mecanismo eleitoral que além de reduzir a competição eleitoral à mera disputa entre dois líderes, mais ou menos carismáticos e, ao mesmo tempo, marginalizar os partidos organizados com base em um programa (os partidos ligados às classes subalternas), não hesita em cancelar a soberania popular. Como exemplo, o autor lembra do partido conservador, que minoria na Inglaterra, foi maioria esmagadora na Câmara dos Comuns graças ao sistema uninominal, e, recorda também as eleições estadunidenses do ano 2000 em que Al Gore, derrotado, conseguiu mais votos que o vencedor George W. Bush.

Losurdo alerta para uma característica existente em vários países, mas que é observada com clareza nos Estados Unidos da América: o monopartidarismo competitivo. Este processo des-emancipatório contemporâneo é caracterizado no plano jurídico, por toda uma série de normas e de casuísmos que dificultam a apresentação de candidaturas fora dos dois partidos oficiais ou dos maiores partidos existentes. Além disso, as grandes empresas de televisão são livres para convidar os candidatos considerados merecedores de atenção e para excluir os candidatos de risco para o sistema e a ideologia dominantes. Com este contexto definido, a campanha eleitoral se reduz a um duelo televisivo e midiático entre apenas dois contendentes. O autor afirma que dificilmente, o que se verá são dois programas diferentes de governo e, por uma razão lógica, “os candidatos oficiais remetem não só a um mesmo partido político, mas também a uma mesma classe social” (LOSURDO, 2004, p.11).

Losurdo problematiza o papel do Poder Executivo nos Estados Unidos da América, em um contexto que, fazendo-se intérprete supremo da nação, tomando como seu “destino manifesto”, sua “missão providencial”, decidiu, em várias ocasiões ao longo da história, por uma intervenção bélica mesmo sem a aprovação prévia do Congresso. Segundo o filósofo italiano, um exemplo disso foi a chamada Guerra contra o Terror, uma política unilateral de intervenção militar promovida pelo Poder Executivo dos Estados Unidos da América nos países nominados pelo novo Bonaparte como eixo do mal.

Diante desses fatos, tem-se o surgimento de um novo regime político, o bonapartismo *soft*, regime este que parece se difundir em nível mundial, ameaçando a paz e a democracia com o final do século XX e o início do século XXI. Para Losurdo (2004, p.279-284), após a guerra fria, vive-se uma nova des-emancipação no campo do sufrágio universal e dos direitos humanos, em escala planetária e em nome de uma nova ordem mundial. Este processo des-emancipatório mundial reduziria o papel do Conselho de Segurança a mero legitimador de ataques, possibilitando a extorsão dos países ricos sobre os países pobres. Além disso, nesta nova ordem mundial, se observaria um cenário de completo desrespeito dos EUA com a Corte Internacional de Justiça e os tratados de Direitos Humanos, uma realidade que também aproxima o governo Bush do governo Trump.

Conclusão

Com o presente texto, buscou-se retomar a reflexão contida na obra *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, destacando a importância da interpretação do fenômeno bonapartista e da subversão da ordem constitucional segundo Marx, para num segundo momento, ampliar a reflexão, com as considerações de Losurdo, a fim de empreender novas análises do bonapartismo em contextos diversos.

Não se pode compreender adequadamente o paradigma liberal de Estado e sua sociedade, suas características, suas limitações, suas tensões, os projetos inconclusos e seu esgotamento, sem enfrentar as questões postas por Marx, em especial, na obra *O 18 de brumário*. O bonapartismo como um fenômeno de subversão constitucional representa um dos maiores desafios contemporâneos ao constitucionalismo, aos avanços conquistados pela classe trabalhadora na luta pela sua emancipação, tendo em vista que

a experiência política bonapartista afirmando-se como democrática, restringe e anula a participação política popular, apresentando-se como garantidora do povo, nega-lhe os seus direitos fundamentais.

O discurso bonapartista se afirma contrário à manutenção de uma classe de privilegiados, mas na realidade defende e representa os interesses da elite política que leva um líder ao poder e vê na constituição e na ação de qualquer oposição um inimigo do povo que deve ser anulado. Os pensadores liberais e os pensadores republicanos, de uma forma ou de outra legitimaram a implementação do bonapartismo cada um a sua maneira, ao não lidarem com a complexidade, o descentramento e pluralidade da sociedade atual.

A saída para os impasses que a democracia enfrenta no novo milênio perpassa por uma superação do embate desenvolvido ora por liberais, ora por republicanos. Constitucionalismo não é contrário à democracia. Aliás, não se tem um sem o outro, da mesma forma soberania popular, direitos à participação política não são contrários aos direitos individuais, autonomia pública não é contrária à autonomia privada. Há uma coesão interna, um nexos interno entre constitucionalismo e democracia que é o que justamente confere força legitimadora ao processo legislativo de criação do Direito.. A garantia dos direitos fundamentais no duplo sentido de direitos individuais e de direitos de participação política, envolve, assim, compreendê-los como garantias constitutivas do próprio processo democrático. Sem esse entendimento, corre-se o risco de se alcançar não a democracia na sociedade atual, mas o bonapartismo.

Referências

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 6. ed. Trad. Carmen C. Varriale *et al.* Coord. da trad. João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

BODINEAU, Pierre; VERPEAUX, Michel. **Histoire constitutionnelle de la France**. Presses universitaires de France, coll. Que sais-je?, 2004.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, DL 2003, 2003.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Contribuições para uma Teoria Crítica da Constituição**. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Teoria da constituição**. Initia Via Editora, 2012.

CONSTANT, Benjamin. **Fragments d'un ouvrage abandonné sur la possibilité d'une constitution républicaine dans un grand pays**. Paris, Aubier, 1991.

CONSTANT, Benjamin. **Ceuvres complètes**. Vol. I: Écrits de jeunesse (1774-1799). Tübingen, Max Niemeyer, 1998.

FIORAVANTI, Maurizio; NEIRA, Manuel Martinez. **Constitución: de la antigüedad a nuestros días**. Madrid: Trotta, 2001.

FIORAVANTI, Maurizio. **Los derechos fundamentales: apuntes de história de las constituciones**. Trotta, 2016.

FRELLER, Felipe. Madame de Staël, Benjamin Constant e a reavaliação do arbítrio após o golpe do 18 frutidor. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 100, 2019.

GEMMA, Glaudio. Plebiscito. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 6. ed. Trad. Carmen C. Varriale *et al.* Coord. da trad. João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 927.

GUIZOT, François. **A História das origens do governo representativo na Europa**. Trad. Vera Lucia Joscelyne. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de livros Ltda, 2008.

GUIZOT, François. **De la Démocratie en France**. Paris: Victor Masson Libraire, 1849.

LOSURDO, Domenico. **Democrazia o bonapartismo**. Trionfo e decadenza del suffragio universale. 1993.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. UNESP, 2004.

MARCUSE, Herbert. Prólogo. In: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo, 2011, pp. 9-16.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Louis Bonaparte**. 4. ed. Trad. Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2008.

MARTIN, James; COWLING, Mark. **Marx's Eighteenth Brumaire: (Post) Modern Interpretations**. Pluto press, 2002.

NAPOLEÃO I. **Imperador dos franceses, 1769-1821. Máximas e pensamentos**. Seleção e prefácio, Honoré de Balzac. Tradução José Dauster. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

OUTHWAITE, William. **The Blackwell Dictionary of Modern Social Thought**. Advisory editor: Alain Touraine. 2. ed. Oxford, UK: Blackwell, 2006.

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 6. ed. Trad. Carmen C. Varriale *et al.* Coord. da trad. João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 118-119.

RICHTER, Melvin. **A Family of Political Concepts: Tyranny, Despotism, Bonapartism, Caesarism, Dictatorship, 1750-1917**. *European Journal of Political Theory*, vol.4, p. 221-248, 2005.

RICHTER, Melvin; AEHR, Peter. Dictatorship in History and Theory: bonapartism, caesarism, and totalitarianism. Estados Unidos da América: Cambridge University Press, 2004.

ROBESPIERRE, Maximilien. **Discursos e relatórios na Convenção**. Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político**. Editora Companhia das Letras, 2011.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **A Constituinte Burguesa: qu'est-ce que le tiers état?**. Lumen Juris, 2001.

STAËL, Anne-Louise-Germaine de. **Des circonstances actuelles et autres essais politiques sous la Révolution**. Org. Lucia Omacini. Paris, Honoré Champion, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Vol. I e II. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. Drafting of the Constitution, Meetings of May 25 and May 27, 1848. In: CRAIUTU, Aurelian; JENNINGS, Jeremy (Eds.). **Tocqueville on America after 1840: Letters and other writings**. New York: Cambridge University Press, 2009a.

TOCQUEVILLE, Alexis de. Mélanges Fragments Historiques et notes sur L'Ancien Régime, La Révolution et L'Empire. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. **Ouvres Completes. Tome VIII**. Paris: Michel Levy Freres, Libraires Éditeurs, 1865.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009b.

3

AS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES DE *O 18 DE BRUMÁRIO* NO BRASIL: OS TROTSKISTAS E O CONCEITO DE BONAPARTISMO NA DÉCADA DE 1930

Carlos Prado¹

O 18 de brumário de Luís Bonaparte de Marx é considerado por diversos comentadores como um dos seus textos mais brilhantes. No entanto, é, ainda hoje, uma obra pouco investigada. No Brasil, foi apenas no final da década de 1960 que surgiu o primeiro trabalho acadêmico que a tomou como objeto de estudo.² Também cabe destacar que foi somente em 1969 que foi lançada a primeira edição brasileira de *O 18 de brumário*, publicada pela editora Paz e Terra. Todavia, desde a virada dos anos 2000 a referida obra de Marx tem suscitado grande interesse e novas dissertações e teses foram produzidas tendo como objeto de investigação os pontos centrais da interpretação marxiana sobre a queda da II República francesa.³

Mas o que é pouco conhecido é o fato de que ainda durante a década de 1930, a primeira geração de trotskistas⁴ brasileiros foi percussora na

¹ Doutor em História pelo PPGH-UFF e professor da FACH-UFMS. Trabalha com temas relacionados à Teoria da História e História do Marxismo. Contato: carlosprado1985@hotmail.com

² Destaca-se a obra de Emir Sader, intitulada *O Estado e a Política em Marx*, publicada na década de 1990, mas escrita no final da década de 1960, durante o curso de pós-graduação em Filosofia (Mestrado). No segundo capítulo desse texto, intitulado *O bonapartismo: o Estado na política de Marx*, Sader discorre longamente sobre a queda da segunda república francesa e a ascensão de Luís Bonaparte ao poder. Apesar de apresentar uma interpretação demasiadamente esquemática e economicista, por muito tempo essa obra foi referência constante em artigos e teses que abordavam a política em Marx.

³ Entre os trabalhos acadêmicos produzidos nos últimos anos sobre *O 18 Brumário*, cabe destacar BARSOTI (2002); ROCHA (2004); ASSUNÇÃO (2005); SOUZA (2006); COTRIM (2007); ALVES (2010; 2015); SILVA (2011); DEMIER (2012); MUSETTI (2014); CRUZ (2015); OLIVEIRA (2019).

⁴ O termo “trotskista” é utilizado aqui como referência aos membros da OEI. Todavia, é necessário esclarecer que estes opositoristas se autodenominavam “Bolcheviques-leninistas” num esforço para afirmarem sua vinculação político-ideológica com a tradição revolucionária da Revolução de 1917. Nas décadas de 1920 e 1930, marcadas por disputas no interior do partido russo e da Internacional, o termo “trotskista” foi utilizado de forma pejorativa pela

utilização das reflexões de Marx sobre o bonapartismo para investigar as peculiaridades da realidade nacional. Como foi observado por Castro (1993; 1999; 2000), a Oposição de Esquerda Internacional (OEI) no Brasil reuniu os quadros comunistas com a melhor formação teórica. Seus principais dirigentes, entre os quais, Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Rodolpho Coutinho e Aristides Lobo, advinham de famílias abastadas, eram intelectuais com formação acadêmica e domínio de línguas estrangeiras.

Estes militantes, a partir de contatos internacionais, tiveram acesso às obras não traduzidas de Marx, especialmente *O 18 de brumário*, e a utilizaram para realizar uma análise inovadora e alternativa àquela que era propagada pelos dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCB). Assim, os trotskistas contribuíram para o avanço da análise sobre a estrutura social brasileira, notadamente sobre a formação do Estado no período pós-1930. Outra contribuição dos opositoristas foi o esforço realizado na tradução e divulgação pioneira de obras de Marx, Engels, Lenin e Trotsky (muitas delas traduzidas por Xavier), publicadas pela Gráfica e Editora Unitas que era propriedade de Salvador Pintaúde, também militante da Oposição.

Ao longo da década de 1930, os trotskistas publicaram diversos jornais, boletins e panfletos que funcionavam como meio propagandístico de suas teses políticas. O principal veículo de divulgação destes grupos foi o jornal *A Luta de Classe*. Essa publicação surgiu em 8 de maio de 1930 pelas mãos do Grupo Comunista Lenine (GCL) e continuou sendo editada pelas outras organizações que a sucederam. Entre pausas e retomadas, por mais de uma década, foram publicados 45 números, dos quais, 36 estão disponíveis para consulta no acervo do CEMAP-Unesp.

Destacando o contexto internacional, as organizações vinculadas à OEI se caracterizavam como “grupos de resistência” à degeneração que atingia os partidos orientados pela Internacional Comunista (IC) burocratizada. A primeira organização brasileira que se aproximou dos opositoristas foi o já citado GCL, formado em maio de 1930 a partir de uma série de cisões que ocorreram no PCB em 1928 e 1929. Já em 1931, os remanescentes dessa organização fundaram a Liga Comunista (LC) que em 1933 passou a se chamar Liga Comunista Internacionalista (LCI) e se manteve ativa até o final de 1936. Mesmo com o fim da Liga, os trotskistas se mantiveram organizados e formaram o Grupo Bolchevique-Leninista (GBL). Este, por sua vez,

burocracia stalinista e remonta as críticas direcionadas à Trotsky desde as primeiras divergências em 1904. Apenas após o assassinato de Trotsky em 1940, o termo perdeu o caráter negativo e passou a ser aceito pelos militantes que reivindicavam o seu legado teórico.

se fundiu com a Oposição Classista do PCB, expulsa por criticar a insurreição fracassada de novembro de 1935. A fusão, articulada em um presídio, ocorreu em janeiro de 1937, na cidade do Rio de Janeiro, criando o Partido Operário Leninista (POL).

Posteriormente, já em 1939, a direção do POL se aproximou do Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil, dissidência do PCB liderada por Hermínio Sacchetta e, gradualmente, conseguiram a adesão destes às teses trotskistas. Em agosto de 1939, uma nova fusão deu origem ao Partido Socialista Revolucionário (PSR) que existiu até o fim da década de 1940, quando foi dissolvido. De acordo com Karepovs, Marques Neto e Löwy (2007), o rompimento de Pedrosa com o Trosky⁵ e o surgimento do PSR demarcaram o fim da primeira geração de Trotskistas brasileiros.

O objetivo do presente artigo é, a partir das publicações dos grupos trotskistas da década de 1930, apresentar e analisar a utilização da obra *O 18 de brumário*, na interpretação das relações entre as classes e o Estado brasileiro neste período. Num primeiro momento, evidencia-se que o GCL se utilizou de referências ao bonapartismo para compreender o papel desempenhado por Luís Carlos Prestes. Posteriormente, investiga-se como este mesmo grupo utilizou-se da noção de Estado autônomo para caracterizar o Estado que surgiu após a “Revolução de 1930”. Por fim, investiga-se a análise que o POL apresentou sobre o Estado Novo de Vargas, relacionando este com o bonapartismo.

1. Os trotskistas e a análise do papel de Luís Carlos Prestes

Já no primeiro número de *A Luta de Classe*, publicado em 8 de maio de 1930, o GCL apresentou um texto bastante polêmico, intitulado “Cavaleiro da esperança... da burguesia ou militante comunista?”. Trata-se de um breve artigo que toca em um ponto central da política nacional daquele período, ou seja, da discussão em torno do papel político de Luís Carlos Pres-

⁵ Em 1939, Pedrosa acompanhou de perto os debates sobre a URSS no seio da IV Internacional. Mesmo após a revelação do pacto de não agressão assinado por Hitler e Stalin, Trotsky reafirmou sua posição de que era dever dos militantes oposicionistas manter a política de defesa incondicional da URSS. Discordando dessa posição, Max Shachtman, membro da seção dos EUA e da direção internacional, rompeu com o trotskismo. Pedrosa se posicionou a seu favor e também se afastou, deixando o PSR sem contato com a Internacional. Ao voltar para o Brasil, tentou organizar outro grupo socialista, não-trotskista, em torno do jornal *Vanguarda Socialista*, no interior do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

tes. Os oposicionistas enfatizaram que nos últimos anos havia se criado uma mística em torno do nome de Prestes. Principalmente a partir das ações da Coluna, percorrendo o interior do país, o tenente apareceu nas publicações burguesas e até comunistas, como um nome envolto de simbologia que se expressava no título de “Cavaleiro da Esperança”.

Nesta perspectiva, diversos partidos que faziam oposição à oligarquia cafeeira encontraram na figura de Prestes uma personagem que gostariam de atrair para angariar apoio das massas. Não apenas o PCB, mas também os liberais, realizaram reuniões e encontros com o líder tenentista, sempre em busca de um acordo político.⁶ Prestes havia se tornado um nome da resistência, da luta contra a oligarquia cafeeira. Como a ideologia e o programa do tenentismo era demasiado genérico e abstrato, ele passou a atrair diferentes grupos: “Todos faziam do Chefe da Coluna Prestes a menina política dos seus olhos” (GCL, 1930a, p. 1).

Os trotskistas estavam interessados em desvelar quem era Prestes e qual a classe que ele representava. Apontaram que o tenente tinha um programa eclético e não assumia nenhuma posição de classe, buscava aparecer apenas como um indivíduo interessado numa reforma social e moral indeterminada: “não é membro de nenhuma classe: não faz parte integrante nem da grande, nem da pequena burguesia. É um componente do Estado. Serve aos interesses das classes dominantes, sejam quais forem, que detenham as rédeas do governo” (GCL, 1930a, p. 1). Ao contrário da interpretação dos pecebistas, que apontavam Prestes como um líder da pequena-burguesia revolucionária, os trotskistas afirmaram que seu discurso e seu programa buscavam colocá-lo acima das classes sociais, mas sempre servindo às classes dominantes e em busca do controle do Estado. Por conseguinte, concluíram que o chefe militar da coluna se apresentava como “uma individualidade, um general de mão no punho da espada, à espera do momento próprio da ação... bonapartista” (GCL, 1930a, p. 1).

Essa foi, provavelmente, a passagem que introduziu no vocabulário marxista brasileiro o conceito de bonapartismo. Para os trotskistas, Prestes vinha apresentando as características de um Napoleão. Uma figura de carreira militar reconhecida que se apresentava como indivíduo acima das classes e que poderia ser ao mesmo tempo aclamado pelas massas e apoia-

⁶ “Durante muito tempo ela [a direção do PCB] traçou a linha política do Partido em torno da pessoa do “cavaleiro da esperança”. E era de ver quem – dos partidos burgueses ao PC – se enfeitava com as missangas mais cativas e as cores mais sedutoras para conquistar o “general” Carlos Prestes.” (GCL, 1930a, p. 1).

do pela burguesia. O seu programa genérico indicava que caso assumisse o controle do Estado não tocaria na lógica estrutural de produção, garantindo o domínio do capital e ainda apareceria como o benfeitor das classes baixas e médias.

Três semanas após a publicação deste texto em *A Luta de Classe*, Prestes lançou o seu “Manifesto de maio”, no qual buscou uma aproximação com a classe trabalhadora e com o PCB, e ainda apresentou uma série de críticas ao tenentismo, especialmente aos seus ex-companheiros que estavam apoiando a Aliança Liberal. Diante da nova manifestação de Prestes, o GCL apresentou um novo texto, no qual já se notam mudanças importantes na avaliação político-ideológica apresentada anteriormente. A interpretação de que Prestes era um potencial candidato à Bonaparte foi deixada de lado.

Em “O que dá e o que esconde o manifesto do camarada Prestes”, texto publicado no segundo número de *A Luta de Classe*, os opositoristas afirmaram que o Manifesto apresentava um enorme esforço do ex-chefe da coluna em se definir politicamente e que, por isso, representava um importante passo à frente. Assim, salientaram que Prestes havia reconhecido “o erro da sua atitude anterior com que daqui destas colunas o acusamos, e procurou tomar posição na luta de classes, sem se incomodar de sacrificar a popularidade, ou mesmo sabendo que ia ficar abandonado pelos seus antigos companheiros” (GCL, 1930b, p. 4).

Neste novo artigo, ressaltaram que Prestes havia abandonado o discurso bonapartista, não era mais o general que pairava acima das classes, pois buscou definir seu posicionamento e se colocou ao lado das massas populares, o que o afastou das soluções liberais e o levou ao rompimento com os demais líderes tenentistas pequeno-burgueses. Nesse sentido, os trotskistas apontaram que Prestes havia avançado em suas posições. Apesar de apresentar equívocos, havia a pretensão de que ele tomasse uma posição realmente revolucionária: “Reputamos o manifesto como um documento de transição. Sua insegurança ideológica é manifesta. Muitas expressões, muitos lugares comuns burgueses ainda atravancam o estilo do manifesto, em prejuízo da precisão marxista” (GCL, 1930b, p. 4).

Mas para além do posicionamento político de Prestes, os opositoristas também se empenharam em analisar e criticar a interpretação econômico-social que o Manifesto apresentava sobre o Brasil. Apontaram que a concepção do ex-chefe da coluna era muito similar àquela defendida por Octávio Brandão e pelos pecebistas: “parece até um decalque do Agrarismo

e Industrialismo” (GCL, 1930, p. 4).⁷ De acordo com os trotskistas, Prestes reproduziu a perspectiva dualista, enfatizou que o Brasil era um país exclusivamente agrário e feudal, dominado pelo latifúndio e pelo imperialismo e que, portanto, era preciso lutar pela independência nacional. Assim, criticaram Prestes por subestimar a luta entre capital e trabalho, menosprezando o desenvolvimento da classe operária, das forças burguesas e do próprio capitalismo:

Dessa análise é que parte o manifesto para declarar uma luta de morte, total, contra – nomeadamente – os senhores da terra, fazendeiros, contra a burguesia agrária, vulgo feudal, e contra o imperialismo. E é aqui que se revela em toda a sua gravidade, a grande omissão sintomática do manifesto. [...] queremos nos referir à completa ausência de referência à burguesia nacional das grandes cidades, à burguesia industrial, à grande burguesia comercial e bancária, que se nota no manifesto. Será possível que o autor do manifesto negue a existência dessa burguesia? (GCL, 1930b, p. 4).

Para os opositoristas brasileiros, Prestes reproduzia os mesmos erros que o PCB. Eles apontaram uma confluência entre a concepção pecebisista e a do ex-tenente. Ambas apresentavam a estrutura econômica brasileira como pré-capitalista e não reconheciam o antagonismo entre capital e trabalho. Assim, a luta de classes dava lugar à luta entre o campo e a cidade e entre o nacional e o internacional. Por conseguinte, o programa apresentado no “Manifesto de maio” era radical quando se dirigia contra as estruturas “feudais” e contra o imperialismo, apontava a necessidade de uma revolução agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras, mas era conservador quando apresentava as reivindicações dos trabalhadores: “E nem uma palavra sobre o programa verdadeiramente proletário-socialista” (GCL, 1930b, p. 4).

O programa que emergia da análise de Prestes, de forma similar ao PCB, não se direcionava à revolução socialista, mas a uma transformação

⁷ A tese fundamental, defendida pelo PCB e elaborada por Octávio Brandão (2006) em *Agrarismo e industrialismo*, é a de que o Brasil se caracterizava por uma oposição entre os interesses dos produtores de café e a burguesia industrial. De um lado, uma economia agrária-feudal baseada no latifúndio e na servidão e, de outro, uma economia urbano-industrial fundada na produção em série e no trabalho assalariado. Assim, a partir de uma interpretação dualista da estrutura econômica brasileira, Brandão desenvolveu uma visão esquemática e etapista da História. A estratégia daí derivada visava uma “Revolução democrático-burguesa” no padrão inglês e francês. Tal teoria é similar àquela que a IC burocratizada começara a difundir a partir do V Congresso.

em favor do desenvolvimento da indústria e da burguesia nacional: “o que se tende (embora inconscientemente) é – para a formação de um capitalismo nacional, tendo por base no campo a pequena propriedade ao lado das grandes empresas agrícolas, e na cidade, a burguesia industrial” (GCL, 1930b, p. 4).

Os opositoristas do GCL apontaram justamente para a questão teórica e programática. Os pecebistas e Prestes apresentavam a mesma interpretação da estrutura econômica brasileira e, por conseguinte, ambos acabavam por reproduzir a estratégia menchevique, ressuscitada por Stalin, da revolução em etapas. Os trotskistas denunciaram que, ao subestimar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Prestes incidia no mesmo erro da direção stalinista do PCB, camuflava a luta de classes e adiava as tarefas propriamente socialistas para um futuro indefinido.

Neste primeiro momento, apesar da confluência existente, os pecebistas orientados pela política ultra esquerdista do VI Congresso da IC rechaçaram o acordo com Prestes. Não obstante, após exilar-se na URSS, o ex-tenente retornou ao Brasil no início de 1935 com a incumbência de, após um novo giro tático da burocracia stalinista, ser o fomentador da Frente Popular brasileira e garantir a adesão do PCB à Aliança Nacional Libertadora. Os levantes de novembro de 1935 fracassaram e os trotskistas seguiram denunciando a política stalinista encabeçada no Brasil pela figura de Prestes⁸ que permaneceu fiel até sua morte às orientações da burocracia soviética.

2. A interpretação trotskista sobre a Revolução de 1930

A interpretação que os trotskistas realizaram sobre a Revolução de 1930 se difere daquela apresentada pelo PCB. Trata-se de uma análise que encontra suporte numa investigação original sobre a formação social do Brasil, repudiando a teoria dualista que Brandão construiu ao longo da década de 1920. Foi no artigo “Aos trabalhadores do Brasil”, publicado no *Bo-*

⁸ Em artigo publicado em abril de 1936 em *A Luta de Classe*, n. 28, os trotskistas fizeram um balanço sobre o fracasso da insurreição e apontaram de forma bastante clara a relação entre o prestismo e o stalinismo: “Mais cedo do que esperávamos as nossas previsões foram inteiramente confirmadas: o aliancismo stalinista com o seu “fuhrer” Luís Carlos Prestes à frente, acabou tentando um “putsch” militar na impossibilidade de arrastar a massa à revolução. Desta forma, o sórdido oportunismo ideológico em que caíram os stalinistas foi coroado pelo aventureirismo golpista mais descabelado”. (LCI, 1936, p. 1).

letim da Oposição, em janeiro de 1931, que a análise dos oposicionistas sobre os acontecimentos de outubro de 1930 começou a se delinear.

Os oposicionistas da LC foram os primeiros a lançar a leitura de que a Revolução de 1930 efetivou um “acordo”, no sentido de que significou um reajuste das relações econômicas e políticas no Brasil, se adequando à nova realidade do capitalismo internacional. Apesar de não usarem o conceito de bonapartismo de forma explícita, ele está implícito na análise da LC. Eles argumentam que a queda da oligarquia cafeeira paulista diante da falência do modelo agroexportador teria possibilitado a realização de um novo “acordo” burguês, ou seja, uma reorganização da produção sob uma base capitalista ainda mais desenvolvida, organizada e centralizada. A raiz bonapartista deste acordo estaria na incapacidade de uma fração burguesa ocupar o lugar hegemônico deixado pelos produtores de café. As burguesias regionais dissidentes e o proletariado não reuniam condições de dirigir o Estado de forma direta de acordo com seus interesses. Neste cenário, o poder executivo ocupou um papel cada vez mais central, revelando uma autonomia relativa diante das classes.

Nas palavras dos oposicionistas: “Esse acordo geral será no Brasil burguês a última forma conciliatória da centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento capitalista, e a forma federativa, garantia da unidade política” (LC, 1931, p. 9). Em meio à crise econômica que levou ao acúmulo de sacas de café sem compradores, a burguesia paulista se viu diante da necessidade de deixar o poder, realizando uma aliança forçada pela diversificação da produção: “a burguesia afogada nos estoques de café e de tecidos, abdica nas mãos de uma ditadura militar todo o controle do Estado, apavorada pelo desenvolvimento da crise econômica, unindo-se numa “santa aliança” cimentada pelo suor do proletário” (LC, 1931, p. 8-9).

Deixando de lado a concepção de que havia um conflito entre o campo (feudal e agrário) e a cidade (burguês e industrial), a LC apresentara uma interpretação mais sofisticada que os comunistas, apontando que a queda do Partido Republicano Paulista (PRP) e a ascensão de Getúlio Vargas representou um “acordo geral”, uma “última forma conciliatória” ou ainda uma “santa aliança” entre as mais diversas frações burguesas.

Marques Neto (1993, p. 182) e Silva (2002, 140-143) salientaram que a interpretação desenvolvida por Boris Fausto em *A Revolução de 1930* era bastante próxima daquela desenvolvida pelos oposicionistas. Ambos autores mostram similaridades entre a interpretação da LC e a noção de “Estado de compromisso” utilizada por Fausto (1982, p. 104-105):

O acordo se dá entre várias frações da burguesia; as classes médias – ou, pelo menos, parte delas – assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo, entretanto, uma posição subordinada. À margem do compromisso básico fica a classe operária, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão política apreciável.

Não obstante, em seu trabalho sobre *O longo bonapartismo brasileiro*, Felipe Demier (2012), a partir de um minucioso trabalho historiográfico demonstra que o alcance da interpretação dos trotskistas foi muito além da obra de Fausto. Ele apresenta a tese de que o conceito de bonapartismo que começou a ser desenvolvido neste momento pela LC acabou se tornando, posteriormente, um conceito chave para a investigação da sociedade brasileira pós-1930 sendo utilizado em várias pesquisas acadêmicas histórico-sociológicas, estando inclusive na base do conceito de populismo:

De forma explícita ou implícita, a categoria de bonapartismo está presente como um elemento estruturante em muitos conhecidos estudos sobre o Brasil Contemporâneo produzidos pela academia no pós-1964. [...] uma “teoria do bonapartismo” – embasou interpretações sobre o processo sócio-político brasileiro do pós-1930 realizadas por autores como Leôncio Martins Rodrigues, Carlos Estevam Martins, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e o próprio Ruy Marini. [...] Desse modo, a “teoria do bonapartismo” foi a base fundamental daquela que se tornaria conhecida como a “teoria do populismo (brasileiro)”, formulada e desenvolvida, nos anos 60, 70 e 80, por autores marxistas como Francisco Weffort, Octavio Ianni, Régis Castro Andrade, René Dreifuss, Décio Saes e Armando Boito Jr. (DEMIER, 2012, p. 3-4).

Demier ainda destaca a existência de uma relação entre essas interpretações acadêmicas e aquelas elaboradas pelas organizações políticas que, no início da década de 1930, já apontavam o caráter bonapartista da dominação de classe desenvolvida no país. Por fim, Demier (2012, p. 264) argumenta que Weffort utilizou a noção de “Estado de compromisso” antes de Fausto. Em ambos os autores o “compromisso” seria resultado da debilidade política dos grupos dominantes dissidentes em tomar a direção do Estado substituindo a oligarquia cafeeira paulista.

Ao interpretarem o cenário político brasileiro após a vitória da Aliança Liberal, os opositoristas destacaram as bases materiais da crise política que colocou fim à Primeira República. Nessa perspectiva, as dificuldades

econômicas dos cafeicultores apareceram como o elemento-chave para o colapso do PRP. A derrocada econômica evidenciou o esgotamento da política de valorização do café sob hegemonia da burguesia cafeeira paulista, e foi o combustível que deu coesão e ampliou as forças das burguesias dissidentes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.⁹ Diante do agravamento da crise, revelou-se o colapso da República e as burguesias regionais alojadas do poder se lançaram à disputa pelo Estado para reorientar e diversificar a produção.

A interpretação da LC sobre a Revolução de 1930 aponta que ela foi resultado de disputas internas entre as frações burguesas, significando o fim do domínio monopolista dos cafeicultores de São Paulo e a vitória dos grupos dissidentes que almejavam ampliar e diversificar as bases produtivas:

A “república nova”, evangelizada pelos velhos e jovens politiquieiros da “antiga”, auxiliados por um pronunciamento típico de oficiais superiores [...] foi feita em nome da unidade nacional em perigo. A burguesia do Rio Grande do Sul, esquecida das suas tendências separatistas, fez-se assim, campeã da unidade nacional... sob a sua hegemonia política. E foi apeado do governo federal o partido mais representativo dos interesses da burguesia monopolizadora de São Paulo, uma vez vacilante a sua base econômica, caracterizada pela monocultura capitalista. Agora, está-se vendo a burguesia, baseada na policultura, pecuária e indústrias correlatas, fazendo a campanha pela “unidade da pátria” (LC, 1931, p. 8).

Não obstante, como parte do “acordo”, os derrotados não foram totalmente excluídos ou expropriados, mas, realocados no poder. A unidade nacional foi preservada por um governo centralizado, organizado sob bases militares e sob hegemonia da burguesia gaúcha. O Estado que emergiu então, mais intervencionista e regulador, estabeleceu uma nova orientação econômica, deixou para trás o monopólio acolhendo as necessidades das burguesias regionais.

A tese apresentada pelos opositoristas sobre a Revolução de 1930 difere da teoria dualista porque parte de uma interpretação diferente da

⁹ “No Rio Grande do Sul, a burguesia já se sentia bastante forte para arrebatado o governo da União das mãos do PRP. Em Minas, a oligarquia dominante, com Bernardes à frente, lutava pela hegemonia política que estava sendo exercida por São Paulo. Quanto ao levante da Paraíba, temos nele um índice dos anseios da burguesia local do Nordeste ambicionando maior liberdade política” (LC, 1931, p. 8).

estrutura social brasileira. Foi no texto intitulado “Esboço de análise da situação econômica e social do Brasil” que os oposicionistas apresentaram de forma mais sistemática esta interpretação. Este artigo foi concluído em outubro de 1930, mas só foi publicado no nº 6 de *A Luta de Classe*, em fevereiro-março de 1931, com a assinatura de M. Camboa e L. Lyon, pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier. O texto também foi traduzido por Benjamin Peret e publicado simultaneamente no jornal oposicionista francês, *La Lutte de Classe*, nº 28-29.

Del Roio considera o Esboço “a mais consistente reflexão do ponto de vista marxista sobre a formação social brasileira” (1990, p. 171) daquele período e, de acordo com Ferreira (2005), o artigo está entre os três principais textos produzidos pelo pensamento marxista na década de 1930.¹⁰ Escrito enquanto o processo “revolucionário” ainda estava em curso, Pedrosa e Xavier apresentaram interessantes reflexões teóricas. Por meio de uma análise diacrônica e sincrônica, buscaram compreender a crise econômica e política à luz do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil. A investigação parte do processo de colonização, analisa a formação do Estado brasileiro, a República e a crise da oligarquia em curso, buscando trazer à tona a estrutura econômica brasileira, sua inserção no mercado mundial e o papel das classes sociais.

Ao analisarem o capitalismo brasileiro e sua inserção no mercado internacional, Pedrosa e Xavier destacaram o papel do imperialismo. Segundo os autores, a inserção subordinada da economia brasileira no mercado mundial contribuiu para a manutenção da estrutura social baseada na grande propriedade e na produção de produtos primários, especialmente a do café. A atuação das potências capitalistas centrais agravava as contradições internas e determinava o papel da burguesia nacional.

Na contramão da política de conciliação de classe e de alianças, os oposicionistas afirmaram que: “O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais (...) Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista” (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3). Pedrosa e Xavier negaram o papel revolucionário que o PCB atribuiu à

¹⁰ [...] reflexões de Mário Pedrosa e Lívio Xavier elaboradas no texto *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, de outubro de 1930. Este texto, juntamente com o livro de Caio Prado Jr., *A evolução Política do Brasil e Caminho da Revolução Operária Camponesa*, de Leôncio Basbaum, podem ser considerados os três principais da esquerda marxista brasileira publicados na década de 1930 (FERREIRA, 2005, p. 22-23).

burguesia nacional. Apontaram que esta estava vinculada e subordinada ao imperialismo e operava sob bases incertas, pois a produção era voltada para o exterior: “Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos – a sua covardia” (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3).

Da subordinação que a burguesia nacional sofre do imperialismo, os trotskistas não concluíram a existência de um aliado, pelo contrário, afirmaram que era essa mesma subordinação que transformava a burguesia em adversário a ser combatido: “Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos” (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3). Dessa maneira, negavam qualquer papel progressivo às classes capitalistas. A leitura que Pedrosa e Xavier apresentaram sobre a incapacidade política burguesa não coincide apenas com a leitura de *O 18 de brumário*, mas também está de acordo com as teses da *Revolução Permanente* de Trotsky (2011) que determinam que nos países de capitalismo atrasado, a burguesia nacional não tem condições de desempenhar qualquer tarefa revolucionária.

Em outra passagem, a referência ao *O 18 de brumário* é ainda mais explícita. Pedrosa e Xavier (1931, p. 3) observaram: “É assim que se repete na fase imperialista a subordinação da sociedade ao poder executivo, na qual Marx via a expressão da influência política dos camponeses parcelários”. O imperialismo cumpria um papel decisivo ao fomentar a hipertrofia do poder executivo. Diante destas condições, a indústria só poderia se desenvolver se estivesse entrelaçada com o Estado. Apoiando-se em Trotsky, acrescentaram:

As exigências do desenvolvimento industrial obtêm, como condição essencial, o apoio direto do Estado: a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical. O reforço gradativo do poder executivo é, aliás, um processo regular e sistemático do desenvolvimento em países politicamente secundários, como o demonstra Trotsky com relação à Rússia czarista. (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3).

Para os opositoristas, as condições do desenvolvimento capitalista no Brasil eram similares às da Rússia. Em terras brasileiras a monarquia já havia sido derrubada, mas as comparações ainda eram válidas, uma vez que a República se constituiu tendo no poder executivo a sua força determinante: “A apologia de governos fortes, a divinização da ordem, o ataque contra

a democracia e o liberalismo foram os pontos principais da ideologia reacionária” (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3).

Ao destacarem o crescimento do poder executivo e a dependências que as frações burguesas tinham do Estado, realizaram uma analogia com a França do século XIX e demonstraram que no Brasil a primeira República caía diante da incapacidade burguesa em solucionar as suas contradições e em garantir as liberdades democrática da República burguesa:

No Brasil todas as classes estão subordinadas ao executivo e as palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, tem, para o governo, um caráter subversivo. [...] Os chamados liberais aplaudem a repressão policial quando esta exerce contra as organizações proletárias. Marx escreveu que, na véspera do golpe de Estado de Napoleão III, a burguesia francesa tachava de heresia “socialista” o que ela qualificava, anteriormente, como “liberal” e reconhecia, desse modo que, para conservar intacto seu poder social, era mister romper seu próprio poder político e que a burguesia não pode continuar a explorar as outras classes e a gozar tranquilamente da propriedade, da família, da religião e da ordem, senão com a condição de ver sua classe condenada à mesma nulidade política que as outras classes e, assim, proclama sua dominação *política* incompatível com sua segurança e sua própria existência. (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3).

Para Pedrosa e Xavier, a centralização do poder estatal não aparecia como uma ruptura, mas como resultado do desenvolvimento capitalista. “Sob o regime burguês, o aparelho estatal tende a evoluir naturalmente para uma centralização crescente” (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3). Ainda apontam que o Brasil reunia condições particulares que acentuavam e aceleravam o processo de hipertrofia do poder executivo. Segundo os autores, diversos fatores eram favoráveis para esse desenvolvimento bonapartista, entre os quais, a baixa densidade populacional, o predomínio da agricultura, a ausência da renda fundiária, a divisão política, o impulso industrial progressivo e a pressão imperialista. Em suma, como resultado do “desenvolvimento desigual do capitalismo” surgia um Estado forte e centralizado que atuava ao lado da burguesia nacional e internacional.

Já em 1932, após a derrota dos constitucionalistas paulistas, os trotskistas voltaram a utilizar a teoria bonapartista para compreender o processo de evidente fortalecimento do Estado:

A perspectiva de um desenvolvimento bonapartista se impõe, dadas as condições atuais das relações entre as classes. A grande burguesia nacional foi derrotada militar e politicamente com a derrota da rebelião paulista. A pequena burguesia, menos do que em qualquer outra parte, não tem condições de criar um movimento político independente, capaz de assegurar-lhe um predomínio político mais demorado no país. O proletariado, no estado rudimentar de organização em que se encontra, sem a menor escola política, desorientado (...) não atua como devia sobre os acontecimentos políticos, vivendo como que à margem da história política dos nossos dias. São condições essas que tornam possíveis a instauração do bonapartismo, como todo o seu cortejo de miséria e corrupção (LC, 1932, p. 2).

Essa passagem elucida de forma bastante clara a incapacidade das classes burguesa e proletária em tomar o poder do Estado e construir o seu projeto político. Destaca-se que ao se referir ao proletariado, a análise da LC é bastante similar àquela traçada por Marx sobre o proletariado francês que, após a derrota das jornadas de junho em 1848 e a repressão desencadeada, estivera distante das lutas políticas e, incapaz de intervir diretamente, fora conduzido “à margem da história”.

Para os trotskistas a ascensão do governo Vargas foi resultado da incapacidade das classes sociais controlarem o poder estatal, abrindo espaço para a formação de um Estado cada vez mais autônomo e militarizado. Estas primeiras interpretações lançadas pelos trotskistas elucidaram a centralização do poder executivo e sua capacidade cada vez maior de flutuar sobre as classes sociais. É a partir da centralidade que o Estado ocupa que os oposicionistas compreenderam a nova estrutura política pós-1930.

3. A análise trotskista sobre o Estado Novo

A teoria bonapartista voltou a ser reafirmada pelos trotskistas a partir do Golpe de Estado de Getúlio Vargas de 10 de novembro de 1937, quando este outorgou uma nova constituição e deu início ao Estado Novo. Neste momento, os oposicionistas estavam organizados no POL. Um mês após o golpe, na edição nº 34 de *A Luta de classe*, no artigo intitulado “O golpe de Estado Bonapartista”, os trotskistas apresentaram uma análise inicial sobre o golpe e seu caráter.

Nesta primeira interpretação sobre o Estado Novo, os opositoristas apontaram que Vargas havia realizado um “golpe de Estado bonapartista” e que este culminou na consolidação de um “regime fascista” (POL, 1937b, p. 1). De imediato o que mais chama a atenção é a argumentação contraditória de que o golpe encabeçado por Vargas apresentava um caráter “bonapartista”, mas teria dado origem a um governo caracterizado como “fascista”. Logo nos dois primeiros parágrafos do texto fica bastante evidente essa confusão de conceitos.

Ao apresentar um breve histórico sobre o golpe, os opositoristas argumentaram que no início de 1937 a pressão externa e de setores da burguesia nacional em torno da sucessão presidencial obrigou Vargas a recuar em suas ações centralizadoras e autoritárias. Assim, foi suspenso o Estado de Guerra e concedido anistia aos presos políticos. Diante desse aparente afrouxamento político, o POL argumentou que as direções operárias não souberam aproveitar a oportunidade: “Não houve tentativa séria de organizar o proletariado”. E em uma crítica direcionada aos stalinistas acrescentaram: “O PC eliminou completamente todo o conteúdo de classe do seu programa e esforçou-se em arrastar a massa a reboque de um dos candidatos burgueses”. (POL, 1937b, p. 1).

Sobre a atuação do PCB é importante ressaltar que após o levante fracassado de novembro de 1935, as organizações políticas foram devastadas por uma longa ação repressiva. No início de 1936, Luís Carlos Prestes e toda a direção do partido acabou na prisão. O Comitê Central foi reorganizado sob a liderança de Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha) e durante a campanha eleitoral os pecebistas, seguindo a lógica conciliadora e etapista da “revolução democrático-burguesa”, apoiaram a candidatura de José Américo à presidência, inicialmente o candidato apoiado por Vargas.

Não obstante, os trotskistas argumentaram que mesmo sem apresentar reivindicações revolucionárias e atrelados à candidatura burguesa, surgiram novas organizações operárias que “mostravam claramente que se estava processando um amadurecimento político rápido no seio da massa” (POL, 1937b, p. 2). Por conseguinte, concluíram que esse despertar das organizações operárias teria sido o suficiente para suscitar a retomada das atividades da reação varguista que, sem apoio entre o proletariado, caminhou para o rompimento institucional: “não podendo mobilizar as massas, a reação decidiu pelo golpe bonapartista” (POL, 1937b, p. 2).

Sobre a base de apoio do golpe, os trotskistas destacaram que Vargas era sustentado por um tripé, que consistia na adesão de militares, da

burguesia e do integralismo. O que unia estes três setores heterogêneos em torno do Estado Novo era o temor por “uma mobilização efetiva das massas”, em outras palavras, o “perigo vermelho” (POL, 1937b, p. 2).

Quanto a participação dos integralistas, os trotskistas destacaram que estes cumpriram o importante papel de forjar um apoio popular. A Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fascista liderada por Plínio Salgado, fundada em 1933, havia construído uma base de apoio e, por isso, de acordo com o POL, coube a esta organização a tarefa de “exprimir o apoio da “massa popular” aos planos de Getúlio” (POL, 1937b, p. 3). Não obstante, uma vez consolidado o golpe sem qualquer resistência, Vargas não se mostrou disposto a dividir o poder com os integralistas e veio o rompimento. A AIB foi posta na ilegalidade.¹¹

Mas o que realmente aproxima a interpretação do POL à teoria do bonapartismo é a identificação de uma crise política das organizações burguesas e proletárias. Ambas se mostraram incapacitadas de consolidar o seu poder e tomar o Estado sob a sua direção. De forma bastante similar à análise realizada por Marx, os trotskistas apontaram que a burguesia temia os resultados das eleições e um amadurecimento político e organizacional das forças operárias e, por conseguinte, almejando a estabilidade de um governo centralizado “apelou para as forças armadas visivelmente mancomunadas com Getúlio e conscientes do papel que iam desempenhar” (POL, 1937b, p. 2).

Para os trotskistas, a burguesia nacional, retardatária e atrelada ao imperialismo, ambicionava um Estado cada vez mais centralizador e autoritário. Dessa forma, sem qualquer vínculo com as liberdades democráticas e com o projeto republicano burguês, preferiu se retirar do jogo político, entregando o comando do Estado a Vargas: “A burguesia se mostrou incapaz de defender as mais mesquinhas migalhas da democracia burguesa que ainda restavam e preferiu entregar a gestão de seus negócios a um governo bonapartista” (POL, 1937b, p. 6).

¹¹ “O integralismo, ao contrário do que faziam crer os acontecimentos que precederam o golpe final, ficou completamente afastado do poder, na situação que acaba de se criar. Este fato foi motivado por uma série de causas importantes. Em primeiro lugar, a ausência de qualquer resistência ao golpe bonapartista tornava dispensável a mobilização da tropa de choque do sigma e a partilha do poder entre Getúlio e Plínio, com vantagens para o segundo que, contando com um partido organizado, poderia com relativa facilidade absorver todo o poder e eliminar Getúlio. Em segundo lugar, Getúlio tentou conquistar uma parte da burguesia [...] e disfarçar até certo ponto o caráter fascista do “estado novo” instituído pela nova “constituição”. (POL, 1937b, p. 3).

Os trotskistas também destacaram a crise da direção proletária. Nesse ponto, reafirmaram suas críticas à direção do PCB que, seguindo a orientação da burocracia stalinista da IC, afastava-se cada vez mais da luta revolucionária.

O stalinismo, amarrando as massas ao carro da burguesia, perdeu completamente a visão dos problemas e ficou impotente em face do avanço brusco e para ele inesperado da reação. Não tentou mobilizar as massas para uma ação concreta contra o golpe de estado e o estado de guerra e continuou confiando na burguesia nacional, no imperialismo “democrático” e no exército “popular” (POL, 1937b, p. 3).

A concepção etapista defendida pelo PCB, em conformidade com o stalinismo, pressupunha que o caráter da revolução brasileira seria democrático-burguesa. Assim, a tarefa que se colocava era a libertação nacional e a luta anti-imperialista. Por conseguinte, a burguesia aparecia como o sujeito revolucionário cuja tarefa era superar o atraso econômico, possibilitando um desenvolvimento propriamente capitalista que, posteriormente, forjaria as condições materiais para uma revolução socialista. Esta teoria colocava em segundo plano a luta entre capital e trabalho e evidenciava a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas. Foi amparado nestas concepções burocráticas e contrarrevolucionárias que o PCB imobilizou o proletariado, deixando-o à mercê das forças burguesas.

Nota-se que neste artigo, o POL não apresentou uma análise sistemática sobre a teoria bonapartista e sua relação com o surgimento do Estado Novo. A análise se apoiava fundamentalmente na incapacidade burguesa e proletária de controlar o Estado. Outra fragilidade era a confusão com o fascismo, uma vez que argumentara que o golpe bonapartista deu origem a um regime fascista. Nesse mesmo texto, a caracterização do fascismo também é bastante limitada, os trotskistas apenas indicam que este caráter estaria relacionado à repressão desencadeada ao movimento operário:

Mas a não participação dos integralistas no poder não diminui de modo algum o caráter reacionário e fascista da nova ordem de coisas. Getúlio, em cujas mãos estão concentrados todos os poderes, saberá desempenhar o papel de carrasco das massas trabalhadoras e de verdugo do movimento revolucionário com a mesma perícia e ferocidade de um Plínio Salgado (POL, 1937b, p. 4).

Apesar de algumas limitações e simplificações, deve-se reconhecer que essa análise inicial apresentada pelos trotskistas do POL é bastante

inovadora. Por conseguinte, já na edição seguinte de *A Luta de Classe*, nº 35, os trotskistas identificaram alguns problemas e lançaram uma revisão sobre a análise do Estado Novo. No artigo intitulado “O bonapartismo procura uma base de massa” é possível identificar um avanço na interpretação dos opositoristas.

Logo no início do texto foi reafirmado que o golpe de 10 de novembro deveria ser caracterizado como bonapartista. Mas além disso, acrescentaram que se tratava de uma ação “preventiva” e “contrarrevolucionária”, o que também se aproxima da leitura marxiana sobre o golpe de Napoleão III. Destacou-se que o golpe teve “objetivo fundamental de restabelecer a “paz social” seriamente ameaçada pela campanha de sucessão. [...] o perigo de um amplo movimento de massas cujo desenvolvimento e alcance não podia ser de antemão limitado”. (POL, 1937a, p. 1).

Mais uma vez, reafirmaram a incapacidade política da burguesia e do proletariado em tomar o poder do Estado diretamente para desenvolver seu projeto de classe. Todavia, a grande revisão estabelecida neste artigo foi que, diferentemente do artigo anterior, o POL não classificou o regime como fascista, mas sim, como bonapartista. Demier (2012, p. 330) observou que essa mudança pode ter ocorrido a partir de uma leitura atenta do artigo de Trotsky, *Bonapartismo e fascismo* que havia sido publicado em setembro na revista *Sob a nova bandeira* que também era organizada e publicada pelos militantes trotskistas.

A partir de então, a ditadura do Estado Novo passou a ser caracterizada pelo POL como bonapartista. Eis a passagem: “O novo regime, devido ao seu caráter bonapartista, não dispõe de uma base de massa sobre a qual se possa apoiar. E a estabilidade do atual governo depende, em última análise, da possibilidade de criar um apoio de massa” (POL, 1937a, p. 1). Nesse trecho fica evidente a caracterização do regime, mas também chama atenção uma diferenciação com a teoria bonapartista apresentada por Marx. Este apontou em *O 18 Brumário* que o regime bonapartista de Napoleão III se apoiava no campesinato, o qual constituía a sua base de massa. Aqui, ao contrário, os trotskistas elucidam a ausência desse apoio popular.

Mas para além desse ponto de divergência, deve-se destacar mais um aspecto convergente entre as análises. Os trotskistas brasileiros também destacaram o papel do Poder Legislativo que não representou nenhuma resistência para o avanço do Poder Executivo. Nesse sentido, apontaram que os representantes do legislativo fomentaram o “descrédito em que as instituições democráticas foram lançadas pela atitude nojenta e covarde

da Câmara e de todos os chefetes pequeno-burgueses” (POL, 1937a, p. 1). O POL não deixou de elucidar que a burguesia parlamentar sancionou o golpe bonapartista de Vargas, abrindo mão de sua influência em nome de um Estado mais centralizado e autônomo.

Já em *A Luta de Classe*, nº 36, de 10 de janeiro de 1938, o editorial intitulado “A demagogia: arma do Estado Novo”, apresenta alguns novos elementos no desenvolvimento da teoria bonapartista à realidade brasileira. Sem recorrer ao conceito de fascismo, os oposicionistas sancionaram: “O governo bonapartista de Getúlio”. E seguiram a argumentação de que este regime ainda carecia de uma base popular de apoio. Sobre essa questão apresentaram mais um elemento na caracterização do regime bonapartista. De acordo com os trotskistas, Vargas recorreu ao nacionalismo para angariar apoio e, dessa forma, apelando aos sentimentos e símbolos nacionais buscou camuflar o caráter burguês e capitalista do seu governo:

O nacionalismo tomou então formas místicas com as numerosas festas cívicas. O departamento de propaganda, [...] empreendeu uma obra de mistificação sistemática. Nos comunicados diários procura convencer as massas que o atual regime é o melhor possível, adaptado à “realidade brasileira” e aos interesses do povo (POL, 1938a, p. 1-2).

O POL apontou que o regime bonapartista de Vargas apelava aos símbolos nacionais e a fórmulas genéricas como a noção de “povo” para camuflar o seu caráter de classe. Para os trotskistas, a utilização de discursos demagógicos era uma ferramenta utilizada para fomentar a ideia de um Estado independente e autônomo que parece flutuar sobre as classes.

Posteriormente, em *A Luta de Classe*, nº 38, de 15 de fevereiro de 1938, o POL apresentou uma nova caracterização do Estado Novo que já aparece no título do editorial, “É preciso organizar desde já a luta contra a ditadura policial-militar de Getúlio”. Como se vê, o conceito de bonapartismo deu lugar ao de “ditadura policial-militar”. Não obstante, este não está na contramão da teoria bonapartista, pois trata-se da caracterização que passou a ser utilizada por Trotsky em seus estudos sobre a América Latina.

Após 1937, exilado no México, Trotsky realizou uma investigação minuciosa sobre a realidade histórica e socioeconômica dos países latino-americanos. Nestas análises ele identificou as particularidades do capitalismo na região, bem como suas condições políticas próprias. Trotsky afirmou que o bonapartismo em países de desenvolvimento retardatário apresenta-

va características próprias. O atraso industrial, a fragilidade e a subordinação da burguesia nacional ao capital estrangeiro criavam um cenário particular. Para dar conta destas distinções, ele desenvolveu o conceito de bonapartismo *sui generis*:

En los países industrialmente atrasados el capital extranjero juega un rol decisivo. De ahí la relativa debilidad de la burguesia *nacional* en relación al proletariado *nacional*. Esto crea condiciones especiales para el poder estatal. El gobierno oscila entre el capital extranjero y el nacional, entra la relativamente débil burguesia nacional y el relativamente poderoso proletariado. Esto le da al gobierno un carácter bonapartista *sui generis* de índole particular (TROTSKY, 2013, p. 154).

Trotsky percebeu que, diante das particularidades do desenvolvimento capitalista latino-americano, não era possível aplicar de forma mecânica o conceito de bonapartismo desenvolvido por Marx. Nestas condições, observou que na América Latina a ampliação do Estado adquiria condições especiais, as quais poderia se desenvolver de duas formas variantes:

En realidad, puede gobernar o bien convirtiéndose en instrumento del capital extranjero y sometiendo al proletariado con las cadenas de una ditadura policial, o manobrando con el proletariado, llegando incluso a hacerle concesiones ganando de este modo la posibilidad de disponer de cierta libertad en relación a los capitales extranjeros (TROTSKY, 2013, p.154).

Nesta passagem, Trotsky apresenta as duas modalidades que o bonapartismo tendia a assumir nos países latino-americanos. O Estado poderia se apoiar no imperialismo e submeter a classe trabalhadora a uma ditadura policial-militar ou, ao contrário, se aproximar das massas operárias a fim de barganhar com o imperialismo. Diante de uma burguesia nacional debilitada pela forte presença do capital internacional e sem qualquer tradição democrática, a relação com este era determinante para as estruturas políticas. De acordo com a análise de Trotsky, o Estado bonapartista *sui generis* encontrou no governo de Vargas um exemplo de ditadura policial-militar, enquanto que o governo mexicano de Lázaro Cárdenas era exemplo deste segundo tipo, dotado de um caráter semibonapartista democrático.

Por conseguinte, os trotskistas do POL, a partir desta leitura passaram a identificar o Estado Novo como uma “ditadura policial-militar”. No mesmo editorial de *A Luta de Classe*, nº 38, apontaram que o Estado se tornava cada vez mais autoritário e avançava sobre as organizações operárias.

Diante desse acirramento da luta de classes, apresentaram como pauta central a defesa das liberdades democráticas:

A mobilização das massas para a luta contra o regime atual tem que se fazer em torno das palavras de ordem democráticas. Todas as camadas da população trabalhadora sentem e sentirão cada vez mais a necessidade do direito de reunião, de organização, de greve, etc., indispensáveis para a sua luta contra a exploração feroz que são vítimas (POL, 1938b, p. 1).

É importante evidenciar que os trotskistas seguiram até o final do Estado Novo defendendo que o governo Vargas apresentava um caráter bonapartista. Esta interpretação apresentada pelo POL ganha ainda mais relevância quando comparadas à análise do PCB. Num primeiro momento, os stalinistas caracterizaram o Golpe de Estado de 10 de novembro como Fascista¹², mas após o rompimento de Vargas com a AIB, seguindo as orientações da burocracia soviética, passaram a defender a formação de uma “Frente única democrática”, cujo objetivo era a “União nacional” contra as forças fascistas, apresentadas naquele momento como o inimigo a ser combatido.

Evidenciava-se que a burocracia stalinista, em favor dos seus privilégios, havia abdicado da revolução social, pois temia que novas revoluções em qualquer parte do mundo, poderiam gerar instabilidade com as potências capitalistas. Assim, a partir de 1937, a revolução democrática-burguesa transforma-se na forma ainda mais abstrata da “revolução popular” que, a partir de uma lógica etapista, defendia o desenvolvimento do capitalismo nacional. Esta concepção aparece de forma bem clara no artigo intitulado “Por uma frente única democrática brasileira”, publicado em meados de 1938 na Revista *Correspondance Internationale*:

[...] deve-se trabalhar para a formação de uma grande frente democrática em todo o país, uma frente nacional destinada a reatar um ao outro, o povo e o governo. [...] Os democratas e, em primeiro lugar os comunistas, apelam ao povo para que ajude o governo, com as armas na mão, para a salvação da integridade e da independência do país, contra todo o *putsch* integralista”. (Apud Carone, 1984, p. 219-220).

¹² “Uma das características principais de todo governo fascista é a sua deslavada demagogia. Getúlio não fugiu à regra e desde a primeira hora vem fazendo promessas ao Povo e ao Proletariado, procurando assim consolidar seu governo fascista [...]”. (PCB, 1938, p. 1).

Esta passagem evidencia a estratégia stalinista de cerrar fileiras ao lado do governo Vargas pela defesa nacional. Assim, logo após o início do Estado Novo o PCB abraçou a tese da “União nacional” contra o fascismo e, apesar de lançar algumas críticas à Vargas, atuou pela defesa do seu regime. Tal concepção antirrevolucionária e de conciliação de classes foi sacramentada após a reorganização do PCB em 1943 na Conferência da Mantiqueira.

Em suma, o presente artigo buscou expor as diversas interpretações que as organizações trotskistas da década de 1930 realizaram a partir da teoria bonapartista. Nota-se que estes militantes foram os primeiros marxistas a explorarem a obra *O 18 brumário* para investigar a complexa realidade brasileira. Apesar de alguns problemas e limitações, avanços e recuos na utilização de conceitos, tal teoria foi essencial para que estas organizações realizassem uma análise mais rigorosa, diferenciando-se daquela apresentada pelo PCB. Municiados deste aporte marxiano e das inovações teóricas realizadas por Trotsky em seus escritos sobre a América Latina, os opositoristas conseguiram avançar na investigação das relações entre o Estado, as classes sociais e o capital internacional, apresentando as particularidades da formação política brasileira.

Referências

ALVEZ, Adamo Dias. **A história do conceito de Bonapartismo**: uma análise semântica aplica ao século XIX e XX. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de mestrado em Direito), 2010.

ALVEZ, Adamo Dias. **Elementos Bonapartistas no processo de constitucionalização brasileiro**: uma análise crítico-reflexiva da história constitucional brasileira de 1823 a 1945. Belo Horizonte: UFMG (Tese de doutoramento em Direito), 2015.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. **Pandemônio de infâmias**: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo. São Paulo: PUC (Tese de doutoramento em Ciências Sociais), 2005.

BARSOZZI, Paulo Douglas. **Marx, defensor do estado? O estado, a política e o bonapartismo no pensamento marxiano**. São Paulo: USP (Tese de doutoramento em História), 2002.

BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e industrialismo**: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

CAMBOA M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). **Esboço de uma análise sobre a situação brasileira**. In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano 2. Rio de Janeiro. Fev-mar. 1931.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **A oposição de esquerda brasileira: 1928-1934: teoria e prática**. Dissertação (Dissertação de mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1993.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo: 1933-1935**. Tese (Tese de doutoramento em História) - PPGH, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. Os intelectuais trotskistas nos anos 30. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Letras, 2000, p. 137-152.

COTRIM, Lívia Cristina de Aguiar. **Marx: política e emancipação humana (1848-1871)**. São Paulo: PUC (Tese de doutoramento em História), 2007.

CRUZ, Francielle Silva. **Karl Marx e a segunda república francesa: uma teoria sobre a(s) república(s)?** Maringá: UEM, (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais), 2015.

DEL ROIO, Marcos. **A Classe Operária na Revolução Burguesa: política de alianças do PCB: 1928-1935**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930 – 1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**, 2012, Tese (Doutorado em História) - PPGH, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos trotskistas (1930-1960). In: **Cadernos AEL: Trotskismo**. Vol. 12. n. 22/23, 2005.

GRUPO COMUNISTA LENINE. Cavaleiro da Esperança... da burguesia ou militante comunista. In: **A Luta de Classe**. n. 1. Rio de Janeiro. maio de 1930a.

GRUPO COMUNISTA LENINE. O que dá e o que esconde o manifesto do camarada Prestes. In: **A Luta de Classe**. n. 2. Rio de Janeiro. Junho de 1930b, p. 4.

KAREPOVS, Danis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michel. Trotski e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de. (Org). **História do marxismo no Brasil: Os influxos teóricos**. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 2007.

LIGA COMUNISTA. Aos trabalhadores do Brasil. In: **Boletim da Oposição**. n. 1. São Paulo, Jan. 1931.

LIGA COMUNISTA. Da demagogia à realidade tenentista. In: **A Luta de Classe**. n 9. São Paulo, Jun. 1932.

LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. O desastre de novembro e o naufrágio do prestígio e do stalinismo. In: **A Luta de Classe**. n 28. Ano VI. Niterói, Abr. 1936.

MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Silvio Chagas. São Paulo: Centauro, 2000.

MUSETTI, Felipe Ramos. **Da república social à ditadura bonapartista: a crítica da política em O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2014.

OLIVEIRA, Isabela Alline. **Forma política e a crítica ao Estado em Marx**. São Carlos: UFSC. (Dissertação de mestrado em Filosofia), 2019.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Três meses de ditadura Getulista. In: **A Classe Operária**. n. 208. São Paulo. Jan. 1938.

PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA. A demagogia: arma do Estado Novo. In: **A Luta de Classe**. n. 36. Belo Horizonte. 10 Jan. 1938a.

PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA. É preciso organizar desde já a luta contra a ditadura policial-militar de Getúlio. In: **A Luta de Classe**. n. 38. Belo Horizonte. 15 Fev. 1938b.

PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA. O bonapartismo procura uma base de massa. In: **A Luta de Classe**. n. 35. Belo Horizonte. 10 Dez. 1937a.

PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA. O golpe de Estado bonapartista. In: **A Luta de Classe**. n. 34. Belo Horizonte. 25 Dez. 1937b.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaios históricos e políticos**. São Paulo: Alfa e Ômega: 1979.

ROCHA, Dirlene de Jesus Pereira. **Mário Pedrosa e o Estado Bonapartista militarizado no Brasil de 1964**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Angelo José da. **Comunistas e Trotskistas: a crítica operária à revolução de 1930**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

SILVA, Josué Nunes da. **Reflexão e prática política em Karl Marx: sobre a emancipação do proletariado**. 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2011.

SOUZA, Iael de. **Concepção e papel da Política em Karl Marx: uma perspectiva possível do Manifesto do Partido Comunista à Comuna de Paris**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UNESP, Marília, 2006.

TROTSKY, L. **A teoria da revolução permanente**. São Paulo: Sundermann, 2011.

TROTSKY, L. **Escritos latino-americanos: en México (1937-1940)**. Buenos Aires: Ediciones IPS; CEIP Leon Trotsky, 2013.

Parte 2

História

4

MARX E A DINÂMICA DAS CLASSES SOCIAIS EM *O 18 DE BRUMÁRIO*: A HISTORICIDADE CONTRA O REDUCIONISMO

Júlia Lemos Vieira¹

O que há de mais importante em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* é o modo como essa obra traz um tratamento social e político dos eventos históricos revelando toda a complexidade do ponto de vista da concepção materialista da história e abatendo diversos níveis de reducionismos de que se valeram – e ainda se valem – tantas interpretações errôneas de Marx. Determinista econômico, teleólogo da história, pretensão portador de uma ciência neutra, reducionista do Estado a um instrumento sem qualquer autonomia, defensor de uma relação linear de classes são, no mínimo, estigmas completamente estranhos ao Marx que se apresenta nesse que é, praticamente, um panfleto². “Demonstrar como a luta de classes na França criou circunstâncias e relações que tornaram possível uma mediocridade grotesca fazer o papel de um herói” – assim esclareceu Marx (*apud* TUCKER, 1978) as intenções de seu texto, demonstrando que o que traz de extremamente relevante é a evidenciação do *como*: do caráter relacional e contingencial na análise dos acontecimentos.

O leitor que se depara com esse texto hoje deve recapitular que pouco antes do golpe de Luís Bonaparte era notável a divisão da sociedade em duas partes, estando o proletariado num dos extremos. O historiador Tocqueville (*apud* DRAPER, 1977, p. 387) relatara: “Eu vi a sociedade dividida em duas: aqueles que nada possuíam unidos em uma ambição comum; aqueles que possuíam algo em torno de um medo comum. Não havia víncu-

¹ Pós-doutoranda na área de Filosofia Política e Ética da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) em 2014; mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás em 2008; graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2006. Autora dos livros “Dinâmica dos Fatores Estruturais em Marx” (Kelps, 2014) e “Caminhos da Liberdade no Jovem Marx” (Anita Garibaldi, 2017).

² O Dezoito Brumário foi escrito por Marx dentre o final de 1851 e início do ano de 1852 e foi publicado em Nova York numa revista intitulada “Die Revolution”. Importante destacar que foi uma análise feita no correr dos acontecimentos.

los, simpatias entre essas duas grandes classes; em todo lugar havia a sugestão de uma próxima e inevitável luta”. Ou seja, tratava-se de uma realidade claramente bifurcada. É surpreendente, nesta conjuntura, que o filósofo da luta de classes furte-se de uma análise simplória das classes contrapostas:

A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média [mittelstand], a pequena burguesia, o exército, o lumpen proletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio (MARX, 1984, p. 15).

Marx elenca em contraposição ao proletariado nada menos que nove grupos distintos, demonstrando que reconhecer um antagonismo bipolar não implica em reduzir o alto grau da complexidade das relações de classes e que a representação política não retrata a contraposição social tal como o reflexo num espelho. Demonstra que não há uma linearidade entre o social e o político e advoga justamente a necessidade de se contrapor a esse tipo de simplificação. Em um outro momento do texto, no qual relata a oposição entre republicanos e monarquistas, adverte:

Antes de prosseguirmos com a história parlamentar desta época tornam-se necessárias algumas observações a fim de evitar as concepções errôneas tão comuns a respeito do caráter geral da ocasião que temos diante de nós. Aos olhos dos democratas, o período da Assembleia Legislativa Nacional caracterizava-se pelo mesmo problema vivido durante a Assembleia Constituinte: a simples luta entre republicanos e monarquistas. Resumiam, entretanto, o movimento propriamente dito em uma só palavra: "reação" - noite em que todos os gatos são pardos e que lhes permite desfiar todos os seus lugares-comuns de guarda-noturno (MARX, 1984, p. 35).

Marx indica que, embora o ódio comum dos monarquistas – Partido da Ordem - as unisse nas investidas contra os republicanos - representados pela Montanha - não se podia perder de vista que ambos eram compostos por diferentes facções e que uma abordagem mais minuciosa revelaria que tais não eram tão diametralmente opostas como apareciam no jogo parlamentar. Marx fala da relação entre o político e o social em termos de mistificação:

O partido da ordem parece estar perpetuamente empenhado em uma “reação”, dirigida contra a imprensa, o direito de associações e coisas semelhantes, uma reação nem mais nem menos como a que sucedeu na Prússia, e que, como na Prússia, é exercida na forma de brutal interferência policial por parte da burocracia, da gendarmaria e dos tribunais. A Montanha, por sua vez, está igualmente ocupada em aparar esses golpes, defendendo assim os “eternos direitos do homem”, como todos os partidos supostamente populares vêm fazendo, mais ou menos, há um século e meio. Quando, porém, se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a luta de classes e a fisionomia peculiar da época (MARX, 1984, p. 35).

Marx nega claramente aqui uma relação mecânica entre o político e o social. Defende que a dualidade da luta na assembleia não deve ser admitida como uma simples reposição da luta social na luta parlamentar. Algumas facções monarquistas, por exemplo, se encontravam, na verdade, no campo de defesa de interesses burgueses, compondo um antagonismo de classe no campo social diverso do antagonismo dado no campo político. Marx explica:

Os legitimistas e os orleanistas, como dissemos, formavam as duas grandes facções do partido da ordem. O que ligava estas facções aos seus pretendentes e as opunha uma à outra seriam apenas as flôres-de-lís e a bandeira tricolor, a Casa dos Bourbons e a Casa de Orléans, diferentes matizes do monarquismo? Sob os Bourbons governara a grande propriedade territorial, com seus padres e lacaios; sob os Orléans, a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, ou seja, o capital, com seu séquito de advogados, professores e oradores melífluos. (...) O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio. (...). E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade. Orleanistas e legitimistas encontram-se lado a lado na república, com pretensões idênticas. Se cada lado desejava levar a cabo a restauração de sua própria casa real, contra a outra, isto significava apenas que cada um dos dois grandes interesses em que se divide a burguesia - o latifúndio e o capital -

procurava restaurar sua própria supremacia e suplantar o outro. Falamos em dois interesses da burguesia porque a grande propriedade territorial, apesar de suas tendências feudais e de seu orgulho de raça, tornou-se completamente burguesa com o desenvolvimento da sociedade moderna (MARX, 1984, p. 35).

Legitimistas e orleanistas, as duas grandes facções do Partido da Ordem, não eram, portanto, apenas diferentes matizes do monarquismo separados por diferentes princípios acerca da monarquia, mas sim representantes do capital e do latifúndio, ambos representantes, portanto, dos “dois grandes interesses em que se divide a burguesia” (MARX, 1984, p. 36). Desse modo, tão logo a conjuntura se modificasse, a suposta unidade dos monarquistas se quebrava e facções do Partido da Ordem podiam se unir a facções republicanas desde que se desse uma conjuntura de benefício dos seus interesses reais. Do mesmo modo ocorria com as facções da Montanha: dado que seu real interesse não era acabar com os extremos capital e trabalho e sim buscarem transformações dentro dos limites burgueses, deveria ter sido previsível sua aliança a monarquistas em prol dos seus interesses de propriedade:

A nova Montanha, resultado dessa combinação, continha, além de alguns figurantes tirados da classe operária e de alguns socialistas sectários, os mesmos elementos da velha Montanha, mas, mais fortes numericamente. Em verdade, ela se tinha modificado no curso do desenvolvimento, com a classe que representava. O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia (MARX, 1984, p. 38)

O confronto político não é, portanto, uma simples manifestação do confronto social. Se, por um lado ele realmente manifesta a realidade do confronto social, ele também o dissimula. A superestrutura ergue-se sobre as diferentes formas de propriedade de uma forma tal que os verdadeiros interesses das classes surgem na imaginação de modo distinto do que constituem na realidade. A ilusão das classes sobre si mesmas repõe a constitui-

ção de ilusões que é própria do homem: o que um indivíduo pensa de si mesmo não implica num simples reflexo daquilo que ele realmente é e faz. Mas, no caso das lutas históricas, o cuidado para buscar se desfazer de tal ilusão é ainda mais necessário, daí porque “nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade” (MARX, 1984, p. 35).

Bensaid (1999, p. 164) comentou, a respeito dessa passagem de Marx que “a teoria revolucionária tem algum parentesco com a psicanálise. [...] Articulada como uma linguagem, ela opera por deslocamentos e condensações das contradições sociais. Tem seus sonhos, seus pesadelos e seus lapsos”. Comparação equivocada? Não. Na verdade, um recurso bastante elucidativo no sentido de permitir visualizar o que tantas vezes têm sido tão difícil quando se trata de apreender que, na relação infraestrutura e superestrutura presente na obra de Marx, a partir das classes fundamentais existem articulações cruzadas que multiplicam as diferenciações entre as relações sociais e a representação política.

A interpretação de um reflexo mecânico entre esses polos, com certeza, não se deve a uma falta de Marx em insistir na complexidade. No que se refere à pequena burguesia, ele reitera que encontrar o verdadeiro interesse por trás da ilusão que ela faz de si mesma também não deve ser exercício medíocre:

Só que não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa a impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições especiais para sua emancipação são as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes (MARX, 1984, p. 38).

Não se trata de encontrar os verdadeiros interesses por trás das ilusões da pequena burguesia a respeito de si mesma num sentido simplesmente psicológico ou moral. A inevitabilidade da luta de classes que ela preconiza não se fundamenta em uma imoralidade, mas antes na busca efetiva de sua auto emancipação. Soa quase socrático: o erro desta classe é, antes, uma falta, uma ignorância a respeito do que consiste uma verdadeira emancipação humana.

A burguesia ignora que, também para ela, não há emancipação sem que se emancipe a humanidade inteira da luta de classes. O mesmo ocorre com o democrata, que é o representante político da pequena burguesia:

[..] o democrata, por representar a pequena burguesia, ou seja, uma classe de transição na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, imagina estar acima dos antagonismos de classes em geral. Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada mas eles, com todo o resto da nação, constituem o povo. O que eles representam é o direito do povo; o que interessa a eles é o interesse do povo. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e as posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Tem apenas que dar o sinal e o povo, com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os opressores (MARX, 1984, p. 41).

Marx expõe aqui de maneira bastante clara o poder das ilusões no decorrer dos acontecimentos históricos efetivos. A ilusão do democrata sobre si mesmo, sobre as articulações da fração social que a fundamenta, também é determinante para a sua inação perante um conflito eminente, inação esta que a leva sofrer tão humilhante derrota quando convoca o apoio do povo e verifica que, “na prática seus interesses mostram-se sem interesse e sua potência, impotência” (Ibidem). Ao participar da união de todos os estratos sociais e representações políticas contra a vanguarda proletária de Paris - Insurreição de junho – a verdadeira representação política do democrata não tarda a vir à tona e a revelar que toda a sua impotência para a emancipação política emana da sua real fundamentação social. Mas, também a classe proletária se equivoca a respeito de si mesma.

As revoluções burguesas, como as do século XVIII, avançam rapidamente de sucesso em sucesso; seus efeitos dramáticos excedem uns aos outros; os homens e as coisas se destacam como gemas fulgurantes; o êxtase é o estado permanente da sociedade; mas estas revoluções têm vida curta; logo atingem o auge, e uma longa modorra se apodera da sociedade antes que esta tenha aprendido a assimilar serenamente os resultados de seu período de lutas e embates. Por outro lado, as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnekem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e míserias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário

apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: "Hic Rhodus, hic salta! Aqui está Rodes, salta aqui!"

Contrário ao que uma ideia de luta de classes mecanicista às vezes reivindica, Marx indica que a consciência de classe não está dada de pronto no proletariado, mas que, ao contrário, enfrenta muitos obstáculos para ser desenvolvida (próprios, inclusive, da reificação das relações sociais) e demora-se entre vitórias e derrotas, avanços e recuos.

O ponto chave evidenciado aqui é que só a partir de uma análise não-linear da luta de classes é que se pode compreender a relação do Estado com a estrutura social. Os acontecimentos prévios ao golpe de Louis Bonaparte indicaram que, quando o proletariado saiu de cena, as nuances entre as diversas frações da burguesia emergiram mais claramente e a totalidade do caráter do Estado burguês pôde assim revelar-se também na sua relação com a própria classe burguesa. Essa é a questão central de *O 18 de brumário*. Tal como afirma Drapper (1977, p. 388):

O primeiro plano da imagem diz respeito ao cabo de guerra entre os vários estratos "daqueles que possuíam algo" - as classes proprietárias de propriedades e seus dependentes. O problema que o Dezoito Brumário tratou principalmente não foi o papel do Estado em relação ao proletariado, um papel que fora amplamente demonstrado nos dias de junho: "Revelou-se aqui que a república burguesa significa o despotismo ilimitado de uma classe sobre outra classes" (esse despotismo de classe é o que Marx chamou de "ditadura da classe" da burguesia). O problema que Marx se propôs a desvendar foi, antes, o papel subsequente do Estado com relação aos conflitos que atravessam a propriedade, que atravessam as próprias classes que se uniram para esmagar o levante de junho. O objetivo imediato é o papel do Estado com relação às próprias classes dominantes.

Quando o proletariado sai de cena esmagado pela máquina estatal, os ratos fazem a festa. Após a insurreição de junho, as classes dominantes puderam finalmente travar no parlamento batalhas que evidenciavam o real interesse social que representavam. A manutenção da máquina governamental burocrática, de estrutura hierárquica pré-capitalista servia muito bem ao interesse material da burguesia francesa. Revela-se, assim, que há

uma autonomia política relativa de um Estado em relação ao seu caráter de classe, podendo este adquirir naturezas muito diversas do que uma simples caracterização social dele pode supor.

Essa complexidade da relação entre a estrutura e a superestrutura também opera na dissolução de interpretações teleológicas. Marx avalia o golpe de Bonaparte em torno de uma discrepância das temporalidades do social e do político contrapondo-se a qualquer perspectiva de comando dos conflitos sociais. Uma interpretação materialista marxiana, em vez de cair no fosso de um determinismo econômico, reconhece fortemente a especificidade do político e das circunstâncias. Bensaïd tem razão ao fazer uso de *O 18 de brumário* para confirmar a sua tese de que, para Marx:

Há desligamento, defasagem, discordância, “relação desigual” e “desenvolvimento desigual” entre produção material e produção artística, entre relações jurídicas e relações de produção. Uma formação social concreta não é redutível à homogeneidade da relação de produção dominante. As diferentes formas de produção (material, jurídica e artística) não andam no mesmo passo. [...] Marx deixa a última palavra às circunstâncias [...] “‘Correspondência’ não implica adequação. Ela apenas delimita um feixe de possibilidades (BENSAÏD, 1997, p. 41).

Embora remeta à luta classes para explicar os acontecimentos da França de então, não é possível identificar em *O 18 de brumário* um esquema da história. Marx não parte de uma teoria geral para deduzir os motivos que levaram Bonaparte ao poder – desde sua eleição até o golpe. Do mesmo modo, não há esquema anteposto que engessa a identificação das classes sociais ali. Há, antes, definições dadas no bojo das relações específicas daquela França de 1851. Ao tratar dos camponeses, por exemplo, isso fica bastante evidente:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada

família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma Convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. (MARX, 1984, p. 99)

Embora os camponeses, que constituíam a maioria da população francesa e que, portanto, elegeram Bonaparte em 1848, vivessem em condições análogas e tivessem uma mesma cultura, naquelas circunstâncias a similitude de interesses não podia lhes caracterizar como classe na medida em que não significava uma ligação de comunidade. Sobre esse problema, Aron (2002, p. 456), afirmou que:

Em linguagem ordinária, pode-se dizer que esses homens pertencem ao mesmo grupo, mas não tem consciência de constituírem um grupo, e não acedem à unidade de organização e de vontade, indispensável para que a classe, no sentido estrito do termo, exista como tal. Uma classe só existe realmente quando ela se pensa como classe, porque, sem isso, ela é o *em si* e não o *para si*.

Bensaid, por sua vez, negando uma tendência a se exagerar no peso às noções de classe-em-si e classe-para-si, ressalta que no destaque ao caráter contingencial da caracterização das classes, seria mais correto apreender em Marx não a consciência como um momento posterior e sim como aspecto diverso e desigual sempre presente em algum sentido na dialética

da luta. Ainda sobre a questão dos camponeses abordada em *O 18 de brumário*, Bensaïd (1997, p. 173-174) afirma que:

Objeto e sujeito, ser e essência acham-se unidos no devir da classe. Na dinâmica das relações de classe, a subjetividade da consciência não pode emancipar-se arbitrariamente da estrutura, tanto quanto a objetividade do ser não pode destacar-se passivamente da consciência. Essa problemática opõe-se a toda concepção mecânica da passagem necessária do em-si ao para-si, do inconsciente ao consciente, do social pré-consciente ao político consciente, entre os quais o tempo faria o papel de mediador neutro. Consciência e inconsciência de classe enlaçam-se num abraço perverso e não cessam de enganar-se mutuamente. [...] Heterogênea e desigual, a consciência é inerente ao conflito que começa com a venda da força de trabalho e a resistência à exploração. E que não cessa mais.

Para Bensaïd, portanto, o engano entre consciência e inconsciência nunca chega a cessar. Não há um momento de redenção, de iluminação. A consciência existe sempre, em alguma medida, na resistência à exploração, mas nunca chega a ter um momento de pureza, de plenitude sobre a inconsciência.

Na verdade, entre Aron e Bensaïd, o fosso é apenas superficial. O caráter relacional da definição de classes e de suas lutas não impossibilita a imagem de uma ampliação da consciência em termos de *pressuposto-posto* através da ação dessa classe como organização política. Ao mesmo tempo, é importante reter que, para Marx, é sutil e tênue a linha que impossibilita a identificação dos camponeses como classe justamente porque ela é de caráter relacional: no caso específico daquelas camponeses, similitude de interesses não possui o mesmo sentido que interesse de classe na medida em que falta uma ligação de comunidade, uma forma de se relacionar com os não-camponeses de maneira assumidamente contraposta, numa pertença a um grupo. Assim, Bensaïd também tem razão. Ele chama a atenção para o fato de que este conteúdo de Marx se depreende de uma metodologia própria e original:

Enquanto a sociologia positiva pretende “tratar os fatos sociais como coisas”, Marx os trata sempre como relações. Não define de uma vez por todas seu objeto por critérios ou atributos. Antes segue a lógica de suas múltiplas determinações. Não “define” uma classe. Antes, apreende relações de conflitos entre classes. Não fotografa um fato social rotulado como classe. Antes visa à relação de classe em sua di-

nâmica conflitual. Uma classe isolada não é um objeto teórico, mas um não-senso (BENSAID, 1997, p. 41)

A recusa ao método positivista não é um mero detalhe em Marx, mas refere-se a uma recusa a definições estanques e a um tratamento das coisas pelas referências relacionais que permitem emergir as múltiplas determinações da classe proletária como classe verdadeiramente revolucionária. É apenas pela oposição ao método positivista que se depreende a formulação de que “o proletariado será revolucionário ou não será”. Como vimos, as revoluções proletárias possuem um caráter autocrítico:

[...] se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos... (MARX, 1984, p. 12).

Para Löwy (2018, p. 23), a novidade e relevante contribuição da solução marxiana ao problema do caráter próprio das ciências sociais raramente foi absorvida em sua grandeza pela maioria de seus sucessores, sejam de esquerda ou de direita. No campo da esquerda, se por um lado autores como Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács, Korsch e Gramsci aprofundaram e deram importantes contribuições à problematização do caráter de neutralidade da ciência inaugurado por Marx, o revisionismo e a ortodoxia da II Internacional - Bernstein e Kautsky – bem como o stalinismo, promoveram incompreensões.

Na verdade, indica Löwy, muitas vezes se deturpou ou se passou ao largo da novidade que Marx trouxe ao campo da polémica na definição do caráter da ciência social e que permitiu a ele apreender uma visão privilegiada da classe revolucionária proletária em relação às demais classes revolucionárias de outros momentos históricos, como a classe burguesa fora outrora, por exemplo. Tal visão privilegiada adviria da especificidade de seu objetivo ser necessariamente um empecilho para práticas de mentira e ocultação da verdade social. Löwy explica:

(a) a classe proletária não só não tem necessidade de ocultar hipocritamente que seus interesses são interesses de classe - ou seja, não tem necessidade de realizar uma revolução em nome de direitos na-

turais universais tal como fizeram os burgueses - mas, ao contrário, só pode ser revolucionária necessariamente afirmando a defesa dos interesses dos proletários contra os interesses dos burgueses. Além disso, (b) diferentemente do que ocorreu com a classe revolucionária burguesa, a classe revolucionária proletária necessita de uma consciência clara dos acontecimentos sociais para a sua vitória. Enquanto a burguesia podia ser levada pela astúcia da razão, o proletariado, em compensação, só pode tomar o poder e transformar a realidade por um ato deliberado e consciente. O conhecimento objetivo da realidade [...] corresponde, pois, ao seu interesse de classe” (LÖWY, 2018, p. 40).

Para Marx a visão da classe proletária seria mais real “porque a verdade é para o proletariado um meio de luta, uma arma indispensável para a revolução. As classes dominantes [...] têm necessidade de mentiras para manter seu poder. O proletariado tem necessidade da verdade [...]” (LÖWY, 2018, p. 42). Sobre Lênin, ele lembra a acertada afirmação de que “o materialismo dialético de Marx e Engels contém certamente o relativismo, quer dizer, ele reconhece a relatividade de todo nosso conhecimento não no sentido de negar a verdade objetiva, mas no sentido de que os limites da aproximação de nosso conhecimento à realidade são historicamente condicionados”. (LÊNIN apud LÖWY, 2018, p. 32).

As interpretações dissonantes no seio do marxismo parecem soar completamente estranhas ao leitor atento de *O 18 de brumário*. Um Marx que não se imputa portador de um discurso absoluto e sim representante do ponto de vista proletário é completamente evidente nessa obra, que reivindicava a autocrítica proletária como essencial para o seu papel revolucionário.

A questão do método em Marx, portanto, não é um mero detalhe, mas o segredo revelado ao leitor atento. É compreendendo o método que a perspectiva de um determinismo econômico também se dissolve ao apreender o Estado abordado na obra para além de um caráter meramente funcional. Marx traz o Estado como organização complexa, atravessado por conflitos de todas as ordens, conflitos estes plenamente capazes de alterar a dinâmica das lutas e os rumos da história.

Há ainda a sua relevância contemporânea, já que “a ascensão e o governo de Luís Bonaparte são vistos como precursores do fenômeno que se tornaria conhecido no século XX como fascismo” (TUCKER, 1978, p. 594). Qualquer lembrança de atuais governantes sob a figura do relatado ali não

é mera coincidência. A pergunta que podemos nos fazer diante do *O 18 de brumário* hoje é: foi uma obra realmente lida?

Referências

ARON, Raymond. **O marxismo de Marx**. 2ª ed. Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2005.

BENSAID, Daniel. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Tradução de Luiz Cavalcante de Menezes Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DRAPER, Hal. **Karl Marx's Theory of Revolution – Part 1: State and Bureaucracy**. New York, Monthly Review Press, 1977.

LÖWY, Michael. **Marxismo contra positivismo**. Tradução de Reginaldo di Piero, São Paulo: Cortez, 2018.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Louis Bonaparte**. Tradução de: José Barata-Moura e Eduardo Chitas. 2ª ed. Lisboa: Edições Avante, 1984.

TUCKER, Robert C. **The Marx-Engels Reader**. Second Edition. Princeton: W. W. Norton e Company, 1978.

5

O 18 DE BRUMÁRIO SOB AS LENTES DE ENGELS: A LENDA DE UMA TEORIA GERAL DA HISTÓRIA

Gustavo Machado¹

No presente texto, pretende-se discutir o papel desempenhado pelas edições e, sobretudo, pelos *Prefácios* escritos por Friedrich Engels nas obras de Karl Marx, em particular, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Nossa hipótese é que tal *Prefácio* enviesou a leitura da presente obra, ao colocá-la como materialização de uma teoria geral da história. Tomando esse ponto de partida, e nos limites do presente texto, procuramos indicar, na sequência, que não se faz presente teoria da história alguma no interior dos escritos de Marx, sendo o próprio Engels o autor da primeira abordagem nessa direção dentro da tradição marxista.

1. O 18 de brumário à luz do Prefácio de Engels

No prefácio a 3ª Edição do *18 de brumário de Luís Bonaparte*, datado de 1885, Engels escreve que tal obra testemunha, para além dos eventos específicos que analisa, que “Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história”. Em que consiste exatamente essa *grande lei*? Em primeiro lugar, que “as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais” e, por outro, “a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica” (ENGELS, 2011, p. 22).

Esse prefácio, portanto, de apenas duas páginas, indica que a presente obra serviu à Marx “para submeter a sua lei à prova”. Engels confere tamanha importância a tal lei que afirma ter ela para a história “a mesma importância do que a lei da transformação da energia para a ciência natural” (ENGELS, 2011, p. 22).

¹ Doutorando e mestre em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do ILAESE (Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos).

Como se nota, diante dessas páginas iniciais, que abrem a referida obra de Marx em todas as edições que se seguiram, o leitor já está munido do pressuposto de que toda ela é a expressão ou aplicação das leis gerais da história descobertas por Marx.

No entanto, se compararmos o conteúdo do *Prefácio* de Engels com o conjunto do livro prefaciado, veremos que em lugar algum se remete à leis da história de qualquer tipo. Não há nenhum tipo de generalização que, partindo das classes sociais e do antagonismo entre elas, bem como das condicionantes econômicas, procura explicar os fenômenos que se desenrolam e, assim, nas palavras de Engels: “submeter a sua lei à prova”.

Se é verdade que Marx em momento algum toma as lutas políticas, religiosas e filosóficas de maneira autônoma, procurando sempre vinculá-las a realidade social no interior do qual afloram; tal realidade social é tomada em sua especificidade mais absoluta. Como veremos com mais detalhes mais adiante, não parece brotar do contexto social em análise qualquer materialização de uma lei geral da história, qualquer padrão racional que mereça o título de lei. Para uma apreciação inicial da questão podemos nos limitar ao *Prefácio* escrito pelo próprio Marx, quando da sua reedição em 1869.

Marx começa mencionando duas obras que considera dignas de nota, que “trataram mais ou menos *simultaneamente* do mesmo assunto que” o seu livro. (MARX, 2011, p. 18) Trata-se de *Napoleão o pequeno* de Victor Hugo e *A Revolução Social Demonstrada pelo Golpe de Estado* de Proudhon.

Quanto a obra de Victor Hugo, Marx assinala que em sua explicação do fenômeno atribui tudo a astúcia e arbitrariedade de Luís Napoleão. De tal modo que “vê no golpe apenas um ato de poder de um indivíduo isolado”. Ao fazê-lo “engrandece esse indivíduo, em vez de diminuí-lo”, conferindo-lhe “capacidade de iniciativa pessoal que seria ímpar na história mundial” (MARX, 2011, p. 18). Ora, muitos podem ver, aqui, uma referência as leis da história indicadas por Engels. Afinal, o erro de Victor Hugo não seria abordar as lutas políticas independentemente das “lutas entre classes sociais” e das “condições econômicas”?

Ainda que seja correto responder afirmativamente a presente questão, é mister assinalar que de modo algum ela corrobora a hipótese de Engels. Afinal, para confirmá-la não é suficiente demonstrar que Hugo ignorou o vínculo entre as ações individuais e políticas do sobrinho de Napoleão e as condições econômicas e sociais dadas, mas, também, demonstrar que

tais condições seriam regidas pela grande lei do movimento da história. Os comentários que Marx tece ao livro de Proudhon, contudo, não autorizam de modo algum essa interpretação.

Se é verdade que Proudhon “procura apresentar o golpe de Estado como resultado de uma evolução histórica precedente”, o faz a maneira “dos nossos assim chamados historiadores *objetivos*” convertendo-se, tal como no trabalho de Hugo, em “apologia do herói do golpe de Estado” (MARX, 2011, p. 18).

Na contramão de ambas abordagens aparentemente opostas – uma subjetiva, outra pretensamente objetiva – conduzindo, no entanto, aos mesmos resultados; Marx pretende mostrar que “a *luta de classes na França* criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel do herói” (MARX, 2011, p. 18; grifo nosso). Como fica explícito, Marx pretende explicar como uma figura medíocre como Luís Napoleão veio a desempenhar tal papel por meio do exame metucioso das condições e circunstâncias propiciadas pelas lutas de classes na França, não com recurso ou como ilustração de uma lei histórica geral de um tipo qualquer.

Tanto é assim que, na sequência, diz esperar que o seu “escrito contribua para eliminar esse chavão do suposto *cesarismo*”. Se opõem, portanto, a uma “analogia histórica superficial” que coloca lado a lado fenômenos históricos tão dispares como o golpe de Júlio César na Roma Antiga e o desfecho das lutas de classes na França em 2 de dezembro de 1851 com o golpe do sobrinho de Napoleão. Lembra que “na Roma antiga, a luta de classes se travava apenas no âmbito de uma minoria privilegiada”. Por outro lado, “a grande massa produtiva da população, os escravos, compunha o pedestal meramente passivo” (MARX, 2011, p. 19). Na França, por seu turno, como assinala no curso do próprio *18 de brumário*, mas também em escritos precedentes, o proletariado passara a desempenhar, como demonstra as revoltas de junho de 1848, um papel ativo e decisivo.

Mas isso não é tudo. Não é apenas ao paralelo superficial com a distante Roma que Marx se opõe. *O 18 de brumário* começa com passagem, já mil vezes citada, de que se é correto, nos dizeres de Hegel, “que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes”. Deve-se acrescentar que “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25). O faz para negar, contundentemente, a analogia entre os eventos da

Revolução Francesa e aqueles de 1848-51. Comenta que diante das crises revolucionárias e das novas cenas da história mundial, seus agentes “conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem”. É assim que “Lutero se disfarçou de apóstolo Paulo, a revolução de 1789-1814 se travestiu ora de República Romana ora de cesarismo romano”. Da mesma forma, “a revolução de 1848 não descobriu nada melhor para fazer do que parodiar, de um lado, o ano de 1789 e, de outro, a tradição revolucionária de 1793-95” (MARX, 2011, p. 25-6).

Na continuidade do livro, que não julgamos ser necessário entrar aqui em detalhes, todo esse cenário se torna ainda mais extremo. As lutas de classes na França são desdobradas por meio de circunstâncias e condições que não são, de modo algum, traduções de um método ou leis universais aplicados a toda e qualquer época histórica. Antes, produto das especificidades oriundas da estrutura social francesa, de seus vínculos com os demais países capitalistas de então, dos eventos de sua história recente e do papel desempenhado pelos seus principais agentes sobre essa base. Somente assim é possível mostrar as condições objetivas que possibilitaram “a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel do herói”.

Ao chamar atenção ao *Prefácio* de Engels, não estamos a pôr em relevo um detalhe qualquer na interpretação e difusão da obra aqui em análise. Gerações e mais gerações de marxistas leram e estudaram *O 18 de brumário* sob as lentes do referido prefácio. E não se tratou de um fato isolado. Trata-se uma das peças fundamentais da construção de uma teoria marxista da história, como comentaremos a seguir.

2. O contexto da publicação e difusão de *O 18 de brumário*

O peso do *Prefácio* ao *18 de brumário* cumpriu papel decisivo na interpretação subsequente do pensamento de Marx e da atribuição que lhe foi feita de uma teoria geral da história. Nos anos que se seguiram a morte de Marx, Engels assumiu a dianteira do processo de difusão de seu pensamento. Isto se deu não apenas com obras e artigos com finalidades pedagógicas, como republicando e prefaciando alguns de seus escritos.

Dessa forma, três obras de Marx, em particular, lograram grande difusão: *As lutas de classes na França*, em que analisa o processo revolucionário francês de 1848-49; *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, que extrai as

conclusões desse último processo até a chegada ao poder do sobrinho de Napoleão; e, por fim, *A Guerra Civil na França*, dedicada à Comuna de Paris. Com exceção dessa última obra, que na esteira da Comuna teve grande êxito editorial ainda no período vivido por Marx (MCLELLAN, 1990, p. 425), as outras duas obras foram largamente difundidas a partir da reedição de Engels, ambas lidas e relidas sob as lentes dos prefácios que para elas redigiu.

Ora, fosse *O 18 de brumário* um caso particular em que Marx submeteu a prova sua lei geral, dificilmente se explicaria o fato dele ter resistido tanto a sua republicação em 1869. Em verdade, originariamente, sequer foi publicado como livro, mas uma das inúmeras séries de artigos que Marx publicou no curso dos anos de 1850 e 60 por razões profissionais ou políticas. No presente caso, tratou-se de uma série de artigos destinados a uma revista de seu amigo Joseph Weydemeyer em Nova York. Sua segunda edição, em 1869, a pedido de antigos amigos alemães, ocorreu não sem certa resistência de Marx. Tanto é assim que ele próprio anuncia em seu prefácio: a “sua atual republicação se deve em parte à demanda do comércio livreiro e em parte à insistência de amigos meus na Alemanha” (MARX, 2011, p. 25). A obra apenas logrou grande difusão, a partir da sua terceira reimpressão em 1885.

Situação análoga podemos verificar na republicação, por iniciativa de Engels, de *As lutas de classes na França*. Nesse caso, tratava-se originalmente unicamente de uma série de artigos publicados pela *Nova Gazeta Renana – Revista*, editada por Marx em seu primeiro ano de exílio londrino e somente publicada na forma de livro por Engels, após sua morte. Também aqui temos um prefácio bem mais longo e polêmico, por vários motivos que não pretendemos abordar nesse espaço. Para os nossos propósitos, é suficiente indicar que já nas primeiras linhas do prefácio de *As lutas de classes na França*, Engels, uma vez mais, faz uma formulação análoga aquela de *O 18 de brumário*: “Esta obra que agora é publicada em nova edição foi a primeira tentativa feita por Marx de explicar, com a ajuda de sua concepção materialista, uma quadra da história contemporânea a partir da situação econômica dada” (ENGELS, 2012, p. 25).

Sob esse crivo, não foram poucas as passagens desses textos ressignificados à luz do *Prefácio* de Engels. Tomemos a seguinte passagem de *O 18 de brumário*:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as cir-

constâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. (MARX, 2011, p. 25)

Vista em sua literalidade, essa frase não faz nada mais que vincular a análise do papel dos indivíduos às condições e circunstâncias objetivas sob e no interior das quais eles atuam. Se ela desautoriza, disso não há dúvidas, atribuir onipotência à vontade e à ação humana, não alude em sentido algum a um conjunto de leis e regularidades objetivas por meio das quais a história em seu conjunto se desdobra, nem mesmo a uma metodologia geral para sua análise. No entanto, são incontáveis as referências a presente citação no sentido de endossar uma teoria marxista da história. Para citar um exemplo recente, Domenico Losurdo (2011) em sua polêmica com Jean-Jacques Marie a respeito de Stálin, dirá que: “Marx resumiu a metodologia do materialismo histórico na afirmação segundo a qual ‘os homens fazem sua história sozinhos, mas não em circunstâncias escolhidas por eles’”. Cabe perguntar, que metodologia seria essa capaz de ser resumida em apenas uma frase.

Curiosamente, essa mesma passagem será a única de *O 18 de brumário* citada na biografia de Marx escrita por Max Beer (1945), de grande repercussão na primeira metade do século XX e a primeira editada no Brasil de que temos conhecimento. A passagem anteriormente citada integra justamente o capítulo em que o autor apresenta a *Concepção Materialista da História*, o mais extenso da obra. Assim, ele explica a célebre passagem: “Isso significa que, conforme as repercussões exercidas sobre eles [os indivíduos] pelo trabalho produtivo, os homens balizam suas formas sociais, seu Estado, sua religião, sua filosofia, sua ciência, etc.” (BEER, 1945, p.109-10).

Outra biografia de grande repercussão no mesmo período, de Franz Mehring (2013), não vai muito além. Apesar de possuir um capítulo específico dedicado a obra, a maior parte está destinada a apresentar o contexto editorial de sua publicação. A análise do conteúdo de *O 18 de brumário* se resume a duas citações sem qualquer comentário, diversamente do que Mehring faz na maior parte das demais obras comentadas. Diz ainda que o trabalho é brilhante, sobretudo porque Marx logrou, “graças à concepção materialista da história, analisar um evento histórico contemporâneo até seu âmago” (MEHRING, 2013, p.218).

Por fim, mencionamos um artigo relativamente recente de Adriano Codato publicado pela revista *Crítica Marxista*, cujo título é *O espaço político segundo Marx*. Segundo esse autor, “imprimir o livro novamente [O 18

de brumário] em 1869 é não só a possibilidade de aproveitar a onda e faturar algum dinheiro, mas de difundir, contra os concorrentes, sua interpretação dos fatos e, através dela, seu *sistema de teoria*". Ora, o que viria a ser esse sistema de teoria que o autor atribui a Marx? Em nota ele explica que "Engels fez questão de destacar, no prefácio à terceira edição de 1885 de *O 18 de brumário*, que a análise materialista da vida política constituía o *leitmotiv* do texto de Marx [...], ideia que retomará literalmente na introdução de 1895 de *As lutas de classe em França*". O que seria esse *leitmotiv*? Nas suas palavras:

[na] prática, o que sua análise fazia era revelar aquilo que a crônica oficial desconhecia, isto é, 'a grande lei da marcha da História'. **Essa lei ou princípio sociológico** enfatizava o papel determinante das lutas entre as classes no desenvolvimento dos processos histórico-sociais e o papel determinante do econômico na configuração e no desenrolar dessas lutas" (CODATO, 2011, p. 37, grifo nosso).

Nesse crivo, tornou-se comum ler textos como *O 18 de brumário e As Lutas de classe na França* com o objetivo preconcebido de pinçar formulações gerais, esvaziando todo seu conteúdo específico. Acreditamos que tal procedimento seria prontamente rejeitado pelo próprio Engels pelos extremos que atingiu, mas não existem dúvidas de que foram fomentados pelos respectivos prefácios posteriormente agregados ao texto e revestidos de sua autoridade.

Não chamamos atenção a tal fato no intuito de depreciar o conteúdo dos referidos livros. Longe disso. O que chama a atenção foi o esquecimento de outros tantos trabalhos publicados na mesma época, ao lado da ampla difusão desses escritos, ambos prefaciados por Engels que, em ambos os casos, os colocou como aplicação de uma teoria geral da história atribuída a Marx. Por um lado, a ampla gama de textos que não foram reeditados e prefaciados pelo colaborador de Marx foram em grande medida negligenciados pela tradição que se seguiu. Por outro, aqueles escritos que Engels reeditou, sofreram grande impacto de seus prefácios, cujo conteúdo, como vimos, extrapolou largamente o objetivo de apresentar e contextualizar a obra em questão.

Assim, outro aspecto que deve aqui ser mencionado, e sem dúvida alguma contribuiu para interpretação unilateral dos escritos de Marx a respeito dos eventos e acontecimentos históricos os mais diversos, é o esquecimento ou a clara secundarização de parte expressiva de sua obra, voltada

ao exame de acontecimentos de seu tempo. Justamente aquelas cuja publicação e edição não foram privilegiadas por Engels.

Apenas entre 1853 e 1860, nos anos imediatamente posteriores ao *O 18 de brumário*, Marx publicara cinco livros voltados a questões organizativas ou acontecimentos relacionados a situação política europeia, ainda que as motivações fossem as mais diversas. Em 1853, publica *As Revelações sobre o Processo dos Comunistas de Colônia* (1978) em que defende seus companheiros da Liga dos Comunistas presos arbitrariamente em seu país de origem. Publicou ainda, em janeiro de 1854, *O Cavaleiro da nobre consciência* (1979) defendendo suas posições contra a fração Willich-Schapper que se conformara no interior da mesma Liga. Em 1855, uma série de artigos de sua autoria sobre Lord Palmerston foram reunidos e publicados em um volume denominado: *História da vida de Lord Palmerston* (1985). Esse escrito será o maior sucesso de Marx no comércio livreiro na década de 1850.

Já em 1856 vem à tona a *História diplomática secreta do século XVIII*. Este último, baseado em ampla documentação, denuncia implacavelmente o papel no czarismo na Europa e o conluio entre as diplomacias russa e inglesa. Sem falar no denso volume *Senhor Vogt* (1976), uma resposta a Karl Vogt, que publicara artigos na imprensa europeia justamente com o objetivo de caluniar a atividade organizativa de Marx. Apesar da motivação aparentemente pessoal desse escrito, ao conectar os motivos dessas acusações aos episódios históricos europeus desde 1848, Marx terminou por escrever, no curso das cerca de 500 páginas que o compõem, uma profunda análise da situação social alemã, do papel cumprido pela antiga Liga dos Comunistas, bem como do jornal que ele editorava durante as jornadas revolucionárias europeias 1848-9. Tudo isso em seu melhor estilo literário. Não sem razão, Engels considerou esse livro melhor que *O 18 de brumário* e Lassalle disse se tratar de “uma obra-mestra em todos os aspectos” (MCLELLAN, 1990, p. 336). Apesar disso, como podemos constatar facilmente, o *Senhor Vogt*, e demais obras aqui mencionadas, foram relegadas ao absoluto esquecimento.

Some-se a isso centenas de artigos publicados em jornais democráticos mais radicais daquela época, tais como o estadunidense *New York Daily Tribune*, o vienense *Die Presse*, e o alemão *Neue Oder-Zeitung*. Trata-se de um vasto e pouco explorado material em que Marx aborda não apenas eventos ingleses e franceses, mas também dezenas de artigos destinados aos acontecimentos de grande relevo na Espanha, Itália, Índia, China,

Irlanda e diversos países da Ásia menor. Ora, uma análise de conjunto de todo esse vasto material, dificilmente deixaria de pé qualquer concepção histórico universal².

Dito isso, pretendemos examinar mais de perto nas páginas que se seguem, nos limites desse texto, se Engels, e qualquer outro, poderia encontrar um ponto de apoio consistente nos escritos de Marx que autorize a interpretação de que ele elaborou uma teoria geral da história.

3. Forjando artificialmente uma teoria

Em linhas gerais, com maior ou menor sofisticação conforme o caso, a teoria da história atribuída a Marx é assim descrita: é a economia que determina os demais domínios da realidade, o âmbito estrutural sobre o qual se erguem os demais domínios superestruturais. Essa economia seria regida pela contradição entre forças produtivas e relações de produção. Essa contradição, por sua vez, geraria a sucessão dos modos de produção: comunismo primitivo, seguido pelos modos de produção escravagista, feudal e capitalista. E por fim, o capitalismo produziria o comunismo, tendo o socialismo como etapa de transição.

Em suas várias acepções, esse esquema é comumente apresentado como o núcleo central do materialismo histórico, por meio do qual Marx teria examinado e investigado a forma social capitalista, bem como os eventos particulares como o golpe de Luís Napoleão na França em 1851.

O primeiro aspecto que causa certa perplexidade quanto a esse tema, é que apesar de amplamente difundido, não encontramos uma única obra de Marx destinada a apresentar de modo sistemático ou minimamente estruturado o que dizem ser o núcleo de seu próprio pensamento. Estaríamos, provavelmente, diante de um caso único na história do pensamento. Um autor que, apesar da vastidão de seus escritos, jamais escreveu nem se-

² Em nosso livro: *Marx e a História: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista*, em particular no seu quarto capítulo (MACHADO, 2018, p.317-413), analisamos os artigos de Marx a respeito da Índia, China e Irlanda escritos nesse período. Em todos esses casos, verificamos mudanças significativas nas posições de Marx a respeito do papel e dos acontecimentos verificados no interior de cada um desses países. No entanto, demonstramos que tais mudanças não se deram em decorrência de nenhuma concepção geral da história, mas do significado dos eventos particulares propriamente ditos à luz do desvelamento de novas categorias particulares do modo de produção capitalista e da inter-relação desses países com os demais no mercado mundial.

quer se propôs a apresentar de forma desenvolvida a teoria que, supostamente, estaria na base de todo o resto. Sendo assim, como tal teoria pode ser sustentada por tanto tempo, de modo quase inquestionável, por uma vastidão tão grande de autores? Na grande maioria dos casos, recorreu-se a trechos e formulações isoladas esparsas em múltiplos escritos.

Nas obras que antecederam *O 18 de brumário* aquelas mais recorrentemente utilizadas são a *Ideologia Alemã* e o *Manifesto Comunista*. Quanto a primeira, sua conversão em teoria da história foi fortemente facilitada pela edição soviética, que extratou e compilou os exemplos históricos e considerações gerais ali contidas em um texto cujo objetivo central parece ser uma teorização geral sobre a história. Trata-se, no entanto, de um escrito eminentemente polêmico em que o recurso a história não se separa do diálogo com os autores ali tratados. Marx (2007, p. 95). dirá diretamente nesse texto que as abstrações retiradas da história humana podem até “servir para facilitar a ordenação do material histórico [...] Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas”.

Outro caso é a frase de abertura do *Manifesto do Partido Comunista*: “a história de toda sociedade (*gesellschaft*) existente até hoje tem sido a história das lutas de classes” (MARX, ENGELS, 2003, p. 26). Ocorre que, na sequência do *Manifesto*, longe de apresentar a luta de classes como princípio geral de uma teoria da história humana, tal afirmação, ao contrário, tem o papel de ser particularizada e especificada em seguida. Trata-se de mostrar que, se é verdade que a luta de classes não é um produto exclusivo do capitalismo, assume nessa forma de sociedade determinações distintas e irredutíveis as demais formas sociais, não sendo possível subsumir as especificidades da luta de classes na sociedade burguesa na luta de classes no geral. Não sem razão, ela abre a seção que se intitula: *Burgueses e proletários*.

Estaríamos diante da paradoxal situação de um autor que resolveu aplicar, em um caso particular, uma teoria geral, sem ter passado por sua cabeça expor esta última a quem quer que fosse. Como o *Prefácio* de Engels foi escrito em 1885, posterior, portanto, a morte de Marx, cabe perguntar se tais leis da história, aludidas por Engels, poderiam ter sido esboçadas em algum escrito posterior.

De maneira contundente, curiosamente, encontramos apenas passagens que desautorizam explicitamente tal teoria. Tomemos como exemplo as célebres palavras do resenhista russo, citadas e reivindicadas por Marx no *Posfácio* de *O Capital*:

Dir-se-á, porém que as leis gerais da vida econômica são as mesmas, sejam elas aplicadas no presente ou no passado. Isso é precisamente o que Marx nega. Para ele, **tais leis abstratas não existem** [...]. De acordo com sua opinião, ao contrário, **cada período histórico possui suas próprias leis** [...]. Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma em todas as épocas e em todos os lugares. Ao contrário, ele assegura que cada etapa de desenvolvimento tem sua própria lei da população. [...] O valor científico de tal investigação reside na elucidação das **leis particulares** que regem o nascimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de determinado organismo social e sua substituição por outro, superior ao primeiro. (MARX, 2013, p. 90, grifo nosso)

O trecho não poderia ser mais contundente. Existem leis gerais da vida econômica aplicadas ao presente e ao passado? Não. Tais “leis abstratas não existem”, afinal, “cada período histórico possui suas próprias leis”. De fato, ao acompanharmos a exposição de *O Capital* encontramos muitas leis: lei geral da acumulação capitalista, lei da queda tendencial da taxa média de lucro, dentre muitas outras. Tais leis serão sempre resultados de relações sociais específicas, dos nexos internos próprios do modo de produção que ali se examina de modo completamente imanente e jamais por meio da aplicação de leis gerais do movimento histórico.

Aliás, cabe mencionar que, fosse esse o caso, essas leis gerais do movimento histórico teriam se mostrado deveras ineficazes em *O Capital*. Afinal, Marx trabalhara nessa obra no curso de praticamente toda sua vida e, mesmo assim, como sabemos, não conseguiu concluí-la. Caberia perguntar que leis históricas seriam essas que, quando aplicadas a uma forma histórica particular, exigiriam toda uma vida para desvendá-la sem que tal tarefa sequer fosse plenamente concluída.

Por fim, mencionamos que afora referências a história e suas formas sociais particulares arrancadas de seus respectivos contextos, recorre-se a um único trecho de toda obra de Marx no intuito de corroborar a tese da teoria da história ou do materialismo histórico como uma espécie de teoria suprema do homem: trata-se do Prefácio à *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, publicado em 1859³.

³ Para citar apenas um exemplo: *A teoria da história de Karl Marx: Uma defesa* de Gerard Cohen (1986). Baseado unicamente na breve formulação do *Prefácio de 1859* ele estabelece uma interpretação de uma Teoria da História em Marx que ocupa as cerca de quinhentas páginas de seu livro.

Antes de tecer qualquer comentário a respeito desse *Prefácio*, cabe mencionar o quão estranho é a hipótese de que um autor, cujo projeto atual de obras completas prevê 114 volumes, apresentou a pedra filosofal de todo seu pensamento, a teoria nuclear da história aplicada em todos casos particulares – como em *O 18 de brumário* – e mesmo em sua obra principal – *O Capital* – tão somente em uma breve formulação de uma nota autobiográfica de um prefácio. É como se René Descartes, no lugar de escrever seis discursos que compõem o *Discurso do Método*, resumisse todas ideias ali contidas em duas páginas de uma nota autobiográfica do prefácio de uma obra. Obra essa que, em seguida, apresentasse apenas os ensaios sobre óptica, meteorologia e geometria devendo o leitor extrair, por sua própria conta, a partir do prefácio, toda revolução metodológica que ali se propõem.

Demonstramos em uma publicação recente que todas as formulações contidas nesse *Prefácio*, longe de se constituírem em uma teoria geral da história, são, a rigor, puras tautologias⁴. O *Prefácio* desempenha um papel muito mais negativo em relação a todas concepções especulativas e metafísicas então dominantes, sobretudo na Alemanha até meados do século XIX. Nos limites desse artigo, comentaremos apenas aquela asserção ali contida que constituí, para muitos, o cerne da teoria geral da história de Marx e, até mesmo, sua principal lei: a contradição entre forças produtivas e relações de produção.

Marx (1971, p. 29) escreve no *Prefácio* que em “certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então”. Isto significa que “de formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave: Surge então uma época de revolução social”. Esse trecho apresentaria, assim, “a grande lei do movimento da história”, aquela lei que daria conta das transformações de uma forma social em outra substancialmente nova.

No entanto, se analisarmos com cuidado essa formulação veremos que ela diz muito pouco e de modo algum pode ser dita uma lei. O primeiro aspecto que salta aos olhos é sua completa indeterminação. De quais forças produtivas estamos falando? De quais relações de produção? Qual a natu-

⁴ No segundo capítulo de nosso livro (MACHADO, 2018, p.147-192), examinamos cada uma das sentenças do *Prefácio de 1859*. Nos limites desse artigo, retomamos alguns aspectos ali analisados, no entanto, com uma abordagem distinta.

reza da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção? Como, quando e de que forma forças produtivas entram em contradição com as relações de produção? Para uma melhor apreciação do problema, necessitamos determinar melhor o que vem a ser forças produtivas e relações de produção.

Em primeiro lugar, é importante assinalar que não é possível separar efetivamente forças produtivas e relações de produção. Não é possível indicar materialmente: isto é uma força produtiva, aquilo é uma relação de produção. Trata-se de duas perspectivas abstrativas sob as quais podemos considerar os diversos elementos que constituem uma forma social determinada.

Quando falamos em forças produtivas consideramos uma dada forma social e seus elementos constituintes da perspectiva homem-natureza, da perspectiva da capacidade humana de se apropriar da natureza de modo a servir a suas necessidades. Quando falamos em relações de produção consideramos esses mesmos elementos da perspectiva do modo ou da forma como os homens se organizam tendo em vista essa apropriação. Mas ambos são, em si mesmos, inseparáveis. Toda relação de produção é, em si mesma, uma força produtiva e toda força produtiva humana se expressa, sempre, por uma relação de produção determinada.

Tomando a realidade social do ponto de vista da abstração homem-natureza, abstraindo de sua forma social específica, podemos falar dos produtos do trabalho concreto dos homens com seu valor de uso correspondente. Podemos falar das máquinas e dos insumos utilizados pelos indivíduos dotados de certas capacidades no processo de cooperação tendo em vista reproduzir sua existência. Tais elementos, tomados nessa abstração, correspondem, sem dúvida, a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Ao falarmos de produtos, trabalho concreto, valor de uso, meios de produção (máquinas, ferramentas e insumos), cooperação simples, indivíduos etc. consideramos a sociedade humana da perspectiva homem-natureza, da perspectiva das forças produtivas.

Esses mesmos elementos materiais, físicos, intelectuais e genericamente sociais, por outro lado, apenas podem atuar em uma forma social determinada. No caso da forma social capitalista temos mercadorias portadoras de valor, capital fixo e circulante cujos valores são transferidos e valorizados por meio da atividade de um trabalhador assalariado que atua em um sistema cuja reprodução ocorre na forma da acumulação de capital.

Assim, um indivíduo, dotado de certa capacidade, nessa abstração, é uma força produtiva. Esse mesmo indivíduo, na forma social capitalista, é um momento das relações sociais de produção que somente consegue exercer sua capacidade por meio da venda de sua força de trabalho como mercadoria. Uma máquina enquanto produto do trabalho capaz de executar certas funções no interior do processo de trabalho é também uma força produtiva. Esta mesma máquina, atua na forma social capitalista como capital fixo dentro dos ciclos do capital industrial, sendo, assim, uma relação de produção.

Bem compreendido esses aspectos, fica nítido que uma dada forma de sociedade apenas pode continuar a existir se for capaz de reproduzir o seu próprio conteúdo, isto é, se e somente se as relações de produção que lhe correspondem forem capazes de continuar se apropriando das forças produtivas sob a mesma forma. Por outro lado, tal forma de sociedade tenderá a desaparecer ou se transformar substancialmente quando as relações de produção não forem mais capazes de se apropriar das forças produtivas, quando forma e conteúdo não mais coincidem, quando entram em contradição. Segue-se, evidentemente, que, em tal situação, está colocada, nos dizeres de Marx, “uma época de revolução social” e a transformação mesma das relações de produção existentes.

Ora, mas quando e sob que condições específicas e determinadas uma relação de produção entra em contradição com as forças produtivas? Evidentemente, não há resposta geral a essa questão, pois tudo depende das relações de produção específicas que constituem uma dada forma de organização social e das forças produtivas que lhes correspondem. Como diz o resenhista russo no *Posfácio de O Capital* “tais leis abstratas não existem [...] ao contrário, cada período histórico possui suas próprias leis”.

Tanto é assim que, nos *Grundrisse*, por exemplo, em não poucos momentos, Marx indica que transformações aparentemente análogas quanto a seu aspecto material e sensível, produzem resultados opostos quando se manifestam em formas sociais distintas. Ao polemizar com a bem conhecida *Teoria da População* de Thomas Malthus, Marx indica como nas formas sociais anteriores ao capitalismo o pauperismo decorre do fato do indivíduo ser “incapaz de se apropriar dos meios de subsistência pelo trabalho” enquanto “só no modo de produção fundado sobre o capital que o pauperismo aparece como resultado do próprio trabalho, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho”. Assim, “diferentes modos de produ-

ção sociais existem diferentes leis de aumento da população e da superpopulação” (MARX, 2011b, p. 503).

Da mesma forma, tampouco se pode dizer que uma dada contradição entre forças produtivas e relações de produção irá acontecer e quando irá acontecer se, antes, não se examinou a forma de sociedade em questão com os nexos que lhe são próprios. Ao examinar, por exemplo, algumas formas orientais cujo vínculo dos indivíduos com a comunidade é direto e não mediado, Marx constata que “os membros individuais da comunidade jamais entram em uma relação livre com ela” de modo a “perder seunexo objetivo, econômico com a comunidade” (MARX, 2011b, p. 405). Esse é o motivo pelo qual a “forma asiática é a que necessariamente se mantém com mais tenacidade e por mais tempo” (MARX, 2011b, p. 398).

Ora, nada disso que mencionamos, e dezenas de outros exemplos poderiam ser aqui elencados, decorre de nenhuma lei geral, mas das especificidades das formas sociais em exame. Não há teoria das formas históricas no geral, nem teoria geral da transição entre as distintas formas, menos ainda uma outra que englobe toda história. Não há nada de novo no enunciado de que uma dada forma social se transforma quando as “forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes” que já não esteja contida na definição mesma de forças produtivas e relações de produção. O que esse enunciado de Marx diz não é nada mais que: uma dada forma de sociedade continuará a existir enquanto for capaz, pelas suas relações internas, de continuar existindo e será transformada em caso contrário.

Ver nessa afirmação, e em outras correlatas, “a grande lei do movimento da história” seria como um biólogo que acredita ter encontrado a grande lei da existência individual dos seres vivos no geral, ao afirmar que todo ser vivo morre quando pelo menos algum dos órgãos necessários para sua sobrevivência deixa de funcionar.

Disso não se segue que o conteúdo do *Prefácio de 1859* seja inútil. Ele é inútil se tomado autonomamente e positivamente como uma teoria, quer seja em termos epistêmicos, ontológicos ou filosóficos. O cerne de seu conteúdo é fundamentalmente negativo. Não sem razão, o longo parágrafo em que Marx apresenta os elementos que muitos interpretarão como uma teoria universal da história, abre com uma menção de Marx a sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, bem como as tentativas de se compreender as relações jurídicas, as formas do Estado “por si mesmas” ou pela “evolução geral do espírito humano” (MARX, 1971, p. 28). Seu conteúdo geral consiste

em negar a possibilidade de compreendermos cada uma das formas de sociedade que existiram na história, e a capitalista em particular, com recurso a uma ordem natural, a uma lógica objetiva e eterna subjacente a todas relações humanas. Antes disso, devemos descobrir, no interior de cada forma social, os nexos sociais que a especificam e a determinam.

No presente prefácio, no máximo, Marx distingue que “na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade” (MARX, 1971, p. 28). Isto é, algumas dessas relações que conformam uma dada forma social devem ser sempre e necessariamente reproduzidas, em contraposição a contingência de todas as demais. Ora, evidentemente, tais relações necessárias e por esse motivo estruturais, condicionam – mas não causam – todas demais e deverão ser reconfiguradas se o que está em questão é o revolucionamento dessa forma social. Ainda assim, que relações necessárias são essas? Qual a sua dinâmica interna? Como se desenvolvem? O *Prefácio de 1859* não responde nem tem a menor intenção de responder a essas perguntas. Para tal, é necessário, sempre, capturar a lógica específica que determina e configura uma forma social determinada. É exatamente o que ele faz na *Contribuição para a Crítica da Economia Política* e em *O Capital*, tão somente em relação ao modo de produção capitalista.

Não sem razão, justamente na *Crítica à Filosofia do Direito*, Marx (2005, p.38-9) menciona: “O trabalho filosófico [de Hegel] não consiste em que o pensamento se concretize nas determinações políticas, mas em que as determinações políticas existentes se volatilizem no pensamento abstrato. O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica”. Mais adiante, Marx (2005, p. 114) reafirma que a questão é “apreender a lógica específica do objeto específico”. O trecho é claro. Marx advoga que se procure a lógica da forma social analisada e não aplique uma lógica dada desde fora, uma metodologia geral ou uma teoria que expresse abstratamente o movimento geral da história, volatilizando suas especificidades em um pensamento abstrato.

Em síntese, todo conteúdo do *Prefácio de 1859*, faz exatamente o contrário do que a tradição que se seguiu lhe atribuiu: limita-se a limpar o campo ante todas perspectivas não imanentes e não dialéticas de análise do processo histórico. Tudo que nele se encontra inscrito pode ser resumido na célebre e bem conhecida passagem da *Ideologia Alemã*: “os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas

pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação” (MARX, ENGELS, 2003, p. 86).

No máximo, podemos encontrar aqui uma concepção materialista da história. Isto é, o pressuposto de que os homens se desenvolvem necessariamente no interior de uma forma de sociedade e que, portanto, a análise deve sempre partir do estudo dessa forma social. Nesse exame, deve-se levar sempre em conta que tudo aquilo que é mutável, variável e contingente no interior da forma social em análise estará sempre condicionado por aquelas determinações necessárias nessa forma social particular, aquelas determinações sem as quais, tal forma social, não pode ser capaz de se reproduzir.

Retomemos nossa analogia. Suponhamos que um biólogo que acreditasse ter encontrado a teoria geral dos seres vivos ao afirmar que um dado ser vivo pode ser compreendido pela articulação interna dos órgãos e partes que o compõem, agregasse a “lei” de que aqueles órgãos e funções necessários para a sobrevivência individual do ser vivo em questão, seria condição para o funcionamento e compreensão de todo o resto.

Tal formulação teria, sem dúvida, grande importância em um contexto em que a vida fosse explicada com recurso a uma alma imaterial, independente e preexistente ao seu corpo físico. Nesse caso, o ponto de partida acima indicado, levaria o biólogo materialista a investigar a estrutura biológica do ser vivo, estudar suas partes e a articulação entre elas. Mas de antemão, não indicaria absolutamente nada de determinado, não resolveria qualquer problema e sequer indicaria qualquer solução específica.

Não sem razão, Marx não principia o *Prefácio* mencionando a lei da história que ele teria, enfim, desvelado. Antes disso, remete a “conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos” (MARX, 1971, p. 29). A concepção materialista da história, portanto, apenas indica um caminho a ser percorrido, sem dar a menor pista do ponto de chegada, dos percalços e dificuldades porvir e do acidentado percurso a ser trilhado.

4. Engels e a origem de uma teoria da história marxista

Cabe perguntar, então, com que direito e sob que base Engels estabelecera que Marx fora o “primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história”.

Antes de continuarmos, contudo, queremos destacar que não é o nosso objetivo produzir falsas polêmicas. Não há dúvidas de que Marx e Engels foram não apenas grandes amigos como partilharam no curso de suas respectivas vidas as mesmas experiências políticas e teóricas. Não se trata, igualmente, de relegar o trabalho teórico de Engels a um segundo plano, submetendo-o sempre ao crivo de Marx.

Se é verdade que Marx exerceu grande influência teórica e política no curso de toda vida de Engels, o contrário também é verdadeiro. Basta mencionar que foi graças ao artigo *Esboço de uma crítica da Economia Política* que Engels submeteu a revista *Anais Franco-Alemães*, editada por Ruge e Marx em Paris, que todo horizonte de pesquisa que consumirá o restante da vida de Marx se abriu. Trata-se da primeira análise crítica das categorias constitutivas da Economia Política sob a perspectiva política da classe operária. O próprio Marx considerou esse esboço como genial e a influência que produziu em seu trabalho futuro é incomensurável.

A questão, portanto, não é a arbitrária contraposição Marx e Engels, antes, o reconhecimento de que, quaisquer que fossem as relações e proximidade teórica entre eles, não eram a mesma pessoa. Apesar de ser algo evidente, é necessário fazer essas considerações porque toda uma tradição que se seguiu, e persiste até os nossos dias, insiste no procedimento contrário. Abundam, por exemplo, trabalhos que procuram confirmar hipóteses teóricas de Marx com citações de Engels, e vice-versa, feitas sem qualquer critério. Tal procedimento, que seria prontamente rejeitado na análise de qualquer outro autor, nesse caso, contudo, é aceito como perfeitamente normal. Ao fazê-lo, não é apenas a análise rigorosa do pensamento de Marx que é comprometida, mas do próprio Engels, reduzido a mera sombra de Marx.

Não nos delongaremos mais sobre a presente questão. Nos limites do que aqui queremos indicar é suficiente constatar que dentre os inúmeros aspectos que diferenciam ambos os autores, Engels era fortemente propenso a generalização, nem sempre suficientemente referendada pela base empírica que possuía. Tomemos um exemplo elucidativo.

Em trecho do Livro Terceiro de *O Capital*, ao discutir a relação entre preço de produção e valor, Marx alude, ao se referir a formas comunais originárias, a sua “opinião [...] de que a transformação dos produtos em mercadorias [nessas comunidades] resulta do intercâmbio entre diversas coletividades, e não entre membros de uma e mesma comunidade”. Em nota, Engels comenta este trecho dizendo que “Em 1865, isso era ainda uma sim-

ples opinião de Marx. Hoje, a partir da ampla investigação das comunidades primitivas, de Maurer até Morgan, é um fato que quase não se questiona em parte nenhuma” (MARX, 2017, p. 211).

Hoje sabemos, com as novas publicações da MEGA II, em particular os chamados *Cadernos de Londres* de 1850-53, mas também os estudos empíricos sobre Índia e China nos anos seguintes, que a base empírica que Marx possuía a respeito das comunidades originárias quando redigiu em 1865 o manuscrito utilizado por Engels na edição do Livro III de *O Capital* era bastante ampla para a época. Ainda assim, com toda cautela, Marx afirma no manuscrito ser apenas uma opinião ou uma hipótese de que nas comunidades originárias as trocas se estabeleciam entre as comunidades e não em seu interior. Engels, por seu turno, tomando como base trabalhos posteriores, sobretudo Morgan, considera tal hipótese um fato comprovado.

O exemplo que aludimos vem a calhar, pois é exatamente a partir da obra de Lewis Morgan: *Sociedade Antiga*, que Engels construirá a primeira teoria da história no interior da tradição marxista. E o fez invocando a autoridade de Marx.

Nos dois últimos anos de vida, Marx se põem a fichar e glosar uma série de etnólogos cujos trabalhos começavam a despontar na Europa e nos Estados Unidos. Entre os principais se encontram *A aldeia ariana na Índia e no Ceilão* de John Budd Phear (KRADER, 1988, p. 211-248); *As instituições primitivas* de Henry Sumner Maine (KRADER, 1988, p. 249-296); *A origem da civilização* de John Lubbock (KRADER, 1988, p. 297-309) e, principalmente, *Sociedade Antiga* de Lewis Henry Morgan (KRADER, 1988, p. 71-209).

Engels tomou essas anotações de Marx, em particular aquelas sobre seminal obra de Morgan, *Sociedade Antiga*, como se tratasse da posição do próprio Marx e publicou o livro: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*⁵. Mais ainda, apresentou sua própria obra como sendo “a execução do testamento” de Marx (ENGELS, 2019, p.19).

Ali, Engels procura construir uma periodização geral da história humana, partindo, muitas vezes, de aspectos técnicos materiais e não sociais como demarcação entre uma e outra forma de sociedade. Engels retoma de Morgan, por exemplo, a divisão das comunidades originárias em selvageria,

⁵ Uma análise do livro de Engels e sua relação com a Sociedade Antiga de Morgan pode ser encontrada no primeiro capítulo do importante estudo de Jair Antunes: (ANTUNES, 2003, p. 18-44). Ver, a esse respeito, também, o trabalho mais recente de Lucas Parreira Álvares (2019): *Flechas e Martelos: Marx e Engels como leitores de Lewis Morgan*.

barbárie e civilização sendo as duas primeiras subdivididas em épocas inferior, média e superior. O critério de demarcação entre uma fase e outra é sempre técnico material e jamais social. Por exemplo: uso do fogo; descoberta do arco e flecha ou a cerâmica; domesticação de plantas e animais; criação de instrumentos de ferro.

Após examinar a formação gentílica dos índios iroqueses norte-americanos, tal como descrita por Morgan, Engels a generaliza para todos os povos, sem distinções. Dirá ele, que:

[...] onde encontramos a *gens* como unidade social de um povo, também podemos procurar uma organização da tribo similar à descrita aqui; e, onde houver um número suficiente de fontes, como no caso dos gregos e romanos, não só a encontraremos como também nos convenceremos de que, onde as fontes nos abandonam, a comparação com a constituição social americana nos auxilia a responder às dúvidas e desvendar os enigmas mais difíceis” (ENGELS, 2019, p.93).

Na mesma toada Engels analisa, em termos igualmente generalizantes e universais, a formação do Estado e outras determinações constitutivas do que ele classifica como civilização. Deu-se marcha, então, as filosofias da história ditas marxistas.

O que nos interessa aqui notar é que as anotações de Marx sobre Morgan e demais etnólogos de modo algum autorizam a interpretação de Engels. Trata-se de meros fichamentos com raríssimos comentários. Ao que parece, Engels tomou os estratos e resumos de Morgan feitos por Marx como se tratasse do pensamento desse último. Tanto é assim que, em 1882, após, portanto, os estudos sobre Morgan, escreve Marx (2013b, p. 101) em rascunhos de uma carta a ser enviada a revolucionária russa Vera Zasulich que a “história da decadência das comunidades primitivas ainda está por ser escrita, e seria um erro colocar todas elas no mesmo patamar”.

E de fato, essa afirmação de Marx, já ao final de sua vida, está em consonância com as elaborações que ele fez em 1856-7 nos *Grundrisse*. Ali, transparece que uma história universal é somente àquela criada pelo modo de produção capitalista. Universal não por remeter a qualquer teoria geral, mas na efetividade desse modo de produção.

Naquelas comunidades originárias as quais Engels quis ver uma forma geral, na medida que não existem determinações sociais dotadas de universalidade e, enquanto tais, capazes de se sobrepor ao indivíduo e seus respectivos atributos, temos uma comunidade sujeita a todo tipo interferências oriundas das atividades individuais e coletivas, bem como das vicis-

situações naturais. O que domina, nesse contexto, é a singularidade natural e imanente. Dirá Marx (2011b, p. 397) que, nessa situação:

[...] diferentes formas de comportamento da comunidade ou dos membros da tribo em relação à terra da tribo [...] dependem, em parte, da disposição natural da tribo, em parte das condições econômicas sob as quais ela se relaciona efetivamente à terra como proprietária, i.e., se apropria de seus frutos mediante o trabalho, e isso dependerá ainda do clima, da constituição física do território, do modo fisicamente condicionado de sua exploração, do comportamento em relação às tribos hostis ou tribos vizinhas, bem como das modificações suscitadas pelas migrações, pelas experiências históricas etc.

É somente no modo de produção capitalista que teremos relações sociais universais que submetem todas contingências, irregularidades e inconstâncias naturais e humanas a suas formas gélidas, frias e regulares. A única história universal efetivamente existente é aquela do modo de produção capitalista que aspira submeter a tudo e todos a um único processo de acumulação de capital. Como se vê, para Marx (2011b, p. 62), a “história universal não existiu sempre; a história como história universal é um resultado”.

Somente nesse sentido, a história universal, aquela posta pelo modo de produção capitalista, possui reverberações no interior de *O 18 de brumário*. Por exemplo, em sua parte VI podemos ler: “a França, além de passar pelas crises generalizadas, ainda passou por suas crises comerciais nacionais, que, no entanto, são determinadas e condicionadas bem mais pela situação geral do mercado mundial do que por influências locais francesas” (MARX, 2011, p. 127).

5. Lendo *O 18 de brumário* sem pressupostos externos

Por fim, como se desdobra de tudo que foi anteriormente exposto, não pretendemos apresentar nenhuma nova interpretação sobre *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Ao menos não nesse espaço. Nossos objetivos são mais modestos. Queremos contribuir para que os leitores dessa célebre obra possam abri-la e dar marcha a uma leitura que não procure pinçar, no seu interior, formulações gerais que esvazie o texto de seu conteúdo específico.

Não há dúvidas de que a forma social capitalista se caracteriza por submeter tudo que é particular, pessoal, contingente e provisório à universalidade de suas formas impessoais que, enquanto tais, aspiram a universalidade e permanência. Não duvidamos, portanto, que a análise desse texto pode e, certamente, traz lições e caracterizações que extrapolam o quadro espacial e temporal dos eventos ali examinados. Não fosse assim, sua leitura serviria tão somente enquanto curiosidade historiográfica e literária. No entanto, mesmo nesse caso, para que tal obra possa ecoar em outros tempos e outras paisagens com alguma efetividade, é preciso despi-la de todas camadas conceituais que lhe foram ilegitimamente sobrepostas, desfigurando seu conteúdo e significado. A começar por considerar tal texto como a aplicação das grandes leis da história que Marx teria supostamente descoberto.

Poderão nos acusar, estamos cientes, de querer esvaziar de seu conteúdo o que, para muitos, é a joia do pensamento de Marx: o materialismo histórico, quer seja concebido como metodologia geral das ciências humanas, quer seja como teoria do movimento objetivo dos homens no tempo. Tal acusação seria injusta. Não se trata de esvaziar o pensamento de Marx, mas de engrandecê-lo. Restituir sua originalidade ao retirá-lo fora de todo oceano de teorias metafísicas que, do cume de sua transcendência, querem ressignificar externa e misticamente o mundo por meio de teorias e conceitos gerais. Uma teoria geral materialista da história é uma contradição nos termos.

No atual quadro das assim chamadas ciências humanas, demasiado afeita a conceitos gerais, isto pode soar um empobrecimento. Em verdade, é o contrário. Somente ao se retirar o véu místico que a tradição posterior impôs à obra de Marx, esta poderá reviver em toda sua riqueza e servir aos objetivos para os quais fora originariamente concebida.

Referências

ÁLVARES, Lucas Parreira. **Flechas e Martelos: Marx e Engels como leitores de Lewis Morgan**. 2019, Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ANTUNES, Jadir. A diferença entre gemeinschaft, gesellschaft e vereine [comunidade, sociedade e associação] em Marx. **Revista Eleutheria**, v. 2, p. 38–49, 2017.

ANTUNES, Jadir. **Marx e o último Engels: o modo de produção asiático**. 2003. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2003.

BEER, Max. **Carlos Marx, sua vida e sua obra. Com Resumo de O Capital**. Rio de Janeiro: Calvino, 1945

CODATO, Adriano. O espaço político segundo Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 32, p. 33-56, 2011.

COHEN, Gerard. **La teoría de la historia de Karl Marx: una defensa**. Madrid: Pablo Iglesias, Siglo XXI, 1986.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

KRADER, Lawrence (Ed.). **Los Apuntes Etnológicos de Karl Marx**. 2. ed. Madrid: Siglo Veintiuno Editores e Editorial Pablo Iglesias, 1988.

LOSURDO, Domenico. **Il pensiero primitivo e Stalin come capro espiatório**. Disponível em: <http://domenicolosurdo.blogspot.com/2011/03/>. Acessado em 13 jun. 2020.

MACHADO, Gustavo. **Marx e a História: das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Crítica à filosofia do Direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

MARX, Karl. **Escritos sobre Rusia I: Historia diplomática secreta del siglo XVIII**. México: Siglo XXI, 1980.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b.

MARX, Karl. **História de la vida de Lord Palmerston**. Lord Palmerston y Rusia. Buenos Aires: Editorial Rescate, 1985.

MARX, Karl. **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **O Capital - Livro III**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl. **Crítica à filosofia do Direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Senhor Vogt (I)**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

MARX, Karl. The Knight of the Noble Consciousness. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**, Volume 12: Marx and Engels 1853–1854. New York: International Publishers, 1979. pp. 479–508.

MARX, Karl. Revelations Concerning the Communist Trial in Cologne, In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Collected Works**, Volume 11: Marx and Engels 1853. New York: International Publishers, 1978.

MCLELLAN, David. **Karl Marx: Vida e pensamento**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MEHRING, Franz. **Karl Marx – a história de sua vida**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

Parte 3

Revolução

6

AQUI O CONTEÚDO TRANSCENDE A FRASE: O 18 DE BRUMÁRIO COMO CHAVE PARA COMPREENDER A CRÍTICA DE MARX AO SOCIALISMO UTÓPICO¹

Darren Webb²

A chave para entender a crítica de Marx ao socialismo utópico se encontra nas páginas de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, e mais especificamente em uma particular sentença extraída destas páginas. A sentença em questão é esta: “Lá, a frase transcende o conteúdo, aqui, o conteúdo transcende a frase”, e a chave para entender a crítica de Marx ao socialismo utópico reside, como arguirei nas páginas seguintes, em compreender não tanto por que a frase *teve* que transcender o conteúdo em ambas as revoluções, inglesa e francesa (“lá”) mas, sobretudo, por que o conteúdo da revolução social do século XIX (“aqui”) foi tão real que nenhuma frase utópica poderia fazer justiça.

A chave reside em compreender não tanto por que os porta-vozes das Revoluções Inglesa e Francesa não podiam inspirar ações sem a ajuda de uma linguagem enganosa e utópica, mas, sobretudo, por que teóricos da classe proletária como Marx podiam agora colocar as pessoas em movimento sem ter que fornecer-lhes descrições utópicas de nada. A chave reside em compreender como Marx se considerava capaz de gerar esperança radical e invocar o espírito da revolução sem excluir o futuro ou minar os princípios da auto-emancipação e autodeterminação do proletariado. A chave reside em compreender por que, neste contexto, o recurso dos utópicos à especulação fantástica foi nada menos que tolo, obsoleto e reacionário.

¹ Este capítulo foi originalmente publicado em: COWLING, M.; MARTIN, J. (eds.) *Marx's Eighteenth Brumaire: (Post)modern Interpretations*, London: Pluto Press, 2002. A tradução foi realizada por Jadir Antunes e se optou por manter o sistema de referências de acordo com a versão original.

² Doutor em Filosofia e professor da Universidade de Sheffield na Inglaterra.

1. O socialismo utópico

Para Marx, como para outros na época, o termo "socialismo utópico" referia-se principalmente ao pensamento de Charles Fourier, Robert Owen e Henri Saint-Simon – “os três grandes”, por assim dizer - junto com luzes menores como Etienne Cabet e Wilhelm Weitling. Em que sentido, entretanto, esses pensadores foram considerados “utópicos”? O que, em outras palavras, Marx considerou “utópico” sobre os socialistas utópicos? A resposta a essa pergunta é fornecida por Marx quando ele dá conta da forma utópica assumida pelo pensamento socialista na época de sua primeira articulação:

Os primeiros socialistas (Fourier, Saint-Simon, etc.), uma vez que as condições sociais não estavam suficientemente desenvolvidas para permitir que a classe trabalhadora constituísse a si própria como uma classe militante, foram necessariamente obrigados a se limitar aos sonhos sobre a sociedade modelo do futuro [...].³

Aqui, Marx indica o que considera uma utopia, a saber, um sonho sobre a sociedade modelo do futuro. O que havia de “utópico” nos socialistas utópicos, portanto, era que eles se ocupavam em construir modelos da sociedade futura. Marx também indica que o socialismo utópico, como movimento, foi relevante porque foi um produto dos primeiros estágios do capitalismo, um período durante o qual o proletariado carecia tanto de autonomia histórica quanto de iniciativa política. Este ponto é desenvolvido no *Manifesto Comunista*, onde Marx e Engels falam das utopias dos utópicos que:

Esses quadros fantásticos da sociedade futura, pintados em uma época em que o proletariado está ainda em um estado muito subdesenvolvido e tem apenas uma concepção fantástica de sua própria posição, corresponderam aos primeiros anseios instintivos dessa classe por uma reconstrução geral da sociedade.⁴

Embora o estado subdesenvolvido do capitalismo, o proletariado e a luta de classes sejam os responsáveis pela forma utópica assumida pelo socialismo na época de seu surgimento, os socialistas utópicos originais ainda eram criticados por Marx por seu utopismo. Ou melhor, foram criticados

³ Karl Marx, ‘Political Indifferentism’, *C.W.*, Vol. 23, p. 394.

⁴ Karl Marx and Friedrich Engels, *Manifesto of the Communist Party*, *C.W.*, Vol. 6, pp. 515–16.

por disfarçar seus sistemas fantásticos sob o manto da ciência. Na verdade, é precisamente porque os primeiros socialistas - e isso se aplica igualmente a Fourier, Saint-Simon e Owen - proclamaram suas respectivas visões da humanidade emancipada como produto de um ardor científico rigoroso que Marx gastou tanto tempo apontando que, apesar de suas repetidas afirmações em contrário, os “doutores em ciências sociais” conseguiram inventar nada mais do que “fantasias idealistas”;⁵ que sua “nova ciência social” se resumia a introduzir “uma organização da sociedade especialmente concebida por esses inventores”;⁶ e que cada um deles buscou a ciência “em suas mentes”, em vez de uma interrogação crítica do movimento real do presente.⁷ Em suma, Marx se esforçou para enfatizar a natureza utópica - no sentido de fantástico, conjurado, inventado, imaginado e sonhado - das utopias dos utópicos.

Isso não significa negar a admiração óbvia de Marx pelos socialistas utópicos originais e seus ocasionais lampejos de inspiração. No entanto, deve-se ter cuidado para não exagerar a importância atribuída por Marx a suas ideias. Quando se tratava de suas descrições utópicas da sociedade, o melhor que Marx podia dizer era que eles já possuíam “valor de propaganda como romances populares”.⁸ É verdade que esses romances estavam “cheios dos materiais mais valiosos para o esclarecimento da classe trabalhadora”⁹, mas o valor deste material - na verdade, o valor dos sistemas utópicos - foi transitório e efêmero:

Na medida em que a luta de classes moderna se desenvolve e toma forma definida, essa fantástica posição separada do contexto, esses ataques fantásticos a ela, perdem todo valor prático e toda justificativa teórica.¹⁰

Na medida em que o partido se desenvolve, esses sistemas perdem toda a importância e, na melhor das hipóteses, são mantidos puramente nominalmente como lemas.¹¹

Foi nesse contexto que Marx atacou seus contemporâneos por continuarem a espalhar fantasias utópicas em uma época em que o

⁵ Marx, ‘Political Indifferentism’, p. 394.

⁶ Marx and Engels, *Manifesto*, p. 515.

⁷ Karl Marx, *The Poverty of Philosophy*, C.W., Vol. 6, p. 177.

⁸ Karl Marx and Friedrich Engels, *The German Ideology*, C.W., Vol. 5, p. 462.

⁹ Marx and Engels, *Manifesto*, p. 515.

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ Marx and Engels, *The German Ideology*, p. 461.

proletariado, a luta de classes e o partido se desenvolveram a ponto de tais fantasias terem perdido toda importância, toda justificativa teórica e todo valor prático. Em uma carta a Sorge de 1877, Marx mal conseguia conter sua frustração:

Em particular, o tanto de esforço que fizemos para expulsar da cabeça dos trabalhadores alemães décadas atrás, garantindo assim sua ascendência teórica (e, portanto, também prática) sobre os franceses e ingleses, - ou seja, sobre o socialismo utópico, o jogo da imaginação na futura estrutura da sociedade, - é mais uma vez desenfreado e em uma forma muito mais ineficaz, não apenas em comparação com os grandes utopistas franceses e ingleses, mas com - Weitling. É lógico que o utopismo, que trouxe em si as sementes do socialismo crítico e materialista, antes do advento deste último, pode agora, *post festum*, parecer apenas tolo, obsoleto e totalmente reacionário.¹²

Marx assim definiu como “utópicos” aqueles socialistas que se entregam ao “jogo da imaginação sobre a estrutura futura da sociedade” e criticou os utopistas contemporâneos - com Eugen Dühring sendo o alvo específico do desprezo de Marx aqui - porque ainda agora estavam brincando com estas fantasias. Embora as fantasias de utópicos como Fourier e Owen possuísem um certo valor de propaganda, as fantasias tardias de Dühring não eram apenas fúteis (e a comparação desfavorável com Weitling significava que eram muito fúteis de fato) - eram tolas, antiquadas e reacionárias desde as raízes. A chave para entender por que Marx os considerava assim está em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*.

2. Conteúdo e frase em *O 18 de brumário*

Em *O 18 de brumário*, Marx oferece uma breve análise histórica do papel desempenhado pelo imaginário utópico no processo de transformação social e política. A principal conclusão de Marx é que as frases utópicas têm desempenhado um papel compensatório, servindo para disfarçar a falta de conteúdo emancipatório radical nos movimentos históricos e políticos que foram chamados a justificar. O que distingue a revolução social do século XIX daquelas dos séculos XVII e XVIII, porém, é precisamente o fato de seu conteúdo ser tão real que nenhuma frase utópica pode fazer justiça a ele.

¹² Marx to Friedrich Adolf Sorge, 19 October 1877, C.W., Vol. 45, p. 283.

É notório que Marx começa sua análise lamentando o fato de que os revolucionários sempre sentiram a necessidade de disfarçar suas ações com roupas emprestadas do passado:

Assim, Lutero se disfarçou de apóstolo Paulo, a revolução de 1789-1814 se revestiu alternadamente de república romana e império romano, e a revolução de 1848 não pôde apresentar nada melhor do que parodiar 1789 em um ponto, a herança revolucionária de 1793-5 e outra.¹³

Os disfarces de 1789-95 diferiam daqueles de 1848, no entanto, porque formavam uma parte necessária do processo revolucionário:

Por pouco heróica que seja a sociedade burguesa, ela exigiu heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e conflito nacional para trazê-la ao mundo. E nas estritas tradições clássicas da república romana, seus gladiadores encontraram os ideais e as formas de arte, as autodecepções de que necessitavam, a fim de esconder de si o caráter restrito e burguês de suas lutas e se manter emocionalmente no nível da alta tragédia histórica.¹⁴

Os revolucionários exigiam “frases” romanas heróicas, a fim de ocultar de si mesmos a natureza não heróica do “conteúdo” da revolução. Na verdade, sem essas frases, o entusiasmo dos revolucionários teria diminuído e a própria revolução teria se desfeito. O mesmo é verdade para a Guerra Civil Inglesa, argumenta Marx, em que “Cromwell e os ingleses tomaram emprestada a linguagem do Antigo Testamento, paixões e delírios para sua revolução burguesa”.¹⁵ Como consequência, “a ressurreição dos mortos nessas revoluções serviu para glorificar novas lutas, não para parodiar as antigas; para magnificar fantásticamente a tarefa dada, não para não fugir de uma resolução real; para recuperar o espírito da revolução, não para relançar seu espectro”.¹⁶ Os disfarces de 1848, por outro lado, serviram para parodiar lutas antigas, fugir de resoluções reais, etc., porque:

A revolução social do século XIX não pode criar sua poesia do passado, mas apenas do futuro. Não pode começar até que tenha removido todas as superstições do passado. As revoluções anteriores exigiam lembranças da história mundial a fim de entorpecer-se ao

¹³ Karl Marx, *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, this volume, p. 20.

¹⁴ *Ibid.*, pp. 20–1.

¹⁵ *Ibid.*, p. 21.

¹⁶ *Ibid.*

seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX deve permitir que os mortos enterrem seus mortos para realizar seu próprio conteúdo. Lá a frase transcendeu o conteúdo, aqui o conteúdo transcendeu a frase.¹⁷

Ao argumentar que a revolução do século XIX não poderia inspirar-se no passado, Marx estava atacando os revolucionários que, em 1848, tentaram fazer exatamente isso e que, como consequência, estavam “evitando resoluções reais”. Além disso, no entanto, ele estava apontando que não importava que o conteúdo do futuro não pudesse ser formulado porque, em virtude de transcender quaisquer frases que pudessem ser conjuradas agora, atrairia apoio sem a ajuda do autoengano utópico. O conteúdo da revolução do século XIX transcendeu assim a frase em dois sentidos: primeiro, no sentido de que um conhecimento desse conteúdo estava além do alcance epistemológico de qualquer pessoa; e, em segundo lugar, no sentido de que a magnificência do próprio conteúdo vindouro desafiava a representação em termos das frases disponíveis para alguém agora - deveria ser tão qualitativamente diferente que estava além de nossas tentativas mais imaginativas de formulá-la.

Para Marx, essa compreensão recém-descoberta do conteúdo da revolução social do século XIX representou o fim do socialismo utópico. Não precisando mais de profetas utópicos e de suas fantasias obsoletas para entorpecer-se ao conteúdo de sua própria revolução, os proletários se mobilizariam em torno da promessa de um conteúdo destinado a superar e confundir todas as tentativas fantásticas de formulá-lo. Isso não quer dizer que Marx buscou inspirar esperança radical com base em uma fé cega na promessa de redenção futura. Pois essa excitação quiliástica era uma característica definidora, não das revoluções proletárias, mas sim das revoluções burguesas anteriores, nas quais “as pessoas e os eventos parecem ter um brilho de joia e o êxtase é o sentimento do dia”.¹⁸

Em total contraste, entretanto, as revoluções proletárias, como as do século XIX, se engajam em autocríticas perpétuas, sempre parando em seus próprios caminhos; elas retornam ao que está aparentemente completo para começar de novo, e ridicularizam com brutalidade selvagem as inadequações, os pontos fracos e os aspectos lamentáveis de suas primeiras tentativas; elas parecem derrubar seu adversário, apenas para que ele extraia novos poderes da terra e se erga con-

¹⁷ Ibid., p. 22.

¹⁸ Ibid.

tra elas mais uma vez com a força de um gigante; vez após vez, elas se afastam do alcance prodigioso de seus próprios objetivos, até que uma situação seja criada que torne impossível qualquer reversão.¹⁹

A força da revolução proletária reside em sua recusa em buscar “refúgio na crença em milagres”, sua recusa em “conjurar” o inimigo “na fantasia” e sua recusa em sacrificar uma compreensão do presente “a uma glorificação ineficaz do futuro”.²⁰ Em lugar da excitação estática, encontra-se assim uma autocrítica perpétua; em lugar de fantasias utópicas que emprestam aos eventos um brilho de joia, encontra-se uma compreensão do presente que esclarece repetidamente o proletariado do alcance prodigioso de seus objetivos; em vez de frases que transcendem, desmentem e disfarçam uma escassez de conteúdo real, encontra-se um conteúdo que transcende e desafia todas as tentativas de formulá-lo. Atraída pela promessa de um conteúdo tão desafiador, a revolução proletária do século XIX não se esconde por trás de qualquer disfarce, não se ilude com fantasias e não foge das resoluções reais. Neste contexto, apelar ao proletariado com imagens fantásticas da futura estrutura da sociedade seria nada menos que tolo, antiquado e reacionário.

3. Utopia política e derrota de 1848

Para Marx, os sistemas utópicos não tinham lugar na paisagem política de meados do século XIX. A construção utópica do sistema havia perdido toda a importância, todo valor prático e toda justificativa teórica. Por esta razão, o recurso final do proletariado a “experimentos doutrinários” é tomado como um indicador-chave de sua própria terrível derrota após a insurreição de junho de 1848, um símbolo de sua incapacidade de “redescobrir as proezas revolucionárias”.²¹ Como os discípulos utópicos criticados no *Manifesto Comunista* por se agarrarem ao “sonho de uma realização experimental de suas utopias sociais”,²² o proletariado também é lamentavelmente criticado em *O 18 de brumário* porque:

¹⁹ Ibid., pp. 22–3.

²⁰ Ibid., p. 23.

²¹ Ibid., p. 26.

²² Marx and Engels, *Manifesto*, p. 516.

[...] ele se lança *em experimentos doutrinários, bancos cooperativos e associações de trabalhadores, portanto, em um movimento que renuncia a uma derrubada do velho mundo por meio de seus próprios grandes recursos e, em vez disso, busca alcançar sua salvação nas costas da sociedade, privativamente, dentro de seus próprios limites e condições de existência e, portanto, necessariamente chegando a nada.*²³

Em outras palavras, os proletários estavam evitando uma resolução real para os conflitos sociais e, em vez disso, optaram por conjurar o inimigo por meio de vãos de fantasias ineficazes.

Evidentemente, “que a revolução estava prestes a sofrer uma humilhação sem precedentes” era claro para “qualquer observador competente”.²⁴ Com cada classe e partido unido contra ela (como o partido da ordem), e com “a organização do governo de classe burguesa” ainda incompleta, ainda para encontrar “sua mais pura expressão política”, a grande luta da classe proletária (o partido da anarquia) não poderia “emergir em uma forma pura” e estava, portanto, fadada ao fracasso.²⁵ No entanto, as revoluções proletárias se engajam na autocrítica perpétua e o recurso do proletariado à utopia foi para Marx um dos aspectos mais lamentáveis de sua primeira tentativa de revolução. Isso se torna ainda mais claro se lermos *O 18 de brumário* em conjunto com a análise anterior de Marx à primeira tentativa de revolução do proletariado, a saber, *As Lutas de Classe na França* de 1848 a 1850.

Lá, ele se refere repetidamente às auto-ilusões utópicas dos revolucionários, às “figuras mesquinhas” dos “doutrinários socialistas do proletariado”;²⁶ à maneira como suas ilusões, poesia e retórica emprestaram à revolução de fevereiro um “conteúdo imaginário”;²⁷ ao modo como a fantasia utópica de fraternidade universal engendrou uma “agradável dissociação dos antagonismos de classe e uma elevação visionária acima da luta de classes”;²⁸ ao fato de que a revolução de fevereiro não poderia trazer nada mais do que uma república burguesa porque “o proletariado de Paris ainda era

²³ Marx, *Eighteenth Brumaire*, p. 26. Itálico no original.

²⁴ *Ibid.*, p. 23.

²⁵ *Ibid.*, p. 56.

²⁶ Karl Marx, *The Class Struggles in France, 1848 to 1850*, C.W., Vol. 10, p. 98.

²⁷ *Ibid.*, p. 53.

²⁸ *Ibid.*, p. 58.

incapaz de ir além da república burguesa senão na fantasia, na imaginação”.²⁹

Somente com sua derrota em junho de 1848 a luta proletária atingiu o *status* de revolução proletária propriamente dita, porque lá “as frases deram lugar à coisa real”.³⁰ Este vislumbre fugaz à parte, entretanto, a coisa real difere das frases de “utopia do socialismo doutrinário”, que exalta “as maquinações mentais do pedante individual” e vê a emancipação da humanidade “como uma aplicação de sistemas que os pensadores da sociedade, seja em conjunto ou como inventores individuais, idealizam ou idealizam”.³¹ Crucialmente, o partido da anarquia é criticado aqui por;

[...] proclamar a si próprio como meio de emancipação do proletariado e a emancipação deste como seu objeto. Engano deliberado da parte de alguns; autoengano por parte dos outros, que vêem o mundo transformado segundo as suas próprias necessidades como o melhor mundo para todos [...].³²

Porque os porta-vozes do partido estavam dando suas próprias maquinações mentais pedantes como “o melhor mundo para todos”, eles estavam enganando as massas (e muitas vezes a si próprios) ao mesmo tempo em que se proclamavam profetas. Ao proclamarem que a emancipação da humanidade residia na realização de suas próprias visões particulares, em uma transformação do mundo de acordo com suas próprias necessidades particulares, os porta-vozes do partido da anarquia estavam aderindo a um modelo utópico de política socialista “que era a expressão teórica do proletariado apenas enquanto este ainda não tivesse se desenvolvido em um movimento histórico livre e dono de si próprio”.³³

É evidente que o proletariado se desenvolveu em um movimento histórico livre e próprio. Na verdade, Marx cita a eleição presidencial de 10 de dezembro de 1848, na qual o proletariado revolucionário apresentou e votou em seu próprio candidato, Raspail, em oposição ao pequeno burguês Ledru-Rollin, como “o primeiro ato pelo qual o proletariado, como um partido político independente, declarou sua separação do partido democrático”.³⁴ Tendo alcançado a independência política, “o socialismo

²⁹ Ibid., p. 66.

³⁰ Ibid., p. 69.

³¹ Ibid., p. 126.

³² Ibid.

³³ Ibid.

³⁴ Ibid., p. 81.

doutrinário fora cedido pelo proletariado à pequena burguesia”, enquanto “o proletariado se organizava cada vez mais em torno do socialismo revolucionário, do comunismo”.³⁵ De qualquer maneira pelo menos em teoria. Pois, na prática, essa mudança teórica e organizacional não ocorreu na extensão que Marx ansiava ou esperava. Nem os porta-vozes do proletariado nem o próprio proletariado deixaram os mortos enterrarem os mortos para realizar o conteúdo de sua própria revolução. Em vez disso, eles ainda estavam parodiando as velhas lutas e evitando uma resolução real para as suas próprias. Em suma, eles ainda não haviam aceitado o fato de que aqui, na revolução social do século XIX, o conteúdo transcendia a frase.

Tanto em *As Lutas de Classes na França* quanto em *O 18 de brumário*, Marx lamenta o fato de que o partido do proletariado revolucionário ainda estava engajado na fraseologia utópica. Não era isso uma questão menor de táticas mesquinhas de partido. Em vez disso, era uma questão de profunda importância teórica e política. Pois, embora os líderes revolucionários anteriores tivessem necessariamente conjurado frases utópicas fantásticas para disfarçar e ocultar o conteúdo banal e não heróico de suas respectivas revoluções, o conteúdo da revolução social do século XIX transcendia todas as tentativas de formulá-lo.

Mais do que isso, continuar a aderir a um modo utópico de política que vê as fantasias inventadas de falsos profetas dadas como o melhor mundo para todos é sacrificar uma compreensão do presente a uma glorificação ineficaz do futuro, embora pressuponha que os proletários compreendessem apenas frases indeterminadas e que fossem incapazes de determinar por si mesmos qual seria seu melhor mundo.

Com a insurreição de junho e a eleição presidencial de dezembro de 1848, porém, o proletariado se constituiu como uma classe independente e, assim fazendo, dispensou a necessidade de fantasias utópicas. Doravante, o proletariado tornava-se capaz de desenvolver a sua própria estratégia emancipatória, de deixar os mortos enterrarem os mortos para realizar o conteúdo da sua própria revolução. Apelar ao proletariado com imagens fantásticas da futura estrutura da sociedade era, neste contexto, tolice, antiquado e reacionário.

³⁵ Ibid., p. 127.

4. O conteúdo desafia a frase e as condições matérias da emancipação

Embora se possa argumentar que o próprio Marx pintou um quadro fantástico da futura estrutura da sociedade, dificilmente pode ser sugerido que ele o fez de uma forma sistemática ou que seu objetivo ao fazê-lo era construir uma visão utópica com a qual apelaria para o proletariado. Na verdade, a maneira assistemática em que a visão “utópica” de Marx é articulada e apresentada, junto com sua falta de detalhes e substância, foi reconhecida por quase todos os estudiosos que a discutiram.³⁶ Deixando de lado a questão de sua própria “utopia”, o que é certo é que Marx procurou em todas as oportunidades destacar as diferenças entre sua própria abordagem da realização do socialismo e aquela que ele associava aos utópicos. A principal diferença foi resumida por Marx e Engels assim:

O comunismo não é para nós um estado de coisas que deve ser estabelecido, um ideal ao qual a realidade [terá] que se ajustar. Chamamos de comunismo o movimento real que abole o presente estado de coisas. As condições deste movimento resultam das premissas agora existentes.³⁷

O comunismo foi concebido por Marx como um movimento, cujas premissas já existiam, em vez de um “fim” ideal, cuja realização exigiria ajustes feitos à realidade por alguns “meios” concebidos independentemente. Em sua própria mente, portanto, o que distinguiu suas idéias dos utópicos era que ele havia estabelecido um vínculo real e necessário entre o presente capitalista e o futuro comunista. Nunca antes essa ligação fora feita, ou, dito de outra forma, todas as tentativas anteriores de fazer essa ligação foram utópicas - imagens fantásticas da sociedade sem classes abstraídas dos horrores das divisões de classe contemporâneas e anunciadas como “deveres”.

O que Marx pensava que estava fazendo era novo, então, estava substituindo as abstrações fantásticas e o pensamento positivo que tipifica-

³⁶ Veja, por exemplo, David McLellan, ‘Marx’s View of the Unalienated Society’, in *Review of Politics*, Vol. 31, No. 4 (1969), p. 98; Bertell Ollman, ‘Marx’s Vision of Communism: A Reconstruction’, in *Critique*, Vol. 8 (1977), p. 8; Ruth Levitas, *The Concept of Utopia* (Hemel Hempstead: Philip Allen, 1990), p. 40; Terrell Carver, *The Postmodern Marx* (Manchester: Manchester University Press, 1998), p. 98.

³⁷ Marx and Engels, *The German Ideology*, p. 49.

vam o utopismo ao fundamentar o futuro socialista no presente. Desta forma, Marx se considerou capaz de argumentar que o conteúdo “aqui” realmente transcendia a frase, e ele explica como teóricos da classe proletária, como ele próprio, são capazes de articular o conteúdo que desafia as frases tão tentadoramente sugeridas em *O 18 de brumário*:

Enquanto o proletariado não estiver suficientemente desenvolvido para se constituir como uma classe e, conseqüentemente, enquanto a própria luta do proletariado com a burguesia ainda não tiver assumido um caráter político, e as forças produtivas ainda não estiverem suficientemente desenvolvidas no seio da própria burguesia para nos permitir vislumbrar as condições materiais necessárias à emancipação do proletariado e à formação de uma nova sociedade, estes teóricos são apenas utópicos que, para ir ao encontro das necessidades das classes oprimidas, improvisam sistemas e vão em busca de uma ciência regeneradora. Mas, na medida em que a história avança e com ela a luta do proletariado assume contornos mais claros, eles não precisam mais buscar a ciência em suas mentes; eles só precisam tomar nota do que está acontecendo diante de seus olhos e se tornarem-se seus porta-vozes.³⁸

Assim, descobre-se que a frase transcendeu o conteúdo - isto é, os teóricos eram necessariamente obrigados a se limitar à improvisação de sistemas utópicos - apenas enquanto as condições materiais para a emancipação do proletariado permaneceram obscuras. Uma vez que as forças produtivas se desenvolveram o suficiente para permitir um vislumbre dessas condições materiais, os teóricos poderiam se livrar das invenções da mente e se concentrarem no conteúdo radical que se desenvolvia diante de seus olhos.

Marx apresenta o mesmo argumento em seu obituário à Proudhon. Aqui, ele nos diz que “os utopistas estão em busca de uma chamada ciência” por meio da qual uma fórmula para a “solução da questão social deve ser concebida *a priori*”.³⁹ Imediatamente após isso, porém, e diretamente contrastando sua posição com a derivação utópica *a priori*, ele diz que deriva sua “ciência de um conhecimento crítico do movimento histórico, um movimento que produz, por si só, as *condições materiais para a emancipação*”.⁴⁰ Um ponto importante a se notar é que tanto aqui como em *A Misé-*

³⁸ Marx, *The Poverty of Philosophy*, pp. 177–8.

³⁹ Marx to J.B. Schweitzer, 24 January 1865 (‘On Proudhon’), C.W., Vol. 20, p. 29.

⁴⁰ *Ibid.*

ria da Filosofia são “as condições materiais para” a sociedade emancipada que se fundamentam no presente e não na própria natureza dessa sociedade.

A mesma frase reaparece no *Manifesto*, aparece novamente durante a crítica de Marx aos jacobinos, novamente nos *Grundrisse* e em outros lugares também.⁴¹ A partir disso, parece razoável concluir que a distinção fundamental (como percebida por Marx) entre sua própria posição e a dos utópicos - isto é, a distinção que lhe permitiu deslocar a falsa promessa das frases utópicas pela promessa real de um conteúdo que transcendesse todas as tentativas de expressá-lo - foi que ele descobriu “as condições materiais para a emancipação do proletariado”.

Em retrospectiva, provavelmente todos podemos concordar que as afirmações de Marx de ter feito tal descoberta foram baseadas menos na ciência do que em ilusões. O que nos interessa aqui, porém, é o que Marx pensava ter descoberto e o significado que atribuiu a isso. O que ele pensava ter descoberto - expresso em categorias usadas pelo próprio Marx ao contrastar especificamente sua posição com o utopismo - pode ser resumido da seguinte forma: que a “fúria crescente” das massas e “o desenvolvimento positivo dos meios de produção”, que juntos compreendem “as condições materiais para a emancipação do proletariado”, oferecem uma “garantia suficiente” de que quando “uma verdadeira revolução proletária” estourar, será a “sociedade sem classes contida dentro” dessas condições que surgirão.

Porque, portanto, “a sociedade atual está irresistivelmente tendendo por suas próprias agências econômicas” para uma “forma superior”, uma ciência baseada no conhecimento crítico desses fatos permite evitar as “fantasias idealistas” e derivações *a priori* que definem a metodologia utópica. Se a ciência “toma nota do que está acontecendo diante de seus olhos” também pode mostrar por que “aqui o conteúdo transcende a frase”.⁴²

⁴¹ Ver Marx and Engels, *Manifesto*, p. 514; Karl Marx, ‘Moralising Criticism and Critical Morality’, *C.W.*, Vol. 6, p. 319; Karl Marx, *Grundrisse*, *C.W.*, Vol. 28, p. 97; Karl Marx, First Draft of *The Civil War in France*, *C.W.*, Vol. 22, p. 499.

⁴² As citações desse parágrafo foram retiradas de: Marx to Ferdinand Domela-Nieuwenhuis, 22 February 1881, *C.W.*, Vol. 46, pp. 67; *ibid.*; Marx and Engels, *Manifesto*, p. 515; Marx to Ferdinand Domela-Nieuwenhuis, 22 February 1881, p. 67; *ibid.*; Marx, *Grundrisse*, p. 97; Karl Marx, *The Civil War in France*, *C.W.*, Vol. 22, p. 335; Marx, ‘Political Indifferentism’, p. 94; Marx to J.B. Schweitzer, 24 January 1865 (‘On Proudhon’), p. 29; Marx, *The Poverty of Philosophy*, p. 117; Marx, *Eighteenth Brumaire*, p. 22.

Ao articular essa descoberta e contrastá-la diretamente com a filantropia utópica, Marx estava se envolvendo em algo mais do que mesquinhas políticas partidárias. Seu objetivo não era apenas humilhar seus rivais políticos ou desenvolver uma linha política distinta que se diferenciasse deles. Em vez disso, seu objetivo era demonstrar que seu próprio tipo de comunismo crítico havia substituído o socialismo utópico; que o próprio pensamento socialista se desenvolvera de tal forma que o comunismo crítico preservou e desenvolveu os aspectos radicais e inspiradores do socialismo utópico, enquanto resolvia e suprimia suas dimensões mais reacionárias.

Assim, a ideia de que os teóricos da classe proletária podem descobrir “as condições materiais para a emancipação” meramente tomando nota do que está acontecendo diante de seus olhos serve a vários propósitos distintos para Marx: primeiro, ao estabelecer que a emancipação do proletariado é fundamentada nas condições materiais do presente, as afirmações de Marx são mantidas com segurança dentro dos limites epistemológicos do presente; em segundo lugar, ao estabelecer, por mera observação, que a emancipação do proletariado está fundada nas condições materiais de sua própria existência, Marx evita a ideia de que essas condições devem ser importadas de fora; terceiro, porque são as condições materiais para a sociedade emancipada, e não a natureza dessa sociedade em si, que estão baseadas no presente, o futuro não está excluído; e, finalmente, ao enfatizar que as condições materiais para a sociedade emancipada do futuro estão alicerçadas no presente, os teóricos são capazes de glorificar e magnificar a luta do presente e, assim, capturar o espírito da revolução.

A crítica de Marx ao socialismo utópico, seu método histórico e seu projeto político tornam-se assim inextricavelmente entrelaçados. O materialismo histórico se torna mais do que apenas uma teoria da história; torna-se uma teoria da história capaz - como o foi o socialismo utópico nos séculos XVII, XVIII e início do XIX - de colocar as pessoas em movimento, imbuindo-as do necessário otimismo do futuro para invocar o espírito da revolução. Ao fundamentar suficientemente a existência de um mundo futuro de emancipação humana nas condições materiais do presente, Marx não só (em sua própria mente) permitiu aos trabalhadores conceituarem um futuro melhor, mas o fez sem excluir o futuro ou recorrer às enganosas exortações do profeta utópico. Como consequência, o socialismo utópico, na era do socialismo materialisticamente crítico de Marx, tornou-se tolo, obsoleto e reacionário desde as raízes.

Conclusão

Embora as visões utópicas já tivessem possuído valor de propaganda como romances populares, elas haviam, para Marx, perdido toda a importância, toda a justificativa teórica e todo o valor prático na época em que ele mesmo estava escrevendo. Os utópicos contemporâneos dele foram ridicularizados por venderem fantasias antiquadas que se tornaram tolas, obsoletas e reacionárias. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* nos ajuda a discernir melhor as dimensões teóricas e políticas da crítica radical de Marx à construção dos sistemas utópicos.

Permite-nos perceber claramente que os utopistas contemporâneos se tornaram tolos porque a própria política utópica se tornou contraproducente, sacrificando (como ficou evidente após a derrota de junho de 1848) uma compreensão do movimento real do presente por uma glorificação ineficaz do futuro. Permite-nos reconhecer que a formulação utópica de frases se tornou obsoleta porque Marx revelou que o conteúdo da revolução social do século XIX transcendera todas as tentativas de formulá-la. E, finalmente, deixa claro que o modo utópico de política tornara-se reacionário porque ignorou, negou e sufocou a criatividade política da classe proletária.

Uma interpretação do próprio projeto político de Marx o veria como uma tentativa de capturar e reter o núcleo radical e inspirador do socialismo utópico, ao mesmo tempo em que resolve e transcende suas dimensões mais reacionárias - paternalistas, messiânicas, enganosas. Este continua sendo um projeto aguardando conclusão. Por um lado, a crítica de Marx do socialismo utópico era sofisticada e precisa (na medida em que seria difícil identificar utopias políticas na tradição socialista que não exibisse suas próprias celebrações pedantes como o melhor mundo para todos), enquanto, por outro lado, o significado político da esperança radical - de acendê-la e aproveitá-la - dificilmente exige uma declaração.

Na verdade, pode-se até dizer que o problema (metodológico e político) de gerar esperança radical e, assim, capturar o espírito da revolução sem o auxílio de frases utópicas enganosas - em outras palavras, o problema de argumentar persuasivamente que existe um conteúdo emancipatório para ser ganho, mas que transcende todas as tentativas proféticas de expressá-lo - é uma das mais complexas e significativas daquelas questões que Marx nos legou.

7

O LUGAR DE *O 18 DE BRUMÁRIO* NO BALANÇO DA REVOLUÇÃO DE 1848

Rafael de Almeida Padial¹

Para tratar do bom e velho problema do "que fazer?" – ou seja, de saber como a classe proletária toma para si o poder político da sociedade moderna –, o balanço realizado por Marx da revolução de 1848/49 é da maior importância. Tal revolução teve impacto enorme em Marx, que tirou dela conclusões políticas para o resto da vida, atribuindo-lhes certa validade histórico-universal. O Marx de *O 18 de Brumário* – quando, do nosso ponto de vista, conclui o balanço da revolução – *é bastante outro* em relação ao de 1847. Isso, entretanto, muitas vezes é ignorado ou deliberadamente obscurecido. Com frequência, toma-se sem ressalvas o mais novo pelo mais velho. As consequências políticas de fazê-lo não são pequenas – e hoje, sobretudo, implicam no *apagamento de experiência histórica fundamental da classe trabalhadora*. Para demonstrá-lo, passemos sem delongas à análise dos textos do período.

1. A abstrata noção de tomada do poder no *Manifesto do Partido Comunista*

A posição expressa por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* quanto ao problema da tomada do poder pelo proletariado pode ser considerada, hoje, insatisfatória. Lá registram eles o seguinte, em trecho bastante conhecido do final do capítulo II:

Já vimos acima que o primeiro passo [*der erste Schritt*] da revolução dos trabalhadores é a elevação [*die Erhebung*] do proletariado à [condição de] classe dominante, a luta pela democracia [*die Erkämpfung der Demokratie*].

O proletariado usará seu domínio político para retirar pouco a pouco todo capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de

¹ Doutorando em Filosofia na Unicamp, sob orientação do Prof. Livre-Docente Hector Benoit.

produção nas mãos do Estado [*in den Händen des Staats*], ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e aumentar a massa das forças produtivas o mais rapidamente possível. (MARX; ENGELS, 1977, p. 481).²

Após esse trecho, segue-se uma série de reivindicações (dez medidas) de suposta transição ao socialismo, em geral de caráter estatizante³. O maior problema em tal trecho, cremos, é a noção vaga de “luta pela democracia” [*Erkämpfung der Demokratie*] como forma de elevar o proletariado à condição de classe dominante. O que significaria “luta pela democracia”? Tal noção abstrata pode facilmente significar que o proletariado chegará ao poder político por meios meramente democráticos, como, por exemplo, o sufrágio universal e o controle do Poder Legislativo (ainda que se ressalve a necessidade de “pressão” ou “violência” para garantir os resultados eleitorais).

De concepções como essa se desenvolveu, como se sabe, uma série de leituras reformistas, de tipo social-democrata ou stalinista (sobretudo “eurocomunista”), nas quais a “democracia” assume, por fim, valor universal⁴.

É também no *Manifesto*, ao final do último capítulo, que expressam Marx e Engels o seguinte a respeito da futura revolução burguesa alemã:

Os comunistas dirigem sua atenção principal à Alemanha, pois ela está às vésperas de uma revolução burguesa e esta é provocada sob as condições mais avançadas da civilização europeia, com um proletariado muito mais desenvolvido do que o da Inglaterra do séc. XVII e o da França do séc. XVIII. Portanto, a revolução burguesa na Alema-

² Todas as traduções no presente capítulo são de nossa responsabilidade.

³ Os próprios Marx e Engels, no prefácio de 1872 do *Manifesto*, como se sabe, explicam que tais reivindicações depois se mostraram erradas. Esclarecem eles que isso se deu graças à experiência das revoluções de 1848 e de 1871. Não nos cabe aqui entrar em crítica uma a uma dessas reivindicações. Cabe apenas apontar que elas contêm, como explicam os autores, uma concepção errada sobre o Estado e seu papel na transição ao socialismo. Entretanto, contra os próprios autores, tais reivindicações continuam sendo a cartilha de muitos seguidores de Marx.

⁴ Não à toa, a esmagadora maioria das traduções para línguas neolatinas – francês, espanhol, português e italiano – expressa nesse trecho a ideia de “conquista da democracia”. Tais traduções são de matriz stalinista (das casas editoriais antes financiadas por Moscou). Traduzir “*Erkämpfung der Demokratie*” (literalmente, “luta pela democracia”) por “conquista da democracia” não expressa tanto uma licença poética, mas um ato falho de tipo freudiano ou propriamente uma carta de intenções políticas.

nha só pode ser o prelúdio imediato [*unmittelbare Vorspiel*] de uma revolução proletária. (MARX; ENGELS, 1977, p. 493).

Não fica muito claro nesse trecho o que Marx e Engels entendem por “prelúdio”. Deveria tal revolução burguesa ser considerada enquanto uma *etapa*, no sentido de que tem primeiro de realizar tarefas democrático-burguesas, para então, *só depois de as ter consolidado*, encaminhar-se para uma revolução de tipo socialista? Ou deveria essa revolução, desde o começo, se dar num processo ininterrupto, *permanente*, transcrecendo imediatamente de burguesa a socialista?⁵ Tais questões não são ainda respondidas pelos autores, pois o próprio movimento da classe trabalhadora não dera a resposta.

O certo é que esses dois problemas – o problema da “luta pela democracia” e o problema da temporalidade das revoluções (se burguesa ou permanente) – não estão resolvidos na obra de Marx e Engels de 1847/48. Tanto é assim que, no processo revolucionário que imediatamente se abrirá em toda a Europa – concretizando as previsões do *Manifesto* –, Marx e Engels se tornarão reféns de sua própria abstração programática (e farão autocrítica). Vejamos melhor a atuação deles na revolução de 1848.

2. A análise da revolução alemã de 1848

O estouro da Revolução de Fevereiro de 1848 na França encontrou Marx em Bruxelas, na Bélgica. Por motivos políticos, Marx foi expulso desse país justamente para a França (aonde tencionava ir, para participar da revolução). Em Paris, Marx soube do início da revolução democrático-burguesa de março na Alemanha. Ainda na França, com poderes de dirigente máximo da Liga dos Comunistas (composta sobretudo por alemães), Marx reconstruiu a direção dessa organização e escreveu, com seus companheiros, um célebre panfleto contendo dezessete reivindicações a serem difundidas na Alemanha (bastante parecidas com as dez reivindicações do final do capítulo II do *Manifesto Comunista*). É o panfleto denominado “Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha” (de março de 1848). Não nos alongaremos aqui sobre as reivindicações dele em si. Queremos apenas apontar elementos que revelam como Marx e seus demais companheiros estavam re-

⁵ Como se vê, boa parte das discussões que depois dominarão o movimento operário internacional, sobretudo após a Revolução Russa de 1917, já estão contidas aqui.

féns da abstração antes apontada. Uma das reivindicações desse panfleto exigia o seguinte:

10. Todos os bancos privados devem ser substituídos por um banco estatal [*Staatsbank*], cuja moeda tem curso legal. Esta medida permite regular o crédito no interesse de *todo* o povo e, assim, mina o domínio dos homens do dinheiro [*Geldmänner*]. Substituindo gradualmente o ouro e a prata pelo papel-moeda, reduzirá o preço do instrumento indispensável do comércio burguês, do meio geral de troca, permitindo que ouro e prata funcionem no comércio exterior. Em última análise, esta medida é necessária para entrelaçar [*zu knüpfen*] os interesses da burguesia conservadora [*konservativen Bourgeois*] à revolução. (MARX; ENGELS, *et al*, 1959, p. 4).⁶

Dois anos depois, na primeira “Mensagem do CC à Liga dos Comunistas”, a autocrítica de Marx e Engels em relação a esse tipo de reivindicação será evidente. Chegaremos nela. Por ora, basta apenas notar que Engels, quando redigiu sua pequena “Contribuição à Liga dos Comunistas”, apresentou o panfleto das dezessete reivindicações como documento histórico, *entretanto suprimiu dele o ponto 10 e todo o seu longo comentário citado acima!*

Como se vê, literalmente, Marx e seus companheiros queriam com essa reivindicação vincular o interesse do “burguês conservador” à revolução alemã. Tratava-se propriamente do burguês *industrial* alemão, que possivelmente teria interesse em desbancar revolucionariamente os “homens do dinheiro” (os detentores do hoje dito “capital financeiro”). Tal pretensão se mostrou falsa historicamente (e Marx, muitos anos depois, na seção I do livro II de *O Capital* explicou detalhadamente que não há nenhuma autonomia real desse “capital dinheiro”, dito “financeiro”, em relação ao ciclo global do capital industrial. Não são interesses realmente opostos).

Porém, mais relevante do que tais reivindicações é a intervenção direta de Marx na revolução alemã por meio da *Nova Gazeta Renana*, jornal diário dirigido por ele, com sede em Colônia (a maior cidade da região mais avançada economicamente da Alemanha, a Renânia). Tal jornal, seguindo a linha geral apontada no item 10 do panfleto das “Reivindicações...” – e um

⁶ O panfleto, redigido por Marx, é assinado por ele, K. Schapper, H. Bauer, F. Engels, J. Moll e W. Wolff. Note-se, como curiosidade, que o documento se chama “Reivindicações do Partido Comunista NA Alemanha”, e não “DA Alemanha”. Isso estava de acordo com a concepção de então dos autores, para quem o partido comunista era um só (enquanto movimento geral e mundial da classe trabalhadora), embora atuasse diferentemente em cada país.

tanto revivendo a atuação de Marx à frente da antiga *Gazeta Renana*, dos anos de 1842/43 –, buscou efetivar uma aliança entre o proletariado alemão e um possível setor radical, supostamente revolucionário ou progressista da burguesia do país. O próprio subtítulo do novo jornal de Marx, no cabeçalho, deixava claras as suas intenções: “Órgão da Democracia” [*Organ der Demokratie*]. A aliança entre o proletariado e um setor da burguesia talvez não parecesse impossível a Marx, afinal o próprio novo governo provisório alemão, formado a partir da Revolução de Março, continha antigos conhecidos seus. Em suma: o próprio novo governo era formado por homens que Marx conseguiria dialogar – por que então não tentar levá-los à radicalização política?⁷

Teria isso ocorrido? Basta olhar os diversos artigos da *Nova Gazeta Renana* para compreender que não. Não só a “burguesia progressista” alemã não se aliou ao proletariado, como se entregou à reação monárquico-feudal *para atacar o proletariado*, impedindo a realização de medidas democráticas que ela mesma reivindicara. Marx registrará em seu próprio jornal os dilemas da revolução democrático-burguesa. Ao longo do processo, veremos Marx, primeiramente, considerar a iniciativa da *Nova Gazeta Renana* parte do grande Partido Democrático (ou seja, do partido burguês supostamente progressista). Em seguida, o veremos quase desesperado, exortando os líderes burgueses “democráticos” à radicalização (à medida que capitulavam e abriam espaço à reação). E, por fim, veremos Marx fazendo o balanço profundo de que a burguesia alemã é incapaz, por medo do proletariado, de radicalizar sua revolução.

⁷ A sequência de nomes similares e datas pode gerar um pouco de confusão no leitor. Tentemos esclarecer. Marx esteve à frente de *dois jornais* com nome similar. Ambos com sede na cidade de Colônia (região da Renânia). Em outubro de 1842, tornou-se redator-chefe da *Gazeta Renana* (*Rheinische Zeitung*), até março de 1843, na qual teve grande sucesso político. Esta também era um órgão democrático-burguês, e seu subtítulo era “Para Política, Comércio e Indústria” [*für Politik, Handel und Gewerbe*]. Em junho de 1848, apontando certa continuidade do trabalho anterior, Marx fundou a *Nova Gazeta Renana – Órgão da Democracia* (*Neue Rheinische Zeitung – Organ der Demokratie*), com a qual também teve sucesso político (“o jornal mais famoso do período revolucionário alemão”, disse Engels no seu “Marx e a Nova Gazeta Renana”). A segunda experiência durou cerca de um ano. Note-se ainda que após a revolução, em 1850, já estando na Inglaterra, Marx iniciou um *novo órgão* com nome similar: a *Nova Gazeta Renana – Revista de Economia Política* [*Neue Rheinische Zeitung – Politisch-ökonomische Revue*]. Trata-se de revista teórica, com periodicidade mais ampla. Quanto aos ministérios formados por burgueses após a Revolução de Março de 1848 na Alemanha, o primeiro fora encabeçado por Camphausen, antigo acionista da *Gazeta Renana* (1842/43), e o segundo por Hansemann, também antigo acionista.

Nas reflexões de Marx nesse período é possível acompanhar o desenvolvimento de ao menos dois elementos fundamentais para a *estratégia revolucionária*: 1. A noção de “ditadura revolucionária” (contendo em si a ideia de “dualidade de poderes”, ainda que com conteúdo de classe indeterminado); e 2. a noção de *revolução permanente*. Tais elementos ainda não significarão a conclusão das reflexões de Marx sobre estratégia revolucionária. Serão um passo importante, mas muita coisa ainda faltará. Mas muita coisa ainda faltará. O período à frente da *Nova Gazeta Renana* será fundamental para finalmente colocar em cheque o limite da estratégia anterior. Contradições surgirão nos próprios artigos de Marx.

2.1. Ditadura, terrorismo e poder dual

Acompanhemos o desenvolvimento da *Nova Gazeta Renana* (NGR), desde a ocasião em que é planejada até o momento em que envereda por um “jacobinismo”.

O caráter democrático-burguês inicial da *NGR* vem à tona antes de sua publicação, em declarações de intenções. Por exemplo, em carta pública ao jornal italiano *L’Alba*, publicada neste ao final de maio de 1848, Marx, em nome da *NGR*, afirma o seguinte:

Estendemos a nossa mão ao povo italiano de forma fraterna e queremos mostrar-lhe que a nação alemã [*die deutsche Nation*] repudia em todos os sentidos a política de opressão que é executada no seu país pelas mesmas pessoas que sempre perseguiram a liberdade no nosso. Faremos o possível para promover a união e o bom entendimento entre as duas grandes e livres nações [*der beiden großen und freien Nationen*], que um vergonhoso sistema de governo até agora levou a acreditar que são inimigas. (MARX, 1959a, p. 8).

Aqui queremos apenas destacar a abstração da noção de Estado-nação (aquela que não realiza grandes distinções entre as classes internas às nações), característica do pensamento burguês, e que condiz, em certo grau, com a estratégia de revolução nacional-burguesa prevista por Marx para a Alemanha. O “inimigo”, que combate a “liberdade” tanto na Alemanha quanto na Itália, obviamente, são as monarquias prussiana e austríaca (e não a burguesia “democrática” desses países).

Todavia, em pouco tempo Marx iniciará suas críticas aos burgueses do Partido Democrático que ele mesmo, de certa forma, via-se como parte⁸. O Partido Democrático era criticado por Marx por ser vacilante e centrista demais, por não levar adiante a revolução, por não consolidar realmente suas vitórias – ou seja, por sempre abrir uma brecha para que o inimigo feudal-monarquista prussiano se reorganizasse e recuperasse frentes de batalha. Diz Marx (MARX, 1959b, p. 22) na segunda edição do jornal, no artigo “O Partido Democrático”, publicado em 2 de junho de 1848:

Pedimos ao Partido Democrático que esteja ciente de sua posição. Tal exigência surge das experiências dos últimos [dois] meses. O Partido Democrático abandonou-se demais ao delírio da primeira vitória. Embriagado com a alegria de finalmente poder proclamar seu princípio em voz alta e abertamente, imaginou que só necessitava declará-lo para assegurar imediatamente sua implementação. Depois da primeira vitória e das concessões diretamente vinculadas a ela, não foi além dessa proclamação. Mas, enquanto era generoso com suas ideias e abraçava como um irmão todos os que não ousavam desafiá-lo imediatamente, os outros, aos quais o poder foi deixado ou cedido, agiam.

No mesmo texto, pouco adiante, Marx (1959b, p. 23) ataca aqueles que conseguem gradualmente “conquistar uma posição intermediária entre o Partido Democrático e os absolutistas, avançando de um lado e retrocedendo de outro, os que são ao mesmo tempo progressistas – contra o absolutismo – e reacionários – contra a democracia”. Tal setor conciliador então criticado, o setor “da moderada e prudente burguesia”, fazia-se presente tanto na Assembleia Nacional Alemã quanto no governo provisório liderado por Camphausen (ambos organismos criados após a Revolução de Março). Tal setor burguês, diz ainda Marx, estava enganando o “partido do povo”

⁸ O “Partido Democrático” não existia formalmente enquanto uma única entidade legal. A noção de “partido” aí é usada no sentido amplo, no sentido do *movimento* de todos aqueles (organizações e indivíduos) que lutam pela democracia. Marx se via como parte desse partido não apenas em sentido figurado, mas literalmente. A Liga dos Comunistas, após a ida da maioria dos seus membros para a Alemanha (para participar da revolução), praticamente se dissolveu na legalidade burguesa (ou seja, perdeu sua organização interna). O próprio Marx, contra a vontade de J. Moll e K. Shapper, ajudou a dissolvê-la. Assim que chegou em Colônia, Marx ajudou a fundar a Sociedade Democrática dessa cidade, que em parte concorria localmente com a Associação dos Trabalhadores (liderada por Gottschalk, também membro da Liga dos Comunistas, respeitado entre operários, mas representante do chamado “socialismo verdadeiro”, ou seja, de um socialismo humanista-feuerbachiano, pequeno-burguês). Ver (MCLELLAN, 1990, capítulo 4).

[*Volkspartei*]; com seu centrismo, capitulava ante uma “poderosa reação que alcançava o poder antes mesmo de ter feito uma ação revolucionária”. Esses eram, segundo Marx (1959b, p. 23-24), os “amigos hipócritas”, que se diziam de acordo com o “princípio” democrático mas duvidavam da possibilidade de sua realização. “Tais pessoas são perigosas”, dizia ele.

Poucos dias depois, cansado das vacilações dos democratas burgueses, Marx expressará que estes deveriam agir “ditatorialmente” para garantir o poder e não permitir o retorno da reação monárquico-feudal. Em artigo de 07 de junho de 1848 tal compreensão – a defesa de uma ditadura – aparecerá pela primeira vez na obra de Marx. Aí ele exige que a Assembleia Nacional Alemã aja energeticamente, sem esperar ação do governo provisório (ministério Camphausen). Escreve ele:

(A) situação de então da Alemanha deu-lhe [à Assembleia Nacional] a oportunidade de superar sua infeliz situação material. Tudo o que ela precisava fazer era opor-se ditatorialmente [*diktatorisch entgegenzutreten*] às incursões reacionárias do governo caduco em todos os lugares, pois assim conquistaria um poder tal na opinião popular que, contra ele, todas as baionetas e fuzis se estilhaçariam. (MARX, 1959d, p. 40-41).

Em vez disso, a Assembleia Nacional, diz Marx, “entediou o povo alemão” com *shows* de parlamentarismo e frases ocas (o que em 1850 ele chamará de “cretinismo parlamentar”). Assim se dava mais espaço à reação. Num texto de balanço pouco posterior, Marx (1959c, p. 402) retornará ao mesmo tema da ditadura, mas acrescentará outro, fundamental:

Qualquer situação provisória depois de uma revolução requer uma ditadura [*Diktatur*], e na verdade uma ditadura enérgica [*energische Diktatur*]. Desde o início, culpamos Camphausen por não agir ditatorialmente [*daß er nicht diktatorisch auftrat*], por não ter destruído e removido imediatamente os restos das velhas instituições. [...] Assim, enquanto o Sr. Camphausen dormia o sonho constitucional, o partido derrotado fortalecia posições na burocracia e no exército, e até mesmo arriscava uma luta aberta aqui ou acolá. A Assembleia fora convocada para se entender sobre a constituição. Ela ficou ao lado [*neben*] da Coroa, em pé de igualdade. Dois poderes iguais [*Zwei gleichberechtigte Mächte*] em um governo provisório!

É aí que Marx trata com destaque pela primeira vez do problema da “dualidade de poderes”. O governo de Camphausen era visto por Marx enquanto um elemento intermediário ou aglutinador entre poderes (“dois po-

deres iguais num só governo!”). A função do governo era a de conciliá-los, evitando a abertura da guerra civil. De um lado estava o poder Legislativo, da Assembleia Nacional, representando a nação em geral (setores nobres, burgueses, proletários, camponeses...). De outro estava o Poder Executivo, com todas as suas alavancas de realização da violência e controle estatais (sobretudo exército e burocracia), representando grandes proprietários de terra (sobretudo a nobreza junker). Mas Marx esperava justamente o fim da conciliação; queria que a dualidade de poderes se desenvolvesse e caminhasse para a destruição do poder monárquico-feudal pelo da Assembleia Nacional (ou seja, do Executivo pelo Legislativo). Como diz Marx (1959c, p. 404): “A Coroa e a Assembleia estão frente a frente. A 'conciliação' [enfim] levou à separação, ao conflito. Caberá talvez às armas decidir. Aquele que tiver mais coragem e consequência vencerá!”⁹.

Dois meses depois, como se a palavra “ditadura” já não bastasse, Marx (1959e, p. 459) será ainda mais incisivo. Analisando a derrota da revolução em Viena (Áustria), afirma que:

[...] o canibalismo da própria contrarrevolução convencerá os povos de que só há uma maneira para *simplificar* e concentrar as dores de morte da velha sociedade e as sangrentas dores de parto da nova, apenas *um meio – o terrorismo revolucionário* [nur ein Mittel – den revolutionären Terrorismus].

Aqui já temos um Marx significativamente diferente daquele do *Manifesto*. Em vez da abstrata “luta pela democracia”, temos a necessidade de execução de um “terrorismo”, por meio de uma “ditadura enérgica” do Poder Legislativo (representando a maioria do “povo”), que conduza uma guerra civil contra o Poder Executivo!¹⁰ Está em cena agora, em vez do de-

⁹ Vale notar que a noção de “dualidade de poderes” já havia aparecido, pela primeira vez, mas *en passant*, no artigo “Programas do Partido Democrático Radical e da Esquerda de Frankfurt”, já referido por nós. Após o artigo agora trabalhado – “A crise e a contrarrevolução” –, a noção de dualidade de poderes será cada vez mais uma constante na *NGR*. Veja-se, particularmente, os artigos “A liberdade de deliberação em Berlim” (17/09/1848); “A crise em Berlim” (9/11/1848); “A contrarrevolução em Berlim” (12/11/1848); “O Ministério é acusado” (15/11/1848); “A Procuradoria Geral e a *Nova Gazeta Renana*” (22/11/1848); “O processo contra o comitê distrital renano dos democratas” (25/02/1849 e 27/02/1849).

¹⁰ Mesmo a noção de “povo”, muito comum nos artigos iniciais de Marx na *NGR*, sofrerá severa críticas do autor à medida que se desenvolverem os acontecimentos. Marx se afastará dessa palavra vazia, que pode juntar em si muitas classes diferentes. Ver, por exemplo, a partir do artigo “*A Gazeta Nacional* Berlinese aos eleitores primários”, de 26/01/1849.

mocrático abstrato, um Marx “jacobinista”¹¹. Ainda assim, a estratégia *em linhas gerais* é a mesma, centrada no Poder Legislativo (visando a usá-lo para ocupar o espaço do Executivo). Apenas ocorreu que o que era abstrato foi determinado. Podemos dizer que Marx levou ao limite do possível o que estava contido como possibilidade no *Manifesto*.

2.2. A noção de *revolução permanente*

Vejam agora uma determinação fundamental que a atuação de Marx à frente da *NGR* trouxe para a estratégia revolucionária da classe trabalhadora – a noção de *revolução permanente*.

Tendo compreendido a necessidade de uma ditadura e mesmo de um “terrorismo” revolucionários (ainda que sem um conteúdo de classe bem determinado), Marx começou então a refletir sobre o porquê de isso tudo não ter ocorrido na Alemanha. Afinal, tal movimento geral, a rigor, ocorrera tanto na Revolução Inglesa de 1648 quanto na Francesa de 1789. O que se passava na Alemanha? Marx começa então a fazer uma comparação entre essas revoluções – inglesa, francesa e alemã – para compreendê-lo. Na importante série de artigos “A burguesia e a contrarrevolução”, de dezembro de 1848, expressa ele o seguinte:

As revoluções de 1648 e de 1789 não foram revoluções *inglesa* e *francesa*, foram revoluções de tipo *européu* [europäischen Stils]. Não foram a vitória de uma classe *particular* [bestimmten] da sociedade

¹¹ Sabe-se que após sair da *Gazeta Renana* (a primeira, de 1842/43), e antes de mudar-se para Paris (outubro de 1843), Marx estudou a fundo a Revolução Francesa de 1789. Nela, certamente, buscava compreender leis gerais de um processo revolucionário. Marx pretendeu até escrever uma “História da Convenção” (período do “terror” jacobino). Todavia, em nenhuma de suas anotações à época revelou grande apreço pela via jacobina da Revolução Francesa. Em seu primeiro artigo escrito para publicação – “Observações sobre a mais recente instrução prussiana sobre a censura”, redigido em fevereiro de 1842 mas só publicado em fevereiro de 1843 –, Marx atacou diretamente o terrorismo dos jacobinos. Também depois, em seu período francês (finais de 1843), em defesa de noções democráticas – como a de “sufrágio universal” –, Marx defendeu vias socialistas como as de Dézamy e Cabet, contra a corrente comunista “ditatorial” que, diretamente de Babeuf, vinha da Revolução Francesa e desaguava em Buonarroti e Blanqui. Agora temos de fato um Marx bebendo em outro filão da Revolução Francesa. Vale notar que Engels, em seu artigo “Marx e a *Nova Gazeta Renana*”, de 1884, comenta que a *NGR* imitou em grande medida (embora inconscientemente) a tática do *L’Ami du Peuple*, de Marat. Este, como se sabe, representava uma das alas mais radicais (junto com os hebertistas de Paris) da pequena-burguesia jacobina na Revolução Francesa do sec. XVIII.

sobre a *velha ordem política*; foram a *proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia*. A burguesia triunfou nelas, *mas o triunfo da burguesia* foi então o *triunfo de uma nova ordem social* [...] Nada disso houve na *revolução prussiana de março* [de 1848]. [...] Bem longe de ser uma *revolução europeia*, [a Revolução de Março de 1848] foi apenas o resultado atrofiado de uma revolução europeia num país atrasado [*zurückgebliebenen Lande*]. [...]. Não se tratava de criar uma nova sociedade, mas do renascimento em Berlim da sociedade já morta em Paris. A revolução prussiana de março não foi sequer *nacional, alemã*, mas desde o início *provincial-prussiana*. (MARX, 1961a, p. 107-108).

Como se vê nesses trechos, Marx compreendia que a burguesia exercera nas revoluções inglesa e francesa uma missão histórico-universal. Agora, ao contrário – e isso era expresso na Revolução de Março –, a burguesia perdera universalmente tal missão. O motivo disso a própria citação acima nos revela: *a burguesia alemã fizera uma revolução para instaurar uma nova sociedade quando esta já estava morta em Paris*. Para entendê-lo, é necessário refletir sobre a importância histórico-universal da Revolução de Junho de 1848 na França. Façamos então um pequeno salto sobre o Reno, rumo à França, para depois voltar à “miserável situação” alemã.

Em 23 de junho de 1848 estourou, em Paris, *a primeira revolução proletária contra a ordem burguesa*. A análise que Marx dedicou à Revolução de Junho é das mais belas de todo o jornal. Nela, comenta ele que o proletariado francês, ao fazer a primeira revolução daquele ano – a de fevereiro de 1848 –, ao derrubar o Rei Luís Filipe, julgava ter derrubado toda a ordem burguesa (afinal, Luís Filipe, da Casa de Orléans, era conhecido como o “Rei Burguês”, representante de grandes setores do capital). Assim, ao derrubar o Rei Burguês, o proletariado julgava ter já realizado uma revolução *sua*. Entretanto, a derrubada desse Rei era também do interesse de fortes setores burgueses (não representados por Luís Filipe), que, após os combates conduzidos pelo proletariado – e devido ao fato de este não ter uma organização política própria –, logo colheram os frutos da revolução. Ou seja: no vácuo de poder, os burgueses instituíram um parlamento “democrático” seu e uma constituinte sua, tendo em vista representar no Estado burguês o máximo das frações da burguesia (eis a essência da “democracia” burguesa). Tal situação, de apropriação de fruto alheio, durou até junho de 1848, quando o proletariado se insurgiu contra a própria ordem de-

mocrático-burguesa recém-instituída, compreendendo que com ela tudo mudara para continuar igual.

Nesse artigo (“A Revolução de Junho”), Marx (1961b, p. 134) tece um célebre comentário do caráter das duas revoluções francesas de 1848 (de fevereiro e de junho). Diz ele:

A Revolução de Fevereiro foi a *bela* revolução, a revolução da simpatia geral, porque as contradições que nela estouraram contra a monarquia dormiam lado a lado, ainda *não desenvolvidas*; porque a luta social que a formava só tinha ganhado uma existência aérea, uma existência na frase, na palavra. *A Revolução de Junho* é a revolução *feia*, a revolução repulsiva, porque o fato ocupou o lugar da frase, porque a república desnudou a própria cabeça de monstro, ao retirar a coroa que o protegia e dissimulava.¹²

O levante proletário de junho foi massacrado pelas tropas do General Cavaignac, representante político da burguesia democrática e republicana (com apoio, é claro, dos republicanos “radicais”, pequeno-burgueses, bem como de todas as frações monarquistas da burguesia). A derrota de junho significou o ponto de inflexão – o início do retrocesso – de todas as lutas revolucionárias europeias de 1848/49 (mesmo as de caráter meramente nacional). Sobre a Alemanha, seu resultado imediato foi o antes comentado: a burguesia renunciou a qualquer pretensão própria, a qualquer ação radical, temerosa do proletariado. Eis o que resume a “miséria alemã”:

A burguesia alemã desenvolveu-se de forma tão indolente, covarde e lenta que, no momento em que ameaçou o feudalismo e o absolutismo, percebeu diante dela ameaçadoramente o proletariado e todas as frações da burguesia cujos interesses e ideias se relacionam ao proletariado. [...] [Ela] estava desde o início inclinada a trair o povo e a se comprometer com o representante coroado da velha sociedade (...) [Ela está] sem iniciativa, sem fé em si mesma, sem fé no povo [*das Volk*], sem missão histórico-universal [*weltgeschichtlichen Beruf*]. (MARX, 1961a, p. 108-109).

E, poucos dias depois, na mesma importante série de artigos – “A burguesia e a contrarrevolução” –, Marx (1961a, p. 124) arremata:

¹² Como se sabe, importantes figuras intelectuais da França se aliaram ao proletariado e combateram nas barricadas da Rev. de Junho. Por exemplo, Baudelaire (ver, quanto a isso, o adendo à nossa dissertação de mestrado).

A história da burguesia prussiana, e da burguesia alemã em geral, de março a dezembro, mostra que na Alemanha uma *revolução* puramente *burguesa* e a fundação do *domínio burguês* sob a forma da *monarquia constitucional* são impossíveis [*unmöglich*]; que apenas a contrarrevolução feudal absolutista ou a *revolução social-republicana* são possíveis [*nur die feudale absolutistische Kontrerevolution möglich ist oder die sozial republikanische Revolution*].¹³

Não há dúvida de que por “revolução social-republicana” Marx entendia a revolução socialista. O termo era o mesmo que as sociedades socialistas parisienses (conhecidas por Marx desde o final de 1843) utilizavam para expressar que não mais queriam uma revolução *política*, como a de 1789, mas sim algo que a ultrapassasse: uma revolução *social*. Assim, toda a iniciativa histórica (histórico-universal) passava agora para as mãos do proletariado. A burguesia tornara-se uma classe reacionária¹⁴.

É por isso que Marx e seus companheiros chegaram à conclusão de que, caso uma revolução se iniciasse num *país atrasado* – como então a Alemanha –, ela não estacionaria numa “etapa” propriamente burguesa. *Tal etapa nem mais existiria como possibilidade histórica*. A revolução somente poderia prosseguir como propriamente socialista. Do contrário, adviria a contrarrevolução. A revolução, portanto, teria de ser *permanente* – ou não ser. Embora tal termo – “revolução permanente” – não apareça na *NGR*, aparecerá em texto seguinte de Marx e Engels a respeito dos dilemas da revolução na Alemanha, a “Mensagem do CC à Liga dos Comunistas”, de março de 1850. É nesse texto que Marx finalmente sintetiza o que na *NGR* aparecera em forma contraditória.

Essa importante “mensagem” (circular interna à organização) foi escrita para orientar os comunistas alemães no que Marx e Engels consideravam ser um novo e imediato ascenso revolucionário na Alemanha

¹³ A autocrítica em relação às suas próprias posições anteriores é evidente. Não à toa, Marx romperá com a Sociedade Democrática de Colônia (que ele mesmo havia fundado) em 15 de abril de 1849. Tal ruptura será publicada na *NGR* do mesmo dia. Note-se que Marx era então acusado por Gottschalk justamente de não compreender que a revolução tinha de ser permanente. Ver, quanto a isso, (MCLELLAN, 1990, p. 234).

¹⁴ O fim da missão histórica da burguesia não a impedirá, é verdade, de realizar o que Marx e Engels chamaram depois de “revolução por cima”, “pelo topo”, tanto na Alemanha quanto na França. Temendo processos revolucionários populares, a burguesia buscou por dentro do próprio Estado, com férreas ditaduras contra o proletariado, modernizar as relações econômico-sociais. O exemplo clássico para Marx e Engels consistiu no governo de Bismarck (mas referem-se também à França de Luís Bonaparte). Algo parecido poderia ser dito, por exemplo, quanto a Getúlio Vargas no Brasil.

(em 1850). Desta vez, acreditavam eles, não mais os comunistas cometeriam os erros democrático-burgueses anteriores (como em 1848/49). O novo ascenso, entretanto, não se realizou (Marx exporá os motivos econômicos disso já ao final do ano de 1850). Ainda assim, a “Mensagem do CC à Liga” não deixa de conter ensinamentos táticos da maior importância. Não nos alongaremos em todos eles aqui¹⁵. Vale apenas destacar que é aí que Marx e Engels (1960, p. 247-248) anunciam abertamente, pela primeira vez, a necessidade da *revolução permanente*:

Enquanto a pequena-burguesia democrática quer finalizar [*zum Abschlüsse bringen*] a revolução o mais rápido possível, (...) os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente [*die Revolution permanent zu machen*] até que todas as classes mais ou menos possuidoras sejam expulsas do poder, até que o poder do Estado seja conquistado pelo proletariado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países [*nicht nur in einem Lande, sondern in allen*] predominantes do mundo, até que cesse a competição entre os proletários nesses países, e que, pelo menos, as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado.

Os autores justamente fecham o texto com a seguinte afirmação: “Seu grito de guerra [do proletariado alemão] tem de ser: a revolução em permanência [*Die Revolution in Permanenz*]” (MARX; ENGELS, 1960, p. 254).

3. A análise da revolução francesa de 1848

Embora não o aplicassem ainda ao processo revolucionário alemão de 1848/49, Marx e Engels já conheciam o termo “revolução permanente” havia alguns anos¹⁶. Após maio de 1849 – quando fechada a NGR –, Marx é

¹⁵ Entre os elementos da maior importância nesse texto, vale destacar a crítica às reivindicações estatizantes da pequena-burguesia (crítica indireta também às reivindicações do *Manifesto Comunista*); a apresentação da tática da dualidade de poderes; a apresentação da tática da frente única; a apresentação da estratégia partidária ao mesmo tempo legal e secreta; a tática eleitoral dos comunistas; a exigência de se manter a independência organizativa e programática total dos proletários frente aos pequeno-burgueses; a tática para desmascarar os pequeno-burgueses ditos socialistas com reivindicações radicais etc. Como se vê, o texto é da maior importância e dá base perfeita à atuação de Lenin e Trotsky, à frente do Partido Bolchevique, durante a Revolução Russa de 1917.

¹⁶ Como lembra Claudín, o termo “revolução permanente”, ainda que sem destaque, já aparecerá na *Sagrada Família*, de Marx e Engels (redigida ao final de 1844). Cf. CLAUDÍN, F.,

expulso da Alemanha e foge para a França, onde fica poucos meses (e inclusive testemunha o levante pequeno-burguês dirigido pelo partido parlamentar da Montanha). Em agosto de 1849, Marx emigra para a Inglaterra, onde finalmente se instala (e definitivamente). Em Londres, tem contato estreito com diversos revolucionários do continente, foragidos de todas as revoluções derrotadas. Somente assim, absorvendo diversas experiências (com destaque particular para a francesa), Marx avança em seus balanços políticos e recepciona de vez o termo “revolução permanente” como elemento de sua estratégia revolucionária.

Isso é expresso já na sua nova publicação teórica, a *Nova Gazeta Renana, Revista de Economia Política* (a qual dura de janeiro a novembro de 1850, consistindo em seis números). É nela que Marx apresenta o primeiro grande balanço do processo revolucionário na França (depois reunido em livro, denominado *As Lutas de Classes na França*). Em tal balanço, novas e importantes determinações aparecerão, entretanto apenas em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (1851/1852) é que Marx chegará numa síntese geral de todo o processo revolucionário. Acompanhemos a análise de Marx nessas duas obras fundamentais.

3.1. As Lutas de Classes na França

Obviamente, também não nos alongaremos aqui nos diversos elementos de *As Lutas de Classes na França*¹⁷. Nosso foco segue no problema

Marx, Engels u la revolución de 1848, Madrid: Siglo Veinteuno, 1985, p. 423. Day e Gaido lembram também de referência anterior à da *Sagrada Família*, em “A Questão Judaica”, nos *Anais Germano-Franceses* (ver primeiro capítulo de DAY, R., & GAIDO, D., *Witnesses to Permanent Revolution*, Chicago/Leiden: Haymarket/Brill, 2009). Poderíamos também afirmar que em diversas passagens da chamada *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (*Manuscrito de Kreuznach*) Marx expressa claramente que a burguesia alemã é impotente demais (sem expressar no entanto o termo “revolução permanente”). Ainda assim, em todas essas obras Marx não erige o termo “revolução permanente” em essência da estratégia revolucionária do proletariado. Isso só ganhará tal expressão e importância a partir do ano de 1850.

¹⁷ Além da análise genial dos fatos, momentos e movimento geral da revolução de 1848 e 1849 na França (acompanhando o conflito entre as classes do país), Marx desenvolve nessa obra outros temas fundamentais. Ele trata, em diversas passagens, do problema do poder dual. Em outras, trata – o que já começara a desenvolver na *NGR-jornal* – do destino das revoluções nacionais (Marx é contra a ideia de “autodeterminação dos povos” como um princípio abstrato e universal, ou seja, válido para qualquer situação e país, e sempre submete tal autodeterminação nacional à “autodeterminação” dos proletários em relação ao capital. Ou seja, Marx sempre submete o problema nacional ao problema de encontrar os elos da revo-

da estratégia revolucionária de tomada do poder pelo proletariado. Aqui, diferentemente do que se passara nos artigos da *NGR-Jornal* (analisados acima), Marx não será mais favorável a uma “ditadura” em abstrato, mas propriamente defensor da ditadura *do proletariado*. Antes, na *NGR-Jornal*, como vimos, Marx exigia centralmente da própria burguesia e setores aliados – primeiro, do governo provisório de Camphausen, depois, da Assembleia Nacional Alemã – o agir ditatorialmente, com terrorismo, para quebrar o antigo Poder Executivo monárquico-feudal. Agora, Marx, mais do que exigir algo da burguesia, *propõe* ação própria ao proletariado. Quando trata da derrota da Revolução de Junho de 1848 na França, Marx (1960a, p. 33) fala que ela, ao final:

[...] convenceu [o proletariado] de que mesmo uma diminuta melhora [*geringste Verbesserung*] em sua situação permanece uma *utopia* [*Utopie*] dentro da república burguesa, uma utopia que se converte em crime assim que se tenta realizá-la. As exigências, exuberantes quanto à forma, mas mesquinhas e ainda burguesas quanto ao conteúdo, que o proletariado parisiense queria arrancar da república [burguesa] de fevereiro, deram lugar à ousada palavra de ordem: *Derrubar a burguesia! Ditadura da classe operária!* [*Sturz der Bourgeoisie! Diktatur der Arbeiterklasse!*]¹⁸

lução socialista permanente internacional). Marx trata também da ressignificação de termos históricos (como, por exemplo, “revolução”, “esquerda” e “direita”) após a revolução de junho de 1848 na França ter aberto uma nova etapa histórico-universal. Marx critica o termo “social-democrata”, como amálgama pequeno-burguês (nome que submete o proletariado programaticamente à pequena-burguesia). Marx trata do governo provisório francês após fevereiro de 1848, caracterizando o que depois será chamado de “Frente Popular” (ou “*kerenskismo*”). Marx critica novamente (embora indiretamente) as dez medidas contidas no final do cap. II do *Manifesto do Partido Comunista*. Ainda critica seriamente noções como a de “reforma agrária” e apresenta a tese de que os camponeses são incapazes de realizar uma revolução. Um dos elementos mais interessantes dessa obra talvez seja a análise, ao final, sobre o ciclo econômico (industrial) da produção capitalista, bem como das possibilidades de revolução vinculadas a tal ciclo (a ideia de que a “revolução vem na esteira da crise”). É aí também que Marx explica que o ciclo econômico-industrial do país dominante (no caso, a Inglaterra) regula o ciclo econômico relativamente autônomo de todas as demais economias capitalistas. Note-se, por fim, que Marx também já anuncia aí a necessidade de autonomização do Poder Executivo, antecipando a compreensão do golpe de Estado de Luís Bonaparte.

¹⁸ Em carta de 5 de março de 1852 a J. Weydemeyer, Marx afirma: “No que me concerne, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência de classes nem a luta entre elas. Muitos historiadores burgueses, antes de mim, haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu fiz de novo foi: 1) mostrar que a existência das classes está ligada a determinadas fases históricas de produção; 2) que a luta de classes conduz necessariamente [*notwen-*

Mais claro, impossível! As reivindicações usuais, apresentadas ao governo provisório, exuberantes, aparentemente radicais, mas burguesas em conteúdo – como aquelas apresentadas ao final do cap. II do *Manifesto Comunista*, algumas das quais o governo provisório buscou realizar –, foram substituídas pela exigência de derrubada da burguesia e de constituição de uma ditadura propriamente de *classe* do proletariado. Tal foi a primeira vez que o proletariado desenvolveu propriamente a ideia de uma ditadura *de sua classe*¹⁹.

Mais à frente, no texto, em nova ocorrência da noção de *ditadura do proletariado*, Marx curiosamente a vincula à ideia de *revolução permanente*, na primeira aparição *pública* desse termo em forma propriamente *ligada à estratégia revolucionária*. Quando Marx está criticando os socialistas pequeno-burgueses, “fazedores de sistemas” (mais ou menos utópicos), lembra da corrente francesa operária, propriamente comunista:

[...] enquanto os diversos líderes socialistas em luta entre si exigem a adesão a cada um de seus sistemas como ponto de transição da convulsão social – o *proletariado* agrupa-se cada vez mais em torno do *socialismo revolucionário*, em torno do *comunismo*, para o qual a própria burguesia inventou o nome de *Blanqui*. Esse socialismo é a *declaração da permanência da revolução* [die Permanenzerklärung der Revolution], a *ditadura de classe do proletariado* [die Klassendiktatur des Proletariats] como ponto de transição necessário [notwendiger Durchgangspunkt] para a *abolição de todas as diferenças de classe* [...]. (MARX, 1960a, p. 423).²⁰

dig] à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura representa apenas a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes (...).” (MARX, 1963, p. 507-08).

¹⁹ Antes disso, os blanquistas franceses eram favoráveis a uma “ditadura”, mas esta não era expressa em termos propriamente de *classe*, e sim às vezes com a noção de “povo” e às vezes com a ideia de uma minoria (supostamente muito bem selecionada e preparada), que governaria por um tempo mais ou menos longo, até permitir que o “povo” se educasse e estivesse apto a se autogovernar. Tais ideias remontavam, em linhas gerais, à tradição da Convenção Nacional de 1793. Ver, quanto a isso, (SOBOUL, 1951).

²⁰ Dissemos primeira aparição pública da expressão “revolução permanente” porque a “Mensagem do CC à Liga dos Comunistas”, já tratada por nós, era voltada apenas à atividade interna (secreta) de tal Liga. Ainda assim, quanto à cronologia, vale notar que não é possível saber qual texto foi escrito antes. Ambos – esse artigo das *Lutas de Classes na França* e a “Mensagem do CC à Liga” – são do exato mesmo período. A “Mensagem” é de “março de 1850”, e o artigo que contém esse trecho das *Lutas de Classes* apareceu na edição de 11 de abril de 1850 da *NGR-Revista* (portanto, também deve ter sido escrito em março de 1850). É verdade que, como lembra Claudín (1985, p. 423), e já comentamos, o termo “revolução permanente” já aparecera na *Sagrada Família*. Entretanto, cremos, era *en passant* e não ti-

Assim, abandonando todos os “sistemas” – idealistas – dos “líderes” socialistas, o proletariado francês se aproximava do comunismo, ou seja, da compreensão de que a ditadura *de classe* do proletariado é um ponto *necessário* de transição (não algo fortuito ou ocasional, mas propriamente estratégico), e que tal ditadura deve realizar o processo da revolução em permanência (sem estacionar em qualquer fase democrático-burguesa).

Engana-se quem acha que tais noções teriam validade estratégica apenas para países chamados por Marx de *atrasados*. Não, tais concepções teriam validade universal, pois a própria revolução socialista teria de ser por essência universal. Não à toa, nesse mesmo período Marx e seus companheiros tentam criar uma *nova organização internacional*, com os blanquistas franceses e a ala à esquerda dos cartistas ingleses, a Sociedade Universal dos Comunistas Revolucionários (SUCR). O primeiro artigo do estatuto dessa nova organização política internacional dizia o seguinte:

Art. 1 – O objetivo da associação é a derrubada de todas as classes privilegiadas, sua submissão à ditadura dos proletários [*Diktatur der Proletarier*] e a manutenção da revolução em permanência [*Revolution in Permanenz*] até a realização do comunismo, que é a última forma de constituição da família humana. (MARX, 1960a, p. 553).

E o artigo 5, por sua vez, afirmava que o art. primeiro era uma *condição de existência* da própria associação:

Art. 5 – Todos os membros da associação comprometem-se sob juramento [*eidlich*] a cumprir o disposto no primeiro artigo do presente estatuto. Uma modificação que possa enfraquecer as intenções expressas no artigo primeiro desobriga os membros da associação em relação a este acordo. (MARX, 1960a, p. 554).²¹

nha a importância conceitual que tem aqui.

²¹ Note-se que o “Universal” do nome pode ser traduzido também como “Mundial”. O estatuto dessa organização consistia apenas em seis artigos (aliás, até onde sabemos, nunca traduzidos integralmente para o português). Para além do primeiro, transcrito acima, e do segundo, de teor internacionalista, restam nos quatro demais artigos questões organizativas menores. Os que assinam o estatuto são: Adam e J. Vidil (pelos blanquistas franceses); Marx, Engels e Willich (pela Liga dos Comunistas); e J. Harney (pela ala à esquerda dos cartistas). O texto, como se sabe, escrito em francês, está com a letra de Willich. Este, juntamente com Schapper, iniciava um processo de disputa contra Marx e Engels pelo futuro da Liga dos Comunistas (que, pouco tempo depois, rachará e findará). Willich era mais próximo dos blanquistas franceses (e, após o racha, estes apoiarão a fração Willich-Schapper, contra Marx e Engels). O racha da Liga é um dos motivos que explicam a SUCR nunca ter saído do papel. Hal Draper (1986, capítulo 12) parece estar certo ao afirmar que tal documento tem de ser visto

3.2. O 18 de brumário de Luís Bonaparte

Na análise dessa obra também não trataremos de diversas questões particulares embora importantes²². Em grande medida, *O 18 de brumário*, até seu capítulo IV, é uma reprodução condensada do texto *As Lutas de Classes na França*. O que há de mais novo em *O 18 de brumário* é apresentado a partir do capítulo V, pois este e os seguintes tratarão justamente dos fatos históricos não abarcados cronologicamente pelas *Lutas de Classes na França*. O que há de novo e mais importante a ser compreendido é justamente o Golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, efetuado por Luís Bonaparte, e suas implicações diretas. Aqui não trataremos de entender como foi possível a um sujeito tão medíocre assenhorar-se da França. A resposta a isso é o próprio objeto do livro e muito já há de escrito a respeito. Aqui, tentaremos entender o que resulta de tal acontecimento *para a estratégia revolucionária de poder do proletariado*.

Após a experiência da revolução na França em 1848 e 1849, o próprio Poder Legislativo *fora desacreditado ante o operariado francês*. Afinal, fora ele o responsável pela repressão do levante proletário de junho de 1848. O Poder Legislativo mostrou assim seu verdadeiro caráter de classe. A história não mais permitiria, portanto, uma verdadeira revolução conduzida pelo Poder Legislativo contra o Executivo. Ambos os órgãos foram desmascarados enquanto instituições burguesas, partes componentes da ditadura da minoria contra a maioria proletária. A revolução proletária não mais faria o que fizeram as revoluções burguesas anteriores (como a inglesa e a francesa). A revolução proletária seria uma revolução *de novo tipo não apenas quanto ao conteúdo, mas também quanto à forma*²³.

como uma carta inicial de intenções, para trabalho futuro. Mas, daí a conceber – como quer Draper – que as posições ali expressas não tinham grande valor para Marx e Engels (e sim apenas para os blanquistas e para Willich), é um exagero. Draper busca sempre afastar Marx do suposto “blanquismo” para, assim, afastar leituras leninistas em nome das supostamente luxemburgistas. Isso, entretanto, não é tema deste artigo.

²² Marx escreveu *O 18 de brumário* também na forma de artigos, enviados a seu companheiro de luta J. Weydemeyer, que, para não ser preso, fugira para os EUA. Nesse país, Weydemeyer criou uma revista chamada *Die Revolution*, que inicialmente seria semanal. Marx enviou os artigos para tal revista entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, tendo em vista a publicação em partes (o que não ocorreu – os artigos foram reunidos poucos meses depois e publicados como brochura, numa única edição da *Die Revolution*). A revista de Weydemeyer infelizmente não passou do segundo número.

²³ Operando nela, inclusive, uma lei de revolução diferente das anteriores. Marx diz, por exemplo, logo no início do capítulo III de *O 18 de brumário*, que a lei geral da revolução bur-

Em *O 18 de brumário*, Marx, curiosamente – e contrariando todas as análises correntes –, avaliou que a derrubada do Poder Legislativo francês pelo Poder Executivo (o Golpe de Estado de Luís Bonaparte, do dia 2 de dezembro de 1851) significava algo como uma obra turva *da própria revolução proletária*. Haveria por trás de tal acontecimento algo como uma dialética perversa da história – como se a revolução de junho de 1848 corresse por baixo dos conflitos internos aos poderes do Estado democrático-burguês, desgastando-os. A derrubada do Poder Legislativo – então dominado pelas facções monarquistas-burguesas do Partido da Ordem – pelo Poder Executivo (Bonaparte) efetuava apenas *metade* do trabalho (indireto) da própria revolução proletária. Isso só é possível de ser compreendido se se entende que agora Marx não mais defende a tomada do Poder Legislativo, mas sua derrubada (junto com a do Poder Executivo). Após a revolução ter *realizado* ou *completado* o Poder Parlamentar – ou seja, demonstrado historicamente que a democracia-parlamentar é parte componente da ditadura de classe da burguesia –, ela o derrubou. Feito isso, a revolução proletária teria seguido seu caminho, preparando a derrubada do único poder que havia restado, e que concentrou em si toda a atenção ou ódio nacionais: o Poder Executivo. O novo poder proletário surgirá como antítese direta desse Executivo todo-poderoso.

Eis por que, assim, correndo por baixo dos acontecimentos, dos conflitos entre Poder Legislativo e Executivo, a revolução para Marx avançava como uma *toupeira*, a toupeira da História, que apenas escavara em junho de 1848 e saíra de cena para retornar mais à frente, com o dobro de força e voracidade. Como escreve Marx (1960b, p. 196):

A revolução é profunda. Ela ainda passa pelo purgatório. Ela completa metodicamente seu trabalho. Até dois de dezembro de 1851 [data do golpe de L. Bonaparte] ela concluía metade do que havia preparado e agora conclui a outra metade. Ela completou [*vollendete*] pri-

guesa de 1789 demarcava um caráter *ascendente*. Nela, cada setor que impulsionava uma revolução amparava-se em outro, vindo atrás, mais amplo e radical, que logo substituía o primeiro e fazia a revolução avançar. Já na Revolução de 1848, explicava Marx, dava-se o inverso; demarcava-se uma linha *descendente*, pois o setor mais radical (proletário) tomava em primeiro lugar a cena, entretanto, por falta de independência política, era logo traído pelo pequeno-burguês, que ancorava-se no burguês, o qual amparava-se no monarquista – tudo tendo em vista paralisar a revolução proletária (impedir sua permanência). Assim, o novo funcionamento da *lei da revolução* expressava também o ineditismo histórico-universal da revolução proletária, na qual o proletariado tendia a opor-se a todas as demais classes da sociedade e, dessa forma, a acabar com a própria existência das classes.

meiro o poder parlamentar, para poder derrubá-lo [stürzen]. Agora que o fez, completa [vollendet] o Poder Executivo [Exekutivgewalt], reduzindo-o à sua expressão mais pura, isolando-o, confrontando-o com suas próprias acusações, para concentrar contra ele [gegen sie] todas as suas forças de destruição [Kräfte der Zerstörung]. E quando ela tiver completado esta segunda metade do seu trabalho preparatório, a Europa saltará de sua cadeira e gritará: bem escavado, velha toupeira!

A análise de Marx a respeito do golpe de Luís Bonaparte é tão única que não se percebe nela qualquer lamento frente ao fim da "democracia" parlamentar-burguesa. O leitor desatento pode até achar que o resultado foi apenas a ascensão de um bando de arruaceiros ao poder de Estado, sem maiores consequências (ou seja, pode-se esquecer de que foi instituída uma ditadura violenta, que aliás reprimirá a classe operária por cerca de vinte anos). Não há lágrimas ou lamúrias democratistas por parte de Marx, pois ele jamais perdeu de vista que o golpe apenas engendrava uma revolução socialista (e ele, por isso, jamais deixou de prepará-la)²⁴.

Marx segue em seu texto desenvolvendo as características peculiares de uma revolução proletária, na qual uma nova forma coaduna com um novo conteúdo. Explica ele que o Poder Executivo é a grande essência do Estado burguês, *o elemento realmente disputado em todas as revoluções anteriores*, pois estão em suas mãos as verdadeiras alavancas de domínio e controle. Em todas as revoluções anteriores, portanto, classes ou frações de classe se valiam do Poder Legislativo enquanto uma espécie de trampolim,

²⁴ E ela chegou, com a Comuna de Paris, em 1871. Em todo o período de ditadura de Luís Bonaparte, Marx nunca deixou de expressar um desprezo completo pelo Imperador. Suas críticas nunca deixaram de ser implacáveis. Diferentemente dele, entretanto, os que choraram o fim da "democracia" foram os primeiros a se acomodar à nova situação. Proudhon buscou acordo com Bonaparte. Na Alemanha, frente a um governo similar, de Bismarck – também caracterizado como "bonapartista" por Marx e Engels –, F. Lassalle e os seus acomodaram-se politicamente, buscando uma via de "socialismo" estatal bismarckiana. Note-se ainda que, não à toa, o problema da queda de governos burgueses ditatoriais tornou-se da maior importância para a burguesia (ganhando destaque nas reflexões dos departamentos de Estado de muitos países imperialistas, bem como nos inúmeros departamentos universitários de sociologia financiados por estes). É o que se convencionou chamar de "Descompressão Política" (regressão de um regime de ditadura burguesa explícita para um regime de democracia burguesa, no qual mais frações da burguesia participam da dominação). Obra clássica a esse respeito é a de Samuel Huntington, *Approaches to political decompression*. Note-se que Huntington se encontrou algumas vezes com o General Golbery do Couto e Silva, cérebro da última Ditadura Militar brasileira (1964-1985), para discutir a "descompressão" a ser realizada por aqui.

para, por assim dizer, tomar de assalto o Poder Executivo, como espólio de guerra. Tão logo o faziam, modernizavam o Executivo, tornavam-no ainda mais centralizador e violento, tendo em vista subjugar as demais classes. A revolução proletária, pelo contrário, por nem mesmo intentar tomar o Poder Legislativo – já falido historicamente frente ao proletariado –, *não mais buscava a conquista ou o aperfeiçoamento da máquina à disposição do Poder Executivo*, mas sim sua destruição, e do Estado em seu conjunto.

Vejamos uma longa citação de Marx (1960b, p. 196-197 – negritos nossos), a qual em seguida analisaremos:

Esse Poder Executivo [*Exekutivgewalt*], com sua monstruosa organização burocrática e militar, com sua máquina estatal extensa e artificial [*künstlichen*], um exército de funcionários de meio milhão ao lado de um exército [militar] de outro meio milhão, esse terrível corpo parasita [*Parasitenkörper*] que enclausura o corpo da sociedade francesa e entope todos os seus poros, surgiu na época da monarquia absoluta, com o declínio do feudalismo, que ajudou a acelerar. [...] A primeira Revolução Francesa [1789], com sua tarefa de quebrar todos os específicos poderes locais – territoriais, urbanos e provinciais – para criar a unidade burguesa da nação, teve de desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas também, ao mesmo tempo, a extensão, os atributos e os servos do governo. Napoleão completou [*vollendete*] essa máquina de Estado. [...] Por fim, a república parlamentar, em sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a fortalecer as formas e a centralização do poder governamental por meio de medidas repressivas. **Todas as revoluções [*Umwälzungen*] aperfeiçoaram essa máquina em vez de quebrá-la [*statt sie zu brechen*]**. Os partidos, que se revezavam na disputa pelo poder, consideravam a posse desse imenso edifício estatal [o Poder Executivo] como o principal butim do vencedor.

Marx, como se vê, apresenta aí alguns dos piores adjetivos para se descrever o Estado moderno (“corpo parasita que enclausura e entope todos os poros da sociedade”, “interesse geral superior, contraposto à sociedade, que mata a auto-atividade de seus membros individuais”)²⁵. Curiosa-

²⁵ É verdade que em suas obras de juventude Marx expressara grande desprezo pelo Estado (com destaque para a chamada *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, ou *Manuscrito de Kreuznach*). Mas tais obras não refletiam sobre uma estratégia de tomada do poder pelo proletariado (classe que, aliás, nem mesmo é nomeada no *Manuscrito de Kreuznach*). Em seguida, desenvolvendo reflexões sobre a forma de tomada do poder político pelo proletariado, e influenciado pelo exemplo da Revolução Francesa de 1789, Marx redigirá reivindi-

mente, mesmo atividades tidas como nobres – supostamente neutras ou científicas, como o trabalho das escolas e universidades – são tratadas por ele como componentes da opressão promovida pelo Poder Executivo. Nada resta de transformador na “máquina do Estado”, pois ela converte todo interesse comum em superior, oposto e opressor. Eis por que Marx conclui o que consideramos ser o mais importante (e destacamos em negrito): não é necessário *aperfeiçoar a máquina do Estado, mas destruí-la*.

É exatamente por tal concepção geral do *Dezoito de Brumário* que Marx prenuncia, vinte anos antes, a estratégia revolucionária da Comuna de Paris. A destruição da máquina do Estado (poderes Executivo e Legislativo) seria o resultado direto e necessário do golpe de Bonaparte. A Comuna era a antítese do Império. Só isso explica por que, em meio à própria Comuna, Marx (1976a, p. 205 – itálicos nossos) lembrou de seu antigo livro, e, em carta de 12 de abril de 1871 a seu amigo L. Kugelmann, escreveu o seguinte:

Se você olhar o último capítulo do meu *18 de brumário*, verá que anuncio que a próxima tentativa da revolução francesa não consistirá mais em transferir [*übertragen*] a máquina burocrático-militar [esta-tal] de uma mão a outra, como até agora, *mas de quebrá-la* [*zerbrechen*], e que isso é a *pré-condição* [*Vorbedingung*] de qualquer revolução efetiva no continente. Nisso consiste, precisamente, a tentativa dos nossos camaradas heroicos de Paris.

Obviamente, não cabe a este capítulo analisar a Comuna de Paris. Apontemos apenas que Marx a valorizou por criar um poder que é como um *corpo de trabalho*, que suprime em si a divisão entre Parlamento e Executivo (falatório e ação). Assim, na própria forma de poder da sociedade se expressaria a tendência ao fim da divisão entre trabalho espiritual e manual, bem como a tendência ao fim de qualquer força metafísica superior, oposta e opressora diante da sociedade e seus indivíduos.

Todo esse profundo conteúdo está em gérmen em *O 18 de brumário*. Além dessa "profecia" estratégica, também outra, de caráter simbólico, se cumpriu. No último capítulo dessa obra, Marx afirma que se Luís Bona-

ções como aquelas do *Manifesto do Partido Comunista* ou do panfleto das *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, como vimos. Desenvolveu-se nele a concepção de que por meio do Poder Legislativo se poderia tomar o Executivo e mudar as relações de produção em nome do proletariado. Agora dá-se um novo salto no pensamento de Marx, que resgata seu anti-estatismo anterior, mas em meio a uma estrutura de pensamento completamente diferente (revolucionária e proletária).

parte tentasse vestir o manto imperial, a estátua de bronze de Napoleão ruiria do topo da Coluna Vendôme. Cerca de um ano após a obra de Marx, Luís Bonaparte vestiu o manto de Napoleão, declarando-se Imperador. Sabe-se que entre as primeiras atividades dos *communards* de 1871 esteve a derrubada da estátua de bronze de Napoleão juntamente com a coluna Vendôme.

Com *O 18 de brumário*, Marx completou ou perfez toda uma nova *estratégia revolucionária*, desenvolvida como balanço da revolução europeia de 1848, *em negação direta da estratégia democratizante expressa no Manifesto do Partido Comunista*. Como vimos, num primeiro momento Marx passou à posição de uma ditadura "popular", que conduziria uma luta do Poder Legislativo contra o Executivo. Em seguida, compreendeu que tal ditadura só poderia ser *da classe proletária*, e que por isso o processo revolucionário, em qualquer que fosse o país, só poderia se expressar enquanto *permanente* (até o socialismo). Por fim, Marx abandonou a concepção de que seria necessária a luta do Poder Legislativo contra o Executivo, em nome de um novo tipo de poder, imanente à comunidade, que logo se expressaria na Comuna de Paris.

Referências

CLAUDÍN, F. **Marx, Engels u la revolución de 1848**. Madrid: Siglo Veinteuno, 1985.

DRAPER, H. **Karl Marx's Theory of Revolution**. Vol. 3. New York: Monthly Review Press, 1986.

MARX, K., & ENGELS, F. Ansprache der Zentralbehörde an den Bund vom März 1850 [Mensagem da Autoridade Central à Liga, de março de 1850], In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 7, Berlim: Dietz Verlag, 1960.

MARX, K., & ENGELS, F. Manifest der Kommunistischen Partei [Manifesto do Partido Comunista]. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, tomo 4, Berlim: Dietz Verlag, 1977.

MARX, K., & ENGELS, F. *et all*. Forderungen der Kommunistischen Partei in Deutschland [Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha], In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959.

MARX, K. Brief an den Redakteur der Zeitung 'L'Alba' [Carta ao Redator do L'Alba]. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5. Berlim: Dietz Verlag, 1959a.

MARX, K. Der Achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte [*O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*]. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, tomo 8, Dietz Verlag: Berlin, 1960a.

MARX, K. Die Bourgeoisie und die Kontrerevolution [A burguesia e a Contrarrevolução]. 15/12/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, volume 06, Berlim: Dietz Verlag, 1961a.

MARX, K. Die demokratische Partei [O Partido Democrático], 2/6/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959b.

MARX, K.. Die Junirevolution [A Revolução de Junho], 29/06/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, volume 06, Berlim: Dietz Verlag, 1961b.

MARX, K. Die Krisis und die Kontrerevolution [A crise e a contrarrevolução], particularmente o artigo publicado no dia 14/9/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959c.

MARX, K. Die Klassenkämpfe in Frankreich, 1848 bis 1850 [As Lutas de Classes na França, 1848 a 1850], In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 7, Berlim: Dietz Verlag, 1960b.

MARX, K. Programme der radikal-demokratischen Partei und der Linken zu Frankfurt [Programas do Partido Democrático Radical e da Esquerda de Frankfurt], 07/06/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959d.

MARX, K. Sieg der Kontrerevolution zu Wien [Vitória da Contrarrevolução em Viena], 07/11/1848. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959e.

MARX, K. Marx an Joseph Weydemeyer in New York. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 28, Berlim: Dietz Verlag, 1963.

MARX, K. Marx an Ludwig Kugelmann. 12 de abril de 1871. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, tomo 33, Dietz Verlag: Berlin, 1976a.

MARX, K. Marx an Ludwig Kugelmann in Hannover. 17 de abril de 1871. In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, tomo 33, Dietz Verlag: Berlin, 1976b.

MARX, K. Neue Rheinische Zeitung - Organ der Demokratie [*Nova Gazeta Renana - Órgão da Democracia*], In: **MEW (Marx-Engels Werke)**, vol. 5, Berlim: Dietz Verlag, 1959.

MCLELLAN, D. **Karl Marx, vida e pensamento**. Petrópolis: Vozes, 1990.

SOBOUL, A., Karl Marx et l'expérience révolutionnaire française. In: **La Pensée**, n. 36, mai.-jun. 1951, Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5819073w.textelimage> . Acesso em 28 ago, 2020.

8

A NOÇÃO DE “REVOLUÇÃO PERMANENTE” EM MARX E SUA PRESENÇA EM *O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS BONA-PARTE*

Marcio Lauria Monteiro¹

A teoria da revolução permanente é, com frequência, associada a Leon Trotsky e ao movimento trotskista. De fato, Trotsky foi responsável por desenvolvê-la de forma bastante aprofundada e por dar a ela centralidade na estratégia revolucionária. Todavia, ele não partiu do zero. A noção de “revolução permanente”, enquanto uma estratégia para a revolução socialista, foi originalmente formulada por Marx e Engels, que, por vezes, também utilizaram o termo “revolução em permanência”. Apesar de ter uma presença não sistemática em suas formulações, ela é de grande relevância para a devida compreensão destas.

O fato de essa origem ser em grande parte desconhecida é mais uma consequência dos inúmeros frutos negativos da hegemonia stalinista. O stalinismo buscou promover a “convivência pacífica” com o imperialismo, expressa na noção de “socialismo em um só país”, e buscou extirpar a teoria da revolução permanente do marxismo, uma vez que ela levava a conclusões programáticas frontalmente opostas às necessidades da burocracia que se apropriara do comando da URSS. Essas necessidades eram compartilhadas pelas demais burocracias à frente das outras formações sociais que surgiram das revoluções do pós Segunda Guerra e da expansão burocrático-militar da URSS para o Leste Europeu, de forma que o trotskismo foi sempre tratado como uma heresia por tais regimes.

O contexto de “nascimento” da concepção de revolução permanente foi o da “Primavera dos Povos”, que designa a onda de revoluções que varreu a Europa em 1848-49. Esse acontecimento ocupou um papel de peso

¹ Historiador especializado na história do socialismo e das revoluções sociais, com destaque para a história do movimento trotskista e da União Soviética. Doutorando em História Social no PPGH UFF e Professor de História na Rede Municipal de Ensino de Niterói. Contato: marciolmonteiro@gmail.com e <https://uff.academia.edu/MarcioLauriaMonteiro>. Agradeço à Morgana Romão pela revisão atenciosa.

nas análises de Marx e Engels e, por conseguinte, no próprio desenvolvimento do marxismo. A aparição mais conhecida do referido termo, por sua vez, consta na *Circular do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, de março de 1850, redigida por Marx, que consiste em um breve balanço de tal vaga revolucionária, e, ao mesmo tempo, de novas indicações estratégicas para uma nova onda que ele acreditava que eclodiria em breve.

No entanto, esse termo e, principalmente, o conteúdo a ele atribuído por Marx e Engels, fizeram-se presentes em diversos outros materiais, principalmente no período 1849-52. Entre tais materiais consta *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, que apresenta um breve balanço da revolução de 1848 na França, conjuntamente a uma análise dos desenvolvimentos posteriores, que culminaram no golpe de Estado de Bonaparte, em dezembro de 1851.

Apesar disso, quando se fala de revolução permanente em Marx e Engels, não se costuma incluir tal obra entre as referências, talvez pelo fato de o termo em si não constar nela. Foca-se, desse modo, principalmente na *Circular*, e, em menor medida, nos artigos que posteriormente compuseram a obra *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*, onde o balanço de 1848 encontra-se desenvolvido mais a fundo.

A intenção deste artigo é contribuir para o necessário estudo da teoria da revolução permanente, compreendida enquanto um pilar importante não apenas do trotskismo, mas também do próprio pensamento de Marx e de Engels. Para tal, será primeiro apresentado um breve resumo da teoria da revolução permanente conforme formulada por Trotsky, principalmente para evitar frequentes confusões ou leituras rasteiras. Após, será apresentada a sua formulação original, presente em Marx e Engels, para então analisar a sua presença em *O 18 de brumário*.

1. A teoria da revolução permanente de Leon Trotsky

Trotsky retomou a noção de “revolução permanente” de Marx e Engels em um esforço para compreender a dinâmica da revolução social na Rússia e delinear a estratégia mais adequada para ela, no contexto da revolução de 1905. A linha estratégica então por ele desenvolvida foi a mesma que o Partido Bolchevique posteriormente seguiu na revolução vitoriosa de 1917, após alguns ziguezagues iniciais entre fevereiro e agosto

daquele ano. A teoria da revolução permanente, portanto, havia sido confirmada na prática pela Revolução Soviética.

No entanto, Trotsky só foi retomá-la a partir da segunda metade dos anos 1920, no contexto da Revolução Chinesa de 1925-27. Para ele, havia muitas similaridades entre este processo e o caso soviético, a despeito de suas inevitáveis particularidades. Isso levou Trotsky a generalizar a validade dessa teoria para formações periféricas em geral, onde o desenvolvimento das relações capitalistas ocorreu de forma tardia. Com isso, a teoria da revolução permanente constituiu um aspecto central do “trotskismo” e da organização a ele associado, a Quarta Internacional.

São duas as obras principais onde Trotsky apresenta suas elaborações acerca da teoria da revolução permanente. No primeiro momento, focado na dinâmica da revolução social na Rússia czarista, destaca-se *Balanço e Perspectivas*, de 1905, que é uma análise da revolução que fracassara, e na qual Trotsky desempenhara um importante papel enquanto presidente do *soviet* (“conselho”) de São Petersburgo (a obra, inclusive, foi redigida na prisão). No que se refere ao segundo momento, destaca-se *A revolução permanente*, de 1929-30, que é uma polêmica contra seu até então aliado na “Oposição Unificada”, Karl Radek, e foi escrita no contexto das lutas internas do Partido Comunista da URSS e da Internacional Comunista, entre os “oposicionistas” e o grupo ao redor de Josef Stalin. Apesar de ser uma polêmica, esta cumpriu o papel de apresentar uma síntese da teoria e de defender sua validade para os países periféricos do sistema capitalista.²

Conforme o próprio Trotsky apontou em *A revolução permanente*, essa teoria conduzia a três conclusões estratégicas centrais (cf. TROTSKY, [1930], p. 161-163):

a) Nos países de industrialização tardia (ou, ainda, “hiper-tardia”) a realização das tarefas históricas da revolução burguesa, como a unificação nacional, a reforma agrária, a instauração do regime republicano e a conquista dos direitos civis democráticos, só poderia se dar como parte de uma revolução proletária, de forma que haveria uma “ligação orgânica ininterrupta” entre as tarefas “nacional-democráticas” (ou “democrático-burguesas”) e as socialistas;

² No Brasil, essas obras foram mais recentemente publicadas juntas, e acompanhadas de outros materiais pertinentes, em especial as cartas trocadas entre Trotsky e outro quadro oposicionista, Ievgeni Preobrazhenski, acerca da Revolução Chinesa de 1925-27 (ver em TROTSKY, 2011).

b) Após a realização das tarefas “nacional-democráticas”, a revolução não cessaria, havendo uma contínua transformação da sociedade ao longo do período de realização das tarefas propriamente socialistas (de transição ao comunismo), sem chegar a um ponto de equilíbrio, até a extinção das classes sociais;

c) Apesar de necessariamente começar no terreno nacional, a revolução só pode sobreviver através da sua internacionalização, de forma a eliminar o risco de contrarrevolução externa e, ao mesmo tempo, a fundir cada vez mais os meios de produção através da extinção das barreiras nacionais.

Essas conclusões estratégicas envolviam posições programáticas centrais, que se fizeram presentes na política dos bolcheviques durante a Revolução Soviética de 1917, mas que não foram mantidas pela Internacional Comunista stalinizada diante das revoluções dos anos 1920-30, como a Chinesa e Espanhola. Tais posições envolviam: fusão e subordinação do programa nacional-democrático com o programa socialista; total independência política e organizativa frente ao liberalismo e à burguesia, mesmo nas suas variantes mais radicais; aliança estratégica com o campesinato pobre, na forma de um bloco revolucionário hegemônico pelo proletariado, contra as oligarquias fundiárias, a burguesia nativa e os capitais imperialistas; chamado internacionalista à defesa da revolução pelo proletariado de outros países contra a contrarrevolução externa e também auxílio à realização de revoluções nos demais países. (cf. TROTSKY, [1930]; MENDONÇA, 2014; MANDEL, [1994]; LÖWY, [1980])

Essas conclusões estratégicas e programáticas fluíam do que se convencionou a chamar de “teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, à qual a teoria da revolução permanente está intrinsecamente ligada. Trotsky compreendia o sistema capitalista como uma totalidade internacional, no interior da qual os países se desenvolviam em ritmo desigual e, ao mesmo tempo, combinado. Isto é, apesar de cada país ter a sua própria dinâmica e ritmo, na medida em que o capitalismo se desenvolvia todos foram crescentemente interligados pelo mercado mundial, com os capitais imperialistas desempenhando papel dominante ao impulsionarem, de forma subordinada a si e também através do “salto” de “etapas”, o desenvolvimento na periferia do sistema.

Assim, Trotsky encarava que as formações sociais periféricas, nas quais formas de produção não-capitalistas ainda se mesclavam, de maneira subordinada, às formas capitalistas nativas e aos capitais imperialistas, não

poderiam meramente repetir o desenvolvimento das primeiras nações a se industrializar, como a França e a Inglaterra. Na periferia, a burguesia, entrando em cena “tardiamente” e, portanto, já confrontada pela existência de capitais imperialistas, não teria condições e nem interesse de travar uma luta revolucionária contra as relações de produção e classes sociais pré-capitalistas ali existentes, e nem contra a dominação imperialista. Isso porque, ao já nascer associada aos capitais imperialistas e também às oligarquias fundiárias nativas, seus interesses de classe se confundiam com os destes setores.

Ademais, o proletariado periférico não passou por todos os estágios de desenvolvimento do seu equivalente nas nações primeiramente industrializadas. Nesse sentido, já em seu nascimento, tal classe estava longe de ser a heterogênea “massa popular”, que participara das revoluções inglesa e francesa nos séculos XVII e XVIII de forma subordinada à burguesia. Ele já entrou em cena na forma do proletariado moderno, como uma classe numerosa e forjada em um ambiente propício à rápida percepção de seus interesses particulares e à sua mobilização combativa em prol deles. Dessa forma, seria um risco enorme à burguesia mobilizar tal proletariado em uma luta insurrecional, como fizera anteriormente contra as classes feudais e a monarquia.

Assim, ainda que nas formações sociais periféricas e de industrialização tardia ou hiper-tardia restassem ainda por se concretizar as tarefas nacional-democráticas, historicamente associadas à revolução burguesa, a burguesia nativa não seria capaz de desempenhá-las. Caberia, portanto, ao proletariado, em aliança com o campesinato pobre, tomar essas tarefas em suas mãos. Todavia, ao chegar ao poder, seria necessário rapidamente adentrar no terreno das tarefas da revolução proletária, fosse para fazer valer seus próprios interesses de classe, ou para se proteger da contrarrevolução, que rapidamente uniria burguesia nativa, oligarquias fundiárias e capitais imperialistas contra o abalo da ordem.

Foi isso que ocorreu na Revolução Soviética de 1917 e que teria se demonstrado válido “pela negativa” nas experiências fracassadas das Revoluções Russa de 1905 e Chinesa de 1925-26. A estas experiências, Trotsky mais tarde adicionou também como exemplo o caso trágico da Revolução Espanhola de 1936-39 (cf. TROTSKY, 2014).

É verdade que, em alguns países de industrialização tardia, como Itália, Alemanha e Japão, uma parte das tarefas nacional-democráticas foi realizada pela própria burguesia, sem mobilização revolucionária do prole-

tariado. Todavia, tais processos tampouco constituíram revoluções “democrático-burguesas” propriamente ditas, uma vez que foram realizados “pelo alto” (o que Gramsci chamou de “revolução passiva”) e, por consequência, realizaram ditas tarefas apenas parcialmente. Eles constituem, assim, exceções que confirmam a regra. (Este e os parágrafos anteriores, cf. TROTSKY, [1930]; MENDONÇA, 2014; MANDEL, [1994]; LÖWY, [1980]; NOVACK, 2008)

Como Trotsky reconhecia abertamente, essas suas elaborações bebiam diretamente das de Marx e Engels, para os quais, em seu entendimento, a “revolução permanente” significava:

[...] uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes. (TROTSKY, [1930], p. 160).

Como se verá a seguir, essa é uma boa síntese da noção de “revolução permanente”, ou “em permanência”, em Marx e Engels. Contudo, tal origem da teoria desenvolvida por Trotsky segue sendo pouco conhecida e debatida.

Após o assassinato de Trotsky por um agente stalinista da URSS, em agosto de 1940, foi a Quarta Internacional, não obstante sua crescente fragmentação teórico-programática e organizativa no pós Segunda Guerra, que manteve viva a teoria da revolução permanente, não só reivindicando sua validade histórica para os eventos do pré-guerra, como também a sua vitalidade diante dos novos processos revolucionários que então eclodiam na periferia capitalista. Inclusive, propostas de “atualizar” a referida teoria, diante das peculiaridades dessas novas revoluções, foram um dos pivôs das lutas internas e divisões organizativas entre os trotskistas do pós-guerra, sendo um elemento fundamental para a devida compreensão da atual fragmentação do movimento trotskista internacional.³

Ainda hoje, são quase que exclusivamente os trotskistas que reivindicam a teoria da revolução permanente, ainda que ela ocupe um lugar cada vez menor nas formulações das muitas organizações que reivindicam o legado de Trotsky e da Quarta Internacional.

³ Para uma análise detalhada desses debates e divisões, ver MONTEIRO, 2016.

2. A “revolução permanente / em permanência” em Marx e Engels

Conforme apontam Richard Day e Daniel Gaido (2009, p. 3), os termos “revolução permanente” e “revolução em permanência” chegam a aparecer nos escritos de Marx e Engels em três ocasiões prévias ao contexto da Primavera dos Povos, mas com um conteúdo distinto do que veio a se consolidar. Nessas três ocasiões, em que tais termos foram usados de forma bastante pontual, eles faziam referência ao período do terror jacobino da Grande Revolução Francesa (1789), e indicavam a noção de uma revolução que não se detinha nos primeiros momentos, de derrubada da monarquia, avançando de forma radicalizada nas transformações sociais.⁴

Contudo, os usos posteriores dos termos “revolução permanente” e “revolução em permanência”, ainda que guardando relação com a noção básica de um processo que não se permite interromper, continham um conteúdo mais profundo. Este era relacionado às vicissitudes das revoluções burguesas sob um contexto de maior desenvolvimento do capitalismo e de suas contradições sociais, bem como com a formulação de uma estratégia para a vitória e consolidação da revolução proletária ou socialista, enquanto uma continuidade radicalizada da revolução burguesa.

Para a adequada compreensão de tais usos posteriores, é relevante uma breve síntese do que foi a Primavera dos Povos. Esta consistiu em uma poderosa onda de revoluções iniciadas pela Revolução de Fevereiro de 1848, na França, na qual a monarquia de Louis Philippe I, o “Rei dos Banqueiros”, foi derrubada por uma insurreição popular.

Nessa insurreição, aliaram-se socialistas utópicos (reformistas), comunistas (isto é, socialistas revolucionários), liberais republicanos (defensores de uma república oligárquica) e liberais democráticos (defensores de uma república com sufrágio universal). Essas forças compuseram o Governo Provisório que se seguiu à proclamação da II República. Devido ao papel determinante desempenhado pelo proletariado na insurreição, inicialmente tal governo atendeu a uma parte de suas demandas, como a redução de jornada de trabalho, a garantia de emprego aos jovens e o estabelecimento de fábricas estatais, conferindo um caráter “social” à República.

⁴ Tais ocasiões foram nas obras de Marx *Sobre a questão judaica* (1843) e *A Sagrada Família* (1845) e no artigo de Engels *A luta mágica* (1847).

Ao longo dos meses seguintes, eventos semelhantes se desenrolaram em diversos outros países europeus, sob as bandeiras da independência e unidade nacional e da república, como a Revolução de Março nos territórios que posteriormente vieram a constituir a Alemanha, as tentativas de independência e unificação da península italiana, a luta pela república na Áustria, pela independência nacional na Hungria e por autonomia nacional na Tchéquia.

Contudo, o heterogêneo bloco de classes e forças políticas que impulsionou esses processos revolucionários logo se desfez, devido à profunda diferença de interesses entre a burguesia e o proletariado, o qual, para além das pautas republicanas, nacionalistas e democráticas, também demandava melhores condições de vida e de trabalho. Temerosa de que os liberais radicais e os socialistas (reformistas ou revolucionários) assumissem a frente desses processos e que viessem a prejudicar seus interesses particulares, a burguesia rapidamente passou para o lado da contrarrevolução, buscando suprimir as revoluções, mesmo que isso significasse abrir mão de parte das suas próprias demandas.

Na França, isso levou à expulsão dos setores radicais do governo provisório, e escalou com o massacre do proletariado parisiense, que se levantou em prol de seus interesses particulares nas “jornadas de junho”, ao perceber os retrocessos em curso. Posteriormente, em 1849, o governo de Luís Napoleão, que havia sido eleito à Presidência em dezembro de 1848, participou diretamente da supressão da República Romana, internacionalizando a contrarrevolução.

Na Alemanha, onde Marx e Engels concentraram a sua atuação, através da Liga dos Comunistas, a burguesia sequer permitiu a formação de um império monárquico constitucional unificado, quanto mais a de uma república alemã democrática. Ao invés, capitulou à aristocracia e à monarquia contra o proletariado socialista e a pequena-burguesia democrata. (Este e os parágrafos anteriores cf. HOBBSAWM, 1975, p. 21-40).

A Primavera dos Povos, portanto, serviu para lançar a burguesia ao poder em parte da Europa, fazendo a aristocracia fundiária perder seus direitos e o seu regime absolutista. Ao mesmo tempo, deixou claro o profundo antagonismo e o caráter irreconciliável entre os interesses de classe da burguesia e do proletariado, de forma que a primeira necessitou recuar em suas demandas em vários lugares, para evitar que elas abrissem espaço para o avanço das demandas do segundo. Pode-se afirmar, assim, que a Primavera dos Povos marca o encerramento da fase revolucionária da classe

burguesa e a abertura de uma nova etapa histórica, onde o proletariado se tornou o novo portador das transformações sociais radicais.

No *Manifesto do Partido Comunista*, publicado pela primeira vez em 21 de fevereiro de 1848 (em Londres, em alemão) – apenas um dia antes da eclosão da Revolução de Fevereiro na França –, Marx e Engels, sentindo a radicalização dos ânimos em toda Europa, preconizaram que os comunistas deveriam atuar como uma força de vanguarda no interior dos movimentos de trabalhadores.

Nos países onde a burguesia já havia conquistado o poder, como na Inglaterra, nos EUA e na França, os comunistas deveriam se aliar, respectivamente, aos “cartistas”, aos “reformadores agrários” e ao “partido social-democrata”, contra as alas conservadoras da burguesia, como forma de fortalecer as alas revolucionárias desses grupos e assim acumular forças junto ao proletariado. Desse modo, portanto, tais forças poderiam influenciar a radicalização do processo mais adiante. Já nos locais onde a burguesia ainda não havia chegado ao poder, como na Alemanha, os comunistas deveriam apoiar tal classe “sempre que ela assumi[sse] uma posição revolucionária”, contra o absolutismo. (Cf. MARX e ENGELS, [1848], p. 81-82)

Essa segunda orientação advinha da noção de que apenas algum tempo após a chegada ao poder da burguesia é que os antagonismos fundamentais entre esta e o proletariado aflorariam. Assim, seria necessário um período de “maturação” até que o proletariado pudesse travar uma luta em prol de seus interesses particulares, bem como que seu partido, os comunistas, pudessem ganhar influência significativa, na condição de principal força de oposição ao domínio da burguesia. No entanto, esses autores acreditavam que isso se daria em um intervalo não muito longo de tempo, pois a Alemanha possuía relações capitalistas muito mais desenvolvidas do que os países onde já haviam ocorrido revoluções burguesas, de forma que, ali, ela “só poderá ser o imediato prelúdio de uma revolução proletária” (*Id.*, p. 82).

A despeito de ainda reiterar que os comunistas deveriam manter a sua propaganda própria, Marx e Engels acabaram por situar o “partido comunista” como a ala de extrema esquerda do “partido democrático” (liberais radicais, geralmente pequeno-burgueses), isto é, aquele que lutava por uma república democrática, baseada no sufrágio universal, e que contempla liberdades civis. Como aponta Moss (1998, p. 157), em grande parte, isso fluía da avaliação de que, em países como França e Inglaterra, o “partido democrático” havia se proletarizado ao longo da primeira metade do sé-

culo XIX, sendo abraçado pelos trabalhadores e absorvendo demandas por uma República também “social”, que contemplasse melhorias nas condições de vida desta classe. Dessa forma, as demandas presentes no “partido democrático” confundiam-se com os ideais comunistas.

Nesse sentido, o *Manifesto* igualava “a elevação do proletariado à classe dominante”, tido como “o primeiro passo na revolução operária”, com “a conquista da democracia” (*Id.*, p. 66), já que, nos países de industrialização avançada, o proletariado era a classe mais numerosa da sociedade. “Democracia”, aqui, não era entendida enquanto um regime eleitoral-representativo, mas como uma coalizção das classes “populares” que constituíam a maioria da sociedade, o proletariado e a pequena-burguesia rural e urbana. Essa consideração, portanto, aproximava comunistas e democratas no plano estratégico, já que a democracia política e social seria um instrumento do comunismo. (Cf. MOSS, 1998, p. 149-150)

Isso fica claro no tópico final dos *Princípios Básicos do Comunismo*, escrito por Engels, em 1847, como uma primeira versão do programa da Liga dos Comunistas.⁵ Na Pergunta 24, ele afirma que os “socialistas democráticos” coincidem com os comunistas em muitas de suas demandas, ainda que “não como meio de transição para o comunismo, mas como medidas que são suficientes para abolir a miséria e fazer desaparecer os males da sociedade atual”. Dessa forma, ele defende que “os comunistas entender-se-ão, nos momentos de ação, com esses socialistas democráticos e em geral terão de seguir com eles, de momento, uma política o mais possível comum, desde que esses socialistas não se ponham ao serviço da burguesia dominante e não ataquem os comunistas”. (ENGELS, [1847], [s.p.])

Como os próprios autores posteriormente afirmaram, eles esperavam que a revolução na Alemanha seria um processo similar àqueles já ocorridos na França e na Inglaterra, onde a burguesia se colocara à frente da nação, como representante dos interesses desta, sendo a portadora de uma nova sociedade edificada nas demandas de unificação nacional, a reforma agrária, a república, as liberdades civis (cf. DAY e GAIDO, 2009, p. 5). Ao mesmo tempo, como consta nos *Princípios* e no *Manifesto*, eles esperavam que a revolução burguesa alemã seria também o prelúdio de uma revolução proletária.

⁵ Engels acabou descartando essa versão por encarar que a sua forma “catequista” (de perguntas e respostas) não era a mais adequada, tendo, então, solicitado a Marx a redação do *Manifesto*. Não obstante, o conteúdo dos dois materiais é quase idêntico.

Como destaca Riazanov ([1927], p. 106-107), essas considerações faziam sentido diante das experiências revolucionárias anteriores (inglesa e francesa), marcadas por uma longa duração, ao longo da qual havia ocorrido uma progressiva radicalização após o momento inicial de ampla unidade. Portanto, Marx e Engels acreditavam que as revoluções que eclodiram em 1848 também durariam vários anos e que se radicalizariam progressivamente. Assim, almejavam forjar o instrumento dessa radicalização através da proletarização e “comunização” das organizações de trabalhadores onde estas já estavam desenvolvidas e do “partido democrático” onde este era o elemento mais avançado.

Foi seguindo tal linha que Marx e Engels inicialmente atuaram na Alemanha durante a revolução, até pelo menos fins de 1848 e início de 1849. Por ter visto *in loco* o primeiro momento da revolução na França, Marx acreditou que algo similar à coalização democratas-socialistas ocorreria na Alemanha. Assim, ao chegar em Colônia, ele e Engels lançaram o periódico “Nova Gazeta Renana”, que se apresentava como “Órgão da Democracia”. Apesar de composto por vários membros da Liga dos Comunistas, ele apresentava um programa limitado, não comunista, na expectativa de formar uma coalizão de democratas radicais. Engels chegou até mesmo a atuar no levante de Elberfeld, parte da campanha insurrecional que tentou forçar a burguesia a aceitar a “Constituição Imperial”, elaborada pelos democratas pequeno-burgueses como uma proposta de conciliação com a burguesia monarquista para que houvesse alguma conquista, ainda que parcial.⁶ (Cf. MOSS, 1998, p. 158; DAY e GAIDO, 2009, p. 5-6; RIAZANOV, [1927], p. 106).

Após fevereiro de 1849, ressaltam Riazanov ([1927], p. 111) e Day e Gaido (2009, p. 6-8), é que ambos mudaram sua orientação, de ala extrema do “partido democrático” (sua vanguarda pró-proletária), para uma mais radicalizada, que objetivava fortalecer e unificar organizações proletárias independentes, como a “União dos Trabalhadores de Colônia”, em relação às organizações democráticas, com as quais chegaram a romper.⁷

⁶ Tratava-se de uma Constituição que unificaria a Alemanha sob um regime de monarquia constitucional com liberdades civis, o que foi rejeitado pela burguesia, temerosa do proletariado em marcha.

⁷ Antes dessa mudança clara de linha, ao perceberem o crescimento da contrarrevolução, na qual a Rússia passara a desempenhar um papel internacional de peso, Marx e Engels defenderam por certo tempo uma guerra entre a Alemanha e a Rússia, como forma de manter a revolução viva e propiciar sua radicalização, tal qual a guerra contra a reação externa impulsionara a radicalização da Grande Revolução Francesa (cf. RIAZANOV, [1927], p. 107-108).

Essa mudança de orientação também se fez presente na linha editorial da “Gazeta”, que, pouco antes de ser suprimida pela censura, em maio de 1849, passou a publicar artigos demonstrando a diferença de interesses entre a burguesia e o proletariado, como os ensaios de Marx sobre mais-valor, que compuseram *Trabalho assalariado e capital*, e também sobre a revolução na França, que compuseram *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. Por mais que criticasse duramente as vacilações da burguesia liberal e dos democratas, a “Gazeta”, até então, não havia levantado nenhuma demanda em prol do proletariado, focando apenas nas tarefas da revolução burguesa. (Cf. RIAZANOV, [1927], p. 108-109 e 111; DAY e GAIDO, 2009, p. 6-8).

A razão dessa mudança foi a passagem da burguesia francesa para o lado da reação, massacrando o proletariado parisiense após seu levante de junho, e a capitulação da burguesia alemã às forças monarquistas, aceitando a supressão da sua Assembleia Nacional. Tais movimentações teriam deixado claro que a expectativa de um processo similar ao francês de 1789 havia se mostrado equivocada. A fase revolucionária da burguesia já havia se encerrado a partir da formação do moderno proletariado, uma classe cada vez mais numerosa em decorrência do avanço do processo de industrialização, e também a partir da consciência cada vez maior de seus interesses específicos de classe e das suas contradições em relação aos da burguesia.

Com a entrada em cena do proletariado, a burguesia tendia a se aliar com as forças reacionárias (monarquistas) contra o risco da revolução socialista. Por sua vez, com a passagem da burguesia para a contrarrevolução, a pequena-burguesia democrática ficava sem uma base real para a implementação de seu projeto, de “república democrática”. No máximo, poderia vir a cumprir o papel de um escudo de aparência progressista, atrás do qual se protegeriam as forças da reação no caso da burguesia não conseguir suprimir a revolução, realizando algumas concessões ao proletariado, para frear e encerrar o processo.

O proletariado, portanto, deveria manter uma total independência política em relação ao “partido democrático”, ainda que alianças ocasionais pudessem ser feitas, de forma tática, contra a reação. Ao passo que a burguesia desejaria evitar a todo custo a revolução e que os democratas desejariam a todo custo freá-la e encerrá-la, o proletariado deveria fazer todo o possível para manter a revolução em marcha.

É essa a lógica exposta na *Circular do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, de março de 1850 (MARX e ENGELS, [1850]), onde a noção de “revolução permanente”, ou “em permanência”, faz-se presente de forma mais direta. Ela se baseava na previsão de que uma nova onda revolucionária logo eclodiria, levando o proletariado ao poder na França. Já no caso da Alemanha, onde as tarefas da revolução burguesa ainda não haviam sido realizadas e onde o partido do proletariado (os comunistas) ainda não estava devidamente desenvolvido, Marx encarava como o mais provável que fosse a pequena-burguesia democrática que chegaria ao poder. Nessa condição, a melhor forma de acelerar o desenvolvimento do “partido comunista” e o triunfo de uma revolução proletária seria que este atuasse como firme oposição às forças democráticas, sempre opondo a seu programa de melhorias do capitalismo propostas mais radicais, que servissem para desmascarar suas limitações e, ao mesmo tempo, manter em marcha o processo revolucionário.

Esse processo deveria culminar na conquista do poder pelo proletariado e na expansão internacional da revolução, que seria impulsionada a partir dos países onde a possibilidade de tal conquista estava mais próxima, como na França. Para tal, é enfatizada a necessidade de independência e autonomia do “partido comunista” e a defesa dos interesses de classe do proletariado. Como afirma a *Circular*:

Ao passo que os pequeno-burgueses democratas querem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, as exigências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são tornar permanente a revolução até que todas as classes mais ou menos possidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas. (MARX e ENGELS, [1850], p. 87)

[...]

Se os operários alemães não podem chegar à dominação e realização dos seus interesses de classe sem passar por todo um desenvolvimento revolucionário prolongado, pelo menos desta vez têm eles a certeza de que o primeiro acto deste drama revolucionário iminente

coincide com a vitória directa da sua própria classe em França e é consideravelmente acelerado por aquela.

Mas têm de ser eles próprios a fazer o máximo pela sua vitória final, esclarecendo-se sobre os seus interesses de classe, tomando quanto antes a sua posição de partido autónoma, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequeno-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do proletariado. O seu grito de batalha tem de ser: a revolução em permanência. (*Id.*, p. 94)

Trata-se de uma clara mudança de linha em relação ao *Manifesto*. Não à toa, no Prefácio à edição alemã de 1872 do *Manifesto*, Marx e Engels afirmaram que, devido “ao imenso desenvolvimento da grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e, com ele, ao progresso da organização do partido da classe operária”, assim como devido às “experiências práticas” das Revoluções Francesas de 1848 e 1871, o programa ali exposto estaria “envelhecido em alguns pontos” (MARX e ENGELS, 2005, p. 30). Tal avaliação foi ainda reforçada por Engels no Prefácio à edição inglesa de 1888 (cf. *Id.*, p.35).

Mais significativo ainda, enquanto no *Manifesto* Marx e Engels igualavam a “democracia” à elevação do proletariado à condição de classe dominante, em uma carta do primeiro ao segundo, de 13 de julho de 1851, Marx refere-se à *Circular* como um “plano de campanha contra a democracia” (*Apud* DAY e GAIDO, p. 11)

Essa nova linha, destacam Day e Gaido (2009, p. 11-12), foi reforçada ainda em outros materiais significativos do mesmo período. Ela aparece, por exemplo, na terceira parte de *As Lutas de Classes na França* (publicada também em março de 1850, na “Gazeta”), através da defesa de que o “socialismo revolucionário” significava “a declaração da permanência da revolução”, que se daria através da ditadura da classe proletária sobre a burguesia, como uma forma de transição ao comunismo.

Também aparece na *Declaração de Princípios* da breve “Sociedade Universal dos Comunistas Revolucionários” (de abril de 1850), formada por remanescentes alemães da Liga dos Comunistas e representantes dos blanquistas franceses e cartistas revolucionários ingleses. No Artigo I desse documento, lê-se que “O objetivo da associação é a queda de todas as classes privilegiadas e sua sujeição à ditadura do proletariado através da manutenção da revolução em permanência até a realização do comunismo, que é a

forma final de organização da sociedade humana” (*apud* DAY e GAIDO, 2009, p. 11).

Contudo, ao fim de 1850, Marx encarou que o período revolucionário aberto em 1848, em decorrência da crise econômica de 1844, estava se encerrando, e que a eclosão de uma nova onda revolucionária já não estaria mais no horizonte imediato devido a sinais de recuperação econômica, o que indicava o começo de um provável novo ciclo de expansão do capitalismo. Com a confirmação dessa avaliação, o tema da revolução permanente não voltou a aparecer nas obras de Marx e Engels, salvo pontualmente e de forma esporádica. (Cf. DAY e GAIDO, 2009, p. 12; RIAZANOV, [1927], p. 116)

Day e Gaido (2009b) demonstram, através da coletânea de documentos da Internacional Socialista que organizaram, que, com a situação revolucionária na Rússia entre 1903-07, o tema voltou à tona entre alguns quadros de sua ala revolucionária, como Franz Mehring, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky e Alexander Parvus.⁸ Estes enxergavam grandes semelhanças entre os desafios da revolução na Rússia e aqueles enfrentados por Marx e Engels no contexto alemão de 1848-49, fazendo referências diretas aos materiais aqui mencionados. Foi a partir daí que a noção de revolução permanente passou a ser desenvolvida de forma mais aprofundada por Trotsky, até assumir a forma anteriormente exposta.

3. A noção de “revolução permanente / em permanência” em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*

Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, há diversas passagens onde a noção de revolução permanente anteriormente exposta faz-se presente, ainda que os termos propriamente ditos não tenham sido utilizados. Afinal, apesar dela ter sido desenvolvida principalmente a partir do processo alemão, onde a revolução burguesa ainda estava por ser realizada, a “revolução permanente” ou “em permanência” impactou a estratégia revolucionária de Marx e Engels como um todo. Ademais, apesar da revolução burguesa de 1789, a França, objeto de tal obra, ainda não era um país tão industrializado quanto, por exemplo, a Inglaterra, possuindo um numeroso campesinato, e a conquista da República ainda estava em aberto, de forma

⁸ A referida coletânea demonstra que o tema também apareceu pontualmente em meio à polêmica contra o revisionismo de Berstein, na década de 1890, através de textos de Mehring e de Karl Kautsky (cf. DAY e GAIDO, 2009b).

que ali também se faziam presentes tarefas “democrático-burguesas” e a questão de qual seria sua relação com a revolução proletária.

Inevitavelmente, uma parte dessas passagens diz respeito ao balanço da Revolução de Fevereiro de 1848 na França, que já havia sido alvo de uma discussão mais detalhada, na mencionada *As Lutas de Classes na França*. No entanto, em conjunto, tais passagens não se limitam a uma repetição de considerações presentes nessa obra, sendo, portanto, pertinente analisá-las detalhadamente.

Logo no começo de *O 18 de brumário*, Marx apresenta uma diferenciação entre as revoluções burguesas e as “revoluções modernas”, ou seja, as proletárias. As primeiras “precipitam-se rapidamente de sucesso em sucesso [...] porém, elas têm vida curta, logo atingindo seu ponto alto e uma longa ressaca toma conta da sociedade, antes que, novamente sóbria, aprenda a apropriar-se dos resultados do seu período impetuoso e combativo” (MARX, [1852], p. 29-30). Já as segundas seriam marcadas por uma sequência de lutas, com avanços e recuos, até que a vitória final fosse de fato obtida, sendo necessária a maturação dos aprendizados práticos na forma de interesses políticos mais claros para a realização de cada novo avanço:

[...] as revoluções proletárias do século XIX encontram-se em constante autocrítica, interrompem continuamente a sua própria marcha, retornam ao que aparentemente conseguiram realizar para começar tudo de novo [...] recuam repetidamente ante a enormidade ainda difusa dos seus próprios objetivos até que se produza a situação que inviabiliza qualquer retorno [...]. (MARX, [1852], p. 29-30)

Vê-se nessa passagem a lógica da revolução permanente, de que a revolução não pode se deter nas primeiras vitórias, devendo sempre avançar mais, até o objetivo final, ainda que, no conjunto do processo ocorram também recuos episódicos, que servem para melhor preparar os próximos avanços.

Ao analisar concretamente a revolução de 1848 na França, Marx aponta que, apesar dela ter sido realizada pelo proletariado, quem se aposentou do poder foi a burguesia, e esta buscou cessar o processo, passando para uma postura contrarrevolucionária. Nas suas palavras, a burguesia

[...] não chegou ao poder como havia sonhado sob Luís Filipe, isto é, mediante uma revolta liberal da burguesia contra o trono, mas por meio de uma rebelião do proletariado contra o capital, rebelião que foi metralhada. O que ela imaginou que seria o *mais revolucionário*

dos eventos, na realidade sucedeu como o mais *contrarrevolucionário* dos eventos. (MARX, [1852], p. 41)

É possível perceber nas palavras de Marx o seu reconhecimento de que a burguesia, diante da entrada em cena do moderno proletariado, com seu próprio programa de classe, migrou rapidamente para o campo da contrarrevolução. O que coloca a questão estratégica de que o proletariado não pode contar com algum tipo de aliança com a burguesia contra a reação monárquico-feudal.

Como mencionado, o episódio seguinte ao da derrubada da monarquia e ao estabelecimento de um governo provisório “amplo”, composto por diferentes forças sociais e políticas, foi marcado pela radicalização do processo, como resposta do proletariado à ação contrarrevolucionária da burguesia. Em 15 de maio, diante dos indícios de que a Assembleia Nacional Constituinte atacaria as conquistas mais avançadas da revolução, o proletariado parisiense levantou-se com armas em mãos para suprimir a assembleia burguesa e estabelecer seu próprio Governo Provisório. Derrotados, os trabalhadores tiveram seus líderes políticos presos e tentaram se insurgir mais uma vez, entre 23 e 26 de junho, tendo, mais uma vez, sido derrotados. (Cf. MARX, [1852], p. 33-34)

Diante desses fatos, Marx destaca que, como o proletariado foi incapaz de fazer o processo revolucionário avançar – ou, em outras palavras, de manter a revolução “em permanência” – a burguesia o fez recuar cada vez mais. A contrarrevolução deu a tônica de todo o processo, até o ponto de se voltar contra a própria burguesia, culminando no golpe de 2 de dezembro de 1851. Enquanto a Grande Revolução de 1779 teria se movido “numa linha ascendente” de radicalização, em termos dos grupos à sua frente e do conteúdo político por eles posto em prática, o contrário teria ocorrido com a Revolução de 1848. Esta teria se movido “numa linha descendente”, com alas cada vez mais conservadoras sucedendo-se à sua frente. (MARX, [1852], p. 55 e 56)

A partir da saída de cena do proletariado enquanto uma força independente, a burguesia, através de seus representantes políticos unificados no “Partido da Ordem”, recuara o tempo todo ao longo de 1848-51, por temor da mobilização proletária, e especialmente diante dos sinais de uma vindoura crise comercial, que agravaria as contradições sociais. (Cf. MARX, [1852], p. 109-100)

Esse recuo constante, marcado por pedidos cada vez mais frequentes por um “governo forte” e pela destruição das conquistas de

Fevereiro de 1848 (como a liberdade de organização e reunião, o sufrágio universal etc.), culminou na perda do controle do poder político para Bonaparte, após a burguesia ter autorizado uma remoção após a outra de suas diferentes representações políticas, de modo a sempre privilegiar uma mais conservadora que a anterior. Ou melhor, culminou na aceitação, pela burguesia, de que seria melhor para seus interesses um regime autocrático aos riscos de uma república parlamentar.

Assim, Marx compreendeu que a contrarrevolução da burguesia contra o proletariado acabou por se voltar contra ela própria, o que reforça a noção de que não há alternativa entre manter a revolução “em permanência” ou permitir o completo recuo contrarrevolucionário. Em suas palavras: “A burguesia francesa sublevou-se contra o domínio do proletariado trabalhador e colocou no poder o lumpemproletariado, no seu topo, o líder da Sociedade 10 de Dezembro” (MARX, [1852], p. 137). A esse trecho segue uma longa lista de ações da burguesia contra o proletariado, que se converteram em ações de Bonaparte contra a própria burguesia, até a destruição da sua república.

É a partir dessa chave interpretativa que Marx entendeu a contradição entre o início e o desfecho do processo revolucionário na França em 1848, a de que “No dia 2 de dezembro [de 1851], a Revolução de Fevereiro foi escamoteada pelo volte de um trapaceiro, o que deixou a impressão de que se derrubara não mais a monarquia, mas as concessões liberais que lhe haviam sido arrancadas por séculos de luta” (MARX, [1852], p. 29).

Todavia, diante dessa contradição, o autor ressalta que o intervalo entre a Revolução de Fevereiro e o golpe de Bonaparte “não deixou de ser bem aproveitado”, no sentido de que importantes lições políticas práticas teriam sido apreendidas (cf. *Ibid.*). Ademais, ele destacou que o processo não recuou a “um momento anterior ao ponto de partida”. Ao invés disso, ainda estaria por ser criado o “ponto de partida revolucionário, a situação, as relações, as condições singulares que façam com que a revolução moderna possa ser levada a sério” (MARX, [1852], p. 29).

Dessas considerações, pode-se depreender que Marx interpretou a Revolução de 1848 como um episódio de um processo maior, que ainda teria muito a se desenvolver, inclusive a partir das próprias condições sociais e políticas que permitiriam seu sucesso. Assim, a derrota do proletariado, apesar de negativa, serviria para preparar os sucessos do futuro. Afinal, Marx trabalhava com a hipótese de que à revolução burguesa logo se seguiria a proletária. Nesse sentido, mais adiante na obra, ele afirma que a der-

rota da burguesia por Bonaparte seria a vitória da revolução proletária “em germe” (MARX, [1852], p. 139-140). Essa afirmação sugere que, com o golpe de 2 de dezembro, o principal inimigo da classe trabalhadora ficara enfraquecido, o que é uma interpretação bastante questionável.

A interpretação de que as condições necessárias ao avanço do processo ainda não estariam dadas é reforçada por uma passagem na qual Marx indica existir uma contradição entre o conteúdo da “revolução moderna” e as possibilidades concretas de realizá-la. Ele afirma que a ação do proletariado na Revolução de Fevereiro demonstrou “o conteúdo geral da revolução moderna”, mas que tal conteúdo “estava na mais curiosa contradição com tudo o que, nas circunstâncias dadas, podia ser posto diretamente em prática num primeiro momento com base no material disponível e no nível de formação atingido pela massa” (MARX, [1852], p. 33). Assim, Marx dá a entender que seria necessário ainda um período de desenvolvimento e maturação dos objetivos políticos do proletariado a partir das suas experiências práticas de luta.

Fatores que certamente contribuíram para a vitória da contrarrevolução foram a saída de cena dos “verdadeiros líderes do partido proletário” (MARX, [1852], p. 34) após o levante de 15 de maio (a prisão de Blanqui, Raspail, Barbès e seus camaradas) e o fuzilamento, prisão ou deportação de milhares dos membros mais combativos de tal classe após as “jornadas de junho”, deixando-a politicamente desorientada.

O proletariado, assim, perdeu sua atuação autônoma e também sua orientação revolucionária, de forma que “se lançou, em parte, a *experimentos doutrinários, bancos de câmbio e associações de trabalhadores, ou seja, a um movimento em que abriu mão de revolucionar o velho mundo com o seu grande cabedal de recursos próprios*” (MARX, [1852], p. 34 – ênfase do original). E, ao se colocar atrás dos outros partidos políticos que posteriormente tentaram confrontar a burguesia conservadora, compartilhou com eles suas derrotas (cf. *Ibid.*).

Nesse sentido, Marx faz uma dura crítica ao fato dos socialistas utópicos (como Louis Blanc) terem se colocado sob a bandeira do “partido democrático”, nomeado “Montanha” (partido da pequena-burguesia liberal-radical), quando este buscou o apoio dos trabalhadores após se sentir preterido pela burguesia. A fusão dos socialistas utópicos com os democratas gerou o “Partido Social-democracia”, e, na avaliação de Marx, resultou em que: “A ponta revolucionária das exigências sociais do proletariado foi quebrada e foi-lhe dado um viés democrático”, uma vez que tal força políti-

ca buscou a “harmonia” entre capital e trabalho e a supressão da luta de classes (MARX, [1852], p. 64).

Dessa avaliação, depreende-se a nova linha de “revolução permanente”, que marca a atuação de Marx e Engels a partir de fins de 1848 e começo de 1849: a necessidade de independência do proletariado (e de seu partido legítimo, os comunistas) em relação à pequena-burguesia e seu partido democrático. Mais adiante na obra, Marx faz duras críticas ao fato dos “social-democratas” não terem chamado o povo à ação revolucionária contra a reação burguesa até que fosse tarde demais, tendo se perdido em meio ao que ele nomeou de “cretinismo parlamentar”; isto é, a ilusão de que é no parlamento, que as grandes questões sociais são resolvidas (Cf. MARX, [1852], p. 64-66 e p. 107).

Ao passo que os “social-democratas” deixaram-se iludir pela democracia parlamentar temporária – que só durou até que a burguesia conseguisse reorganizar suas forças, através do “Partido da Ordem”, e cortar progressivamente a democracia conquistada pela Revolução de Fevereiro – Marx ([1852], p. 141), em contraste, conclui que se faz necessário não meramente tomar e “aperfeiçoar” a máquina estatal – o que as revoluções até então haviam feito com fins de implementar as medidas repressivas –, mas “quebrá-la”. Ou seja, a revolução não pode se deter nas conquistas democráticas formais, ou mesmo na conquista de postos estatais, devendo seguir em marcha “permanente”, de modo a ter como passo seguinte necessário a destruição do Estado burguês e a construção de um regime proletário.

Por fim, vale mencionar um importante elemento da teoria da revolução permanente “trotskiana”, que se faz presente em *O 18 de brumário*, o da necessidade de aliança entre o proletariado e o campesinato. Na famosa passagem em que Marx analisa a composição social do campesinato e a impossibilidade de ele desenvolver uma unidade política que o torne uma classe para além da mera semelhança de condições materiais de existência, ele também destaca que o proletariado moderno é um aliado necessário do campesinato na luta por suas demandas particulares. Essa aliança seria a única forma de tais demandas serem concretizadas, pois o inimigo central do campesinato francês já não era mais a contrarrevolução externa, como em 1789, mas “os *huissiers* [oficiais de justiça] e os funcionários do fisco” (MARX, [1852], p. 149).

Ao mesmo tempo, Marx destaca (em um trecho que foi suprimido após a primeira edição) que o proletariado depende dessa aliança para concretizar a revolução socialista, tal qual a burguesia precisou mobilizar o

“povo” para lutar contra as forças feudais. Em suas palavras, através da aliança com o campesinato, “a revolução proletária recebe o coro, sem o qual o seu canto solo se transforma em lamento fúnebre em todas as nações camponesas” (*Ibid.*). Essa é uma noção que foi posteriormente reforçada em 1856, em uma carta de Marx a Engels, de 16 de abril de 1856, na qual ele afirmou que, na Alemanha, “tudo depende da possibilidade de respaldar a revolução proletária com alguma segunda edição da guerra camponesa” (MARX, [1856], [s.p.]).

Conclusão

Conforme visto, em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, a noção de “revolução permanente” ou “em permanência” faz-se presente ao longo de toda a obra, por mais que as expressões propriamente ditas não tenham sido utilizadas. Na avaliação de Marx, a Revolução de 1848 foi feita pelo proletariado, mas a classe que chegou ao poder através dela foi a burguesia. Diante da incapacidade do proletariado em fazer o processo seguir em proveito de seus próprios interesses, e da posterior submissão aos interesses políticos da pequena-burguesia radical, na forma do “Partido Social-democrata”, a burguesia impôs uma dinâmica contrarrevolucionária ao processo. Tal dinâmica fez a revolução recuar cada vez mais, até o ponto em que solapou as bases do próprio regime republicano da burguesia, apeada do poder direto pelo golpe de Bonaparte.

Assim, a alternativa que estava historicamente colocada diante da diferença de interesses entre o proletariado e a burguesia era revolução em permanência ou contrarrevolução (também em permanência). Entretanto, para que se desse a primeira alternativa, era necessário que o proletariado já tivesse maturado com clareza seus objetivos políticos e que estes estivessem corporificados em lideranças adequadas, de forma que se fez presente uma contradição entre a necessidade e a possibilidade de concretização da “revolução moderna”. Como Marx afirmou posteriormente, em seu balanço acerca da Comuna de Paris de 1871, o golpe de Bonaparte e a restauração do Império acabaram sendo a única alternativa em um cenário no qual “a burguesia já tinha perdido a capacidade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido” (MARX, [1871], [s.p.], Parte III).

Compreende-se a partir do conjunto da obra e também da atuação prática de Marx e Engels no período 1849-52, que, para que o proletariado

adquirisse a capacidade de governar a nação, ele deveria manter a independência política em relação às demais classes e seus respectivos “partidos” a fim de poder radicalizar a revolução e mantê-la em marcha. Ao mesmo tempo, não poderia fazer isso sozinho, de forma a necessitar arrastar consigo o campesinato pobre.

Vê-se, assim, que os aspectos centrais da teoria da revolução permanente de Trotsky já se faziam presentes, em alguma medida, nas elaborações de Marx e Engels. Dessa forma, tal teoria não é mera “peculiaridade” do trotskismo, mas sim um pilar importante do marxismo em conjunto. Assim sendo, é extremamente pertinente deixar de lado possíveis preconceitos e falsificações grosseiras criados por décadas de hegemonia stalinista e fazer uma análise sistemática da noção original de “revolução permanente” ou “em permanência” e seu devido lugar no marxismo enquanto método de análise e estratégia revolucionária. Espera-se que, com esse texto, tenha sido possível contribuir em alguma medida com tal tarefa.

Referências

DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel (eds). **Witnesses to Permanent Revolution: The Documentary Record**. Leiden and Boston: Brill, 2009b.

DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel (eds). “Introduction. The Historical Origin of the Expression ‘Permanent Revolution’”. In DAY, Richard B.; GAIDO, Daniel (eds.). **Witnesses to Permanent Revolution: The Documentary Record**. Leiden and Boston: Brill, p. 1-58, 2009.

ENGELS, Fredrich. **Princípios Básicos do Comunismo [1847]**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>. Acessado em 17/07/2020.

HOBBSBAWM, E. J. **The Age of Capital, 1848-1875**. London: Abacus, 1975.

LÖWY, Michael. **A política do desenvolvimento desigual e combinado. A teoria da revolução permanente**. São Paulo: Sundermann, 2015.

MANDEL, Ernest. **Trotsky como alternativa [1994]**. São Paulo: Xamã, 1995.

MARX, Karl e ENGELS, Fredrich. “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunista” [1850]. In: MARX, Karl e ENGELS, Fredrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, p. 83-95, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Fredrich. **Manifesto do Partido Comunista [1848]**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **A Guerra Civil em França [1871]**. Versão digital, disponível em https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/index.htm. Acessado em 16/07/2020.

MARX, Karl. **Carta a Engels, 16 de abril de 1856**. Versão digital disponível em [https://pt.wikisource.org/wiki/Carta_de_Marx_a_Engels_\(16_de_abril_de_1856\)](https://pt.wikisource.org/wiki/Carta_de_Marx_a_Engels_(16_de_abril_de_1856)). Acessado em 16/07/2020.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte [1852]**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello. **Trotsky e a revolução permanente: a história de um conceito chave**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

MONTEIRO, Marcio Lauria. O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra. In: **Revista Outubro**, São Paulo, n. 27, novembro de 2016. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/o-movimento-trotskyista-internacional-e-as-revolucoes-do-pos-guerra/>. Acessado em dezembro de 2016.

MOSS, Bernard H. “Marx and the Permanent Revolution in France: Background to the Communist Manifesto”. In: PANITCH, Leo and LEYS, Colin (eds.). **The Socialist Register, 1998 - The Communist Manifesto Now**. New York: Monthly Review Press, p. 147-169, 1998.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.

RIAZANOV, David. **Marx & Engels [1927]**. [S.d]: Nova Cultura, 2018.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Espanhola – compilação**. São Paulo: Iskra, 2014.

TROTSKY, Leon. “A revolução permanente” [1930]. In: TROTSKY, Leon. **A Teoria da Revolução Permanente**. São Paulo: Editora Sundermann, p. 130-317, 2011.

TROTSKY, Leon. **A Teoria da Revolução Permanente**. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.

9

O PAPEL DA OBRA *O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE* DE MARX NOS RUMOS DA REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

Jadir Antunes¹

Este capítulo pretende mostrar a influência decisiva da obra *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, de Marx, nos rumos da revolução russa de 1917. Nesta obra, Marx se preocupava em mostrar as bases políticas do golpe e sua relação com a massa atrasada dos camponeses franceses. Como mostrara Marx, o regime de trabalho individual e isolado tornava os camponeses franceses naturalmente incapazes de se constituírem como classe social e se autorrepresentarem politicamente, precisando sempre de uma representação externa que dirigisse seus múltiplos e incontáveis interesses particulares. Luís Bonaparte, por isso, apareceria como o senhor natural e defensor dos camponeses.

Na primeira parte do capítulo, analisa-se como a fórmula “ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato”, elaborada por Lênin em 1905 na Rússia revolucionária, se enredava em contradições e imprecisões exatamente por não considerar com toda profundidade essa caracterização do campesinato como massa dependente e subordinada às classes sociais da cidade. Na segunda parte, aborda-se como Trotsky, se apoiando radicalmente nessa caracterização de Marx sobre os camponeses, corrige e soluciona, a partir da noção de “revolução permanente”, as imprecisões da fórmula de Lênin.

Corrigir e solucionar Lênin, na verdade têm um sentido mais metafórico que real. Segundo o próprio Trotsky, Lênin nunca leu sua tese sobre a estratégia revolucionária para a Rússia, elaborada ainda em 1905. Segundo ele, é Lênin quem corrige a si mesmo no intervalo entre 1905 e 1917. Neste intervalo de tempo Lênin percebe, a partir de sua própria experiência e do

¹ Jadir Antunes é Graduado em Economia pela Unioeste, Mestre, Doutor e Pós-doutor em Filosofia pela Unicamp e Professor de Filosofia dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Filosofia da Unioeste; é autor do livro *Marx e o Fetiche da Mercadoria: contribuição à crítica da Metafísica* [Paco Editorial, 2019] e co-autor com Hector Benoit do livro *O Problema da Crise Capitalista em Marx* [Paco Editorial, 2016].

curso dos acontecimentos, a necessidade do proletariado se pôr efetivamente à frente do campesinato como seu senhor e dirigente natural. O auge desta compreensão se realizou em abril de 1917 com as famosas *Teses de Abril*, onde Lênin defendeu a palavra de ordem revolucionária de “Todo poder aos soviets”.

1. Marx e o problema camponês

Segundo Marx, a potencialidade revolucionária e socialista do campesinato só poderia explodir e se realizar caso fosse combinada e dirigida pela potencialidade do proletariado industrial. Sua condição de vida e de trabalho heterogênea, individual e isolada, sua dispersão pelo interior do território, sua condição de classe somente por oposição e diferenciação com as classes da cidade e da indústria o impediam, por sua própria natureza, de representar a si mesmo, com programa e propósitos próprios, nos conflitos econômicos da cidade.

Os camponeses, devido ao caráter de seu modo de produção, por trabalharem num sistema familiar e individual, onde cada lote de terra é cultivado de modo isolado e separado do cultivo de outros lotes por outros produtores independentes, formam uma massa política pulverizada e não homogênea. “Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo” (MARX, 1988, pp. 74 e 75). O caráter isolado e autônomo do trabalho camponês e o vínculo direto entre trabalho e Natureza, mais do que ligarem as diversas famílias camponesas entre si num único e grande sistema cooperativo de produção, as isolam e as separam politicamente umas das outras. Como afirma Marx (1988, p. 75):

[...] seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais.

A incapacidade natural do campesinato para superar politicamente suas divisões internas e seus interesses particulares e a necessidade de ser representado por um partido formado fora dele é expressão, por isso, do

isolamento vivido nas relações econômicas. Deste modo, segundo Marx (1988, p. 75), os camponeses formam uma classe apenas num sentido negativo do termo, ou seja, os camponeses formam uma classe apenas por se diferenciarem e se oporem às classes sociais do proletariado e da burguesia:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras [como famílias quase auto-suficientes], e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe.

Conforme palavras muito claras de Marx, os camponeses formam uma classe social apenas no sentido de classe-por-oposição, ou classe-por-distinção. Ou seja, eles formam uma classe social apenas porque não cabem nas categorias de proletariado e burguesia e porque se opõem e se distinguem radicalmente delas, vivendo como uma massa heterogênea e dispersa e à margem da sociedade capitalista.

Por um lado, os camponeses se aproximam da classe operária na medida em que constituem parte da massa de produtores diretos da sociedade e vivem sob o domínio do capital. Porém, se distanciam dela na medida em que são proprietários da terra e dos instrumentos de trabalho e não vivem da venda da força de trabalho. Por outro lado, os camponeses se aproximam da classe capitalista na medida em que são proprietários e produtores de mercadorias. Porém, se afastam dela na exata medida em que se aproximam da classe trabalhadora.

Por isso, os camponeses formam muito mais uma massa intermediária da sociedade, e não propriamente uma classe social com capacidade para se organizar coletiva e autonomamente frente aos interesses das classes burguesa e proletária. Por esse caráter intermediário, os camponeses são incapazes de se organizarem politicamente como classe e aparecerem diante da sociedade como seus verdadeiros representantes. Assim, dizia Marx (1988, p. 75), “na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe”.

Por seu caráter heterogêneo e multifacetado os camponeses formam muito mais uma “massa social” do que propriamente uma “classe social”, segundo a concepção de Marx. Para que certo agrupamento social possa existir como classe social, como é o caso do proletariado e da burgue-

sia, é necessária certa unidade e uniformidade nas relações de trabalho e convívio social, ausentes entre os camponeses. Diferentemente do proletariado que recebe geralmente um salário uniformizado nacionalmente e, por isso, vive em condições sociais semelhantes, e da burguesia que tem seu capital valorizado a partir de uma taxa de lucro igual válida para todos os ramos da produção. Entre os camponeses as possibilidades de se prosperar nos negócios é muito heterogênea e disforme.

Por estar incapacitado ontologicamente de se converter de classe em si em classe para si mesmo, o campesinato será, necessariamente, uma massa representada que, por isso, delegará às classes da cidade o papel de dirigi-la. Os representantes políticos do camponês serão, por isso, segundo Marx, representantes surgidos de fora, da cidade, e com um vínculo meramente exterior com ele. Seus representantes devem, por isso, “aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva” (MARX, 1988, p. 75).

Segundo Marx, o campesinato, como camada intermediária da nação, se divide entre campesinato rico e campesinato pobre. A camada rica, por sua situação mais confortável no interior da sociedade, tende a encontrar nos partidos burgueses, ou em camadas da burocracia do Estado, como a militar, seus representantes e dirigentes naturais na luta contra o processo de empobrecimento capitalista. A camada empobrecida tenderia, por sua vez, a delegar ao partido do proletariado a direção de suas lutas e interesses econômicos. Por isso, segundo Marx, o camponês francês rico, mas em processo de empobrecimento, pensara ter encontrado em Bonaparte seu senhor e dirigente enviado dos céus para lhe salvar.

Como massa atrasada politicamente, como resíduo da história pré-capitalista europeia, o campesinato necessitaria sempre ser representado por forças políticas da cidade e exteriores ao seu meio. Por estes motivos, dizia Marx (1988, p. 75), os camponeses, em geral, “são incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome”. Os camponeses em geral, deste modo, “não podem representar-se, têm que ser representados” (MARX, 1988, p. 75). Os camponeses dispostos a mudar o estado de coisas em favor da maioria da nação, os camponeses de bom senso, dizia Marx (1988, p 78), “encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês”.

2. Lênin e a fórmula algébrica da revolução proletária russa

No final do século XIX a violência da história ocidental avançava para além da França e abalava a Rússia czarista. As novas forças produtivas surgidas com o desenvolvimento capitalista iniciado no século XVIII ameaçavam destruir as relações de servidão e pôr em seu lugar a forma assalariada do capitalismo europeu. No interior do marxismo o problema da natureza da futura revolução russa e o papel a ser desempenhado pelo camponês, a maioria absoluta da população, tomara conta das discussões.

Em maio de 1905, os bolcheviques, liderados por Lênin, realizaram em Londres o III Congresso do POSDR (Partido Operário Social Democrata Russo). Na mesma época, os mencheviques, já rompidos com Lênin, realizaram em Genebra sua Conferência, onde defendiam as teses de Plekanov. Em *Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*, Lênin critica radicalmente a Conferência e expõe, ao mesmo tempo, as teses do Congresso para a iminente revolução russa.

Para os partidários de Plekhanov e da Conferência menchevique, a futura revolução teria necessariamente um caráter burguês. Isto é, ela necessariamente seria capitalista em seus fundamentos e estaria, assim, fora de qualquer cogitação, como defendiam os populistas, a possibilidade de transformá-la numa revolução socialista. Para os conferencistas, a revolução não apenas seria burguesa em seu conteúdo como, ainda, seria dirigida diretamente pela burguesia. Ao proletariado, e mesmo aos camponeses, caberia um papel subordinado, o de atuar como aliado da burguesia na luta contra as forças reacionárias ligadas à nobreza e ao latifúndio. Para Lênin (1982, p. 440), esta tática dos conferencistas conduzia diretamente à “traição da causa do proletariado no interesse da burguesia” e convertia o proletariado num “miserável apêndice das classes burguesas”.

A futura revolução russa poderia seguir um rumo diferente daquele pretendido pelos conferencistas e pela burguesia russa porque, segundo Lênin, o proletariado, mesmo incipiente numericamente, poderia dirigi-la apoiado na enorme massa camponesa espalhada pelos campos do interior da Rússia. Lênin concordava com certos aspectos das teses defendidas pelos conferencistas. Para ele, não havia dúvidas de que a futura revolução russa seria burguesa em sua essência. Contudo, discordava radicalmente da capacidade da burguesia para ser sua direção. Segundo Lênin, a burguesia

rusa estava mais interessada em pactuar com o czarismo do que em romper profundamente com ele. Sendo assim, a futura revolução burguesa na Rússia deveria se apoiar em outras forças políticas.

Lênin acreditava na possibilidade de o camponês mais empobrecido dirigir politicamente a futura revolução ao lado do proletariado das grandes cidades. O resultado dessa aliança revolucionária entre o proletariado e o camponês empobrecido seria uma “ditadura revolucionária democrática”. Na discussão sobre a natureza da futura revolução russa, dizia Lênin, não cabia a questão da tomada do poder pelo proletariado. Para Lênin (1982, pp. 388 e 389), “a questão posta na ordem do dia por todo o povo [em 1905] é... a substituição da autocracia czarista pela república democrática”.

Seguindo as pegadas de Plekhanov, Lênin não acreditava na possibilidade do proletariado tomar e sustentar o poder antes do desenvolvimento material e espiritual do capitalismo: “O grau de desenvolvimento econômico da Rússia... e o grau de consciência e de organização das grandes massas do proletariado... tornam impossível a imediata e absoluta libertação da classe operária”, dizia Lênin (1988, p. 391) contra as teses populistas e anarquistas que defendiam a revolução socialista para a Rússia de 1905. “E como resposta às objeções anarquistas de que adiamos a revolução socialista, diremos: não a adiamos, e sim damos o primeiro passo para ela através do único procedimento possível, do único caminho justo, que é o da república democrática”, dizia ele (1982, p. 391). Na concepção de Lênin, o único caminho possível e justo para a revolução russa em 1905 seria o caminho da “ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato”.

A ditadura, na fórmula pensada por Lênin, expressava o fato de que a futura revolução deveria apoiar-se na insurreição e na força armada das massas. A democracia, por sua vez, representava o aspecto republicano, constitucional, pequeno burguês (camponês) e não-socialista da revolução. A fórmula da revolução combinava, deste modo, tanto aspectos burgueses quanto não-burgueses, mas não ainda socialistas. A revolução deveria realizar tanto tarefas que cabem a uma revolução clássica burguesa, como o desenvolvimento das forças produtivas apoiadas no capital e a formação de uma república constitucional, quanto tarefas democráticas, como a reforma agrária e a expropriação do latifúndio. Por ser democrática, a futura revolução não poderia atacar as bases privadas da sociedade capitalista. A única propriedade que deveria ser atacada seria a da nobreza fundiária. A propriedade capitalista deveria ser, inclusive, estimulada e desenvolvida. “Esta di-

tadura será democrática, dizia Lênin (1982, p. 441), e não socialista e, portanto, não poderá atacar (sem passar por uma série de graus intermediários de desenvolvimento revolucionário) as bases do capitalismo”.

A futura “ditadura democrática e revolucionária do proletariado e do campesinato” na Rússia, não faria, segundo Lênin, mais do que: 1) instituir uma nova e radical distribuição da propriedade da terra em benefício dos camponeses, 2) instituir uma democracia republicana, 3) eliminar pela raiz a servidão do trabalho, 4) iniciar um melhoramento sério nas condições de vida da classe trabalhadora e 5) alastrar o incêndio revolucionário para toda a Europa desenvolvida. A revolução colocaria em ação, deste modo, dois programas diferentes. Por um lado, o Programa Mínimo como o único programa capaz de ser desenvolvido em benefício dos trabalhadores e o Programa Democrático, como o dos camponeses. Do ponto de vista do Lênin de 1905, o Programa Máximo da revolução, ou seja, a conversão da propriedade capitalista em propriedade socialista e a instauração da ditadura do proletariado, só seria posto após a realização desta primeira etapa, a etapa democrático-burguesa.

Na fórmula de Lênin caberia ao governo revolucionário operário-camponês realizar tanto tarefas burguesas quanto democráticas. Segundo essa fórmula, o dirigente natural da revolução, apesar de burguesa, seria o camponês. Ao partido do proletariado caberia o papel secundário de atuar como aliado do partido camponês no governo. Lênin confiava na força democrático-revolucionária do camponês russo. Para Lênin (1982, p. 442-419):

[...] o camponês russo se converterá inevitavelmente, nestas condições, no baluarte da revolução e da república pois somente a ditadura revolucionária do proletariado e do campesinato poderá dar-lhe através da reforma agrária tudo o que deseja e o que sonha, tudo o que lhe é verdadeiramente necessário. [...] a classe operária não pode deixar de cooperar nisto [na luta pela reforma agrária] com o campesinato.

A “ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato” seria, então, simplesmente uma revolução burguesa realizada pelo campesinato em aliança com o proletariado. “Os marxistas, diz Lênin (1982, p. 405) concordando com os mencheviques da Conferência] estão inteiramente convencidos do caráter burguês da revolução russa”. Dessa tese inquestionável e absolutamente verdadeira, se “deduz que constitui uma ideia reacionária procurar a salvação da classe operária em

algo que não seja um maior desenvolvimento do capitalismo” (1982, p. 406). Desenvolvimento que seria garantido pelo campesinato e pelo proletariado no governo.

Assim, dado 1) que o proletariado era fraco numericamente e tinha tanto interesse quanto a burguesia em desenvolver o capitalismo, pois, desenvolver as forças produtivas capitalistas, a república e a democracia burguesa, seria desenvolver, simultaneamente, as futuras condições sobre as quais ele poderia levantar seu programa verdadeiro, o Programa Máximo da revolução socialista; dado 2) que os camponeses formavam a maioria absoluta da população russa e estavam interessados na revolução burguesa e no fim da servidão tanto quanto o proletariado; dado 3) que a burguesia estava impedida historicamente de levar sua própria revolução até o final, já que pactuava com o czarismo contra o movimento operário-camponês, a fórmula de Lênin determinava necessariamente, então, que, 4) a futura revolução só poderia ter um conteúdo democrático-burguês e uma direção operário-camponesa.

O proletariado, assim, segundo Lênin (1982, p. 406), atuaria a favor da burguesia na presente revolução unicamente com a intenção de expropriá-la futuramente: “Quanto mais completa e decisiva, quanto mais conseqüente for a revolução burguesa, tanto mais garantida estará a luta do proletariado contra a burguesia, pelo socialismo”, dizia Lênin. Na fórmula de Lênin, não havia ainda, em 1905, uma contradição absoluta entre burguesia e proletariado. A contradição que deveria ser extirpada pela raiz era a contradição existente entre proletariado, burguesia e campesinato, de um lado, versus nobreza fundiária e czarista, de outro.

Dada esta correlação histórica de forças, toda alternativa oposta à revolução democrático-burguesa seria ilusória e reacionária. Nas palavras de Lênin (1982, p. 410-406): “A transformação do regime econômico e político da Rússia no sentido democrático burguês, é inevitável e inelutável. Não há força na terra capaz de impedir esta transformação”. E acrescenta que: “em certo sentido [o do desenvolvimento das forças produtivas materiais e da democracia republicana] a revolução burguesa é mais vantajosa para o proletariado do que para a burguesia”.

Essas teses de Lênin serão criticadas em seus fundamentos por Trotsky. Segundo este, Lênin, em 1905, errava em sua avaliação sobre o caráter da futura revolução russa por acreditar demasiadamente na capacidade do campesinato para se constituir como força política independente. Lênin errava, segundo Trotsky, por colocar muitas vezes o camponês, inad-

vertidamente, ora ao lado do proletariado e ora até mesmo à frente dele. Para Trotsky, os camponeses seriam, em qualquer parte e em qualquer situação, incapazes de se constituírem como força política autônoma. Os camponeses nunca poderiam estar ao lado, e muito menos à frente do proletariado. Os camponeses só poderiam, dado seu caráter atrasado, estar atrás e dirigido pelo proletariado.

Segundo Trotsky, Lênin corrigiu as imprecisões de sua fórmula ao longo do período que vai de 1905 a 1917. Essa correção apareceu claramente em abril de 1917, onde, nas famosas *Teses de Abril*, após retornar do exílio, defendeu a palavra de ordem revolucionária de “Todo poder aos soviets”, isto é, defendeu a “ditadura revolucionária do proletariado com o apoio do campesinato” para toda a Rússia. Prova dessa correção pode ainda ser encontrada em *Como iludir o povo*, discurso proferido em 1919, onde Lênin (1980, p. 47) dizia claramente que o “o camponês, pela sua posição econômica dentro da sociedade burguesa, encontra-se em tal situação que seguirá, inevitavelmente, ou o trabalhador, ou a burguesia”. E concluía enfaticamente dizendo que “não há uma terceira via”.

3. Trotsky e o caráter permanente da revolução socialista

Trotsky se opunha às ilusões de Lênin acerca da possibilidade do campesinato se constituir em partido revolucionário com programa próprio e independente e da possibilidade de uma “ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato”. Para ele, a futura revolução não poderia ser definida com a mesma rigidez empregada por Lênin. Para Trotsky, a futura revolução russa não seria exatamente burguesa, democrática ou mesmo proletária, mas seria sim, “permanente”. Por “revolução permanente” Trotsky entendia o processo ininterrupto de transformações revolucionárias que começava com a luta contra os proprietários de terras e se encerrava apenas com a tomada final do poder pelo proletariado.

Para que a futura revolução russa tivesse esse caráter permanente, o proletariado não poderia, de modo algum, dividir o poder com os camponeses, como compreendia a fórmula de Lênin, nem muito menos se deixar dirigir por eles. Para que a futura revolução tivesse esse caráter permanente, o proletariado deveria, desde o começo da luta contra o latifúndio, ser o único e verdadeiro dirigente do processo. Os camponeses, na concepção de Trotsky (1979, p. 137) e seguindo as lições de Marx, participariam da revo-

lução como aliados do proletariado. “A teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacionais libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas”.

Para Trotsky, os camponeses nunca poderiam dirigir a revolução democrática, não poderiam nem mesmo dividir essa direção com o proletariado porque, segundo a concepção de Marx, o campesinato é incapaz, por natureza, de se constituir em partido independente dos partidos burgueses ou operários. Para Trotsky, seguindo Marx, o campesinato, por constituir uma massa intermediária entre as duas principais classes do capitalismo, seguirá sempre, ora a burguesia ora o proletariado. Dividir com o campesinato a direção da futura revolução democrática, ou mesmo deixar a revolução inteiramente sob direção dele, seria abrir um flanco ao desenvolvimento de aspirações egoístas e pequeno-burguesas. Aspirações que encontrariam facilmente apoio entre a burguesia.

A fórmula de Lênin, a “ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato”, segundo Trotsky, errava por possuir um aspecto algébrico, isto é, indeterminado, por não definir com segurança o caráter oscilante do campesinato e por não colocar, desde o princípio, o proletariado como direção absoluta de todo o processo, inclusive e, principalmente, dos camponeses. Segundo Trotsky (1979, p. 138) “o camponês segue o operário ou o burguês. Isso significa que a ‘ditadura democrática do proletariado e dos camponeses’ só é concebível como ditadura do proletariado arrastando atrás de si as massas camponesas”.

Um terceiro regime, o democrático, situado entre a ditadura burguesa e a ditadura do proletariado, dirigido pelos camponeses e com o auxílio do proletariado, como sugeria a fórmula indeterminada de Lênin, só seria possível “se pudesse existir um partido revolucionário independente que exprimisse os interesses da democracia camponesa e pequeno burguesa em geral e, com o auxílio do proletariado, fosse capaz de conquistar o poder e determinar o seu programa revolucionário”, dizia Trotsky (1979, p. 138). Possibilidade eliminada pelo caráter retardatário e oscilante do campesinato.

Na fórmula de Plekhanov e dos Conferencistas, a revolução russa seria não apenas burguesa como seria, ainda, dirigida e aproveitada exclusivamente pela burguesia. Ao proletariado e aos camponeses caberia o papel

de atuarem como apêndices auxiliares da revolução. Na fórmula algébrica de Lênin, a revolução, como para os mencheviques, possuiria um conteúdo burguês, contudo, sua direção poderia ser dividida, desde o começo, entre o partido do proletariado e o partido camponês. A decisão sobre quais dos partidos assumiria verdadeiramente a direção do processo ficaria a cargo da correlação de forças. Decisão, portanto, que não poderia ser definida *a priori*.

Para Trotsky, a revolução possuiria, desde o início, um conteúdo já operário e socialista que se desenvolveria ininterruptamente ao longo das lutas, sem se deter em nenhuma das etapas, seja burguesa ou democrática, como sugere claramente a fórmula menchevique e como parece sugerir certas vezes a fórmula indeterminada de Lênin. Para que a revolução possuísse esse caráter socialista desde o começo, o proletariado deveria assumir-se como direção dela, pondo-se à frente dos camponeses e indicar desde cedo o caminho seguro a ser tomado. Como podemos ver, para Trotsky, *O 18 de brumário* de Marx era muito mais do que uma análise concreta de uma situação concreta, a situação francesa do século XIX, *18 de brumário* apresentava ao movimento revolucionário da cidade uma teoria geral da revolução, um guia geral para a ação revolucionária do proletariado, um guia teórico e geral para o caminho do sucesso revolucionário.

O misterioso da fórmula de Trotsky se encontrava no fato de que, segundo as teses clássicas do marxismo da II Internacional, e mesmo de Lênin, o desenvolvimento histórico de uma nação se realiza sempre mediado por etapas determinadas que não poderiam ser arbitrariamente ultrapassadas. A tese da revolução operária de Trotsky na Rússia atrasada, semi-feudal e semi-asiática, com um proletariado fraco numericamente e uma imensa população camponesa, chocava-se, desse modo, com a teoria das etapas da II Internacional na medida em que parecia propor, arbitrariamente, saltar a etapa burguesa e democrática da revolução russa e convertê-la diretamente em revolução operária, aproximando-se, por isso, das teses populistas, muito combatidas por Plekhanov.

A teoria da revolução permanente não eliminava as etapas democráticas e burguesas, passando por cima das chamadas leis inevitáveis da história universal. Ao contrário, segundo Trotsky, ela seria a única capaz de realizar com toda profundidade essas etapas da revolução porque o campesinato, como massa oscilante e pequeno burguesa, teria tanto interesse quanto a burguesia em parar a revolução numa etapa determinada do processo. A burguesia, por sua própria natureza, teria

interesse apenas em realizar a revolução burguesa. De acordo com Lênin e Trotsky, a burguesia russa, dado seu caráter retardatário, não teria nem mesmo interesse em levá-la até o fim, parando em algum ponto do processo, aliando-se ao czarismo e aos proprietários fundiários. O campesinato, por sua natureza intermediária, uma vez posto no poder pela revolução, temendo o seu avanço e a socialização da propriedade, poderia retornar para trás e se aliar à burguesia na defesa da pequena propriedade e de seus interesses particulares. Por isso, na concepção de Trotsky, pôr o campesinato no poder, ou mesmo ao lado do proletariado, seria abrir o flanco da revolução às aspirações conservadoras da pequena burguesia. A única fórmula para que a revolução burguesa se convertesse em revolução operária, como desejava Lênin, seria pôr o proletariado na direção do processo e à frente dos camponeses desde o começo.

A revolução permanente não saltaria, assim, nenhuma etapa do processo, ela seria a única a realizar com a maior radicalidade todas as etapas da revolução socialista, isto é, seria a única a realizar tanto a revolução burguesa anti-feudal-asiática quanto a revolução democrática aspirada pelo campesinato, desembocando numa revolução operária e socialista. A revolução democrático-burguesa transcreceria, assim, em revolução socialista. O termo “transcreceria”, diz Trotsky em *A Revolução Permanente*, não é dele, mas, sim, de Lênin. A revolução burguesa transcreceria em revolução socialista porque no curso ininterrupto do processo “a sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar”, diz Trotsky (1979, p. 24). A ditadura do proletariado tornar-se-ia, por isso, “a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardatária” (TROTSKY, 1979, p. 21).

Cabe esclarecer que Trotsky e Lênin nunca debateram diretamente essas teses. Segundo Trotsky, Lênin nunca demonstrou ter lido diretamente seu trabalho *Balanços e Perspectivas*, de 1906, onde analisara o debate entre Conferencistas e Congressistas, debate exposto na obra *Dois Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*, de Lênin, publicada em 1905. *A Revolução Permanente*, trabalho de 1930 e publicado no exílio, não é exatamente um trabalho em que Trotsky tenha proposto somente demonstrar com mais exatidão suas diferenças com Lênin durante a revolução de 1905. Essa obra se propôs, muito mais, a demonstrar as falsidades e acusações grosseiras do stalinismo contra suas concepções. Nessa obra, Trotsky se empenhou, sobretudo, em demonstrar o quanto ele

e Lênin, mesmo que militando em partidos diferentes, estavam muito próximos teoricamente sobre o sentido da futura revolução russa.

Segundo Trotsky, a única diferença que havia entre ele e Lênin nessa época na questão da estratégia da revolução, nunca debatida abertamente entre ambos, era a diferença de concepção acerca do papel do campesinato na futura revolução. Segundo Trotsky, a deficiência de Lênin nesse período resumia-se unicamente ao fato de ele não determinar com exatidão o papel central e dirigente do proletariado na revolução iminente. A diferença entre ambos se resumia no seguinte, diz Trotsky (1979, p. 69): “Lênin, partindo sempre do papel dirigente do proletariado, insistia sobre a necessidade da colaboração revolucionária e democrática dos operários e dos camponeses”. Trotsky (1979, p. 69), segundo ele mesmo, “partindo sempre dessa colaboração, insistia sobre a necessidade da direção proletária, tanto no bloco das duas classes como no governo chamado a pôr-se à frente desse bloco”.

Stálin acusava Trotsky, contudo, de pretender saltar etapas, de desprezar o papel dos camponeses e, sobretudo, de não confiar na força revolucionária do proletariado russo. A teoria de Trotsky não pretendia saltar nenhuma das etapas da revolução, como já dissemos, mas, sim, subsumir todas elas num único e mesmo processo ininterrupto de transformações revolucionárias, processo que partia da etapa burguesa e se encerrava com a ditadura do proletariado.

Segundo Trotsky (1979, p. 23), as teorias da II Internacional social-democrata, mais tarde absorvidas pelo stalinismo, “consideravam a democracia e o socialismo, em todos os povos e em todos os países, como duas etapas não somente distintas, mas também muito distantes uma da outra”. Enquanto a opinião dos partidos revisionistas considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passaria por um longo período de democracia, “a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado”, dizia Trotsky (1979, p. 24)).

Sobre a acusação de que a teoria da revolução permanente não confiava na força revolucionária do proletariado russo, Trotsky respondia que o proletariado russo só poderia se pôr como vanguarda da revolução ainda em 1905 porque a futura revolução não seria uma revolução nacional, mas, sim, internacional. A força revolucionária do proletariado não viria apenas da covardia da burguesia e da fraqueza do campesinato russo, mas viria, sobretudo, da força das revoluções socialistas vitoriosas no resto da

Europa, especialmente na Alemanha. Só a revolução internacional poderia completar e consolidar a revolução russa como uma revolução operária.

Trotsky refutava toda exaltação ao proletariado russo porque se considerava inimigo de todo “messianismo nacional”, isto é, inimigo de todo tipo de reconhecimento de vantagens e qualidades peculiares a certos países capazes de lhes conferir um papel que os demais países não poderiam desempenhar. Para Trotsky, o papel de vanguarda do proletariado russo em 1905 estava condicionado pela possibilidade da revolução operária se disseminar para os principais países industrializados da Europa. Acreditar que a Rússia, pelas suas peculiaridades excepcionais, tais como extensão territorial e riquezas naturais abundantes, poderia desenvolver por si mesma o socialismo, independente da transformação socialista estendida a outros países, seria cair numa utopia nacionalista arcaica e retrógrada incompatível com o caráter internacional das forças produtivas desenvolvidas pelo capitalismo.

No caso da revolução proletária não conseguir se disseminar para outros países, no caso de ela se manter limitada no interior de uma única nação, mesmo que esta nação fosse a poderosa Rússia de 1905, “as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições”, profetizava Trotsky (1979, p. 24). O sucesso da revolução operária em um determinado país sempre dependerá, por isso, segundo Trotsky, do sucesso da revolução operária internacional.

Conclusão

Com as revoluções chinesa e cubana e a crise do movimento operário a partir da segunda metade do século XX, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* deixou de desempenhar o mesmo papel exercido anteriormente. A tese da supremacia política do proletariado sobre os camponeses passou a ser esquecida e em seu lugar surgiu a concepção de que os camponeses poderiam desempenhar um papel de vanguarda na luta contra o capitalismo, como teriam desempenhado na China em 1949 e em Cuba em 1959. Em lugar da luta de classes nas cidades, com o campo sob sua direção, viu-se surgir a luta de guerrilhas camponesas. Com essa virada *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* foi transformado em mera obra de sociologia marxista e em-

pregado para descrever a dinâmica geral da luta de classes e dos frequentes golpes militares, especialmente os da América Latina.

Com a evidente derrocada dos regimes chinês e cubano e sua plena integração ao mercado mundial capitalista, as lições de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* parecem, por isso, ser muito mais atuais neste começo de século XXI que na época de Marx.

Hoje o proletariado, mesmo que em crise e decadente numericamente, constitui a maioria absoluta da população em todos os principais países do mundo. Todas as classes e camadas de classes intermediárias têm desaparecido de nossa história recente pelo desenvolvimento implacável da acumulação capitalista. A destruição e ruína econômica dos camponeses como massa de produtores relativamente independentes, como previra Marx ainda no século XIX, é mais do que evidente no começo do século XXI. A pequena propriedade que ainda resta, ainda que seja numericamente grande, não é mais a mesma do século XIX. Ela está integrada à acumulação capitalista mundial e funcionando como um departamento dela: o departamento produtor de meios de subsistência para as cidades. A pequena propriedade que sobreviveu no interior do capitalismo está submetida ao mercado e ao planejamento dos grandes conglomerados do agronegócio.

Os preços recebidos pelos pequenos produtores do campo não são preços de mercado, mas, sim, preços planejados que não permitem nenhuma acumulação e ampliação da propriedade. A propriedade na maioria das vezes apenas formalmente pertence ao produtor, pois geralmente está penhorada como garantia junto aos bancos. A maioria dos filhos desses pequenos produtores abandona a propriedade depois de adultos para trabalhar na cidade como operário de fábrica. O nível de vida e conforto de uma família de pequenos produtores quase nunca ultrapassa o nível de vida de uma família de operários de uma grande indústria. O regime de trabalho familiar nessas pequenas propriedades dura sempre mais que a jornada semanal da grande indústria da cidade.

Esses pequenos produtores trabalham geralmente sob regimes de integração forçada com as grandes indústrias do setor, ficando impedidos contratualmente de venderem seus produtos para outras indústrias. Essas grandes indústrias operam em regime de monopólio, onde um único e grande comprador tabela e fixa os preços das mercadorias ao conjunto dos diferentes vendedores. Suas mercadorias, por isso, são geralmente vendidas abaixo do valor – como no caso do trabalhador que se obriga a vender sua força de trabalho sempre ao mesmo e único patrão. Por esse aspecto,

esses pequenos proprietários na maioria das vezes não passam de assalariados disfarçados superexplorados pelo capital e o sucesso de suas lutas, por isso, depende, decisivamente, do sucesso das lutas operárias da cidade.

Referências

MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. In: **Karl Marx – Os Pensadores**. Volume II. São Paulo: Nova Cultural. 1988.

LENINE, V. I. **Como iludir o povo com os slogans de liberdade e igualdade**. São Paulo: Global Editora, 1980.

LENINE, V. I. Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática. In: **Obras Escolhidas**. S.P: Editora Alfa-Omega, 1982.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. S.P: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

SOBRE OS AUTORES

Jadir Antunes: Possui Graduação em Economia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1999), Mestrado em Filosofia (2002) e Doutorado em Filosofia (2005) pela Unicamp - Universidade Estadual de Campinas. É Professor Associado da Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - na Graduação e no Programa de Mestrado e Doutorado em Filosofia. Tem experiência na área de Ética e Filosofia Política, atuando principalmente em Filosofia Política Moderna e Filosofia Marxista.

Ricardo Pereira de Melo: Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003) e mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2008), doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (2015) e pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (2019). Atualmente é professor Adjunto III da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e professor permanente do programa de mestrado profissional em Filosofia (PROF-Filo). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia Política.

Carlos Prado: Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Atualmente é professor do curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente coordena o Projeto de Pesquisa: Teorias da História no século XX: os historiadores e os desafios da escrita da história. É membro do Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas (LEPHA), do GT Marx e a tradição dialética e do Grupo de Pesquisa Marx e a Filosofia Clássica. Atua na área de Teoria da História, historiografia marxista e história do movimento e do pensamento socialista.

Adamo Dias Alves: Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É Professor Adjunto de Direito Constitucional do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria da Constituição, Introdução à Ciência do Direito, História do Direito, Teoria do Estado, Filosofia do Direito, Direito Constitucional, Hermenêutica, Sociologia Jurídica, Antropologia jurídica, Psicologia Jurídica e Metodologia da Pesquisa no Direito.

Júlia Lemos Vieira: Pós-doutoranda na área de Filosofia Política e Ética da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) em 2014; mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás em 2008; graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2006. Autora dos livros "Dinâmica dos Fatores Estruturais em Marx" (Kelps, 2014) e "Caminhos da Liberdade no Jovem Marx" (Anita Garibaldi, 2017).

Gustavo Machado: Possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007). Mestre em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Atualmente é pesquisador do Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos - ILAESE e doutorando em Filosofia Política pela UFMG.

Daren Weeb: Doutor em Filosofia e professor da Universidade de Sheffield na Inglaterra.

Rafael Padial: Bacharel em Letras pela FFLCH-USP, Mestre em Filosofia pelo IFCH-UNICAMP e doutorando em Filosofia pelo IFCH-UNICAMP.

Marcio Lauria Monteiro: Possui bacharelado (2013) e Licenciatura Plena (2014) em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2016), realizado com bolsa Capes e especialização em História das Revoluções e dos Movimentos Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2017). Atualmente desenvolve pesquisa de doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense, com bolsa CNPq, e é professor de História na Fundação Municipal de Educação de Niterói. Atua na área de História, com ênfase em História Contemporânea e em Historiografia e Teoria da História, trabalhando principalmente com os seguintes temas: história e historiografia da Revolução Soviética e da URSS, história das revoluções do século XX e história do movimento e do pensamento socialista, especialmente o pensamento de Leon Trotsky e a história do movimento trotskista internacional.

Em 1848, a aparente harmonia social proclamada pelos ideólogos da Filosofia do Progresso foi interrompida de maneira devastadora por diversas insurreições por toda a Europa, especialmente na França. Marx permaneceu atento e acompanhou todo o processo político da luta de classes na França e suas considerações sobre a ascensão e queda da II República Francesa foram registradas, inicialmente, nas páginas da *Nova Gazeta Renana*, jornal em que era editor-chefe e, posteriormente, em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* escrito em 1852. Marx, nessa obra, apresenta uma análise histórica minuciosa e extremamente rica que se mostra ainda hoje relevante e necessária.

